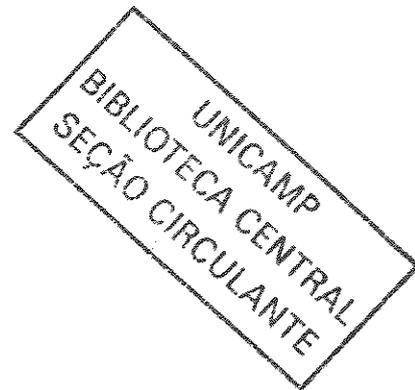


200205364

**Maria Cristina de Moraes Taffarello**



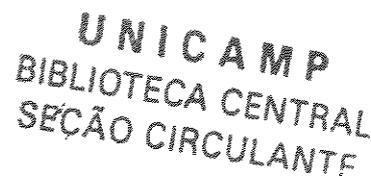
**A POLIFONIA IRREVERENTE  
DO TEXTO DE HUMOR POLÍTICO**

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

**Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Estudos da Linguagem**

**2001**



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	T123p
V.	Ex.
TOMBO RC/	47339
PROC.	837102
C	<input type="checkbox"/>
	<input checked="" type="checkbox"/>
PRECIS	2511 00
DATA	01-02-02
N.º CPD	

CM00162857-5

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

T123p	<p>Taffarello, Maria Cristina de Moraes</p> <p>A polifonia irreverente do texto de humor político. / Maria Cristina de Moraes Taffarello. - - Campinas, SP: [s.n.], 2001.</p> <p>Orientador: Sírio Possenti</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Análise do discurso. 2. Pragmática. 3. Semântica. 4. Humor - Sátira. 5. Ironia. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	--

*Sirfouent*

---

Prof. Dr. Sírío Possenti - Orientador

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Célia Maria Carcagnolo Gil

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Lúcia Kopschitz Xavier Bastos

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ingedore Grunfeld Villaça Koch

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Irmã Hadler Coudry

Este exemplar e a redação final da tese  
defendida por Maria Cristina  
de Moraes Tofanello

e aprovada pela Comissão Julgadora em  
24/11/2009.

*Sirfouent*

A meus eternos e ternos amores

Valdir, André, Tadeu e Paulo

A meu primo lar, tão primoroso

mãe Henédi, pai Plínio,  
Laércio, Plínio, Jane e Hércules

## **Agradeço**

Ao professor Oswald Ducrot  
a re-abertura do caminho

Ao professor Sírio Possenti  
a direção segura do caminho

À professora Ingedore Grunfeld Villaça Koch  
o incentivo amigo

À Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
a ajuda financeira

Às Faculdades Padre Anchieta  
a oportunidade de ensinar

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CAPÍTULO I – COLLOR E SEU (DES)GOVERNO: FORAM EXPLORADOS OU SE DEIXARAM EXPLORAR PELO HUMOR? .....	21
2.1	Considerações iniciais .....	21
2.2	Fernando Affonso Collor de Mello .....	25
2.3	Um texto de humor testemunha a História.....	34
3	CAPÍTULO II - TEXTO LONGO DE HUMOR POLÍTICO: MERA SOMA DE PIADAS?.....	41
3.1	Sobre a demanda de teorias lingüísticas de humor.....	41
3.2	A posição de Raskin .....	46
3.2.1	Exemplificando os componentes de uma piada.....	46
3.2.2	Delimitando a noção de gatilho .....	51
3.3	Texto humorístico mais longo .....	55
3.3.1	A posição de Koestler.....	58
3.3.2	O exemplo de Raskin.....	62
3.3.3	Comparando as teorias .....	64
3.4	Delimitando algumas noções pragmático-discursivas .....	65
3.4.1	Subjetividade e formação discursiva.....	65
3.4.2	Polifonia e interdiscursividade.....	74
3.4.3	Ironia.....	77
3.4.3.1	A contribuição filosófica e psicanalítica .....	77
3.4.3.2	A visão semântico-pragmática.....	85
3.4.3.3	Alvo e ironia verbal .....	89
3.4.4	Coerência textual .....	92
3.5	Uma prática da coerência do macroscrip t .....	93
4	CAPÍTULO III - HUMOR POLÍTICO .....	107
4.1	Objetivos e temas do humor.....	107
4.2	Humor político .....	119
4.3	Duas classes de piada política: difamatórias e expositoras.....	123
4.3.1	Piadas difamatórias.....	123
4.3.1.1	De uma figura política.....	123

4.3.1.2	De um grupo ou instituição políticos.....	126
4.3.1.3	De uma idéia ou slogan políticos.....	127
4.3.2	Piadas expositoras.....	127
4.3.2.1	De traços nacionais.....	127
4.3.2.2	De expressão política.....	128
4.3.2.3	De escassez.....	130
4.3.2.4	De situações políticas específicas.....	131
4.4	Uma prática do tema de crítica à mentira.....	134
5	<b>CAPÍTULO IV – ALGUMAS TEORIAS DO HUMOR DESNUDAM A TENDENCIOSIDADE DO TEXTO DE HUMOR POLÍTICO</b> .....	137
5.1	Considerações iniciais .....	137
5.2	O cômico e a arte .....	140
5.3	O cômico e a consciência.....	142
5.3.1	Freud e o chiste tendencioso .....	142
5.3.2	Uma concepção semântico-pragmática .....	146
5.3.2.1	A teoria de Dascal.....	146
5.3.2.2	Uma prática da teoria de Dascal .....	149
5.4	A concepção de Eco: violação de regras sociais e intertextuais.....	155
5.5	Chiste, cômico e humor.....	158
5.6	Uma prática da tendenciosidade do texto de humor político .....	166
6	<b>CAPÍTULO V – A CUMPLICIDADE DO ELENCO POLIFÔNICO NO TEXTO DE HUMOR POLÍTICO</b> .....	181
6.1	Considerações iniciais .....	181
6.2	Delimitando outras noções pragmático-discursivas .....	183
6.2.1	Pressuposição .....	183
6.2.2	Cumplicidade ou co-autoria .....	184
6.2.3	Elenco polifônico: o locutor e o enunciador .....	187
6.3	Uma prática do circunstancial e do perene no texto longo de humor político.....	194
7	<b>CONCLUSÃO</b> .....	201
8	<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	207
9	<b>APÊNDICE</b> .....	213
9.1	Texto I – L’année dernière à Araxá (Jô Soares).....	213
9.2	Texto II – A reunião (Jô Soares).....	215

9.3	Texto III – Cinema (Jô Soares).....	217
9.4	Texto IV – Bilhetinhos (Jô Soares).....	218
9.5	Texto V – Glossário da CPI (Jô Soares).....	220
9.6	Texto VI – Provérbios do Planalto (Jô Soares).....	222
9.7	Texto VII – O exame (Jô Soares).....	223
9.8	Texto VIII – O quase (Luís Fernando Veríssimo).....	225
9.9	Texto IX – Um alerta à Nação (Luís Fernando Veríssimo).....	226
9.10	Texto X - Provérbios e proverbializações (Millôr Fernandes).....	227
9.11	Texto XI – Nohtas (Millôr Fernandes).....	228
9.12	Texto XII – Vade retro, PC (Millôr Fernandes).....	229
9.13	Texto XIII – ETvaldo já arrumou emprego de porta-jóia! (José Simão).....	230
9.14	Texto XIV – Elenco da Dinda é indiciado para o Oscar (José Simão).....	232
9.15	Charges Jornalísticas.....	234

## RESUMO

Este trabalho se inscreve no âmbito da Análise do Discurso e trata de textos longos de humor político, publicados em jornais e revistas na marcante época do mandato do presidente Fernando Collor de Mello. Como tais textos estão inseridos no amplo campo da enunciação, é inevitável que conceitos como o da subjetividade, da interdiscursividade e da polifonia, incluindo sobretudo a ironia, sejam retomados. Além disso, outras categorias, como as semântico-pragmáticas, ou seja, as de *script*, coerência e cumplicidade juntam-se à análise, haja vista a diversidade de montagem desse tipo de texto e sua conseqüente riqueza de efeitos de sentido, cuja descrição é almejada. Há várias teorias, lingüísticas ou não, interessadas na análise de textos de humor, sobretudo as piadas, mas ampliamos tal análise para o texto longo, buscando ver o que os diferencia. Por se tratar de texto de humor político de um governo tão insólito, o tema de crítica é constante, embora com características bastante particularizadas, como procuramos demonstrar. Sendo assim, este trabalho deseja ser uma contribuição, embora parcial, para a análise lingüística e discursiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso, Enunciação, Argumentação, Subjetividade, Ironia, *Script*, Polifonia, Interdiscursividade, Coerência, Cumplicidade, Semântica, Pragmática.

## 1 INTRODUÇÃO

Nosso objeto de análise é a diversidade de alguns textos de humor, limitando-nos aos textos “de elite”<sup>1</sup>, com objetivos de denúncia e de crítica social (sobretudo política), particularmente aqueles elaborados durante o governo Fernando Collor de Mello por quatro conhecidos humoristas: Jô Soares, Luís Fernando Veríssimo, Millôr Fernandes e José Simão.

Em relação aos três primeiros, a maioria de seus textos, compilados no livro *Humor nos tempos de Collor*, foi originalmente publicada na *Revista Veja* (Jô), no *Jornal do Brasil* (Millôr), no *Jornal do Brasil*, em *O Estado de S. Paulo* e na *Zero Hora* (Veríssimo). Os de Simão, por sua vez, foram selecionados por nós na *Folha de S. Paulo*, no mesmo período. A numeração dos textos anexos (I a VII, de Jô; VIII e IX, de Veríssimo; X a XII, de Millôr e XIII e XIV, de Simão) tem o propósito de facilitar o acesso aos mesmos.

O humor tem suscitado variadas teorias nos mais diversos campos de estudo. Freud (1905)<sup>2</sup>, por exemplo, estuda os elementos necessários para o chiste, enfatizando a análise técnica e concluindo por uma analogia com a linguagem dos sonhos. Ao abordar mecanismos como o da condensação e o do deslocamento, propõe uma tipologia dos chistes de causar inveja a muitos lingüistas. Esses mecanismos, que se parecem com os do sonho, são, segundo Freud, inconscientes<sup>3</sup>. Sendo assim, parece ser difícil preconizar, por exemplo, que os lingüistas que operam com noções polifônicas na linguagem, cheguem a postular suas entidades (locutor ou enunciador, por exemplo) como divididas entre o consciente e o inconsciente. Esse será um dos nossos desafios. Possenti (1993:44), nesse

---

<sup>1</sup> Terminologia empregada por Travaglia (1989) ao se referir a programas humorísticos de televisão, cuja audiência seja de classes econômica e culturalmente mais altas.

<sup>2</sup> Embora mantendo a data do livro original, referimo-nos à tradução brasileira feita pela Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, de 1977, conforme consta da referência bibliográfica. As páginas citadas seguem tal edição.

<sup>3</sup> Ver, a esse respeito, Possenti, 1993, em especial o capítulo terceiro.

sentido, adverte que as análises freudianas “mostram a distância entre o tratamento de dados possível para a lingüística e para a psicanálise.”

Raskin (1987), por sua vez, preocupado, pelo menos naquela época, com as poucas teses lingüísticas sobre o humor, propõe uma teoria semântica baseada na noção de *script*<sup>4</sup>. Seu objetivo é explicar *como*, ao invés de *por que* rimos. Também Possenti (1991:493) sugere que as piadas sejam vistas como “peças lingüísticas também”. Diferentemente dessas teorias que analisam textos chistosos curtos ou, mais especificamente, piadas, analisamos textos de humor mais longos, tentando verificar como certos elementos da língua atuam, também neste caso, para produzir o efeito de humor.

É inevitável, diante da complexidade do *corpus*, que o caráter interdisciplinar da Análise do Discurso reivindique o uso de elementos da Lingüística Textual, da Semântica Argumentativa e da Pragmática. Entre nossos objetivos, portanto, está a intenção de mostrar como tais textos podem contribuir para a análise em Lingüística, em suas diversas abordagens, pois envolvem, além de questões próprias da Análise do Discurso (AD), questões de ordem fonético-fonológica, sintática, semântico-argumentativa, pragmática, além de questões sócio-psico-lingüísticas.

Mesmo seguindo tantas vias, nossa convicção é a de que qualquer análise pode ser útil, muito depende do ponto de vista do analista e da seleção do *corpus*. Seria inútil frisarmos a maior rentabilidade deste ou daquele estudo. Juntar todas as abordagens ou parte delas se torna até uma situação cômoda, pois facilita e, de certa forma, enriquece a análise, haja vista a diversidade de recursos explorados num texto de humor. Mas temos também certeza de que não as juntar não significa falha ou insuficiência, mas isso já não é relevante, pelo menos neste trabalho, envolvidos que estamos, de certa maneira, com todas elas. E os dados do humor, em especial os textos longos de humor político, têm-se revelado um campo vasto e convidativo para as investidas de analistas das facetas múltiplas da linguagem.

---

<sup>4</sup> A noção de *script* é usada, sobretudo na área de Lingüística Textual, como um dos diversos tipos de modelo cognitivo, ou seja, um feixe estruturado e formalizado de informação semântica inter-relacionada. Koch e Travaglia (1990:60) esclarecem tal noção como “conjuntos de conhecimentos sobre modos de agir altamente estereotipados em dada cultura, inclusive em termos de linguagem; por exemplo, os rituais religiosos (batismo, casamento, missa), as fórmulas de cortesia, as praxes jurídicas.”

Justificativas para a realização deste trabalho? Há muitas. Como nossos textos são predominantemente verbais, uma grande complexidade de forma de composição (textos descritivos, narrativos, dissertativos, bilhetes, glossários, listagens, provérbios, reprodução de conversação etc.) faz com que se levantem muitas questões lingüísticas, e esse é o forte motivo que nos leva à sua escolha. Embora o efeito do humor não seja unicamente lingüístico, a língua deve ser um meio de provocá-lo. Queremos descobrir esse meio, ou talvez até ambicionemos mais: saber se há propriedades da própria língua que permitem um grande rendimento através de textos humorísticos. De acordo com Possenti (1991:494-5), estaríamos não só diante de um "bom laboratório de teste", mas também lidando com dados divertidos e menos excêntricos do que, por exemplo, o famoso "colorless green ideas sleep furiously".

Outra razão é que, além de questões puramente lingüísticas, percebemos que também problemas de ordem cognitivo-discursiva pululam nesses textos. Através delas, confirmamos, mais uma vez, que as línguas não se esgotam em si mesmas e por si mesmas; muito pelo contrário, os fatores sócio-interativos envolvem falante-ouvinte num decisivo jogo comunicativo e argumentativo. O signo lingüístico passivo e abstrato de Saussure, nosso mestre genebrino, ressalta uma das características, a sociabilidade, retomada por Bakhtin (1929), numa abordagem interativa, como signo ideológico por excelência. O *Outro* passa a ser percebido por sua forte atuação na constituição do significado, e a palavra, originalmente dialógica, se transforma em arena de luta de diferentes vozes, querendo ser ouvidas por outras vozes. A dicotomia língua / fala se vê arrebatada pela inevitável presença da ideologia, instalada na linguagem do discurso, isto é, da interação realmente engajada, desprovida de qualquer neutralidade. No caso específico do texto humorístico, tentaremos mostrar como o papel do ouvinte é relevante, para não dizer fundamental. Devemos por último ressaltar que tal texto usa não só estratégias de imposição de leitura, mas também recursos que permitem ao leitor se deslocar de seu mundo real, ou melhor, ordinário, cujos sentidos são relativamente convencionalizados, para um mundo possível, cuja semântica deve ser reconstruída.

E uma última razão é de ordem mais pessoal: queremos mostrar que, como esses textos tiveram um papel fundamental e insólito na História de nossa nação, ajudando a expulsar um mau (para não dizer péssimo) presidente, tal fato deve ser reavivado. Isso também busca confirmar que a atualidade vivida (ou sofrida) por um povo é condição de existência do próprio humor, sobretudo o político. Aliás, os antigos já pensavam assim: “*ridendo castigat mores*” (rindo se corrigem os costumes).

O método de análise adotado será, para cada problema específico que surgir, procurar aplicar a noção lingüística mais conveniente. A partir da noção de comunicação *bona-fide* / não *bona-fide*, nos inserimos, com Raskin, numa visão pragmática, ou seja, baseada no “princípio de cooperação” introduzido por Grice<sup>5</sup> (1975). Faremos também alusão à noção de coerência chamada “global” (Koch & Travaglia, 1990), que diz respeito ao texto em sua totalidade, envolvendo noções variadas como: conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, referência, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade, consistência e relevância. Quando necessário, apelaremos para a análise de elementos de coesão seqüencial, como os encadeadores do tipo discursivo-inferencial-argumentativo.

Como estratégia principal, recorreremos largamente à noção enunciativa da polifonia, procurando detectar as “vozes” de diferentes pontos de vista que se entrecrocaram nos textos, sobretudo nos irônicos. A ironia, portanto, será o principal recurso do texto para acionarmos o gatilho que levará ao reconhecimento de um mundo que, embora sob a *capascript* de mundo irreal, se revelará, na maioria das vezes, um mundo real de interesses pessoais e de corrupções aceitáveis.

Tal recurso e outros, como a *pressuposição*, ou aqueles relacionados, por exemplo, aos níveis puramente lingüísticos, serão o embasamento e o direcionamento de nossa análise, pois conseguir testá-los nos nossos variados dados será justamente o meio de

---

<sup>5</sup> Grice (1975) mostra que o princípio básico que rege a comunicação humana é o *Princípio da Cooperação*, que subsume quatro “máximas”:

- *Máxima da Quantidade*, não diga nem mais nem menos do que o necessário;
- *Máxima da Qualidade*, só diga coisas para as quais tem evidência adequada, não diga o que sabe não ser verdadeiro;
- *Máxima da Relação (Relevância)*, diga somente o que é relevante;
- *Máxima do Modo*, seja claro e conciso, evite a obscuridade, a prolixidade etc.

provamos a importância da análise lingüística para o humor e vice-versa. A esse respeito, Nash (1985:12) adverte que devemos nos deter antes na própria linguagem do humor, do que na análise lingüística, justificando-se:

(...) paradoxalmente, a lingüística em sentido estrito não pode compreender a atividade humorística da linguagem. O humor é uma ocorrência de jogo social. Caracteriza a interação de pessoas em situações culturais e nossas respostas a ele devem ser entendidas nesse contexto amplo, quer haja inesperada demanda de senso de humor, quer haja mais apelo discursivo de descrição e anedota.

Com certeza, estaremos envolvidos nesse complexo jogo social e lingüístico, mas faremos o que for possível para não levarmos xeque-mate.

Norteados pela bússola dialógica da linguagem, distribuimos teoria e prática em cinco capítulos. No primeiro, auxiliados por Conti (1999), apresentamos uma breve biografia de Fernando Collor, pois a condição primeira da elaboração do *corpus* em questão se deve justamente aos fatos, muitas vezes incomuns, relacionados a esse ex-presidente.

No segundo capítulo, são arrolados inicialmente alguns fundamentos teóricos da distinção entre piada e texto humorístico mais longo. Apoiando-nos na visão semântico-pragmática de Raskin, procuramos precisar a noção de “gatilho” do humor, cujas principais características são a contradição e a ambigüidade. Desvendando os *scripts* chamados lingüísticos e os não-lingüísticos, ou seja, testemunhos do conhecimento enciclopédico do sujeito falante, buscamos encontrar aí uma brecha discursiva: o emergir da noção de formação discursiva de Foucault. Além disso, a noção de coerência textual tricota habilmente os vários *scripts* opostos com um fio condutor comum: o macrosript. Apoiados na constatação de Maingueneau (1984:111) de que o “primado do interdiscurso sobre o discurso” se deve à heterogeneidade constitutiva de todo discurso, vemos, ainda nesse capítulo, harmonizarem-se os processos de interdiscursividade e intertextualidade. É sobretudo incorporando o Outro que a noção de sujeito se alarga, já que passa a ser medida na interação de múltiplas vozes, perpassadas pela voz da ironia verbal, hábil estruturadora do texto longo de humor.

No terceiro capítulo, buscamos as teorias (Possenti, 1998a e Raskin, 1985) que procuram caracterizar os objetivos e os temas de humor, em especial o político.

No quarto capítulo, arriscamo-nos na tentativa de distinguir chiste e cômico, visando a demonstrar a tendenciosidade dos textos analisados.

Finalmente, no quinto capítulo, auxiliados por outros recursos pragmático-discursivos, como a cumplicidade e a pressuposição, erguemos a cortina para a apresentação do elenco polifônico, cuja principal estrela é o alocutário, sobretudo por seu papel de demonstrar como o alvo do humor pode ser estrategicamente atingido.

## 2 CAPÍTULO I – COLLOR E SEU (DES)GOVERNO: FORAM EXPLORADOS OU SE DEIXARAM EXPLORAR PELO HUMOR?

*A comédia (...) atinge o efeito de ridículo, mostrando homens comuns, defeitos e vícios. Aqui Aristóteles vê a disposição ao riso como uma força boa, que pode mesmo ter um valor cognoscitivo, quando através de enigmas argutos e metáforas inesperadas, mesmo dizendo-nos as coisas ao contrário daquilo que são, como se mentisse, de fato nos obriga a reparar melhor, e nos faz dizer: eis, as coisas justamente assim, e eu não sabia.*

*Umberto Eco (O nome da rosa)*

### 2.1 Considerações iniciais

Antes de qualquer consideração teórica ou histórica, e com a intenção de mostrar a fertilidade, e conseqüente variedade, dos textos humorísticos produzidos na época de Collor, reportamo-nos primeiramente ao seguinte trecho de um texto de Jô Soares (1992) (texto II do apêndice, *A reunião*):

MELLÃO: Mas a inflação no Brasil não começou nos anos 50?

MARCÍLIO: (com paciência vicentina) Começou, mas de sete em sete anos. Estamos no penúltimo decanato desses últimos sete anos. Assim que a órbita de Júpiter entrar na casa de Plutão, a inflação acaba.

Em seguida, consideraremos ainda, com idêntica intenção, do mesmo livro, este trecho de Veríssimo (texto IX, *Um alerta à Nação*):

A Nação precisa fazer uma reflexão profunda, olhar bem dentro de seu eu mais

íntimo e se descobrir alguma coisa como uma aposta no jogo do bicho feita pela dona Rosane e paga pela Brasil-Jet deve levar correndo para a CPI depois de checar se não está premiada. Não é hora para tergiversação, mesmo se soubéssemos o que significa. E muito menos para especular se o bigode do Ricardo Fiúza é dele mesmo ou é um leasing da OAS.

Mas não pararemos por aqui. Veja-se, em seguida, este trecho de Millôr (texto XI):

Falar em sigla, me telefonam esclarecendo o que significa o O.A.S. da empresa ultimamente tão envolvida em envolvimento. Quer dizer *Obras Arranjadas pelo Sogro*. No caso, o ilibado e credibilíssimo ACM.

Que o leitor não se espante com a seqüência de citações. Veja também, com o mesmo espírito, publicado originalmente na *Folha de S. Paulo* de 25 de setembro de 1992, este trecho de José Simão (texto XIV):

Do Lafa não vou sentir saudades, vou sentir tanzo (sic). Saudade d'África. Mas sabe de quem eu vou morrer de saudade? Do fofinho do Roberto Jefferson. Rarárá, Nando, Lafa, Vieira e Jefferson, o lobo mau e os três fofinhos! Rarárá. Nós sofre mais nós goza. Tá no ar e telas mais uma calúnia do Macaco Simão. Direto do bunker da Dinda.

As referências, nesses textos, a alguns fatos e impressões, reais ou fictícias, a nomes próprios como Marcílio, Mellão, Rosane, Fiúza, Vieira, Jefferson, à sigla ACM (aliás bem conhecida), extraída das iniciais de um nome próprio, e ainda aos apelidos Lafa, Nando, além da menção a outras siglas, como CPI e OAS, todas essas referências nos conduzem, de alguma forma, a uma época bem definida e de alguma forma excepcional: o vigésimo quarto período do Governo Republicano (15 de março de 1990 a 1º de janeiro de 1995). De tal período, dividido em duas fases (no segundo, assumiu o vice-presidente Itamar Franco), é o primeiro (15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992) o aludido ou mencionado nos textos humorísticos citados acima.

Uma das mais relevantes características desses textos é terem sido produzidos numa época em que a imprensa, podendo falar de tudo (ou de quase tudo), teve um papel

importante na história de nossa nação: ajudou a derrubar um presidente. Reafirmamos essa relevante característica, de certa forma uma vantagem, porque, em 1966, em pleno regime militar, houve a atitude corajosa, por exemplo, de um Stanislaw Ponte Preta, com seu livro *O festival de besteira que assola o país*, cuidando para que seu humor explorasse apenas temas restritos e aceitáveis mesmo para uma ditadura.

É difícil ao historiador precisar o dia em que o Festival de Besteira começou a assolar o País. Pouco depois da ‘redentora’, cocorocas de diversas classes sociais e algumas autoridades que geralmente se dizem ‘otoridades’, sentindo a oportunidade de aparecer, já que a ‘redentora’, entre outras coisas, incentivou a política do dedurismo (corruptela de dedodurismo, isto é, a arte de apontar com o dedo um colega, um vizinho, o próximo, enfim, como corrupto ou subversivo - alguns apontavam dois dedos duros, para ambas as coisas), iniciarem essa política feia, advindo daí cada besteira que eu vou te contar (Ponte Preta, 1966:5).

Na verdade, esse tipo de texto, por ser de humor político, aloja em seu próprio bojo um disfarce de vozes, tema ao qual voltaremos.

Vale a pena ressaltar que o texto jornalístico, em geral, perde sua atualidade. Em relação especificamente ao humor, Freud (1905:146) já observara: “(...) o fator atualidade é uma fonte de prazer efêmera, é verdade, mas particularmente abundante, que suplementa as fontes inerentes ao próprio chiste.” É claro que, nos textos em questão, interagem elementos situacionais imediatos, componentes do grave contexto social e político que vivenciamos durante o mandato de Collor. Retomá-los e explicitá-los, ainda que parcialmente, é um de nossos objetivos, pois tais textos, embora tenham perdido, em parte, sua atualidade histórica, não parecem ter perdido sua força de denúncia e de busca de justiça, possivelmente por serem humorísticos ou, quem sabe, porque os tempos passam, mas certas situações não mudam tanto.

A efemeridade das piadas e dos textos relativos aos fatos políticos é um fator importante, pois torna relevantes e põe de certa forma em primeiro plano os fatores do tipo pragmático para explicar o modo de funcionamento do discurso humorístico. E como é inevitável que se explique o funcionamento desses textos também pelo recurso a elementos discursivos, como veremos, isso “permitiria retomar o problema da relação entre

pragmática e análise do discurso, duas disciplinas que, em princípio, não são consideradas compatíveis”, como argumenta Possenti (1998a:110).

Pirandello, dramaturgo italiano (1867 – 1936), em um ensaio denominado “O humorismo” (publicado em 1908 e reeditado em 1920)<sup>6</sup>, conclui que o homem moderno é a chave para a compreensão do humorismo. E por que o seria? Acreditamos que uma possível resposta seja, em nossos dias, justamente a influência da mídia na rápida divulgação dos fatos. O humorista habilmente se aproveita disso para somar seu discurso aos vários outros: uma prova disso são as criativas e normalmente sarcásticas *charges* jornalísticas diárias.

Após essas considerações preliminares, nossa pergunta é: seria a atualidade vivida (ou sofrida) por um povo a condição de existência do próprio humor, sobretudo do político? O que se pode observar é que só quando um assunto importante desperta o interesse das pessoas, dos grupos humanos, é que se torna assunto de piadas. Possenti (1998a:25) esclarece que, de modo geral, só há piadas sobre temas socialmente controversos. “Nesse sentido, as piadas são uma espécie de sintoma, já que, tipicamente, são relativas a domínios discursivos ‘quentes’”: sexo, política ou poder, raças ou etnias, instituições em geral (igrejas, escola, casamento, maternidade, as próprias línguas), loucura, morte, desgraças, sofrimento, defeitos físicos etc. Além disso, é necessário que o discurso sobre um assunto seja popular, quase anônimo de tão corriqueiro. Dessa forma, pode ser simplificado, resumido ou estereotipado, e piadas “operam fortemente com estereótipos” (Possenti, 1998a:26), facilitando inclusive a compreensão para interlocutores não-especializados: a burrice do português, a ganância e a avareza do judeu, a esperteza do brasileiro / mineiro, a corrupção dos políticos etc.

Segundo Possenti (1998a:26), os chistes, na verdade, põem em circulação pelo menos dois discursos: um “correto” e um “incorreto”, sendo este, de algum modo, subterrâneo, reprimido ou proibido. “Outra face da mesma característica é que as piadas veiculam discursos não explicitados correntemente (ou, pelo menos, discursos pouco oficiais). Segundo as piadas, por exemplo, as pessoas casam por interesse (e não por amor),

---

<sup>6</sup> Tal ensaio está traduzido no livro *Pirandello, do teatro no teatro*, organizado por J. Guinsburg e publicado pela Editora Perspectiva em 1999.

os governantes são ridículos (e não dedicados e sábios), os padres e as freiras violam seus votos (ao invés de lutarem para mantê-los), as línguas são cheias de ambigüidade (e não códigos que servem para a comunicação eficiente e a expressão clara do pensamento) etc.” Veremos que, sendo Collor o que foi, provocou a criação de textos humorísticos com alguns elementos constantes, alguns estereótipos inevitáveis.

Procuraremos sanar a relativa distância dos fatos referentes ao governo Collor, excitando nossa memória nos registros prestativos da História. Fernando Affonso Collor de Mello tinha apenas quarenta anos ao ser eleito Presidente pelo voto popular, após vinte e cinco anos de regime de exceção. Seu curto período de governo foi marcado por vários escândalos de corrupção institucional e conseqüentes manifestações populares, o que levou a Câmara dos Deputados a autorizar a abertura de processo de *Impeachment*. Na sessão de julgamento no Senado, ao final do processo, Collor renunciou ao mandato e os senadores aprovaram sua inabilitação política por oito anos.

Durante esses poucos anos, os jornais, revistas e emissoras de televisão tiveram substancial participação na vida política: esses órgãos de imprensa, após terem colaborado para a campanha eleitoral do Presidente em questão, acabaram tendo papel relevante na queda do presidente, pelas informações que veiculavam.

## **2.2 Fernando Affonso Collor de Mello**

Neste tópico, apresenta-se um resumo da biografia de Collor. Como se trata apenas de relembrar fatos que, de certa forma, são invocados pelos humoristas, não há pretensão alguma de apresentar uma biografia crítica ou exaustiva. O livro de Conti (1999), por mais que seu autor não seja propriamente insuspeito, servirá de base para a narrativa que se segue, até porque não há obra de fôlego, ainda, sobre esse tema.

Conti (1999:9) afirma: “Em boa medida, a cobertura política de um órgão de imprensa é produto de sua história.” Detalhes do relacionamento entre a imprensa e Collor nos foram revelados por esse autor, cujo livro baseou-se não só na imprensa da época, mas

também em vários livros e entrevistas com quase uma centena e meia de pessoas, cujos nomes aparecem no final do volume.

Fernando Collor, primeiro presidente eleito, depois de um longo período de regime militar, com mais de 35 milhões de votos, com certeza teve adido, em cada voto, o peso da confiança e da esperança dessa considerável parte da nação.

Não se deve olvidar que esse jovem político já carregava consigo a herança de riqueza, cultura e participação política de seus avós. Seu avô paterno, Manoel Affonso, era dono do Engenho da Cachoeirinha e a exportação de açúcar era sua sustentação financeira até a proibição dessa prática comercial decretada pelo presidente Epitácio Pessoa. Seu avô materno, o gaúcho Lindolfo Collor (cujo sobrenome adotou de seu padastro alemão), jornalista, tornou-se deputado federal com base nos votos dos descendentes de imigrantes alemães; escolhido para ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas, elaborou a legislação que criava os sindicatos dos trabalhadores sob tutela estatal.

Quando Fernando Collor nasceu, em 10 de agosto de 1949, seu pai, Arnon de Mello, já tinha sua própria empresa, família, boas relações e respeitabilidade. E com esses requisitos entrou na política como candidato do partido UDN (União Democrática Nacional) e dos usineiros ao governo do Alagoas. Era uma época em que a política se fazia a partir do poder herdado dos coronéis, a ponto de seu opositor, Silvestre Péricles de Góes Monteiro, que tinha sido o governador no período anterior, ter um histórico de prender deputados opositores sem base legal, seqüestrar e agredir jornalistas e blear opositores, inclusive seu irmão, na frente das outras pessoas. E Arnon de Mello seguiu a mesma linha de conduta: depois de eleito governador, permitiu que a impunidade alastrasse o banditismo em todo o estado, só que desta vez por parte de seus correligionários. Comprou *A Gazeta de Alagoas*, invadiu e empastelou os outros dois jornais que lhe faziam oposição e se tornou o principal responsável pela imprensa na região, a ponto de se associar com o dono de *O Globo*, Roberto Marinho.

Adolescente de 14 anos, viu o poder político de seu pai declinar abruptamente após a prisão deste devido a uma troca de tiros com Silvestre Péricles em pleno Senado, o que culminou com a morte do senador pelo Acre, Kairala. Após ser solto da prisão, Arnon de Mello perdeu toda a influência no campo da política, mas a riqueza construída ainda o

sustentava como senador de província e a família se mantinha bastante influente em Alagoas, principalmente através da imprensa que estava em suas mãos.

A história dos Collor de Mello se subdivide e nos permite conhecer as características pessoais de seus componentes. Leda, a matriarca, com sua independência de pensamento e buscando manter o *status* familiar, se submeteu ao fracasso de uma campanha política para deputada federal pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), em 1974. Leopoldo, o irmão dez anos mais velho que Fernando, exerceu o cargo de superintendente da empresa da família, mas sem muito empenho, pois passava a maior parte do tempo no Rio de Janeiro, era independente, farrista e freqüentava boates – mudou-se de vez para o Rio e passou a trabalhar nas empresas de Roberto Marinho. Ledinha, a irmã, assim como Leopoldo, tiveram a oportunidade de ir estudar na Europa, e Ana Luiza, a irmã mais nova, acompanhava a mãe em todos os seus momentos. Embora Pedro, o caçula, fosse compenetrado, confiável, educado e mantivesse suas namoradas por longos períodos, foi ele quem, ainda adolescente, andou “às turras com o pai” (Conti, 1999:59), chegando a levar uma bofetada deste por insistir em estudar também na Europa; seguiu então os passos do irmão mais velho: mudou-se para São Paulo e arrumou um emprego na Rede Globo. Seu papel foi fundamental, tanto nos meados de 70, negociando o fechamento do acordo de retransmissão da programação da Rede Globo em Alagoas, quanto, mais tarde, na delação dos esquemas de corrupção do irmão presidente.

E Fernando em sua juventude? Num ambiente escasso de amor e fausto de formalismo, os filhos, internos em vários colégios, logo buscavam se libertar. Com Pedro, morou em Brasília, tendo Leopoldo como ídolo e modelo. Há história de envolvimento com drogas, não comprovada graças a um sumiço de um registro de ocorrência de uma delegacia de polícia. Há histórias de envolvimento em brigas de grupos de caratecas em Brasília, onde Fernando cursou Economia por um ano, a ponto de ele ser parado por uma rádio patrulha depois de ter destruído um bar inteiro. Há histórias de namoros curtos que geralmente acabavam quando ele conseguia levar a moça para a cama e de brigas com os seguranças de hotéis que impediram uma amiga de acompanhá-lo ao apartamento. “Já adulto, e sem saber direito o que fazer da vida” (Conti, 1999:58), junto com um amigo, Paulo Octavio, se envolveu no negócio de ações, se endividou e precisou da ajuda do pai

para saldar as dívidas, retornando então, aos 23 anos, a Alagoas, para dirigir os negócios da família: a *Gazeta de Alagoas* e a *Gazeta AM*.

Fernando Collor teve três namoradas firmes e dezenas de casos passageiros antes de se casar com Lilibeth Monteiro de Camargo, depois de um período de seis meses entre namoro, noivado e casamento, aos 25 anos de idade. Em termos de riqueza, a família de Lilibeth era muito mais importante que a família Collor de Mello: era dona de um dos vinte maiores grupos econômicos da época, inclusive com participação de 20 % na Volkswagen do Brasil. Teve dois filhos com a esposa, Arnon Affonso e Joaquim Pedro, envolveu-se com a ex-miss de uma cidade alagoana e assumiu a paternidade de seu terceiro filho, dando-lhe assistência econômica através de um sócio de Paulo César Farias. Nessa ocasião, foi nomeado prefeito de Maceió: “Sem experiência política, mal entrado na casa dos 30 anos, escolhido de afogadilho, o pai querendo tutelá-lo, e com seu casamento em crise, Collor não gostou muito de ser prefeito.” (Conti, 1999:84-5). Por questões financeiras, teve diversos atritos com seu irmão Pedro, que, na sua ausência, dirigia os negócios da família. O casamento terminou após seis anos, e Fernando passou a se relacionar com inúmeras mulheres.

Ainda prefeito de Alagoas, conheceu Rosane, filha de João Alvino, um coronel, patriarca do clã Malta, que era a elite da periferia. No início do século, os Malta dominaram Alagoas e um de seus chefes foi eleito governador. Eram aliados políticos dos Collor de Mello desde a eleição de Arnon em 1950. Em 1984, casaram-se e a família Collor se ligou de vez a Alagoas, com Fernando unindo-se ao coronelismo sertanejo, e Pedro Collor, nesta mesma época, unindo-se a Thereza Lyra, integrante de uma das famílias mais ricas de usineiros de Alagoas. A história dos Malta é repleta de acontecimentos violentos através de jagunços a ela vinculados e dos próprios membros da família. Para ilustrar algumas referências às atitudes suspeitas dos Malta, eis dois provérbios “deformados” de Jô (texto VI, *Provérbios do Planalto*): “Os cães ladram e a malta passa” e “Quando não malta esfola.”

Fernando aceitou ser candidato a deputado federal por pressão familiar. Foi uma época em que seu pai teve uma paralisia progressiva que o afastava cada vez mais da direção dos negócios. Leda, após várias tentativas, conseguiu obter uma procuração do marido para poder gerir as finanças familiares, mas Fernando e Pedro a demoveram do

intento de vender as empresas. Pedro, que assumira a direção do grupo, se sentia ameaçado pela possibilidade de Fernando não se eleger e voltar para assumir seu lugar. No final de 1982, Fernando se elegeu deputado federal e, em 1983, seu pai faleceu. Surgiu um novo período na história dos Collor de Mello: o marco principal deste período foi o fato de Fernando ter votado em Paulo Maluf na eleição indireta que elegeu Tancredo Neves para a Presidência da República. Abandonou o cargo de deputado e filiou-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) para se candidatar a governador de Alagoas, em 1986.

Surgiram então os amigos que o apoiaram nessa nova campanha. Cláudio Vieira, um advogado, era seu chefe de gabinete e responsável pelas ações penais contra jornalistas que publicavam matérias contra Collor. Cláudio Humberto Rosa e Silva, um jornalista do *Tribuna de Alagoas*, que costumava atacar Collor, foi convidado a assumir o cargo de diretor editorial da Organização Arnon de Mello, cargo que nunca assumiu na realidade, pois Pedro Collor impunha-lhe limites; foi então nomeado coordenador de Comunicação da campanha. Pedro Paulo Leoni, um amigo de Brasília com o qual viajou para a China e passou o réveillon de 1987 em Bali. Marcos Antônio Coimbra, um primo de segundo grau, amigo de juventude, ex-militante de esquerda e envolvido com um instituto de pesquisa, o *Vox Populi*. E Paulo César Farias, amigo que, quando jovem, fizera política na faculdade, elegendendo-se presidente do Diretório Central dos Estudantes, apoiara o golpe de 1964, vendera aparelhos da Companhia Telefônica de Alagoas e fora disc-jôquei da Rádio Palmares de Alagoas. PC, como era conhecido, era uma pessoa especial em Maceió pela sua capacidade de “conversar, convencer, iniciar empreendimentos e pela sua confiabilidade: nunca deixou de honrar um compromisso. Não tinha ideologia nem posições políticas sólidas.” (Conti, 1999:288) Empresário ambicioso, cujas características principais eram: “pendor pela aventura, a vontade de apostar e ganhar, e uma autoconfiança irrefreável.” (Conti, 1999:284). Com vários e poderosos negócios, com grande influência política, ascendia “numa região miserável, com uma contabilidade precária de seus negócios e sabedor dos meandros da burocracia e das leis para escapar das punições” (Conti, 1999:289), pois era advogado. Associado a ele, temos o nome do pernambucano Jorge Tenório Bandeira de Mello, um comandante de aviação que se tornou a pessoa mais próxima de PC durante anos: seu sócio, seu amigo e confidente nos negócios.

Ao tomar posse como governador, em 1987, um dos sérios problemas de Collor foi limitar a influência dos usineiros para “melhorar os índices sociais que acorrentavam Alagoas ao século XIX.” (Conti, 1999:27); além disso, declarou sua “guerra” contra os marajás, superfuncionários com salários acumulados. Gravando entrevistas na rede Globo e no *Jornal do Brasil* (onde trabalhara na juventude) e divulgando as denúncias na *Gazeta de Alagoas*, começava a mostrar o seu “senso do espetáculo na política” (Conti, 1999:19). Aliás, teremos oportunidade de ver como algumas tendências de Collor chamaram a atenção: o atletismo e o exibicionismo, por exemplo.

Com a decisão de se candidatar a presidente da República, Fernando Collor tinha pela frente dois problemas principais a resolver: o financeiro, pois evidentemente uma campanha presidencial necessita de muitos recursos para ser levada a efeito com sucesso, e o de pessoas que o apoiassem com vistas a uma provável participação em seu futuro governo.

O aspecto financeiro da campanha para presidente ficou a cargo de PC, que montou uma espécie de clube, com três tipos de sócios: vinte empresários que doariam 1 milhão de dólares cada, dez que doariam 3 milhões e a nata do clube, que seriam cinco empresários, a bancar 10 milhões de dólares cada. Para levar a efeito sua idéia, Farias chamou Lafaiete Coutinho, um paraibano que dirigia o Banco Econômico de São Paulo, tinha contactos com Orestes Quércia e era co-sogro de Paulo Maluf (sua filha casara-se com o filho de Maluf). Coutinho coordenou as doações da Federação Brasileira dos Bancos para a campanha de Collor. A atuação de PC foi tão bem sucedida que “Collor detectou, em certo momento, o excesso de dinheiro à sua volta” (Conti, 1999:293), com seus correligionários indo a Roraima para um discurso com mais de meia dúzia de jatinhos. Isso se justificava, pois PC administrava cerca de 160 milhões de dólares, nas mais variadas formas: letras de câmbio, ações, cheques ao portador, dólar etc., mas com uma característica comum: mantidos na ilegalidade para não se pagarem impostos. A importância de PC na campanha de Collor passou despercebida pela imprensa, mas em Alagoas se sabia “quem ele era e o que fazia” (Conti, 1999:293). Mais tarde, inevitavelmente PC foi alvo dos mais variados chistes, como, por exemplo: “*Pecefaria*: (subst. fem.) O mesmo que patifaria, negócio escuso” (texto V, *Glossário da CPI*, de Jô); “E como se explica um eclipse do sol justamente quando faltou luz em Brasília, e a nota pouco convincente do PC Farias alegando que não

tinha nada a ver com aquilo?” (texto IX, *Um alerta à Nação*, de Veríssimo); “Mas não sabia que o Brasil tinha uma Lei da Selva escrita e promulgada. Veio a público agora, com o caso PC silvícola.” (texto XI, *Nohtas*, de Millôr).

Seguindo os rastros dos pagamentos de Farias à equipe da campanha presidencial, eis alguns dos nomes que se uniram a Collor: Cláudio Humberto, já conhecido de Alagoas; Zélia Maria Cardoso de Mello, uma paulista que era Subsecretária do Tesouro, responsável pelos planos econômicos com os quais Collor pretendia governar; Belissa Ribeiro, jornalista, encarregada da campanha na televisão, o *Vox Populi*; Alcení Guerra, encarregado de montar um esquema de acompanhamento da eleição; Geraldo Faria, assessor e amigo do candidato a vice-presidente Itamar Franco; Hildebrando Aleluia, jornalista incumbido de fazer algumas pesquisas e dar informações sobre a imprensa. Depois da eleição, restava a PC a administração de 60 milhões de dólares: foi pagando o que precisava, mesmo depois da posse.

Com a conquista do apoio de Roberto Marinho à sua candidatura, Fernando Collor deu um passo decisivo para obter os votos do eleitorado que o conduziram ao cargo de primeiro presidente eleito pelo voto popular depois do período da ditadura. Um dos fatores decisivos na eleição foi a reedição do último debate com o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Inácio Lula da Silva, editado de forma a mostrar um Collor vitorioso, transmitido pela Rede Globo no nobre horário do *Jornal Nacional*. O dia seguinte, um sábado, justamente véspera das eleições, também deixou à míngua o PT: Francisco Rezek presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apoiando-se na lei de liberdade de imprensa, negou-lhe o pedido de direito de resposta à tendenciosa edição do debate. Sugestivo e irônico, a esse respeito, o texto IV, representando um bilhete de Collor: “Ao Luís Inácio. Lula, é claro que aquele negócio de utilizar o depoimento da Miriam Cordeiro foi só uma estratégia aplicada no auge do calor da campanha. Se alguém insistir nesse assunto, é obra do sindicato do golpe.”

E Collor carregava as esperanças de boa parte da nação. E essa confiança era depositada em um homem que vinha de famílias envolvidas com o coronelato que comandava o Brasil no início do século. E essa confiança era depositada em um homem instável que, quando jovem, se envolvia com drogas e com a violência das ruas. E essa confiança era depositada em um homem que arquitetara com os amigos um plano de

doação que naturalmente teria de ter o retorno financeiro, plano conhecido como “esquema de corrupção”.

O início do governo de Fernando Collor já começou a mostrar os rumos que os acontecimentos tomariam nos anos seguintes. Foi anunciado o Plano Collor, que subtraía praticamente todo o dinheiro que a população brasileira tinha depositado em contas correntes e poupanças, como forma de controlar a dívida pública do país. Segundo Conti, 10 milhões de brasileiros ficaram estatelados com a notícia e muitos se dirigiram ao banco, enfrentando horas de fila para constatar a nova realidade. O plano era uma violência, pois punha a vida das pessoas de pernas para o ar e impedia a realização de projetos e sonhos, como a compra de casa própria, casamentos, tratamentos médicos etc. E Collor sabia bem o que fazia, pois, perguntado por Zélia Cardoso de Mello se estava ciente de que pessoas iriam padecer e até mesmo morrer por não terem dinheiro para um atendimento médico, ele mandou seguir com o plano em frente.

Também no início do governo foi anunciado o ministério que estaria assessorando Collor: no Ministério da Justiça, José Bernardo Cabral, ex-deputado, incompetente e de pouca confiança, no parecer dos líderes do PSDB. Sua participação ficou marcada por processos a jornalistas que falavam mal do governo e por um romance intempestivo com a ministra da economia, Zélia, embora sendo casado. Mesmo com as decisões importantes a serem tomadas no cargo que ocupava, sua atenção estava voltada a mandar bilhetinhos para a amante, conciliar as agendas para marcar encontros fortuitos, no Brasil e no exterior, dançar “Besame mucho” em uma festa com diversos jornalistas e outras atividades que se explicavam pelo amor clandestino na idade madura. Foi ele que, em agosto de 1990, encaminhou à Procuradoria de Justiça o pedido de abertura de processo contra a *Folha*, a pedido de Collor, devido à campanha “no mínimo difamatória” (Conti, 1999:348).

No Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a ministra Zélia Maria Cardoso de Mello, que elaborou o Plano Collor de tão tristes conseqüências para o povo, vivenciou os momentos de amor com Bernardo Cabral e, após sua passagem pelo governo, acabou se casando com o comediante Chico Anísio, também já um tanto mais idoso.

No Ministério das Relações Exteriores, Francisco de Rezek, que muito o tinha ajudado quando presidente do Superior Tribunal Eleitoral, participando diretamente na impugnação da candidatura de Sílvio Santos (que poderia fazer com que Collor perdesse a

eleição) e, no episódio da edição do *Jornal Nacional*, foi um dos fatores decisivos do resultado do segundo turno das eleições contra o PT de Luis Inácio Lula da Silva.

No Ministério do Exército, Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, notório sobretudo pelo episódio da compra de fardamento superfaturado, justificando-o com o fato de que os preços altos embutiam a inflação futura (quando seu governo implantava um plano para acabar com a inflação). Na mesma época, a Marinha comprara fardamento semelhante por preços 60 % mais baratos.

No Ministério da Saúde, Alcení Guerra, responsável pelo sistema de acompanhamento da eleição do PRN (partido de Collor), marcou sua passagem pelo governo por coordenar o ECO 92, um encontro internacional de ecologia, no Rio de Janeiro, e pela construção dos CIACS (Centros Integrados de Assistência às Crianças) que na realidade eram escolas e deveriam ser tocadas pelo Ministério da Educação.

No ministério do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, ex-dirigente da Central Geral dos Trabalhadores, órgão tradicionalmente dócil ao patronato, que apoiara Collor na campanha eleitoral. Magri ficou famoso ao caracterizar o Plano Collor como “imexível” e ao explicar o uso indevido de carros públicos para conduzir seus cachorros ao veterinário: “Cachorro também é gente.”. Saiu do governo como corrupto por ter sido comprovado o recebimento de um “caixinha” em seu ministério. Com destreza, Veríssimo aproveitou-se disso: “É a alegação do Magri de que quem ficou com os 30 mil dólares não foi ele, foi outro Magri, o sem bigode?” (texto IX, *Um alerta à Nação*).

O objetivo do capítulo não nos permite discorrer com mais precisão e detalhamento sobre os acontecimentos que envolveram Fernando Collor e seus ministros nos anos em que governaram a nação brasileira, porém, a seguir e nos próximos capítulos, vamos ter oportunidade de analisar alguns textos humorísticos que “retratam” um pouco melhor as situações que levaram ao processo de *Impeachment*. Nosso objetivo até aqui foi apenas o de caracterizar o período em que estes textos foram produzidos, bem como conhecer um pouco os personagens e os fatos nele citados.

### 2.3 Um texto de humor testemunha a História

Vamos abordar agora o texto de Jô Soares intitulado “A reunião” (texto II do apêndice), o qual é uma amostra das condições em que o humor foi concebido, a partir de uma alvissareira lua-de-mel (ou de fel) entre o humorista e a política.

Antes de mais nada, devemos observar que, nos textos a serem analisados no decorrer do trabalho, o humor da e na imprensa se distingue parcialmente do humor dos cartunistas “de plantão”, como observa Possenti (1998a:117), pois enquanto estes têm compromisso com os assuntos políticos em evidência diária ou semanalmente (no caso de alguns periódicos), os autores dos textos em questão são mais seletivos, pois podem escolher a matéria que, de certa forma, melhor lhes convém. Possenti qualifica o último caso de “humor de autor”. Em relação ao posicionamento ideológico do órgão da imprensa – se se trata do mesmo discurso dos editoriais, por exemplo – cremos que não há diferenças entre ambos, tratando-se basicamente do mesmo ato: o de denúncia (para não falar de indignação, vingança, desabafo, ...). Pelo menos para os textos de uma época tão marcada e conturbada como foi a do (des)governo de Collor.

Ao que parece, política e humor caminham sempre lado a lado, pelo menos num regime não ditatorial (quando, então, o humor se camufla ou se esconde, mas jamais se subtrai). A época Collor trouxe um charme extra aos textos de humor político, o qual, embora sustente algumas características gerais,<sup>7</sup> parece ter conseguido reunir tudo o que é possível explorar de criativamente hilariante numa figura pública (haja vista, por exemplo, a organização do livro de Jô (1992), forte provedor do *corpus* em questão).

Qualquer análise mostraria que esse texto é bastante irônico. Mas o que vem a ser ironia? Dentre as várias definições, existe uma que se aproxima de nossos propósitos: é a de Eco (1974:346-7), que afirma haver “um artifício retórico que diz respeito às figuras de pensamento em que, dada uma seqüência de cenas, social ou intertextual, já conhecida pelo público, mostra-se sua variação sem entretanto torná-la discursivamente explícita”.

---

<sup>7</sup> A esse respeito, ler o proveitoso capítulo sobre “O humor político” em Possenti (1998a:109-24).

Ironizar, para ele, é justamente “calar a normalidade violada”, já que, sendo a “afirmação do contrário (de quê? daquilo que é ou daquilo em que socialmente se acredita) [ a ironia ] morre quando é tornado explícito o contrário do contrário”.

Como já dissemos, pelo texto perpassa a ironia e tentaremos explicar como. Imaginando o *script* de uma reunião ministerial, certas regras pragmáticas de interação são assumidas, isto é, embora nunca tenhamos participado de tal reunião, pressupomos, no mínimo, que: a) os assuntos abordados sejam de interesse geral da nação; b) haja seriedade; c) cada participante tenha amplo conhecimento de sua área de atuação.

Nesse texto, porém, Jô usa o recurso do “fazer de conta”, levando-nos a um mundo fictício: *retiro, presidente e ministros* são “*imaginários*” e as *conseqüências* são “*inimagináveis*”. Tal mudança de cena, embora tomada explícita, aboliria a ironia do texto? Pelo contrário, a fortalece: se, nesse mundo imaginário, coisas aparentemente absurdas são ditas, como veremos na análise, elas estão desnudando, por meio de uma ironia subliminar, a própria realidade, apresentada como o avesso do que dela se esperaria. Conseqüentemente, rimos.

“Não se pode gastar mais do que se arrecada” é o tema da reunião. Se o lema fosse seguido, solucionar-se-iam os problemas do país. Mas o presidente, após ter estudado e meditado, tem apenas “quase certeza” disso. Normalmente, o operador argumentativo *quase* direciona para a afirmação da totalidade<sup>8</sup> (Ducrot, 1987:173 e Koch, 1992:38); neste caso, porém ironicamente, revela seu contrário, ou seja, um “*apenas certeza*”, negação da totalidade, é a afirmação da pouca capacidade de um presidente que não tem certeza do óbvio (caso se assuma um certo discurso “econômico”, evidentemente), embora tenha estudado o assunto.

Já Marcílio, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento se surpreende: “Meu Deus! Então é isso?” é sua observação em relação à fala de Collor. Isso é muito engraçado, porque nos faz passar automaticamente do item c) dos *scripts* da reunião ministerial ao item *não c)*, isto é, um ministro não tem amplo conhecimento de sua área.

---

<sup>8</sup> Ducrot (1977:170) explica a manobra discursiva de elementos como *quase*: sua significação pode ser representada como “um conjunto de instruções dadas às pessoas que têm de interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a estes enunciados”.

Pratini, Ministro interino do Trabalho e da Administração, lança conjeturas do tipo: “Sabe que é bem possível?”, “parece que já havia um problema semelhante”, demonstrando ter poucas informações a respeito, o que novamente, nos arremessa ao *script-não c*.

Por sua vez Fiúza, Ministro da Ação Social, conhecido como quem faz algumas concessões, para usar um eufemismo, argumenta: “Mas aí fica muito difícil governar.” Interessante, neste caso, é notar que, num mundo real, tal fala provavelmente não ocorreria, pois equivaleria a uma auto-denúncia. Porém, na “concretização” do mundo a que esse texto humorístico, ironicamente, nos conduz, tudo é possível. Não se pode deixar de mostrar o papel relevante de contestação do *mas*, marcador conversacional de início de turno (Marcuschi, 1986): “Mas aí fica muito difícil governar” contesta que “É fácil governar gastando mais do que se arrecada”. Mellão, Ministro do Trabalho, por sua vez, endossa o discurso óbvio do presidente: “um trabalhador que ganha um salário mínimo jamais vai comprar um automóvel que custe mais do que isso”.

Goldemberg, interino da Saúde e Secretário do Meio Ambiente, cientista, não quer “tirar o mérito da descoberta” (o termo “descoberta” é provavelmente associado ao Goldemberg enquanto cientista) do presidente: e a ironia continua a fazer rir, pois “evidencia”, veladamente, que não há mérito algum, já que o que o presidente diz seria óbvio. Além disso, constata que seus filhos “nunca conseguiram gastar mais” do que eles dava como mesada. Que descoberta! Com certeza, seríamos mais espertos.

Após a observação de Marcílio a respeito de governos anteriores: “percebemos facilmente” que nenhum seguia aquela regra - de novo somos jogados ao “mundo-avesso” que a ironia deixa entrever: ele não consegue ver o óbvio em seu próprio governo, mas constata isso “facilmente” nos anteriores, que foram perdulários.

Depois disso, há uma nítida digressão no texto: vários ministros, ferindo o quesito b) de nosso *script*, isto é, haver seriedade, nos deslocam para o discurso “incorreto” das crendices e superstições. Por exemplo, Marcílio diz que “a inflação tem um ciclo de sete anos”, basta que se recorra à “cabala” ou a “um mínimo de conhecimento astrológico” (e esse “um mínimo” é bastante relevante, haja vista que, até então, *o muito-estudo* fora pouco). Mellão e Camargo, ministro dos Transportes e das Comunicações, participam animadamente desse assunto, referindo-se ainda ao termo “guru” e reforçando a “importância” do “número 7”. Há, porém, uma quebra de expectativa, quando Camargo

diz, a respeito de uma disputa de atletismo: “Cheguei em sétimo.” (de que adiantam as credences, se não venceu?). Cabrera, por sua vez, Ministro da Agricultura e da Reforma Agrária, por uma associação livre com o número sete mencionado, cita o conhecido poema de Camões: “Sete anos de pastor ...”. Tal intertextualidade, obviamente para os que não conhecem o soneto, é interessante (não sei se muito engraçada) porque se trata de uma citação que vem a propósito de algum tipo de trabalho no campo. Na vida real, o Presidente é que tem passagens por tarólogos e numerólogos que o aconselham a usar preferencialmente o sobrenome da mãe e a eliminar a preposição *de* de sua assinatura. Através dele, por extensão, todo o governo é criticado.

Finalmente, o presidente propõe um retorno ao tópico: “(interrompendo)”, com a proposta: “Minha gente, (...). Que tal experimentarmos, durante algum tempo, gastar menos do que arrecadamos?”. Faz-se necessário notar a alusão a um traço característico das falas de Collor, que normalmente eram iniciadas por “minha gente”. Fiúza, prontamente, responde: “Eu não me responsabilizo.”, escancarando, graças à liberdade maior no mundo possível, o próprio mundo real (que, com certeza, não o autorizaria a ser tão explícito). E novamente achamos graça.

Relacionada também à questão da alusão a certas características típicas da fala de Collor, há uma engraçada passagem no texto IX (*Um alerta à Nação*), de Veríssimo: “Quem é, afinal, a agente de Collor em quem ele tanto fala nos discursos e quanto ela está levando nisso?”. O recurso lingüístico provocador de humor é o jogo resultante de uma análise alternativa de um vocábulo fonológico<sup>9</sup>, possibilitado pela semelhança das expressões: *a gente* (sendo o *a*, na verdade, o último fonema da palavra *minha*) e *a agente*, com sutil ou imperceptível diferença de pronúncia. Esse vocábulo se transcreve /a`žejNtI/, com pauta acentual 1-3-0, pois a expressão *a agente* pode ser pronunciada com crase dos dois *as* ou com o alongamento da primeira vogal. Essa ambigüidade do vocábulo fonológico é o mecanismo pelo qual se produz a graça deste texto. Além da evidente mudança de sentido de *minha gente*, um tratamento de aproximação (será?) ou de cumplicidade, para *a agente*, esta expressão, inserida num aparente questionamento, faz

---

<sup>9</sup> Sobre o vocábulo fonológico em Português, ver Camara Jr. (1975)

parte de um ato de fala indireto, pois, no segundo caso, embora estejamos diante de um ato com força ilocucional<sup>10</sup> de indagação, o ato perlocucional é o de advertir, alertar a nação; tal ato se fortalece pelo elemento de coerência que é o título do texto (*Um alerta à Nação*). Aliás, todas as questões levantadas nesse texto podem ser interpretadas como tendo esse mesmo objetivo, podendo ser parafraseadas por: “Cuidado, eleitores, não se deixem enganar mais!”.

Voltando ao texto II, *A reunião*, em seguida Marcílio propõe que se faça isso, *mas* (elemento com forte marca argumentativa, como veremos) não em todos os ministérios ao mesmo tempo, pois seria arriscado. Em suma, se os interesses pessoais deveriam ceder lugar aos interesses gerais (item a) , isso nos faz rir de nossa realidade, para não chorar.

O estereótipo da burrice, ferindo novamente o item c) (amplo conhecimento dos ministros), finaliza o texto: Calmon, justamente ele que, além de tudo, é banqueiro (se não houver esse conhecimento, o efeito de humor se enfraquece), pergunta: “O que que é arrecadar?”. Dessa forma, esta fala altera o tópico em curso durante toda a reunião, ferindo o quesito da relevância conversacional. Em outras palavras, ele não entendera absolutamente nada. E (mais uma vez) o leitor aplaude sua própria esperteza: ele é superior em conhecimento a um ministro-banqueiro!

Um último fator a ser observado é o modo (na verdade, “comentário do analista”: Marcuschi, 1986:12) pelo qual o autor vai caracterizando Marcílio: “com pertinácia jesuítica”, “com humildade franciscana”, “com sabedoria beneditina”, “com paciência vicentina”, “com curiosidade dominicana”, “com objetividade paulínea”, “com determinismo agostiniano”. Ironicamente, “desmascara” os *scripts* da beatitude e suas virtudes afins que, se efetivamente atuassem no mundo real, nos salvariam de todos os problemas, como um milagre! E rimos cada vez que aparece um desses comentários (será que perdemos a fé?). Vale a pena lembrar que Marcílio substituiu Zélia Cardoso de Mello, famosa não só profissionalmente, pela falência do plano de combate à inflação, mas

---

<sup>10</sup> As noções de ato de fala ilocucional e perlocucional são abordadas pela teoria dos atos de fala, em especial por um de seus idealizadores, o filósofo da linguagem Austin (1962), e também por Koch (1992). O ato ilocucionário atribui a uma proposição ou conteúdo proposicional uma determinada força: de asserção, de ordem, de pergunta, de promessa etc. Nesse sentido, todo ato de fala se reduz à fórmula  $f(p)$ , em que  $p$  designa o conteúdo proposicional e  $f$ , a força ilocucionária.

também por sua vida particular, como é de conhecimento de todos. Collor nomeou Marcílio “com frustração e desânimo”, diz Conti, que, em outras passagens, qualifica (ou desqualifica?) o mesmo ministro de “Burocrata sensaborão” (Conti, 1999:477), por demonstrar sua indecisão em alguns momentos críticos: “zigzagueava” entre a “tropa de choque” (os “radicais”, que lutavam pela permanência de Collor) e o “ministério ético” (os “moderados”, desejosos de seu afastamento) (Conti, 1999:606). Porém, vencido pela fidelidade (ou santidade), venerou Collor até o fim: “O apoio ao presidente se reduziria ao Ministério, cujo dínamo era Marcílio Marques Moreira e, fora dele, o governador Antonio Carlos Magalhães.” (Conti, 1999:663)

Resumindo, o governo Collor foi realmente atípico, quase caricatural, seja na questão da administração pública (licitações e lobbies fraudulentos, mentiras, enfim, vários casos de corrupção), seja nos aspectos da vida particular que se refletiam na pública, tanto do Presidente quanto de seus principais assessores (demissão de ministros, mau humor de Collor, exibição da mão esquerda sem aliança, atuação de Paulo César Farias, esporte com fins propagandísticos etc.), seja ainda na própria vida particular dele e de seus ministros, como vimos.

O humor político, com certeza, é tão antigo quanto a própria existência da organização política, mas a abundância e diversidade de sua produção no governo Collor talvez se devam justamente aos vários antagonismos que marcaram esse período dito neoliberal: Collor declarava guerra aos marajás, mas, imediatamente, revelou-se o maior deles (haja vista, por exemplo, a construção de cascatas na Casa da Dinda<sup>11</sup>); o mesmo Collor que, em campanha, urrava por justiça e igualdade e, no dia em que teve a certeza da vitória, disse ao jornalista Sebastião Néry: “Vou devolver a dignidade a este país.”, esse mesmo Collor permitiu desmandos como a invasão da *Folha* por fiscais da Receita e policiais armados, com o pretexto de averiguar se a empresa estaria cobrando em Cruzados Novos ou Cruzeiros as faturas publicitárias referentes à primeira quinzena de março de 1990. Além disso, para Collor, “sua imagem fotográfica e televisiva era inversamente

---

<sup>11</sup> Casa da Dinda é o nome da residência da família Collor em Brasília, preferida por ela ao Palácio da Alvorada. Não houve lugar de mais progresso em todo o período do que esses 10.000 metros quadrados: dez cascatas brotaram em diferentes pontos, duzentas lâmpadas e cinquenta holofotes reforçaram a iluminação, sem alusão, certamente, a outras melhorias não visíveis.

proporcional à atenção que dispensava aos donos dos órgãos de imprensa”, denuncia Conti (1999:436). Poderíamos citar muitos outros eventos, mas preferimos focalizar aqueles escolhidos pelos humoristas nos textos aqui analisados.

Para finalizar, merece destaque a parte final de uma carta aberta dirigida a Collor, publicada pela *Folha* no seu espaço editorial<sup>12</sup>: “Seu governo será tragado pelo turbilhão do tempo até que dele só reste uma pálida reminiscência, mas este jornal – desde que cultive seu compromisso com o direito dos leitores à verdade – continuará de pé.” Apesar da fúria incontida do momento, a praga lançada reflete bem o que alguns jornalistas sentiam, endereçando a Collor a pecha até de fascista. A propósito, retomamos Conti (1999:436), para frisar o fato de que a cobertura política da imprensa é um produto de sua história, e concluímos que nada mais carece ser acrescentado. Acompanhando a tudo, destaca-se o papel sempre atento e vibrante dos humoristas, cuja inspiração para a produção textual se afogava em tantas alegres-tristes novas. A impressão dos eleitores era de estar diante de um verdadeiro teatro cômico, cujos atos iam se reproduzindo interminavelmente, chegando também a aguçar-lhes as expectativas!

---

<sup>12</sup> Durante o governo de Collor, ficou famosa a “Carta aberta ao Sr. presidente da República”, publicada por Otávio Frias Filho, diretor de redação da *Folha de S. Paulo*, em abril de 1991, após problemas com um processo do presidente contra o jornal. A alegação era de calúnias e fotos com flagrantes que passaram de posturas extremamente rígidas e hieráticas, no início, a intencionalmente relaxadas, como na prática de esportes, por exemplo.

### 3 CAPÍTULO II - TEXTO LONGO DE HUMOR POLÍTICO: MERA SOMA DE PIADAS?

*Como tínhamos prometido, tratamos agora da comédia (ainda mais da sátira e do mimo) e de como suscitando o prazer do ridículo ela chega à purificação de tal paixão; quando tal paixão seja digna de consideração, já o dissemos no livro sobre a alma, enquanto – único dentre todos os animais – o homem é capaz de rir. (...) Mostraremos por conseguinte como o ridículo do elóquio nasce dos equívocos entre palavras semelhantes para coisas diferentes e diferentes para coisas semelhantes, da loquacidade e da repetição, dos jogos de palavras, dos diminutivos, dos erros de pronúncia e dos barbarismos.*

*Umberto Eco (O nome da Rosa)*

#### 3.1 Sobre a demanda de teorias lingüísticas de humor

Nossa pesquisa leva em conta várias propostas de Análise do Discurso, tanto de âmbito geral como no que especificamente se refere ao humor, assim como, mais ou menos inevitavelmente, a leitura de propostas de análise do humor em geral. Por exemplo, teremos oportunidade de expor, mais adiante, algumas idéias básicas da interessantíssima análise freudiana dos chistes. Outro trabalho relevante é o de Bergson (1900:12-3), filósofo do *Collège de France*, cuja tese central e mais conhecida é que o homem é o único animal que ri e faz rir, já que o riso é fruto de uma insensibilidade, de uma falta de emoção. Além disso, como uma "anestesia momentânea do coração", destina-se à inteligência pura. Mas,

permanecendo em contato com outras inteligências, só desfrutamos o cômico em grupo: "Ao que parece, o cômico surgirá quando homens reunidos em grupo dirijam sua atenção a um deles, calando a sensibilidade e exercendo tão só a inteligência"<sup>13</sup> (Bergson, 1900:14). Também teremos ocasião de voltar a este autor.

Em princípio, chamou-nos a atenção o alerta de Raskin (1987) sobre a necessidade (pelo menos naquela época) de se desenvolverem mais estudos lingüísticos em torno do humor, um fenômeno humano complexo e multifacetado, cujo estudo, sobretudo a partir da década de setenta, vem sendo efetuado por psicólogos, sociólogos, antropólogos, alguns literatos e filósofos, sem contar os estudos não acadêmicos de terapeutas e comediantes, por exemplo. A evolução de uma lingüística de caráter formalista como a chomskyana, sentida muitas vezes como arrogante, levou à descrença e ao preconceito de muitos cientistas sociais quanto à contribuição dessa ciência para a área do humor. Embora, desde o início dos anos setenta, o desenvolvimento de conceitos pragmático-discursivos extra-sentenciais como o de pressuposição, de implicatura, de atos de fala, de mundo possível, de inferências, de estratégias conversacionais etc. pudessem ter ampliado esses estudos, Raskin não se sente satisfeito com as poucas contribuições ocorridas: "Torna-se claro, desde os anos setenta, como conseqüência da proposta de Katz e Fodor, da primeira teoria semântica formal e da discórdia interpretativo-gerativa vinda a seguir (...), que os conceitos semânticos, listados acima, são indispensáveis para qualquer teoria semântica sensível ao contexto". (Raskin, 1987:14).

Na mesma direção, em determinado ponto de seu questionamento sobre a falta de propostas lingüísticas sérias sobre o humor, Possenti (1998a:20) se pergunta se haveria "uma lingüística do humor". Responde que não, por três motivos: primeiramente, porque não há uma lingüística que tenha tomado por base textos humorísticos para tentar descobrir o que faz com que um texto seja humorístico; em segundo lugar, porque, no caso de os estudos concluírem que o humor não tem origem lingüística, que não é da ordem da língua, não há uma lingüística que explicita ou organize quais são os ingredientes lingüísticos que

---

<sup>13</sup> A esse respeito, veja-se Nash (1985:9): "Humour is not for babes, Martians, or congenital idiots. We share our humour with those who have shared our history and who understand our way of interpreting experience. There is a fund of common knowledge and recollection upon which all jokes draw with instantaneous effect."

são acionados para que o humor se produza; por último, porque não há uma lingüística que se ocupe de decidir se os mecanismos explorados para a função humorística têm exclusivamente essa função ou se se trata de um agenciamento circunstancial de um conjunto de fatores, cada um deles podendo ser responsável pela produção de um outro tipo de efeito em outras circunstâncias. Tal questionamento, longe de nos parecer pessimista, é, na verdade, um desafio, haja vista as inúmeras e interessantes análises lingüísticas de piadas realizadas pelo próprio Possenti nestes últimos anos. Na verdade, ciente do descalabro que seria propor uma lingüística do humor, já que uma boa lingüística é aquela que se presta à análise da manifestação da linguagem, qualquer que ela seja, Possenti lança a assertiva de que “a lingüística só tem a ganhar se se debruçar sobre textos humorísticos, pois eles com certeza são uma verdadeira mina para os lingüistas que ainda não os consideraram” (Possenti, 1998a:22).

Não casualmente, Raskin e Possenti, em diversos estudos, optam, respectivamente, pela análise sobretudo semântica e discursiva de piadas. Antes de nos debruçarmos sobre os textos selecionados para análise, exploraremos um pouco alguns estudiosos de piadas, visto terem chegado a constatações que serão valiosas para a formulação de nossas hipóteses.

Após refletir sobre várias teorias, lingüísticas ou não, e suas tentativas de classificar os mecanismos ou as razões do humor (a saber, Propp, 1976; Travaglia, 1989; Freud, 1905; Safouan, 1987; Bergson, 1900), conforme tendências e objetivos diversos, resolvemos não nos arriscar nessa tarefa de classificação. Acreditamos ser possível explorar recursos estritamente verbais e outros em que ao verbal se juntam, em maior ou menor grau, o cultural, o contextual, em suma, as considerações discursivas e pragmáticas, sem que o vírus classificatório nos ataque.

Também Propp (1976), por exemplo, quer ocupar-se dos “instrumentos que se encontram na língua”, como a ironia, a pilhéria, o paradoxo, o uso de jargões profissionais ou de casta e o uso de palavras isoladas (inclusive o nome próprio), mas sem a preocupação de classificar tais mecanismos. Além disso, expõe sua crença de que a “língua não é cômica por si só, mas porque reflete alguns traços da vida espiritual de quem fala, a imperfeição de seu raciocínio” (Propp, 1976:117). Pensamos que os textos que serão analisados mostrarão isso claramente.

Mas há estudiosos que tentam classificações. Travaglia (1989), por exemplo, propõe-se a “verificar o que os programas humorísticos da televisão brasileira apresentam e / ou consideram como humor e em que proporção usam cada elemento / recurso humorístico.” (Travaglia, 1989:620). Analisa dois programas de “Viva o Gordo” e dois de “A Praça é Nossa”. Devido a isso, sua preocupação é tanto com o humor verbal quanto com o não verbal (situação, gestos, movimentos, caracterização dos personagens, expressões fisionômicas, ruídos vocais não lingüísticos, objetos cômicos, voz etc.). Com tal intento, divide os “elementos provocadores do riso” em dois subgrupos: o dos *scripts* (estupidez, esperteza, ridículo, absurdo, mesquinhez) e o dos mecanismos (cumplicidade, ironia, mistura de lugares ou posições de sujeito e ambigüidade), os quais também se dividem entre verbais e não-verbais, haja vista, por exemplo, o *estereótipo*, tanto lingüístico como de vestuário, gestos etc., a *paródia* não só na forma de textos, como de outras criações da sociedade: a música, por exemplo.

Safouan (1987), por sua vez, segue a linha lacaniana e se justifica a partir de um posicionamento de reanálise de Freud. Duas questões se lhe impõem de início (Safouan, 1987:92): uma diz respeito à técnica que faz um *Witz* ser espirituoso, um “*bom dito* e não um dito banal”; outra diz respeito às razões pelas quais ele suscita o riso. Chega à seguinte definição: “o chiste é a técnica enquanto (*sic*) ela coloca a descoberto o cômico.” Daí a possibilidade de um estudo independente da técnica, já que esta constitui a “*condição necessária*” (mesmo se não-suficiente) do chiste. Freud (1905), por exemplo, consagra toda a primeira parte de sua obra a isso (comentários sobre a condensação e o deslocamento).

Retornando à segunda questão de Safouan, referente, como vimos, às *razões* do riso, temos algumas observações a fazer. Possenti (1991), baseando-se em Raskin, conclui que, embora uma piada compreenda outros elementos que não os especificamente verbais, é tarefa do lingüista que se propõe a estudá-la responder à questão: “qual é a característica textual (verbal, material) da piada?” (Possenti, 1991:493). Nesse sentido, os dados de Possenti são deliberadamente escolhidos por nível fonológico, morfológico-lexical (ambigüidade), sintático, além do que analisa piadas que envolvem problemas metalingüísticos, sociolingüísticos e de tradução. Faz ainda observações de passagem sobre casos descritíveis a partir de noções como a de pressuposição, inferência, contraideologia,

conhecimento prévio, discurso não óbvio, *frame* deslocado, indeterminação de escopo, entre outras.

Em síntese, a maioria das piadas analisadas por Possenti envolve questões de estrutura lingüística. Também, em vários casos, “o ingrediente não verbal que a interpretação considera” (Possenti, 1999:519) mostra como os textos humorísticos têm sua “própria estratégia de imposição de leitura, que consiste, basicamente, em apresentar ao leitor diversas possibilidades para, em seguida, impedir-lhe algumas.” (Possenti, 1999:518). Nesse mesmo sentido, Safouan, após reavaliar, de um ponto de vista estruturalista, as várias técnicas apresentadas por Freud, configurando-as na dimensão de dois únicos mecanismos: a metonímia (eixo das combinações) e a metáfora (eixo das substituições), argumenta que muitas delas exploram o contexto, “a fim de *fazer entender* o que de outra maneira não se diz.” (Safouan, 1987:100). E vai além, afirmando que o que ocorre é uma “mania classificatória” da retórica clássica e que, por mais que se multipliquem as técnicas, elas jamais serão exaustivas, pois o chiste produz sempre um novo efeito de sentido (Safouan, 1987:106).

Aliás, tentativas de classificar mecanismos, repetimos, nos parecem mesmo infrutíferas, porque se apresentam, de uma certa maneira, como algo separado da própria língua,<sup>14</sup> algo à parte, indomável. É mais fácil admitir que, entre o dito e o não dito, nosso humor se sustenta, alojado entre outros tantos fenômenos que, assim como ele, dão vida e “graça” à própria língua.

---

<sup>14</sup> Raskin (1985:103-4) conjectura: “Humor parece ser a segunda forma de comunicação mais socialmente aceitável (...) após a comunicação *bona-fide* [confiável].” Propõe estender o princípio da cooperação griceano para um modo de comunicação “*bona-fide-cum-humor*”, embora se refira também ao humor como uma forma de comunicação não-*bona-fide*, adaptando as máximas de Grice

## 3.2 A posição de Raskin

### 3.2.1 Exemplificando os componentes de uma piada

Será de grande serventia para a análise de nossos textos a fecunda descrição dos componentes de uma piada empreendida por Raskin (1987:17), a saber:

- a) uma mudança do modo de comunicação *bona-fide* (isto é, confiável) para o não *bona-fide*;
- b) o texto ser intencionalmente chistoso;
- c) dois *scripts* (parcialmente) sobrepostos compatíveis com o texto;
- d) uma relação de oposição entre os dois *scripts*;
- e) um gatilho, óbvio ou implícito, entre os dois *scripts*.

Para entender melhor esses componentes, exporemos um exemplo do próprio Raskin (1985:32)

- (1) – O doutor está em casa? - o paciente perguntou num sussurro rouco.  
– Não – sussurrou em resposta a jovem e bela esposa do doutor – Pode entrar.  
(América, século XX)

Em relação ao componente a) de uma piada, o humor é diferente do modo de comunicação sério, denominado “*bona-fide*” por Grice (1975) e comprometido com a verdade e o bom senso. Porém, a cooperação do ouvinte o leva mais naturalmente à compreensão jocosa de uma piada do que à alternativa de estar sendo enredado por uma mentira ou pela falta de sentido ou coerência da conversação. Esse exemplo, encaixado nos casos de humor incongruente, externa o convite à entrada do paciente na casa (“gatilho”), apesar da ausência do médico, como uma situação de incongruência (não *bona-fide*) e, ao mesmo tempo, de congruência, já que conduz o leitor ao *script* do adultério, em parte acionado pela menção à juventude e beleza da esposa (que feriria, se não fosse uma piada, uma das regras da conversação: a máxima da quantidade de Grice, 1975).

Por sua vez, o componente b) se explica assim, nas palavras de Raskin (1985:140): “Todo humor intencional começa com *um impulso para fazer uma piada.*” O termo *piada intencional* exclui, portanto, a situação em que o falante faz alguém rir sem perceber previamente que diz algo engraçado<sup>15</sup>. Sobre isso, a psicanálise freudiana demonstra o papel do inconsciente na fala, responsabilizando o “isto” ou o id por certos discursos. Para ilustrar o papel do id, vale a pena verificarmos alguns casos extraídos do próprio Freud (1901), quando trata dos atos falhos, que, às vezes são, inclusive, engraçados:

- durante uma tempestuosa assembléia, alguém disse: “agora iremos *streiten* (brigar) (em vez de *schreiten* (prosseguir)) no quarto item da agenda.” (Freud, 1901:95);
- um professor que se julgava o único perito no assunto disse: “... os especialistas em x podem ser contados em um só dedo, quero dizer, nos dedos da mão.” (Freud, 1901:106).

Ao que consta, no entanto, os nossos humoristas sabiam bem o que queriam e o que faziam ao escrever os textos em questão. Neste sentido, atribuir tudo ao inconsciente poderia ser problemático.

Além disso, os dois *scripts* compatíveis com a piada analisada por Raskin são DOUTOR e AMANTE, que se sobrepõem (componente c)) num tipo de oposição (componente d)) de mundo ordinário / não ordinário, relacionada a sexo.

Na verdade, Raskin (1985:99) opta pela hipótese de que um texto pode ser caracterizado como uma piada simples se as duas condições (necessárias e suficientes) forem satisfeitas:

- (i) O texto ser compatível, total ou parcialmente, com dois *scripts* diferentes;
- (ii) Os dois *scripts*, com os quais o texto é compatível, serem opostos.

Os dois *scripts* com os quais um texto é compatível em geral sobrepõem-se total ou parcialmente, embora a sobreposição total seja rara. Na maioria dos casos, um *script* é

---

<sup>15</sup> Tal situação assemelha-se à conhecida noção freudiana de “ato falho”, que revela a ilusão de centro do sujeito. Authier-Revuz (1982:139), por exemplo, para mostrar que se deve conhecer a realidade dessa ilusão, assim se expressa: “não tomar os enganos construídos pelo sujeito pela realidade que mascaram; como também não ignorar esses enganos como ilusórios, desconhecendo seu caráter real.”

mais facilmente compatível com o texto inteiro do que o outro. Em outros casos, embora se evoquem os dois *scripts*, há algumas partes do texto incompatíveis com um deles.

A relação de oposição é definida como uma dentre as três possíveis variações de oposição de situação real / irreal (Raskin, 1985:111), isto é, ordinário / não ordinário (*actual / nonactual*), possível / impossível, normal / anormal, assim como uma das oposições entre bom / mau, sexo / não-sexo, dinheiro / não-dinheiro, vida / morte e estatura alta / baixa. Basicamente são, portanto, seis oposições.

Alguns *scripts* da oposição podem também ser uma negação ou o antônimo do outro. Cada piada descreve uma certa situação real e evoca uma situação irreal, esta total ou parcialmente incompatível com aquela. Em certos casos, tal situação é “sombreada” por um conjunto complementar de situações de oposição. É importante assinalar que não há um rígido limite entre os três tipos de variação da oposição real / irreal, havendo, algumas vezes, mútua penetração.

Além desse, outros problemas podem ser apontados:

a) quanto ao modo de relacionamento entre o mundo real e o irreal: o mundo irreal pode existir externamente, paralelo ao *script* real; em outros casos, pode existir internamente, isto é, ser produzido pelo(s) herói(s) da piada. Transferido ao modo de comunicação *bona-fide*, o falante pode ser considerado mentiroso;

b) um dos dois *scripts* opostos pode não ser dado ou evocado diretamente, mas ser implicado ou aludido pelo falante;

c) a distância maior ou menor entre os *scripts* opostos: enquanto alguns *scripts* são simples negações ou antônimos um do outro, outros pouco têm a ver entre si, sendo aproximados, em muitos casos, por polissemia, homonímia ou similaridades fonéticas acidentais.

Uma última observação é a de que, embora os *scripts* opostos variem na maneira de se apresentarem, normalmente envolvem categorias essenciais da existência humana. Além disso, é bastante razoável a conclusão raskiniana de que não importam as várias teorias e tipos de classificação de humor já elaborados, pois todos podem ser reinterpretados pela teoria semântica baseada em *script* (Raskin, 1985:131).

Mas quais são as teoria do humor? Raskin (1984:30 e seguintes) agrupa tais teorias do humor, na sua maioria com base psicológica, em três grandes classes: a cognitivo-

perceptual, associada à noção de *incongruência*, a sócio-behaviorista, fundamentada na noção de *depreciação*, e a psicanalítica, com base na dicotomia *supressão / repressão*. As teorias baseadas na noção de incongruência, por exemplo, privilegiam a natureza irreal de uma das interpretações possíveis de uma piada (Bergson, 1900, por exemplo, opõe *scripts* naturais e mecânicos). As teorias da depreciação parecem optar pela oposição do tipo bondade / maldade, com esta última associada ao ouvinte ou a um dos heróis da piada. As teorias da repressão se concentram na mudança de comunicação *bona-fide* para o modo de contar piada e envolvem sobretudo *scripts* considerados tabus, como sexo, violência, evacuação etc.

Como a intenção da análise de Raskin é prover uma interpretação semântica às piadas, apóia-se nos seguintes componentes (Raskin, 1985:118):

- a) um gráfico lexical contínuo com domínios correspondentes a entradas lexicais (i.é, palavras) do texto;
- b) regras combinatórias combinando aqueles domínios (*scripts*) com um ou mais *scripts* maiores compatíveis com o texto;
- c) um sistema que marque certos *scripts* como opostos.

Cada palavra de uma sentença evoca um ou mais *scripts*. Cada *script* é um domínio limitado do único gráfico multidimensional contínuo que é o léxico da linguagem, assevera Raskin, demonstrando-o através do exemplo (1), já citado.

Baseando-se no *Webster's New Collegiate Dictionary*, lista os *scripts* de todas as palavras relevantes da piada, das quais selecionamos e traduzimos, a título de exemplo, apenas a primeira oração. Os números em itálico são *scripts* não marcados (por exemplo, os mais freqüentes). Algumas adaptações de tradução foram necessárias:

- |               |                     |
|---------------|---------------------|
| (i) O det.    | 1. <i>Definido</i>  |
|               | 2. <i>Único</i>     |
|               | 3. <i>Genérico</i>  |
| (ii) DOUTOR n | 1. <i>Acadêmico</i> |
|               | 2. <i>Médico</i>    |
|               | 3. <i>Material</i>  |
|               | 4. <i>Mecânico</i>  |

( iii ) ESTÁ = ESTAR v	5. Inseto <sup>16</sup> 1. <i>Espacial</i> 2. Existe 3. Igual ou pertencente a uma série 4. Deve ( <i>must</i> ) <sup>17</sup>
( iv ) EM prep	1. <i>Espacial</i> 2. Alvo 3. Ocupação 4. Estado 5. Causa 6. Medida
( v ) CASA n	1. <i>Residência</i> 2. Social 3. Habitat 4. Origem 5. Desabável 6. Objetivo

Após a aplicação das regras combinatórias, que calculam o significado do texto, chega-se à paráfrase: Alguém que tenha sido previamente tratado de uma doença quer saber se o único proprietário, que é médico, de uma residência familiar está fisicamente presente na residência.

A partir de então, tais regras passam a calcular as pressuposições, inferências<sup>18</sup> e perguntas (como *Quem é o ouvinte?*) ligadas a todo o texto. O resultado de tal análise é:

Análise de:	Texto (1)
Resultado:	Piada
<i>script</i> 1:	Médico (Doutor)
<i>script</i> 2:	Adultério (Amante)
Tipo de oposição:	Ordinário / Não ordinário, Relacionado a sexo

<sup>16</sup> Segundo o *Webster's New Universal Unabridged Dictionary*, uma das definições da palavra *doctor* é “*a bright-colored artificial fly used in angling*” (uma mosca artificial bem colorida usada em pescaria).

<sup>17</sup> Uma possível explicação para a associação entre o verbo *estar* (*be*) e o auxiliar *deve* (*must*) é que, segundo o *Webster's New Universal Unabridged Dictionary*, uma das significações de *be* é “*to be made to be, to become*”, a qual, de certa forma, pode ser associada a “*certainty*” (*certeza*) ou “*inevitability*” (*inevitabilidade*), uma das significações de *must*. *To become of*, por exemplo, significa “*to be the final or subsequent condition of*” (ser a condição final ou subsequente de), “*to be the fate of*” (ser o destino de). Portanto o traço da *certeza* parece unir estes dois vocábulos.

<sup>18</sup> A noção de inferência será explicitado à frente, e a de pressuposição, no quinto capítulo.

### 3.2.2 Delimitando a noção de gatilho

Raskin (1985:114 e seguintes) propõe dois tipos de gatilho:

a) o gatilho da *ambigüidade*: ao introduzir um segundo *script*, lança uma sombra sobre o primeiro e sobre a parte do texto que o introduziu, e impõe uma interpretação diferente, aquela não óbvia. Aproveitamos seu exemplo, classificado como um caso de piada antipolítica:

- Quem era aquele cavalheiro com quem o vi na noite passada?
  - Não era um cavalheiro, era um senador.
- (Esar, 1952:177, apud Raskin, 1985:25)

Como a palavra *cavalheiro*, por uma ambigüidade dita regular, significa ao mesmo tempo “homem” e “homem de qualidade”, o texto leva do *script* SENADOR É HOMEM para o *script* SENADOR NÃO É CAVALHEIRO. Retroativamente, o segundo *script* muda a interpretação da primeira parte da piada, fazendo acreditar, incorretamente, que o questionador estava pressupondo ser o senador um homem de qualidade. Se falante e ouvinte estão no mesmo modo de comunicação, o ouvinte sabe as “regras do jogo” e está preparado e normalmente motivado para perceber a segunda interpretação.<sup>19</sup>

O autor distingue a ambigüidade regular, exemplificada acima, da figurativa, da sintática, da situacional. Aborda ainda a quase-ambigüidade, baseada em relações puramente fonéticas (e não semânticas) entre as palavras.

Um outro exemplo de ambigüidade regular é:

- O acusado tem algo mais a oferecer em sua defesa?
  - Não, Meritíssimo, já dei tudo que ganho a meu advogado e a um casal de jurados, amigos dele.
- (Raskin, 1985:45)

---

<sup>19</sup> V. nota 14 sobre o modo de comunicação “*bona-fide-cum-humor*”.

Caso em que *oferecer* significa “dizer” e “dar”.

A ambigüidade figurativa aproxima-se da regular, como no caso da piada emprestada de Esar (1952:23, apud Raskin, 1985:26):

- Por que um burro (*donkey*) come cardo?
- Porque ele é um asno (*ass*).

Sendo que *ass* significa “burro” e “tolo”.

Raskin (1985:108-9), descrevendo a situação “real” das piadas, diz que elas evocam outra, “irreal”, que é total ou parcialmente incompatível com aquela. Neste caso, aponta as situações: Um burro não pode ser um tolo vs Um burro é um tolo.

De acordo com a hipótese principal de Raskin (1985:106), os *scripts* opostos são: animal vs insulto, sendo que o segundo é mais facilmente compatível com o texto como um todo.

De ambigüidade sintática escolhe o seguinte exemplo:

- Uma pessoa deve mexer seu café com a mão direita ou com a mão esquerda?
  - Com nenhuma. Ela deve usar uma colher.
- (Esar, 1952:21, apud Raskin, 1985:26)

Neste caso, *com* pode introduzir um agente ou parte dele (*mão*) ou um instrumento (*colher*). Em relação ao mundo real / irreal, temos a sub-relação situação normal / anormal: Uma pessoa mexe seu café com uma colher vs Uma pessoa mexe seu café com a própria mão (Raskin, 1985:111). Os *scripts* opostos, portanto, são mão usando um instrumento vs mão vazia (Raskin, 1985:107).

Eis um caso do que Raskin considera ambigüidade situacional:

Minha esposa costumava tocar violino constantemente, mas, depois que tivemos filhos, ela não tem mais tempo para isso. Crianças são um conforto, não são?  
(Pochetsov, 1974:90 apud Raskin, 1985:55)

Aqui o gatilho “conforto” introduz um segundo *script*: “má-performance”, ao mesmo tempo em que o texto anterior é quase neutro em relação a ambos. Explicando

melhor, há, nesse exemplo, uma implicatura, a qual se esconde atrás do sentido literal: “Sua esposa possivelmente não toca violino bem, então é um conforto para você que ela não mais o faça, e você deve isso a suas crianças”. Raskin não alude a uma interessante inferência possível neste caso: as crianças, em geral, também incomodam, e esse fato reforça ainda mais a idéia de desconforto da música, já que este ultrapassaria o incômodo gerado pelas crianças. A situação ordinária / não ordinária (Raskin, 1985:110) dessa piada é: É bom que a mulher costume tocar violino vs Não é bom que a mulher costume tocar violino. Abrange, além disso, uma dicotomia julgadora (Raskin, 1985:114) bom / mau, mais especificamente, boa performance vs má-performance (em relação à execução da música).

E para exemplificar o caso de quase-ambigüidade, escolhemos o seguinte exemplo de Raskin (1985:47), que, nos desculpem, mas só funciona em inglês:

Davey, do you know that your assistant just left in a Jaguar?  
So what? Left in Jaguar, returns in February.  
(Israel, anos 70)  
[– Davey, você sabe que sua assistente acaba de sair em um Jaguar?  
– E daí? Saiu em Jaguar, retorna em fevereiro.]

Neste caso, os dois *scripts* opostos são Jaguar vs calendário. Na verdade, ocorre uma oposição básica do tipo situação real vs situação irreal ou, mais especificamente, do tipo possível / impossível, representada pela oposição: *Davey can tell January from Jaguar* vs *Davey cannot tell January from Jaguar* [Davey pode referir janeiro de Jaguar vs Davey não pode referir janeiro de Jaguar.] Deve-se observar, além da semelhança fonética do inglês entre *January* [‘dʒænjuəri] e *Jaguar* [‘dʒægwɑ’] (o que não acontece, como visto, entre *janeiro* e *Jaguar*), o fato de ser do conhecimento prévio do ouvinte que *Jaguar* é uma marca de carro caro e requintado, o que provoca uma inferência, embora preconceituosa, de uma anormalidade por se tratar de uma assistente, pessoa que ocupa um cargo subalterno, com remuneração insuficiente para adquirir tal carro. Por sinal, uma das características do gatilho da quase-ambigüidade é justamente a de as relações semânticas serem, muitas vezes, mal empregadas ou deturpadas.

b) o gatilho da *contradição*: embora este gatilho opere diferentemente da ambigüidade e seja mais complexo, leva ao mesmo efeito, ou seja, impõe retroativamente uma segunda interpretação. Pode atuar sobre palavras ou sobre sentenças inteiras<sup>20</sup>. Uma variação de contradição é o *gatilho dicotômico* (*dichotomizing trigger*), normalmente criado por um par de antônimos construído dentro da piada.

Um exemplo de “humor às custas do próprio falante” é o conhecido episódio narrado por Freud (1905:258, apud Raskin, 1985:25):

Um velhaco que estava sendo levado à execução numa segunda-feira, observou:  
— Bem, esta semana está começando otimamente.

Neste caso, sem nenhum preparo prévio, ocorre uma mudança no segundo *script*, que é exatamente oposto ao evocado em primeiro lugar. O gatilho *começando*, compatível com *segunda-feira e semana*, contradiz o fato de que um começo deve implicar um fim, mas não pode *ser* o próprio fim.

Em outros casos, os gatilhos contraditórios incluem sentenças inteiras e não só palavras individuais:

Um garotinho de cinco anos perde sua mãe e, chorosamente, pergunta:  
— Você viu uma mulher sem um garotinho muito parecido comigo?  
(Dolia-Popov, 1968:581, apud Raskin, 1985:46)

Já o gatilho dicotômico pode ser exemplificado pelo *epigrama* (Raskin, 1985:29):

Na época em que o homem sensato está na idade de se casar, o imprudente arruma filhos suficientes para sustentá-lo.  
(Esar, 1952:18)

---

<sup>20</sup> Nash (1985:9-10), numa visão pragmática, cita três referências básicas do ‘ato’ de humor:

- a) um ‘genus’, ou derivação, na cultura, instituições, atitudes, crenças, práticas típicas, artefatos característicos etc.;
- b) um esboço característico, uma apresentação ou embalagem verbal, em virtude dos quais a intenção humorística é indicada ‘e reconhecida’;
- c) um *locus* em linguagem, alguma palavra ou frase que seja indispensável à piada, o ponto em que o humor se sustenta e se cumpre. Pode ser descrito como um tema “locativo”.

cujo par de antônimos é *homem sensato / imprudente* que, devido à comunicação *não-bona-fide*, tem seu papel invertido.

Como se pode ver, também este mecanismo tem várias faces, e sua classificação não é propriamente fácil ou óbvia.

### 3.3 Texto humorístico mais longo

Esclarecida a hipótese e as noções básicas da teoria raskiniana, pode-se dizer que tal teoria pode ser falsificada de duas maneiras: se pelo menos um exemplo de piada for produzido em discordância com essa hipótese ou se pelo menos um exemplo de um texto, produzido de acordo com essa hipótese, não for engraçado. Lidando com o primeiro caso, Raskin (1985:132 e seguintes) se questiona: “Quer dizer que toda piada mais sofisticada pode ser considerada como contra-exemplo da teoria?”

Como nossa análise se concentrará em textos de humor longos, estes se encaixam nos supostos "contra-exemplos" assinalados por Raskin. Este conclui, porém, que as *piadas compostas* (*compound jokes*) se distinguem das simples pelo fato de que a análise de *script* deve ser aplicada tantas vezes quanto necessário, mesmo que seus textos envolvam *scripts* não elementares<sup>21</sup> de vários graus de sofisticação e complexidade. Em outras palavras, embora uma parte da informação de uma sentença seja capturada pelo léxico, isto é, por *scripts* lingüísticos, seja de forma explícita, pressuposta ou implicada, há outros *scripts* que fazem parte do conhecimento de mundo do falante nativo. Entre estes, temos o caso da alusão (e a paródia é uma forma de alusão, V. Raskin, 1985:138), variando em grau de compreensão, já que alguns de seus *scripts* são conhecidos por um pequeno número de falantes ou são até individuais. Isso não significa que o gráfico lexical contínuo da linguagem não contenha tais *scripts*; "o que um *script* restrito faz é conectar esses

---

<sup>21</sup> Segundo Raskin (1985:46) a maioria das piadas são elementares, isto é, criadas a partir de apenas uma sobreposição de dois *scripts* opostos.

elementos entre si com passos diretos e / ou mais curtos que aqueles que normalmente os ligam no gráfico." (Raskin, 1985:135)

Para algumas piadas simples, Raskin já observara a ocorrência de *scripts* competitivos, sendo que um é considerado o básico, o macroscript (Raskin, 1985: 126). Os critérios que levam a elegê-lo como o mais importante podem ser de dois tipos:

a) estatístico, isto é, pela maior freqüência;

b) baseado na temporalidade, isto é, *scripts* que descrevem um processo ou "cenário" em seqüência cronológica.<sup>22</sup>

Ao definir *script*, Raskin (1985:80-1) se refere não ao *script* lingüístico propriamente dito, mas ao "léxico baseado em *script*" (*script-based lexicon*) de uma língua natural:

O *script* é uma ampla porção de informação semântica circundando a palavra ou evocada por ela. O *script* é uma estrutura cognitiva internalizada pelo falante nativo e representa o conhecimento, por parte do falante nativo, de uma pequena parte do mundo. Todo falante tem internalizado um amplo repertório de *scripts* do "senso comum", que representam seu conhecimento de certas rotinas, procedimentos padronizados, situações básicas etc., por exemplo, o conhecimento do que uma pessoa faz em certas situações, como ela faz, em que ordem etc.

Além desses *scripts* gerais, há os particulares, determinados pelo *background* individual e experiências subjetivas, e os *scripts* restritos, partilhados somente com um grupo determinado (família, vizinhança etc.). É importante esclarecer que essa noção de *script* lingüístico corresponde, em linhas gerais, à noção de campo lexical, ou seja, os *scripts* (de ordem sócio-cognitiva) têm como contraparte lingüística os campos lexicais, isto é, um léxico baseado em *scripts*.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> A distinção entre *scripts* temporais / atemporais levou Schank (apud Raskin, 1985:126) a chamar de *frame* os *scripts* atemporais e reservar o termo *script* para aqueles processos que envolvem tempo.

<sup>23</sup> Um dos idealizadores da noção de campo lexical foi J. Trier, em seu *Der Deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes*, de 1931. Filósofo da escola idealista alemã, toma por base uma semântica estrutural e analisa algumas palavras em relação ao setor conceitual do entendimento. Conclui que tais palavras formam um "campo lingüístico", recobrando um campo conceitual e exprimindo uma visão do mundo, cuja reconstrução elas possibilitam. Essa idéia de campo lingüístico homogêneo, a recobrir todo o

Sintetizando a proposta raskiniana, é relevante repetir que, ao diferenciar esses *scripts* “lingüísticos” dos chamados não-lingüísticos, Raskin argumenta que outros possíveis contra-exemplos da hipótese principal (lembrando: uma piada simples é composta por uma sobreposição parcial de dois *scripts* opostos) envolvem complexos *scripts* não elementares. Na verdade, refere-se às informações semânticas, em grande parte contidas no léxico, pressupostas ou implicadas pelas sentenças. Além disso, tal autor, através dessa proposta semântica, alerta para a necessidade de estender o campo de estudo lingüístico do humor, de forma que certas noções, como pressuposição, implicação, ato de fala, estratégias conversacionais e outros conceitos da semântica, da pragmática e da análise do discurso não se limitem ao “estudo da performance” (Raskin, 1985:14).

Ao lado desses *scripts* “lingüísticos”, ou melhor, do léxico baseado em *scripts*, convivem os não-lingüísticos, fazendo parte do conhecimento de mundo ou do conhecimento enciclopédico do sujeito falante. Simplificadamente, temos:

- a) léxico baseado em *scripts* (considerados *scripts* lingüísticos);
- b) *scripts* não-lingüísticos
  - i *scripts* de conhecimento geral
  - ii *scripts* de conhecimento restrito
  - iii *scripts* individuais

Como um *script não-elementar* pode se basear em *scripts elementares*, ainda permanece na esfera dos *scripts* ditos lingüísticos, embora exija mais esforço, por exemplo, de inferência. Dessa forma, deixa de ser contra-exemplo da teoria semântica de Raskin, o qual, para o demonstrar, toma emprestado o exemplo de Freud visto há pouco, do velhaco a ser executado (e este caso está rendendo ...) e assim o analisa: os *scripts* reais envolvidos na oposição não são imediatamente VIDA e MORTE, mas SEMANA COMUM e EXECUÇÃO, que, embora menos básicos ou elementares, são derivados dos primeiros.

Todas essas observações nos encaminham à nossa hipótese básica, que formulamos a partir de uma adaptação da hipótese de Raskin para piadas simples. Sendo assim, um

---

campo do real sem deixar espaço vazio, embora tenha tido forte influência na semântica moderna, também provocou reações, haja vista sobretudo os contornos nem sempre estáveis do vocabulário do mundo físico.

texto mais longo pode ser caracterizado como humorístico se as seguintes condições, necessárias e suficientes, forem satisfeitas:

(i) O texto ser compatível, total ou parcialmente, com vários pares de *scripts* e, no mínimo, com dois;

(ii) Cada *script* com o qual o texto é compatível deve apresentar uma relação de oposição com outro *script*;

(iii) Um desses pares de *scripts* opostos ser considerado macroscript.

À exceção do macroscript, todos os *scripts* com os quais um texto é compatível sobrepõem-se parcial, mas nunca totalmente. O macroscript sobrepõe-se total ou parcialmente a todos eles – exercendo, desse modo, papel relevante na coerência – tomando algumas passagens, respectivamente, mais ou menos engraçadas do que outras. Disso advém o fato de um texto complexo ter momentos de humor mais fortes, ou picos de humor, contrastando com momentos de humor mais fracos, como veremos no *corpus*.

Outra hipótese, mais específica, se baseia, conforme visto, em Possenti (1998a:26): os textos de humor opõem dois discursos. Explicando melhor, como cada um fala de uma realidade, esses dois discursos, aparentemente paradoxais, parecem conviver, isto é, os vários gatilhos nos fazem passar de um para o outro, mas nenhum dos dois desaparece, já que um permanece à sombra do outro. Também procuraremos testar tal hipótese nos textos selecionados.

### 3.3.1 A posição de Koestler

Em primeiro lugar, retomemos, com Koestler (1964:33 e seguintes), uma piada de Freud para explicar a diferença entre tragédia e comédia, no que diz respeito à noção aristotélica de *catarse*.

Chamfort conta uma história de um marquês da corte de Luís XIV que, ao entrar no aposento de sua esposa e encontrá-la nos braços de um bispo, caminhou calmamente até a janela e começou a fazer os movimentos de abençoar as pessoas na rua.

— O que você está fazendo? — gritou a angustiada esposa.

— O monsenhor está realizando minhas funções — respondeu o marquês — então eu estou realizando as dele.

A análise de Koestler se alicerça também na concepção catártica de Freud. Na tragédia, a tensão aumenta até ser alcançado o clímax (em *Embarcação de Veneza*, por exemplo, Otelo estrangula Desdêmona), para então declinar numa catarse gradual, quando “horror e piedade acompanham a purgação das emoções” (como postula Aristóteles) (Fig. 1, a).

Na piada, a tensão também cresce conforme a história vá progredindo, mas nunca alcança o clímax esperado: a reação inesperada do marquês quebra abruptamente a curva ascendente. A tensão é aliviada e explode em riso (Fig. 1, b):

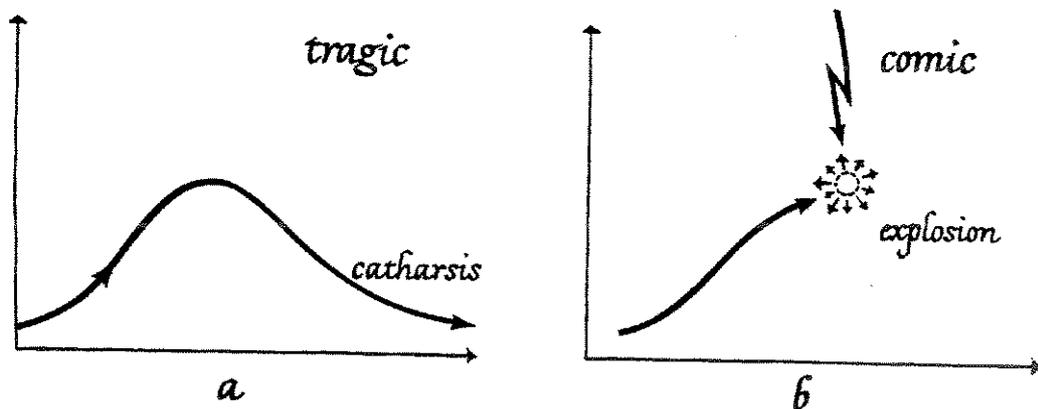


FIGURE 1

Porém a reação inesperada do marquês não é condição suficiente para o efeito cômico. O seu comportamento deve ser, ao mesmo tempo, inesperado e perfeitamente lógico – mas de uma lógica não usual nesse tipo de situação, isto é, a lógica do quiproquó, da divisão de trabalho num campo não usual: funções religiosas e funções maritais. Como a expectativa é de uma outra lógica ou código de comportamento, é o choque de dois códigos, ou contextos associativos, mutuamente incompatíveis, que faz explodir a tensão.

A partir disso, Koestler descreve o que entende por *bissociação*. O modelo subjacente a essa piada é “a percepção de uma situação ou idéia, L, em dois frames de referência auto-consistentes, mas habitualmente incompatíveis,  $M_1$  e  $M_2$ . O evento L, com o qual os dois estão em interseção, vibra simultaneamente sobre dois diferentes comprimentos de onda (...) . Enquanto essa situação incomum permanece, L não é meramente ligado a um contexto associativo, mas *bissociado* a dois.” (Koestler, 1964:35). Através do termo *bissociação*, distingue dois planos de pensar: o simples (*single-minded*) e o duplo (*double-minded*), sendo o último um ato criativo, um “estado transitório de equilíbrio instável, em que a balança tanto da emoção como do pensamento está desequilibrada.” (Koestler, 1964:36).

Exemplifica com outra piada:

Nos dias alegres de *La Ronde*, um oficial australiano arrojado, mas sem tostão, tentou obter favores de uma cortesã elegante. Para se livrar desse pretendente não desejado, ela lhe explicou que seu coração, ai dela, não estava mais livre. Ele respondeu educadamente: — *Mademoiselle*, eu nunca aponte para tão alto assim. (Koestler, 1964:36)

“Alto” é *bissociado* a um contexto não só metafórico, isto é, de ele não estar à altura de tal elegante cortesã, como topográfico (no *Dicionário Aurélio*, uma das definições de *topografia* é: “descrição anatômica e particularizada de qualquer parte do organismo”), isto é, referente à ereção do pênis. Desse modo, o contexto literal evoca imagens visuais que definem o choque.

Outro exemplo para testar a validade do modelo visto e, ao mesmo tempo, realçar a importância da noção de *implicação*, é o seguinte:

Um presidiário estava jogando com seus carcereiros. Ao descobrirem que ele estava trapaceando, eles o chutaram para fora da prisão.

Tal piada pode ser analisada do seguinte modo:

duas regras convencionais (“ofensores são punidos, sendo trancados” e “trapaceiros são punidos, sendo chutados”), ambas auto-consistentes, colidem

numa dada situação – como a ética do quiproquó e do matrimônio colidem na história de Chamfort. No caso, ocorre uma inversão da própria lei da punição: o confinamento se transforma na libertação. Mas observemos que essas regras conflitantes são meramente *implicadas* no texto; torná-las explícitas é destruir o efeito cômico da história. (Koestler, 1964:36)<sup>24</sup>

Todas essas considerações são válidas para piadas e anedotas com um único ponto de culminância. Como explicar, porém, poemas cômicos ou satíricos, dependentes de “uma série de explosões menores ou de um estado contínuo de divertimentos leves?” A resposta a essa pergunta pode ser representada pela figura 2, que mostra o que ocorre quando uma narrativa humorística oscila entre dois *frames* de referência.

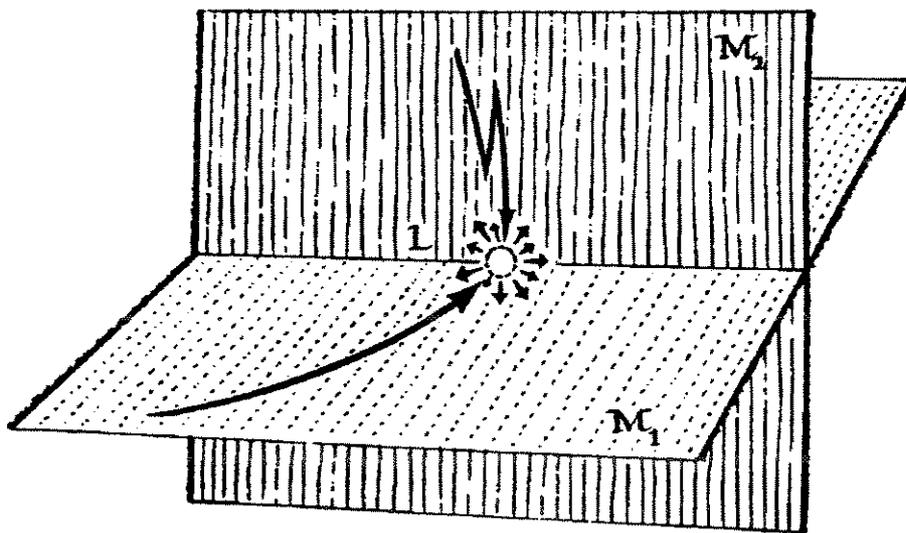


FIGURE 2

<sup>24</sup> Contrariamente a essa tomada de posição, Safouan (1987:92) conclui, como já comentado, que o “chiste é a técnica enquanto (*sic*) ela coloca a descoberto o cômico.”

Koestler, num segundo momento, reduz à expressão “*matriz (M) do pensamento*” várias expressões por ele abordadas, quer sejam: “*frames de referência*”, “*contextos associativos*”, “*tipos de lógica*”, “*códigos de comportamento*” e “*universos de discurso*”.

### 3.3.2 O exemplo de Raskin

Para responder ao questionamento de toda piada mais sofisticada poder ser considerada como contra-exemplo da teoria, Raskin (1985:131 e seguintes) analisa um exemplo de piada soviética não-simples:

O irmão mais velho da pequena Vova, estudante secundário, começou a tirar notas baixas. Ele e seu pai tiveram uma conversa, e o pai disse: “Lembro-me de mim na sua idade e entendo muito bem o que está errado com você. Antes meu pai tivesse feito comigo o que estou fazendo com você. Aqui – tome cinco rublos e arranje você mesmo uma garota. Ela irá resolver o seu problema.”

A irmã do rapaz ouve por acaso a conversa e pára-o na saída: “Ouça, dê a mim o dinheiro – resolverei o seu problema, e o dinheiro permanecerá na família.” O rapaz concorda, e eles vão ao quarto dela. Em instantes, a garota exclama: “Oh, seu pênis é muito maior do que o do papai!” “Sim”, ele responde, “Mamãe me disse isso também.” E a pequena Vova, atenta a tudo, diz a si mesma “De que família prostituída eu vim!”

Pela análise, identificam-se dois *scripts* opostos: *família* e *sexo*, cuja relação é definida como sendo do tipo básico: normal / anormal, já que envolve atividade incestuosa.

A complicação da análise, segundo Raskin, se dá pelo fato de os *scripts* serem postos em oposição várias vezes. Na verdade, tal narrativa chistosa poderia ser segmentada em quatro piadas, mais ou menos engraçadas:

- de “O irmão mais velho” até “na família”. (considerada como uma piada um pouco fraca, embora completa);
- de “O rapaz concorda” até “papai!”;
- de “Sim” até “disse isso também.”;
- de “E a pequena Vova” até “eu vim!” (muito fraca).

Sem precisar o grau de humor das duas piadas do meio, Raskin nos faz deduzir que pelo menos não são fracas. A última apresenta uma pequena variação do mesmo tema, a saber: *criança e sexo*, já que não se espera de uma criança pequena o entendimento de tais coisas e o uso de tal linguagem.

Há uma relação de dependência entre elas: embora a primeira seja independente, a segunda e a terceira podem funcionar com relativa independência da primeira, embora funcionem melhor em conjunto, como se vê em (a). Além disso, “falta” ao texto um fator relevante, explicitado em (b), que, se fosse mencionado no texto, destruiria a piada. Veja-se a seguinte análise sumária desta piada:

(a) (i) “Oh”, a garota disse a seu irmão, “seu pênis é muito maior que o do papai!”

(ii) “Mamãe também me disse que o meu pênis é maior que o do papai”, disse o rapaz a sua irmã.

(b) quando eles estavam fazendo amor um com outro pela primeira vez.

Como ficou dito, o fator (b) danificaria a(s) piada(s), se fosse acrescentado ao texto, isto é, se fosse explícito. A primeira piada o introduz de modo bastante inesperado.<sup>25</sup> Chamaremos *imprevisibilidade* a essa característica da piada. A última piada, envolvendo Vova, embora contenha um *script* de oposição auto-suficiente, seria também muito fraca sem o texto precedente.

Denominando esse tipo de piada de *piada composta*, Raskin declara que ela se distingue da *simples* somente pelo fato de a análise de *script* se aplicar mais de uma vez. E conclui: “Um mecanismo adicional, conceptualmente simples e tecnicamente acessível, combinando a oposição múltipla da piada, é necessário para sua análise completa.” (Raskin, 1984:134). Além disso, respondendo à questão inicial, se esse tipo de piada é ou não um

---

<sup>25</sup> O próprio Raskin (1984:146) afirma que, de modo geral, quanto menos inesperado for o *punch line*, melhor é a piada. Pela sua teoria, o *punch line* contém o gatilho, cuja alta eficiência se deve à ocorrência da mudança (para modo de comunicação não *bona-fide*) após o estabelecimento do primeiro *script*. Tal observação é de fundamental importância para o surgimento da surpresa da piada.

Freud (1905:142, nota 2), por sua vez, distingue o que considera chiste *bom* / chiste *mau* desta forma: “Se, através de uma palavra com duplo sentido ou de uma palavra só levemente modificada, consigo encurtar o trajeto de um círculo de idéias ao outro, mas se, ao mesmo tempo, *não há uma conexão importante* entre tais círculos de idéias, farei então um mau chiste.” (o grifo é nosso). Portanto um bom chiste depende não só da rapidez da associação de dois discursos, como também da singularidade dessa associação.

aparente contra-exemplo da teoria, destaca que bastam pequenos ajustes, e tal aparência se desfaz. Se Raskin tiver razão, um de nossos intentos será empreender alguns pequenos ajustes da teoria para dar conta do *corpus*.

### 3.3.3 Comparando as teorias

Queremos chamar atenção para a relativa semelhança entre as teorias propostas por Koestler e por Raskin, cujas noções podemos relacionar, pelo menos simplificada e (e os autores que nos perdoem a eventual redução excessiva):

	KOESTLER		RASKIN
a)	matriz M <sub>1</sub> e M <sub>2</sub>	↔	<i>scripts</i> opostos
b)	percepção de um evento L	↔	uma relação de oposição entre os <i>scripts</i>
c)	criação da piada, com tensão seguida de explosão cômica	↔	o texto de uma piada intencional
d)	bissociação	↔	sobreposição (parcial)
e)	implicação (do código das matrizes), com rompimento de expectativa e lógica do incomum	↔	imprevisibilidade (do <i>punch-line</i> )
f)	um único ponto de culminância (ou explosão)	↔	um único gatilho

Nenhum desses autores considera significativa a diferença entre piada e textos humorísticos mais longos, a não ser pelo fato de que nestes ocorrem pelo menos mais de uma vez os elementos característicos daquela.

Sendo assim, propomos substituir, para texto longo, com base na teoria relativa ao texto humorístico curto:

b) por b') vários eventos L ↔ múltiplas oposições

f) por f') explosões mais ou menos intensas ↔ vários gatilhos mais ou menos fracos.

Porém, nos dois casos, mantém-se um par básico de oposições (de matrizes ou de *scripts*). Devido a isso, é relevante observar a insistência de Raskin em reduzir ao *script* lingüístico, considerado elementar, as poucas inferências eventuais que desnudam os *scripts* pragmáticos não elementares, rotulados por ele de não-lingüísticos.

Quanto a Koestler, bissocia certas palavras com um sentido ao mesmo tempo literal e metafórico, sendo a escolha de um ou de outro a responsável direta pelo chiste, como já foi exemplificado.

Resta saber se “o mecanismo adicional, conceptualmente simples e tecnicamente acessível”, sugerido por Raskin para a análise das piadas compostas, é realmente tão simples. Antes de uma análise de elementos do *corpus*, convém trilharmos por mais algumas interessantes reflexões em torno do discursivo e do pragmático.

### **3.4 Delimitando algumas noções pragmático-discursivas**

#### **3.4.1 Subjetividade e formação discursiva**

É praticamente incogitável abordar a questão da subjetividade na linguagem sem fazer rápida referência a Émile Benveniste (1966), que dedica toda a seção chamada “O homem na língua” a problemas dessa ordem. Ele define subjetividade como a capacidade que o locutor possui de se colocar como “sujeito”. Analisando os pronomes pessoais *eu* e *tu*<sup>26</sup> e os dêiticos, em geral, demonstra que estes partilham do mesmo *status* daqueles pronomes, já que organizam as relações espaço-temporais em torno do sujeito. Podemos

---

<sup>26</sup> Enquanto o *eu* e o *tu* têm marca de pessoa, o *ele* caracteriza-se para Benveniste como a não-pessoa, isto é, aquela que não se refere a um indivíduo específico, mas remete a um objeto existente fora da alocação. Deve-se realçar que a terceira pessoa caracteriza-se somente por oposição à primeira pessoa do locutor que, ao enunciá-la, a situa como não-pessoa. “Esse é seu *status*”, afirma Benveniste (1966:292).

dizer, portanto, que esse jogo de reciprocidade, apesar de se manifestar na fala, está inscrito na própria língua<sup>27</sup>.

Tais constatações ajudam a testemunhar que existem, no próprio enunciado, as marcas relativas à enunciação. Num artigo posterior, denominado “L’appareil formel de l’énonciation”, Benveniste (1970) distingue uma lingüística como estudo das formas e uma lingüística da enunciação. Desse modo, a lingüística passa a estudar os mecanismos pelos quais o falante, apropriando-se da língua, transforma-a em discurso. No processo mesmo da enunciação, ao instituir-se um *eu*, institui-se necessariamente um *tu*: “Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si (...). Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução – ela postula um alocutário.” (Benveniste 1970:84).

Não se pode, porém, deixar escapar a observação de que, mesmo afirmando que a enunciação é a “*acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (Benveniste 1970:87), Benveniste elege o EGO como o centro da enunciação, pois o “locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” (Benveniste 1970:84).

Benveniste é sem dúvida um pioneiro da análise do discurso, na medida em que desenvolve a noção de enunciação, que é apropriada de diversas maneiras por autores diversos, de Foucault a Pêcheux. Pode ser considerado, de certa forma, o reintrodutor<sup>28</sup> da subjetividade na linguagem, mas, apesar de seu brilhantismo, é justamente neste ponto que sofre as maiores críticas: é necessário considerar o *tu* não apenas como uma figura a complementar o *eu*, mas sobretudo como elemento constitutivo da subjetividade. Orlandi (1987:34) por exemplo, assim se posiciona: “(...) o que propomos é que se considere o

---

<sup>27</sup> Além de Benveniste, outros lingüistas e alguns filósofos da linguagem, sobretudo J. L. Austin (1962) com sua análise dos verbos performativos e sua teoria geral dos atos de fala, mostram que a língua comporta diversos processos que permitem estabelecer várias relações intersubjetivas.

<sup>28</sup> Dizemos *reintrodutor* da subjetividade na linguagem por considerar, por exemplo, a obra anterior de Bréal, sobretudo *Ensaio de Semântica*, publicado em 1897, em que demonstra, no capítulo “Elementos subjetivos”, que a língua tem formas próprias (advérbios, modos e tempos verbais, pronomes pessoais etc.) de marcar a presença do elemento subjetivo. A esse respeito, não se pode deixar de mencionar também o papel relevante, para não dizer fundamental, de Bakhtin (1929).

outro pólo, o do *ouvinte*, e se procurem suas marcas, as formas lingüísticas que revelam seu papel. (...) “. E vai mais longe, recorrendo à asserção: “Onde está a linguagem, está a ideologia. Há confronto de sentidos, a significação não é imóvel e está no processo de interação locutor-receptor, no confronto de interesses sociais. Portanto, dizer não é apenas informar, nem comunicar, nem inculcar, é também reconhecer pelo afrontamento ideológico.”

Numa visão de discurso posterior à benvenistiana, a noção de subjetividade foi alterada pela corrente francesa de Análise do Discurso, fortemente influenciada pelo conceito de *ideologia*, sobretudo como elaborado por Althusser, e pelo de *discurso*, tratado largamente por Foucault. Alicerçando-se em tais conceitos, Pêcheux, elabora sua teoria. A noção de *formação ideológica* (FI), definida como “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais mas se reportam, mais ou menos diretamente, às *posições de classe* em conflito umas com as outras.” (Haroche *et alii*, 1971:102).

No artigo “*Idéologie et appareils idéologiques d’État*”, Althusser<sup>29</sup> escreve: “Como todas as evidências, incluindo aquela segundo a qual uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possui uma significação’, ou seja, incluindo a evidência da transparência da linguagem, esta evidência de que eu e você somos sujeitos – e que este fato não constitui nenhum problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.” E mais: “A ideologia não existe senão por e para os sujeitos.” Pêcheux (1988:183) retoma uma interessante citação de Althusser a respeito da expressão “*forma-sujeito*”: “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘*forma-sujeito*’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo agente das práticas sociais.<sup>30</sup> Dessas formações ideológicas fazem parte, enquanto componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas. Em outras palavras, as formações ideológicas governam os discursos, determinando “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

---

<sup>29</sup> Louis Althusser, “*Idéologie et appareils idéologiques d’état*, *La Pensée*, 151, junho 1970, p. 30.

<sup>30</sup> Tal citação se encontra no texto da “*Réponse à John Lewis*”, publicado em 1970 na revista *La Pensée* nº 151, traduzido em português pela Graal, 1978 (p. 67).

Em relação à noção de *formação discursiva* (FD), Foucault<sup>31</sup> a entende como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.”

A partir dessas noções, Pêcheux, no texto *A análise de discurso: três épocas* (1983), resume o que denomina a AD da primeira época (AD-1), de base estruturalista, cuja noção de sujeito é concebida como uma “subjetividade assujeitada” às imposições da formação ideológica e da formação discursiva: “Os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’”. Em relação à AD da segunda época (AD-2), Pêcheux reconhece a relativização desses conceitos, pois a formação discursiva está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma formação discursiva não mais deve ser concebida como estruturalmente fechada, já que é constitutivamente “‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’)” (Pêcheux, 1983:314).

A noção de *interdiscurso* entra em cena para designar o “exterior específico” de uma formação discursiva que irrompe no interior dessa mesma formação. Simultaneamente, descobrem-se “os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeito de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica ‘estratégicas’.” (Pêcheux, 1983:314)

E a noção de sujeito do discurso? Se Pêcheux (1983), na primeira fase da AD, considera sentido e sujeito como constituintes de um processo simultâneo por meio da figura da interpelação ideológica (Althusser, 1970), pouca coisa muda na segunda fase: “A questão do ‘sujeito da enunciação’ não pode ser posta no nível do AD-2 senão em termos da ilusão do ‘ego-eu’ [‘moi-je’] como resultado do assujeitamento (...) freqüentado pelo

---

<sup>31</sup> *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969:153 (traduzido em português pela Forense-Universitária, 1986).

tema spinozista da *ilusão subjetiva* produzida pela ‘ignorância das causas que nos determinam’.” (Pêcheux, 1983:314).

Tal sujeito opera em dois níveis de esquecimento, segundo Fuchs e Pêcheux (1975):

a) Esquecimento nº 1: num nível inconsciente, ideológico, em que o sujeito “esquece”, apaga qualquer elemento que remeta ao exterior de sua formação discursiva, “aceitando” certa seqüência lingüística e “recusando” outra a fim de produzir determinados sentidos;

b) Esquecimento nº 2: num nível pré-consciente ou consciente, em que o sujeito enunciadador coloca fronteiras entre “o que pode e deve ser dito”, quando, no interior da formação discursiva que o domina, constitui seu enunciado, elegendo algumas formas e ocultando outras. Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que seu discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade, de que é senhor de sua palavra, origem e fonte de seu sentido. A idéia básica, sugerida sobretudo por Foucault, é expressa pela palavra “dispersão”: o sujeito é uma função<sup>32</sup>, sendo que pode estar em funções diversas, segundo os papéis institucionais.

Pelo fato de que se questionou a própria concepção de formação discursiva, Pêcheux considera que a AD entra em nova fase, a da heterogeneidade discursiva: “Assim, a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento dessa identidade, e com ela a própria noção de maquinaria discursiva estrutural... e talvez também a de formação discursiva.” (Pêcheux, 1983:315). Trabalhos de Foucault, Bakhtin, Lacan, Authier-Revuz, Ducrot e outros apontam, cada um a seu modo, para a polifonia, como uma marca característica do discurso.

Os enunciados de cada discurso têm um percurso que faz com que carreguem a memória de outros discursos. Pêcheux (Pêcheux, 1983:316-7) tematiza, assim, as formas lingüístico-discursivas do *discurso-outro*:

– discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como outro (cf. as diferentes formas de “heterogeneidade mostrada”);

<sup>32</sup> Esse funcionamento do sujeito se origina, segundo Pêcheux (1969), na hipótese estruturalista de que a língua é um sistema e o sujeito a recebe pronta.

– mas também e sobretudo a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu”, enunciador estratégico que coloca em cena “sua” seqüência, *estruturar* esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa).

A utilização dessas noções de FD e FI neste trabalho é motivada pelo fato de envolver, de modo crucial, a questão da paráfrase e a de pré-construído que “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado.” (Henry, apud Pêcheux, 1988:99).

Authier-Revuz, por sua vez, com base na concepção dialógica de linguagem formulada por Bakhtin e numa perspectiva exterior à Lingüística, mostra como a Psicanálise altera a noção de sujeito, na esteira do pensamento psicanalítico, para o qual o sujeito é dividido em consciente e inconsciente. Freud (1905) nos dá vários exemplos, entre os quais podemos “re-citar”: um professor que se julgava o único perito num assunto disse: “... os especialistas em x podem ser contados em só dedo, quero dizer, nos dedos da mão”. (Freud, 1901:106). Exemplos como este atestam que, algumas vezes, o *ego* dá lugar ao *id*, isto é, quem fala é o inconsciente.

Em seus trabalhos, Authier-Revuz (1982 e 1990) tem analisado as formas quicá problemáticas da “*heterogeneidade mostrada*”, que inscrevem o outro na seqüência do discurso (discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre e ironia) relativamente ao estatuto das noções enunciativas (distância, comprometimento, polifonia etc.). Maingueneau (1993) retoma tal estudo para as questões da polifonia, incluindo a ironia, a pressuposição, a negação, o discurso relatado (discurso direto e indireto; questões ligadas às noções de intertexto e intertextualidade<sup>33</sup>), as palavras entre aspas (que acumulam, ao mesmo tempo, menção e uso), o metadiscurso do locutor (glosas), a parafrase, o discurso indireto livre, a citação de autoridade, o provérbio e o slogan, a

---

<sup>33</sup> Maingueneau (1983:86) define *intertexto* de uma FD “o conjunto dos fragmentos que ela efetivamente cita” e *intertextualidade*, “o tipo de citação que esta formação discursiva define como legítima através de sua própria prática. Além dos enunciados citados há, pois, suas condições de possibilidade.”

imitação (a captação e a subversão), o pastiche. Alguns dos casos desta lista estão diretamente ligados a textos do *corpus*, como se verá.

Em todos esses casos, testemunhas da presença do outro no discurso, as referências à noção de formação discursiva são inevitáveis, na medida em que identificam rupturas na noção de uma formação discursiva hermética. Pode-se relacionar de forma produtiva as noções de heterogeneidade e de formação discursiva. Vejamos o que diz Maingueneau (1993), a respeito de algumas formas de heterogeneidade, sempre relacionadas ao conceito de “formação discursiva” (expressão sublinhada por nós):

— (...) as aspas designam a linha de demarcação que uma *formação discursiva* estabelece entre ela e seu “exterior” (...) Uma *formação discursiva* se estabelece entre esses dois limites, a saber, um discurso totalmente entre aspas, do qual nada é assumido, e um discurso sem aspas que pretenderia não estabelecer relação com o exterior (Maingueneau, 1993:90);

— o texto não é um estoque inerte que basta segmentar para dele extrair uma interpretação, mas se insere em uma cena enunciativa cujos lugares de produção e de interpretação estão atravessados por antecipações, reconstruções de suas respectivas imagens, imagens estas impostas pelos limites da *formação discursiva*. (Maingueneau, 1993:91);

— Do ponto de vista da AD, o metadiscurso do locutor apresenta um grande interesse, pois permite descobrir os “pontos sensíveis” no modo como uma *formação discursiva* define sua identidade em relação à língua e ao interdiscurso. (Maingueneau, 1993:93);

— Como observa J. Authier, assiste-se, assim, à dupla afirmação da unidade da *formação discursiva*; em primeiro lugar, porque a glosa faz acreditar que é possível circunscrever a indeterminação do discurso, o erro, o deslizamento, etc.; em segundo lugar, porque o encaminhamento a um exterior explicitamente especificado ou por especificar *determina* automaticamente, por diferença, um *interior*, o do discurso (...). Através de seu poder metadiscursivo, o sujeito denega o lugar que lhe destina a *formação discursiva* em que se constitui: em lugar de receber sua identidade deste discurso, ele parece construí-la, ao tomar distância, instaurando ele mesmo as fronteiras pertinentes. (Maingueneau, 1993:94-5);

— a respeito da parafrasegem: (...) em uma *formação discursiva*, o sentido é apreendido pelo deslizamento de uma fórmula a outra, no interior de classes de equivalência: “É preciso admitir, escreve Pêcheux, que palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem ‘ter o mesmo sentido’ no interior de uma *formação discursiva* dada”. (Maingueneau, 1993:95);

— As coletividades supostas pelas *formações discursivas partilham um tesouro de enunciados fundadores*, cuja figura extrema será o slogan, a divisa (...) É, aliás, uma das características que distingue as ‘autoridades’ próprias a uma

*formação discursiva*, daqueles a que recorremos nas trocas cotidianas (Maingueneau, 1993:101).

Ao lado dessas marcas da heterogeneidade mostrada, há diferentes modos de negociação do sujeito falante com a *heterogeneidade constitutiva* do seu próprio discurso. Descrevendo diferentes, porém solidárias ordens de realidade dessa dupla heterogeneidade, assim se expressa Authier-Revuz (1990:32): “Face ao ‘isso fala’ da heterogeneidade constitutiva responde-se através do ‘como diz o outro’ e ‘se eu posso dizer’ da heterogeneidade mostrada, um ‘eu sei o que eu digo’, isto é, *quem* fala, eu ou um outro, eu sei *como* eu falo, como utilizo as palavras.” Privilegiando o interdiscurso sobre o discurso, Maingueneau (1993) recorre a abordagens de diferentes autores, entre os quais J. J. Courtine, que nos leva a entender a relação entre memória e discurso. A noção de formação discursiva é definida a partir de seu interdiscurso. Assim se expressa Courtine (1981:24):

O interdiscurso consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos.

Portanto, a noção de *memória discursiva* enlaça a de formação discursiva, já que naquela há “formulações que repetem, recusam ou transformam outras formulações” (Maingueneau, 1993:115). Tal noção de memória não é aquela abordada pela Psicologia ou pela Psicolinguística, mas se refere à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos.

Fundamental neste momento para os objetivos deste trabalho é resumir a argumentação de Possenti (1995) no artigo, cujo título é intrigante: “O ‘eu’ no discurso do ‘outro’ ou a subjetividade mostrada”. Embora de acordo com as premissas da AD francesa, analisa alguns dados, tipicamente textos humorísticos curtos, para sustentar a hipótese de que “a presença do outro não pode eliminar a necessidade de invocar também o trabalho do sujeito falante” (Possenti, 1995:45). Na verdade, acredita que o eu se alia ao outro ao invés

de se anular em sua presença.<sup>34</sup> Assumindo que a maneira de se libertar do poder dos discursos é *jogar* com a materialidade lingüística, isto é, o significante, mostra que isso só é possível com a atuação do eu discursivo. Entre outros exemplos, destacamos: “O Senhor é meu pastor e nada me faltará” (extraído da primeira página do *Planeta Diário*, v. 4, n. 58, de novembro de 1989). Embora fique evidente a presença da heterogeneidade, já que faz surgir um outro discurso, bíblico: “O Senhor é meu pastor e nada me faltará”, vale perguntar qual a relação entre esses dois enunciados? Possenti demonstra que “sob a forma do jogo, inscreve-se um sujeito tentando não deixar intocado um discurso de poder, no caso um discurso de poder no sentido mais tradicional, o político.” (Possenti, 1995:50). Sendo mês das eleições presidenciais de 1989, tal enunciado funciona também como crítica à jogada política que foi a venda, feita por um candidato pastor, de um pequeno partido a outro candidato, publicamente conhecido por Sílvio Santos, mas cujo nome real é Senhor Abravanel. E “esse texto acaba por dizer quem é o verdadeiro pastor deste pastor: não o da Bíblia, não Deus, mas a Mamona, não o Senhor, mas o Senhor etc.” (Possenti, 1995:51). Para Possenti, a estratégia do eu é a de apresentar-se sutilmente como um outro, alterando o discurso deste e deixando-lhe as marcas de sua presença ativa, criativa e, como veremos em nossos dados, até mesmo sorrateira.

Insistindo na tese da atividade do sujeito, como visto, e defendendo, seguindo de certa forma Maingueneau (1984), a relevância de uma certa noção de competência discursiva desse sujeito para pôr-se à distância (de si mesmo e do seu discurso), Possenti (1999:156) aprofunda sua tese. Não só aduz mais exemplos nessa mesma direção, mas também explora à sua maneira a noção de heterogeneidade mostrada, proposta por Authier-Revuz (1982), embora esta autora deixe claro seu desinteresse “em participar da operação de salvamento do sujeito”, sobretudo nas análises da “complexidade enunciativa”, que relevam a noção de distância. Essa hipótese proposta por Possenti não implica aceitar que o sujeito esteja na origem do discurso, mas apenas aceitar que, embora “isto fale sempre antes, alhures e independentemente”, ou seja, que o interdiscurso seja constitutivo, o sujeito

---

<sup>34</sup> Há casos extremos em que a presença do outro é marcante, revelando os *topoi* correntes, as verdades aceitas por todos, como no caso: *a bebida faz mal à saúde*. “Outros exemplos poderiam ser colhidos em qualquer campo, como o da culinária, o da educação dos filhos, dos hábitos de alimentação, sono ou vestimenta; o do futebol, da política, da economia etc., isso sem mencionar os provérbios” (Possenti, 1995:49).

pode assumir, em relação a ele, posições que não se resumem a “ser falado.” Um campo fértil para testar tal hipótese, segundo esse autor, são os textos humorísticos, sobretudo as piadas:

Há bons indícios de que tanto quem conta ou faz uma piada, quanto quem a entende, parece postar-se a meio caminho entre a linguagem e a metalinguagem, na medida em que o gênero exige uma análise não banal do material lingüístico e, eventualmente, sua conexão com a situação ou com outros textos. (Possenti, 1999:158).

Nas observações sobre a noção de glosa, Maingueneau (1993), já abordado, oferece apoio a esta tese, pois o sujeito, atuando através do metadiscurso, explicita seu lugar na formação discursiva em que se constitui, deixando marcado explicitamente seu pertencimento a determinado discurso.

Nossa convicção é a de que toda piada funciona de certa forma como metalinguagem da própria linguagem, isto é, rearranjo do significante, empenho na forma, na função estética, para chegar a vários objetivos: fazer rir e, ao mesmo tempo, no caso do humor político, persuadir, alertar, vingar-se, desabafar...

Todas essas considerações são férteis na medida em que, além de delinear, embora palidamente, o percurso, trilhado pela noção de subjetividade, da unicidade para a difusão, também permitem conceber um sujeito em toda sua complexidade. Associando-se a isso, as noções de formação discursiva e ideológica, escancaradas pela chave da interdiscursividade, ratificam que as variações de sentido são inevitáveis e quase deixam entrever a magia dos fenômenos da linguagem, entre os quais a polifonia nos interessa particularmente, mesmo porque as múltiplas vozes ecoam em uníssono com a voz do eu.

### **3.4.2 Polifonia e interdiscursividade**

Como temos trabalhado com a polifonia como forte marca dos discursos, já que abrange a ironia, a pressuposição, o provérbio etc., optamos pela versão filosófica do

---

chamado “discurso heterogêneo”, que autorizou, por exemplo, Bakhtin (1929) a afirmar não só que a palavra, ao ser expressa, é o produto da interação viva de forças sociais, como também, ao se referir às obras literárias, dizer que um narrador, cuja posição é fluida, pode substituir o autor propriamente dito.

Com base em Ducrot, Mainguenu (1993), de forma mais clara, explica a polifonia como um mecanismo que leva a distinguir, numa enunciação, dois tipos de personagens: os enunciadores e os locutores. Locutor é o ser que, no enunciado, é apresentado como seu responsável, embora possa não coincidir com seu produtor físico, ou seja, com o falante-autor efetivo da fala ou da escrita. Pode haver dois tipos de locutores: “o locutor propriamente dito” (L) e o “locutor enquanto pessoa do mundo” ( $\lambda$ ). Já os enunciadores são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa atribuir palavras precisas; embora não falem, expressam seu ponto de vista, ou seja, o “locutor” pode colocar posições diferentes da sua no seu próprio enunciado.

Neste momento se faz mister retomar Koch (1997) que, baseada em Ducrot (1987), considera dois tipos de polifonia:

a) polifonia de locutores ou intertextualidade explícita (discurso relatado, citações, referências, argumentação por autoridade etc.): quando, no mesmo enunciado, se tem mais de um locutor;

b) polifonia de enunciadores ou intertextualidade implícita: quando, no mesmo enunciado, há mais de um enunciador.

Sobretudo em relação ao último caso, Koch (1997:57) alarga ainda mais o conceito de polifonia:

Na intertextualidade, a alteridade é necessariamente atestada pela presença de um intertexto: ou a fonte é explicitamente mencionada no texto que o incorpora ou o seu produtor está presente, em situações de comunicação oral; ou, ainda, trata-se de provérbios, frases feitas, expressões estereotipadas ou formulaicas, de autoria anônima, mas que fazem parte de um repertório partilhado por uma comunidade de fala. Em se tratando de polifonia, basta que a alteridade seja encenada, isto é, incorporam-se ao texto vozes de enunciadores reais ou virtuais, que representam perspectivas, pontos de vista diversos, ou põem em

jogo ‘topoi’<sup>35</sup> diferentes, com os quais o locutor se identifica ou não. Deste modo, a meu ver, o conceito de polifonia recobre o de intertextualidade, isto é, todo caso de intertextualidade é um caso de polifonia, não sendo, porém, verdadeira a recíproca: há casos de polifonia que não podem ser vistos como manifestações de intertextualidade.

A essa “heterogeneidade constitutiva”<sup>36</sup>, ou interdiscursividade, não marcada na superfície, mas que se deixa explorar pelo interdiscurso a propósito da constituição de uma formação discursiva, Maingueneau (1993) também dedica um capítulo (“Do discurso ao interdiscurso”). Aliás, já afirmara (Maingueneau, 1976:39) que “um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição.” Por exemplo, há as alusões, a paródia e certos tipos de paráfrase e de ironia. Veremos a relevância dessas considerações nas análises de alguns textos, como naqueles que “jogam com” os provérbios (texto VI, *Provérbios do Planalto* e X, *Provérbios e proverbiações*), mas sobretudo pelo fato de todos serem rebocados arditosamente pela argamassa (e perdõem-nos a redundância) da ironia marota e atrevida, mas deliciosamente engraçada.

Mas há textos que abusam da intertextualidade: o texto I (*L’année dernière à Araxá*), por exemplo, a ser analisado neste capítulo, usa tal recurso tanto no próprio título quanto na vasta e caótica lista de títulos de livros, para cuja interpretação precisa-se também das referências à calamitosa situação histórica de então, como veremos. Também o texto III (*Cinema*) recorre amplamente a essa mesma noção: vários nomes de filmes são estrategicamente selecionados.

---

<sup>35</sup> A noção de *topos* (plural *topoi*), lugar comum argumentativo, foi emprestada de Aristóteles e desenvolvida por Ducrot (1989). Apresenta três propriedades básicas: universalidade, generalidade e natureza gradual. Exemplificando: *Está fazendo calor, vamos à praia* apresenta o *topos*: “o calor torna a praia agradável!”.

<sup>36</sup> Termo também utilizado por J. Authier-Revuz, 1982 e 1990.

### 3.4.3 Ironia

A ironia é, portanto, um dos mecanismos que permite desvendar o fenômeno da interdiscursividade. E o que vem a ser a ironia? Há tantas abordagens – de cunho filosófico, psicanalítico, retórico, sociológico, literário, pragmático-discursivo e provavelmente outras – que se torna impossível a tarefa de defini-la, esgotando esse intento. Procurando manter-nos dentro de uma perspectiva discursiva, vamos surpreendê-la como parte da ampla categoria do humor, dentro dos mais diversos discursos.

Ducrot (1987:200), por exemplo, definiu o humor como uma forma de ironia que “não considera ninguém em particular, no sentido em que o enunciador ridículo não tem identidade especificável (...) Apresentado como o responsável por uma enunciação em que os pontos de vistas não são atribuídos a ninguém, o locutor parece então exterior à situação do discurso: definido pela distância que estabelece entre si e sua fala, ele se coloca fora de contexto e adquire uma aparência de desinteresse e desenvoltura”. Na verdade, consideraremos a ironia não só como recurso de produção e efeito de sentido, mas também como eminente estratégia argumentativa da linguagem, a mobilizar diferentes vozes provocadoras do riso, devido sobretudo à categoria humorística e ambígua do *corpus*.

Aproveitando-nos do exemplar encaminhamento dado por Brait (1996) a seu meticuloso estudo da ironia, traçaremos nossa apresentação, selecionando, cronologicamente, algumas definições, entendidas como básicas para nosso objetivo de investida discursiva.

#### 3.4.3.1 A contribuição filosófica e psicanalítica

Se a opção é antes de tudo cronológica, começar pela exposição das reflexões aristotélicas é inevitável. Não só a questão da ironia, mas também a do cômico, já aparece

em Aristóteles<sup>37</sup>, porém avaliadas com medidas opostas, na interpretação de Brait (1996:21): enquanto a ironia, num sentido tradicional, se traduz como uma “espécie determinada de disposição e atitudes intelectuais próprias de um tipo de homem”, o cômico se insere em uma “teoria da degradação”, pois “o bufão ocupa-se de um outro.”

Ligando essa noção de atitude irônica à de diálogo socrático, uma forma de comportamento irônico cuja finalidade era “dar a entender ao interlocutor um desconhecimento ou a ausência de uma convicção em relação a um determinado tema”, Brait (1996:21) quer acentuar o caráter de relação discursiva já, ou inevitavelmente, presente nesse dialogar.

Como os diálogos de Platão são a principal revelação da ironia de Sócrates, que nunca quis escrever, vários outros autores se ocuparam deles para chegar ao entendimento dessa ironia como construção discursiva. Sem nos aprofundarmos nessa questão, nos deixamos envolver, com Brait (1996:26), na irresistível perspectiva discursivo-polifônica:

Essas diferentes vozes, Sócrates, Platão, Aristóteles e seus diversos interlocutores foram representados por estratégias de linguagem, por mecanismos discursivos de produção, recepção e interpretação dos diálogos. Por ora, o conceito de ironia como atitude deve ser considerado levando-se em conta os seguintes aspectos: a) seu caráter inaugural em relação ao estudo desse fenômeno e sua persistência em diferentes domínios; b) a possibilidade do aproveitamento dessa concepção em determinados discursos de configuração irônica, com base no instrumental oferecido pela retórica e interpretado pela pragmática; c) a articulação das concepções atitude-construção verbal, a partir de uma perspectiva enunciativa.

O já mencionado filósofo Bergson (1900), propondo, na verdade, encontrar as regras básicas da comicidade, inclusive das palavras, acaba por explicar também a ironia. Deduz que a “transformação cômica das proposições” engloba três leis: a da *transposição*, a da *inversão* e a da *interferência* de dois sistemas de idéias na mesma frase. Testando a primeira, tira a seguinte regra geral: “Obteremos um efeito cômico ao transpor a expressão

---

<sup>37</sup> A questão aristotélica da ironia como atitude fundamental do ser humano se encontra particularmente na *Ética a Nicômano* e na *Poética*; já as questões relacionadas ao cômico se destacam na *Retórica*.

natural de uma idéia para outra tonalidade” (Bergson, 1900:66). As duas últimas se limitam a jogos espirituosos expressos em jogos de palavras.

O conceito de *interferência de séries* faz-nos encontrar uma brecha cognitivo-discursiva em seus estudos: “A *interferência* de dois sistemas de idéias na mesma frase é fonte inesgotável de efeitos engraçados. Há muitos meios de obter a interferência, isto é, de dar à mesma frase duas significações independentes e que se superpõem” (Bergson, 1900:65). Valendo-nos aqui também das observações de Brait (1996:36), concordamos com o fato de que Bergson, extrapolando o plano filosófico, confere à ironia, recurso freqüente do *corpus* em questão, uma visão lingüístico-discursiva, já que utiliza, como vimos, o conceito de interferência de séries, o qual “poderia, numa certa medida, ser interpretado sob as categorias que a análise do discurso denomina ‘formações ideológicas’ e ‘formações discursivas’”, categorias já abordadas. Agora de forma mais clara, este aspecto da teoria de Bergson evidencia sua relação com o postulado discursivo da heterogeneidade, já que a noção de interferência de séries pode ser reinterpretada como interferência de discursos.

Em nossa análise discursiva dos textos de humor político, a ocorrência da ironia pode ser explicada com base no conceito de *interferência de séries*, em que ocorre a confluência das formações discursiva e ideológica. Retomando um trecho do texto VIII, *O quase*, de Veríssimo, destacamos: “Collor lembra-se de todos os detalhes da visita. De como chegou ao Palácio do Planalto discretamente vestindo um macacão cor de abóbora, de ultraleve, com uma escolta de segurança em asas-delta (...)”. O advérbio *discretamente* faz com que o leitor acione o gatilho que o leva ao *script* de pessoa (política, no caso) discreta. Porém o contraste, ironicamente arranjado, desse advérbio com os termos que o seguem (macacão cor de abóbora, ultraleve, asa-deltas etc.), leva esse mesmo leitor ao *script* contrário, de forte indiscrição, para não dizer exibição. Tal efeito de produção de sentido se inscreve na tessitura mesma do humor, ironicamente concebido pela interferência de séries ou confluência de mais de um discurso (o da política e o do esporte).

Mas é a transposição a lei que imprime maior grau de comicidade à linguagem. Resumindo, o autor, também se filiando à filosofia aristotélica de grau elevado / não elevado ou solene / trivial na relação ironia-comicidade, mostra que há dois termos de comparação extremos: o muito grande e o muito pequeno (questão de *magnitude* dos objetos) e o melhor e o pior (*valor* dos objetos), entre as quais a transposição se pode

efetuar num sentido ou noutro. Conforme se tome a direção das grandes para as pequenas coisas, o exemplo é o *exagero* (falar das pequenas coisas como se fossem grandes); já se o sentido for o inverso, ou melhor, a transposição passar do solene para o familiar, teremos a *paródia*, cuja comicidade acarreta a idéia de *degradação*. Segundo Bergson (1900), exagero e degradação são espécies enfáticas de comicidade. Nos nossos textos, há muitos casos de paródia, como se verá no texto VI, com provérbios parodiados, como há casos de exagero, como a conversa dos ministros na reunião descrita no texto II (*A reunião*), analisada no primeiro capítulo: o questionamento do presidente em relação à inflação alta foi “resolvido” pelos ministros em termos de cabala e conhecimentos astrológicos.

No que diz respeito à transposição de baixo para cima aplicada ao valor das coisas, assim a explica Bergson (1900:67): “Expressar decorosamente uma idéia velhaca, referir-se a certa situação escabrosa, a certa profissão inferior ou a certa conduta vil e descrevê-las em termos de estrita *respectability* é em geral cômico”, revelando determinada organização moral da imoralidade. Para exemplificar, há o trecho do texto VIII (*O quase*), da chegada “discreta” de Collor ao Palácio do Planalto, ou ainda:

- Senta aí – disse Sarney, indicando uma cadeira.  
Collor sentou. Sua cadeira, lentamente, começou a baixar.  
O que é isso?! – disse Collor, quando notou que seu queixo quase encostava na mesa.  
Eu controlo a altura da cadeira com um botão aqui embaixo. É para quando recebo a visita do general Pires Gonçalves ou do Roberto Marinho. Para eles não se sentirem superiores.  
E dá certo?  
Não. O Gonçalves é tão alto que não faz efeito e o Roberto Marinho traz dois catálogos telefônicos. E o Antônio Carlos Magalhães traz a sua própria cadeira. Mas é sempre bom saber que existe o recurso.

O que se observa é que a tentativa de “degradar” acaba por enfatizar a “grandeza” dos personagens envolvidos: a altura do general, a esperteza de Roberto Marinho, aliando-se ao conhecimento do leitor de que um catálogo telefônico costuma ser volumoso, e a esperteza ainda maior de ACM, ao carregar a própria cadeira. E mais: sobretudo nos dois últimos casos, realça-se o *script* da burrice de Sarney *versus* o da inteligência. Não se deve

deixar passar a intertextualidade desse trecho com o filme de Charles Chaplin, *O ditador*, em que Hitler e Mussolini disputam a altura da cadeira, ou do poder.

Ainda se retomarmos o texto II (*A reunião*), podemos observar a seguinte descrição respeitável de conduta vil: se a pauta da reunião era em torno de resolver a questão de “não se pode gastar mais do que se arrecada”, basta vermos os comentários de dois ministros importantes: “Pratini: Sabe que é bem possível? Da última vez que fui ministro, parece que já havia um problema semelhante” E a certa altura, Marcílio: “Pode ser, mas sem querer contrariar o presidente, tudo isso não passa do plano das conjeturas. Se observarmos os governos anteriores, percebemos facilmente que nenhum seguiu essa regra.” Em suma, se a conduta sempre foi “gastar mais do que se arrecada”, pois o pressuposto de “não se pode x” é justamente que “x” ocorre, então os gastos escabrosos são permitidos, e ponto final!

Outros possíveis exemplos são: o final do texto IX (*Um alerta à Nação*): “Como diz o PC: ‘Compra-se a lei!’” e alguns segmentos do texto XI (*Nohtas*):

Falar em siglas, me telefonaram esclarecendo o que significa o O.A.S. da empresa ultimamente tão envolvida em envolvimento. Quer dizer *Obras Arranjadas pelo Sogro*. No caso, o ilibado e credibilíssimo ACM.

Tal trecho, já citado no primeiro capítulo, acentua a “respeitabilidade” das ações vis a partir sobretudo dos adjetivos *ilibado* e *credibilíssimo*, com forte índice de valoração das qualidades atribuídas ao político em causa; se o locutor pronuncia tais adjetivos, por trás dele aguarda um irônico enunciador a dizer justamente o contrário: corrupto e sem crédito algum. E o estereótipo “político é corrupto” se revela mais uma vez embutido no *script* da incompetência.

Dessas inversões de sentido, Bergson distingue o *humor como o contrário da ironia*, ou seja, enquanto esta consiste em se enunciar o que deveria ser (o ideal), fingindo-se acreditar ser o que é (o real), o humor descreve o que é, fingindo-se crer que assim é que as coisas deveriam ser. E vai além em suas conclusões, caracterizando a ironia como uma forma de sátira retórica (pode se tornar “eloquência sob pressão”) e o humor como uma sátira científica (acentua e descreve o mal que é, “com mais fria indiferença”), uma transposição do moral em científico. Em outros termos, enquanto a ironia se enfatiza ao arrastar “cada vez mais alto pela idéia do bem que deveria ser” (Bergson, 1900:68), o

humor se enfatiza, de modo inverso, descendo-se cada vez mais no interior do mal que é, usando termos concretos, pormenores técnicos, fatos rigorosos, fazendo do humorista “um moralista disfarçado em cientista, algo como um anatomista que só faça dissecação para nos desagradar” (Bergson, 1900:68).

Em relação a essas considerações, duas observações são necessárias. Em primeiro lugar, a distinção entre a ironia e o humor evidencia obviamente que aquela pode ser usada independentemente deste, mas não impede que a ironia seja usada como mecanismo do humor — e os exemplos de textos são testemunhas disto. Isso posto, a segunda observação é, na verdade, um questionamento, aqui levantado para reflexão: estaríamos no âmbito da sátira retórica, tentando convencer da necessidade do bem, no âmbito da sátira científica, tentando dilacerar as feridas humanas a fim de curá-las pela própria sangria, ou abrangemos, na verdade, ambas? Koestler (1964), como visto neste capítulo, reúne, no domínio da criatividade, o humor, a arte e a descoberta científica, usando como calço teórico a noção de interação de matrizes opostas, que associamos, por sua vez, à noção bergsoniana de *scripts* opostos. O que podemos, por ora, concluir é que, ao usar a ironia no ou pelo humor, a noção de transposição se torna fluida. O próprio Bergson argumenta que, diminuindo aos poucos o intervalo entre o muito grande e o muito pequeno, o melhor e o pior, “obteremos termos de contraste cada vez menos bruscos e efeitos de transposição cômica cada vez mais sutis” (Bergson, 1900:68). E isso vai de acordo tanto com Freud, em relação à importância de se encurtar o trajeto de um círculo de idéias a outro na confecção de um bom chiste, como com Raskin, sobre a eficácia do inesperado no *punch line* de uma boa piada. Endossamos essas considerações, sobretudo devido à sua aplicação no *corpus*, o qual tem evidenciado a sutileza, orquestrada por um autor, no jogo das várias vozes a mesclar, com arte e ciência, o discurso irônico-humorístico do ideal e do real. O texto VIII (*O quase*) testemunha isso, como veremos no quinto capítulo.

Conforme visto, o conceito de interferência de séries, mostrando-se produtivo em relação às noções de formação discursiva e ideológica, extrapola do estritamente filosófico para o discursivo em relação à ironia. Essa estratégia visa a fazer do riso um recurso de sustentação da ambigüidade da crítica sócio-política, detectável por um destinatário que, em se aliando a um enunciador-profeta, junta forças para prever e antecipar uma seqüência de nossa própria história: o *impeachment* de um presidente. É quase um lugar comum que

“O recurso ao lúdico, a interferência de séries, o diálogo entre discursos e textos é, em geral, utilizado com a finalidade de denúncia, de crítica a atitudes entrevistas, mas não necessariamente explicitadas.” (Brait, 1996:38). No *corpus* há muitos exemplos desta estratégia, mas tendo de optar, preferimos o texto XI (*Nohtas*) escrito por Millôr na época final e borbulhante do governo Collor (1/7/92) em que o *impeachment*, embora iminente, não se concretizara. Na verdade, foi em 29 de setembro de 1992 que a Câmara autorizou o Senado a abrir processo contra Collor por crime de responsabilidade e determinou o seu afastamento da presidência. Tal texto, antecipando-se a esse fato, já faz previsões sobre o futuro governo de Itamar, como se pode constatar nessa passagem:

Quem tem medo de Itamar Franco? Está bem, digamos que ele não é o *condottiere* dos nossos sonhos. Não é nenhum Lincoln, não tem a efigie de um Bolívar, nem mesmo essa figura varonil, sábia e democrática, *sans peur* e *sans reproche*, Leonel de Moura Brizola. Nem paralela à aurifulgente estampa de Orestes Carvalho (Quércia). Mas, modestos brasileiros médios, temos que compará-lo é com “o atual” e com o “ex” Supremo Mandatário.

É interessante notar, e outras passagens a serem analisadas confirmarão isso, que qualquer governo, por pior que fosse, seria melhor do que o de Collor.

Todas as concepções filosóficas abordadas mostram não só sua importância para o estudo da ironia, mas também da lingüística, já que, obviamente, o jogo irônico necessita sempre do auxílio da linguagem para se atualizar. Nesse mesmo sentido, algumas concepções psicanalíticas acabam sendo bastante pertinentes, sobretudo numa perspectiva discursivo-pragmática.

Se há algumas críticas a Bergson por ele não dar a devida importância ao papel do destinatário<sup>38</sup> na explicação da ironia, é justamente esse o principal ponto de revelação de uma visão discursiva na obra de Freud. Este exemplifica um chiste chamado de “exageração” para demonstrar a técnica da representação pelo oposto, a única capaz de explicar a ironia:

---

<sup>38</sup> Ao que Brait (1996:42) levanta uma contestação, já que é possível apreender a idéia de conhecimento partilhado, apoiada justamente na noção de formações ideológica, discursiva e sobretudo imaginária, isto é, aquela que designa o lugar determinado na estrutura de uma formação social, dos protagonistas do discurso; em outras palavras, a imagem que eles fazem de seu lugar e do lugar dos outros.

O rei condescendeu em visitar uma clínica cirúrgica, lá deparando com um professor que executava a amputação de uma perna. Acompanhou todos os estágios com altas expressões de sua real satisfação: “Bravo! Bravo! Meu caro professor”. Quando a operação terminou, o professor aproximou-se dele e perguntou-lhe com profunda reverência: “Vossa Majestade ordena que eu ampute também a outra perna?” Os pensamentos do professor durante o aplauso real não poderiam decerto manifestar-se inalterados: “Parece que estou amputando a perna desse pobre sujeito por ordem do rei e para sua real satisfação. Afinal existem realmente outras razões para a operação” Vai então ao rei e lhe diz: “Não tenho outra razão para executar uma operação que as ordens de Vossa Majestade. O aplauso com que Vossa Majestade me honrou, fez-me tão feliz que só aguardo as ordens de Vossa Majestade para amputar também o membro são.” Dessa forma ele consegue fazer-se entendido dizendo algo diferente do que gostaria de dizer, mas que deve guardar para si mesmo, em virtude das regras sociais. Tal oposto é uma exageração que não pode ser acreditada. (Freud, 1905:198-9)

Porém ressalva que a representação pelo oposto, como a maior parte de outras técnicas de chiste, está sujeita à atenção consciente. A ironia, por exemplo, só produz seu efeito se o receptor está preparado para interpretar outro discurso, um discurso não dito, que, eventualmente, o levaria a reagir. Conseqüentemente, a ironia pode ser mal interpretada, mas, ao mesmo tempo, produz prazer cômico no ouvinte, provavelmente porque “excita nele uma contraditória despesa de energia, reconhecida como desnecessária.” Tal comparação confirma a pressuposição freudiana de que “a característica peculiar dos chistes é sua relação com o inconsciente, o que permite talvez distingui-los também do cômico” A esse respeito, ver o capítulo quarto, item *Freud e o chiste tendencioso*.

Por sua vez, Brait, utilizando-se de considerações do psicanalista Assoun, procura demonstrar como o conceito freudiano de ironia funciona, na verdade, como uma interlocução de inconscientes, uma vez que o locutor irônico, ao introduzir um duplo sentido em seu discurso, põe-se no lugar do outro a que se dirige, penetrando-lhe o inconsciente. “Ao chamar a atenção para o caráter alusivo da ironia, e para as formas como o ‘eu’ e o ‘outro’ participam ativamente desse ‘jogo de representações’, a concepção

freudiana de ironia procura evidenciar, como ressalta Assoun, que ‘o percurso em direção à verdade’ é feito pela contramão, mas que o locutor conta com a sintonia do seu interlocutor. Ou seja: ‘É de fato no espírito do destinatário que a verdade irônica faz eclodir seu efeito, mas de maneira a estabelecer uma seqüência de três elementos: o eu consciente, o outro e o eu inconsciente’ (Assoun, 1980:165, apud Brait, 1996:46).

Tais observações, embora discutíveis e pouco adequadas a nossa análise, nos são relevantes à medida que permitem uma leitura de Freud a partir da noção discursiva da enunciação, incluindo os conceitos de sujeito e sua linguagem, como é óbvio, e de inconsciência. E concordamos com a existência de uma aproximação entre a noção filosófica de interferência de séries e a noção psicanalítica de representação pelo oposto, com as noções de formações discursiva, ideológica e imaginária. Embora através de ligeira exposição, percebe-se quão imprescindível é a noção de ironia, especialmente como tratada por algumas teorias filosóficas e psicanalíticas, no que diz respeito à sua contribuição para o estudo dialógico-polifônico da Análise do Discurso.

#### **3.4.3.2 A visão semântico-pragmática**

Perseguindo a tentativa de descrever a ironia, encontramos pesquisadores voltados a questões de definição de sentido e de interação social. Em relação à pragmática, ou melhor, à noção de ironia como uma atividade ilocutória (um meio de a linguagem realizar uma ação), trabalhos como os de Austin (1970) e os de Searle (1976) e até mesmo os de Grice são muito relevantes. Nessa linha, as pesquisas, realizadas por Kerbrat-Orecchioni (1978 e 1980a) e retomadas por Brait (1996), são bastante úteis para nossas análises. A primeira autora destaca o componente ilocutório (ao lado do lingüístico e do actancial) como um dos principais componentes da ironia, já que se caracteriza como uma dupla ação: de uma só vez, descreve uma ação do locutor e, por meio da enunciação, realiza essa mesma ação. E Brait conclui a respeito de Kerbrat-Orecchioni:

A tentativa de caracterizar a ironia como tropo semântico-pragmático permite à autora balizar os mesmos pressupostos teóricos, tocando no problema da

articulação presença-ausência que caracteriza a ironia. Dessa forma, são reintroduzidos os conceitos de literal e de figurado, bem como suas implicações teóricas, ligadas tanto à noção de norma e de intencionalidade, quanto às considerações enunciativas voltadas para as competências presentes na produção-recepção da ironia. Para concluir seu raciocínio, Kerbrat-Orecchioni faz referência à possibilidade de a ironia ser citacional ou não, aspecto tratado em detalhe e de forma inaugural por Sperber e Wilson. (Brait, 1996:51-2)

Para um melhor entendimento da noção de ironia como processo citacional, vale a pena verificar como seus criadores, Sperber & Wilson (1981), a tratam e qual a influência deles sobre vários pesquisadores, inclusive Ducrot, cujas considerações sobre a ironia também alicerçam nossas análises.

Sperber & Wilson (1981), partindo da constatação de que tradicionalmente uma enunciação irônica é analisada como aquela que diz algo literalmente, mas que significa figurativamente o oposto, advertem que falta uma teoria semântica direcionada a resolver tal questão. Sendo assim, propõem para tal teoria a capacidade de fornecer:

- a) uma definição de significado figurado;
- b) um mecanismo que derive o significado figurado de uma sentença;
- c) bases para explicar por que os enunciados figurados existem (por que o falante pode preferi-los).

Nem mesmo Grice (1975 e 1978) escapa a sua crítica, embora tenha tentado reanalisar a noção de significado figurado em termos de sua categoria de implicatura conversacional independentemente motivada. Nem os pressupostos pragmáticos de Grice nem os da semântica tradicional conseguem explicar a questão c), isto é, o porquê da preferência por enunciados irônicos. Segundo os autores, há mais duas falhas na teoria griceana: em primeiro lugar, ela não explicita, no caso da ironia, como se dá o movimento do sentido literal para a implicatura conversacional; em segundo, ela não mostra como as implicaturas conversacionais envolvidas na ironia são do mesmo tipo que os casos mais típicos de implicatura conversacional aos quais elas seriam assimiladas.

Na verdade, os autores se apóiam na distinção filosófica entre *uso* e *menção* de uma expressão. “USO de uma expressão envolve referências àquilo que a expressão se refere; MENÇÃO de uma expressão envolve referência à própria expressão.” (Sperber & Wilson, 1981:303). Querem explicar por que enunciados irônicos são realizados e por que

ocasionalmente (mas não sempre) implicam o oposto do que dizem literalmente. Abolem as noções de significado figurativo e de mecanismo substitutivo, assumindo que há uma *condição semântica necessária* (mas não suficiente) à ironia. O ponto mais importante é que “enunciados irônicos veiculam não apenas proposições (explicáveis tanto em termos de significado como de implicatura), mas também as mais vagas *sugestões de imagens e atitudes*” do falante (o grifo é nosso). A variedade de dados analisada é bastante esclarecedora (Sperber & Wilson, 1981:300-3). Eis um exemplo de oração mencionada, que deixa de ter a força ilocucionária original, pois a observação de A é proferida por B sem ter sido realmente feita.

A – Que vergonha!

B – Não diga “Que vergonha”; faça algo.

A noção de menção, extraída da lógica, apresenta variadas formas nas línguas naturais. Pode ser explícita ou implícita, assim como o objeto a ser mencionado pode ser uma expressão lingüística ou uma proposição (*proposition*). Neste último caso, tem-se o chamado “discurso indireto livre”, um dos recursos da ironia. Na verdade, descrevem a ironia como uma “*menção ecóica*” (*echoic mention*): “o falante menciona uma proposição de tal forma que se faça claro que ele a rejeita como ridiculamente falsa, inapropriada ou irrelevante. Para o ouvinte, entender tal enunciado envolve tanto perceber que se trata de um caso de menção e não de uso, quanto também reconhecer a atitude do falante, diante da proposição mencionada.” (Sperber & Wilson, 1981:308). Tal análise acaba por envolver a noção de implicatura, embora num sentido diverso do de Grice, já que este entende a violação da máxima verbal da qualidade (*truthfulness*) como condição necessária e suficiente para a ironia. Ora, sem considerar a ironia como menção, como explicar que as proposições mencionadas são, ou devem ser, realmente compreendidas por alguém? Concluem com as sugestão de que uma teoria lógico-pragmática deve ser suplementada por um tratamento explanatório do que chamariam “pragmática-retórica” ou teoria “retórica” da evocação. Essa concepção de ironia como processo citacional, além de distanciá-la da retórica tradicional, mostra como várias formas de menção e eco atuam na descoberta da vítima ou do alvo da ironia.

Estendemo-nos, talvez, em demasia, na teoria de Sperber & Wilson, não só pela sua característica inovadora, mas sobretudo por sua influência numa teoria igualmente relevante para nós, como dissemos, a de Ducrot (1987). Este substituí, no entanto, a expressão “mencionar um discurso” pela expressão “fazer ouvir uma voz”, já que “mencionar” é um termo ambíguo, podendo significar também “relatar um discurso”. Eis uma passagem que esclarece a versão de Ducrot (1987:198):

Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista exposto na enunciação. A distinção do locutor e do enunciador permite assim explicar o aspecto paradoxal da ironia (...): de um lado a posição absurda é diretamente expressa (e não mais relatada) na enunciação irônica e ao mesmo tempo ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras atribuídos a uma outra personagem, E.

Recorreremos amplamente a essas distinções no andamento de nossas análises.

Para podermos justificar a nossa opção pela teoria de Ducrot, e portanto, indiretamente, pela de Sperber & Wilson, o semiótico Eco (1974) também não pode deixar de ser mencionado, embora se prenda à concepção figurativa de ironia, como veremos no quarto capítulo. A razão de reservarmos este breve comentário a Eco se deve à coincidência de sua descrição com a de Ducrot no que diz respeito à analogia, ou metáfora, da concepção de polifonia com a de teatro (aliás, essa metáfora é comum às várias análises ducrotianas e não só à da ironia).

Nosso interesse pelo tratamento dado por Ducrot não só à ironia, como também ao humor, se deve sobretudo ao fato de inserir-se tanto numa perspectiva polifônica quanto argumentativa da linguagem. No início deste estudo sobre ironia, a menção a Ducrot se deveu a sua definição de humor como uma forma de ironia. Refinando posteriormente tal definição, Ducrot (1988:20-1) estabelece três condições necessárias para que um enunciado seja considerado humorístico, a saber:

1. Entre os pontos de vista representados em um enunciado, há ao menos um

que é absurdo, insustentável (em si mesmo ou no contexto).

2. O ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor.

3. No enunciado não se expressa nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo (não é retificado por nenhum enunciador). Entre os enunciados humorísticos chamarei 'irônicos' aqueles em que o ponto de vista absurdo é atribuído a uma personagem determinada, que se procura ridicularizar.

Do que foi considerado, podemos concluir que a argumentatividade da linguagem se sustenta na perspectiva do ponto de vista absurdo e da "clonagem" de locutores produzida no laboratório polifônico da própria linguagem. E uma curiosidade irresistível nos impulsiona a invadi-lo para o teste.

### 3.4.3.3 Alvo e ironia verbal

“O rodeio irônico, por assim dizer, patenteia as incompatibilidades, dimensionando a ironia como um posicionamento, fazendo funcionar a argumentação indireta como maneira de informar ou mesmo de educar. Assim sendo, se a ironia *ridiculariza um alvo*, por outro lado ela procura, por sua engenhosidade e pelo risco de não se efetuar, o rir da cumplicidade, da conivência.” (os grifos são nossos). Essa é a forma como se expressa Brait (1996:52) a respeito de alvo e ironia verbal.

Detendo-nos no terceiro componente da ironia<sup>39</sup>, destacado por Orecchioni (1978), ou seja, o componente actancial, o fazemos para frisar o que essa autora considera uma propriedade da ironia: a agressão, demonstrando que, ao envolver um agressor e um agredido, esses são articulados com um terceiro. Dessa forma, define-se o discurso irônico como um triângulo composto por um locutor, um ouvinte e um alvo ou vítima.

Creemos que essa propriedade agressiva da ironia é o que faz dela um elemento quase indispensável nos textos de humor, em especial os políticos. Aliás, esse triângulo ou trio actancial proposto por Orecchioni para a ironia apresenta muita semelhança com uma

---

<sup>39</sup> O ilocutório e o lingüístico são respectivamente o primeiro e o segundo componentes da ironia. O componente lingüístico apresenta-se como uma infração à lei da sinceridade, distinguindo-a porém da mentira pela presença de um índice: “no caso da mentira, o enunciador desqualifica o enunciatário, enganando-o; no caso da ironia, o enunciador qualifica o enunciatário como capaz de perceber o índice e participar da construção da significação irônica.” (Brait, 1996:50)

das quatro diferenças, estabelecida por Freud (1905) (a ser vista com mais detalhes no item *Chiste, cômico e humor* do quarto capítulo), entre o chiste e o cômico, em relação ao aspecto social: enquanto este demanda duas pessoas, uma primeira que constata o cômico e uma segunda, em quem se constata, isto é, o objeto do riso, o chiste requer uma terceira pessoa (o alocutário) a quem se possa comunicar o resultado. A segunda pessoa (o delocutário), portanto, corresponde à terceira pessoa, ao objeto. “É como se, no caso do gracejo [considerado por Freud como um estágio preliminar do chiste], a outra pessoa transmitisse a avaliação da tarefa de elaboração do chiste — como se o eu não se sentisse nesse ponto, seguro de seu julgamento.” (Freud, 1905:167). E, por esta última observação, se afirma a existência da cumplicidade entre o eu e o tu na elaboração do chiste.

Esse ponto de intersecção no aspecto sócio-pragmático da ironia e do chiste é portanto relevante, pois não só explica a facilidade de acesso de um ao outro, mas também confirma a existência de um sem o outro.

Embora nosso objeto de estudo sejam textos longos de humor político e não piadas, e embora nossa hipótese principal, como vimos, é justamente a de que podemos considerar um texto longo como uma soma coerente e seqüencial de várias piadas, ou melhor, minitextos, queremos observar que justamente a não observância dessa seqüencialidade acaba por fazer a distinção entre alguns textos, tanto que a ordem dos minitextos acaba sendo irrelevante para a construção do texto, podendo ser até alterada. Isso faz com que certos textos se aproximem do relato de uma situação em que um piadista estivesse narrando várias piadas, conforme delas fosse se lembrando: ao lado da ironia, o tema e o macroscrip se mantêm, conferindo a coerência necessária para que se considerem tais textos como textos.

Como exemplo, temos os seguintes textos de Jô: texto IV (*Bilhetinhos*), texto V (*Glossário da CPI*) e texto VI (*Provérbios do Planalto*). Em relação a Millôr, os textos X (*Provérbios e Proverbiações*) e XI (*Nohtas*).

Particularmente significativos nesse aspecto são os dois textos de José Simão, a saber, texto XIII (*ETvaldo já arrumou emprego de porta-jóia!*) e texto XIV (*Elenco da Dinda é indiciado para o Oscar*), os quais, talvez por serem diários (os demais são

semanais), vão relatando humoristicamente as notícias, sobretudo as de relevância política, sem uma seqüência necessária. Porém, a seqüência cronológica das notícias faz com que os textos dialoguem entre si, como se pode observar nos exemplos recortados:

- Texto XIII, de 25 de setembro de 1992: *Dona Rosane, rápido, recolhe as carpas que o Itamar não tá pra peixe. Só tá pro alfaiate.*
- Texto XIV, do dia seguinte: *E torno a repetir: dona Rosane recolhe as carpas que o Itamar não tá pra peixe. Só tá pro alfaiate.*

Tais textos, ou pelo menos partes deles, serão analisados no andamento dos trabalhos.

Brait (1996:33), ao refletir sobre a ironia romântica<sup>40</sup>, salienta “o caráter quase religioso que a reveste, no sentido de desfazer as aparências do mundo filisteu”, de “ferir os valores oficiais do mundo burguês.” Tal caráter seria o precursor de várias dimensões da arte moderna, entre elas “a utilização da ironia como forma de cortar a ilusão criada pela própria obra de arte.” Transpondo essas observações para o texto de humor em geral, e sobretudo o político, constatamos que, enquanto estes se revestem de um caráter de mundo de ilusão (descreve-se o que é, fingindo-se crer nisso), a ironia corta essa ilusão criada pelo humor (enuncia-se o que deve ser — caráter deôntico — fingindo-se acreditar ser o que é).

---

<sup>40</sup> Brait apóia-se, em especial, em Rosenfeld & Guinsburg (orgs.), *O Romantismo*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

#### 3.4.4 Coerência textual

Marcuschi (1983:12) propõe uma Lingüística do Texto como “o estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais (...)”. Em resumo, a Lingüística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas.

Mas seria possível definir texto sem aludir à sua coerência? Não: segundo Koch e Travaglia (1990:45), é justamente tal noção que possibilita estabelecer as relações sintáticas, semânticas e pragmáticas entre os elementos de um texto, de forma a constituí-lo como unidade significativa global. A coerência dá “textura ou *textualidade* à seqüência lingüística, entendendo-se por *textura* ou *textualidade* aquilo que converte uma seqüência lingüística em texto”.

Em relação à noção pragmática de coerência, baseamo-nos em Koch (1993), sobretudo a respeito do que os autores alemães denominam “*sprachliches handeln*” (expressão próxima do termo “*dejaltelnost*” da psicolingüística soviética e ligada à *teoria dos atos de fala* de Austin e Searle), isto é, a realização de uma *atividade verbal* numa situação dada, com vistas a certos resultados” (Koch, 1993:65). Com Isenberg, Koch ressalta que “o ouvinte não se limita a ‘entender’ o texto no sentido de captar seu conteúdo referencial, mas atua no sentido de reconstruir a intenção do falante ao estruturá-lo, isto é, descobrir o ‘para quê’ do texto”. (Koch, 1993:69). Van Dijk, sobretudo nos seus primeiros trabalhos (1981:210, p. ex.), também aborda a noção de “*macro-propósito*” da interação verbal, importante na escolha efetiva de um ato de fala.

Entre os fatores de coerência, estão não só os elementos lingüísticos, perscrutáveis no contexto lingüístico ou *co-texto*, mas também fatores discursivos, cognitivos, culturais e interacionais (Koch & Travaglia, 1990): o *conhecimento de mundo* (incluindo aqui os *frames*, esquemas, planos, *scripts* e superestruturas), o *conhecimento partilhado*

(discriminando informações velha e nova), as *inferências*<sup>41</sup>, os *fatores de contextualização* (data, local, assinatura, elementos gráficos, timbre etc., além de fatores perspectivos, isto é, que avançam expectativas sobre o conteúdo ou a forma textuais: título, autor, início do texto), a *situacionalidade* (da situação para o texto e vice-versa), a *informatividade* (grau de previsibilidade da informação), a *focalização*, a *intertextualidade* (de forma e de conteúdo, incluindo alguns casos de ironia, de paródia e de paráfrase), a *intencionalidade* e *aceitabilidade*, a *consistência* e a *relevância*.

Mais uma vez, a pluridisciplinariedade, justificando as diversas abordagens, respalda uma análise discursiva escorada numa inevitável conjunção com a pragmática. Não podemos deixar de salientar aqui a importância da noção de ironia para a tessitura da coerência dos textos, sobretudo humorísticos.

### 3.5 Uma prática da coerência do macroscript

Após expor os fundamentos teóricos, verificaremos como o recurso do macroscript articula a coerência dos vários *scripts* competitivos, responsáveis pela tessitura dos textos de humor político. Na descrição da noção de gatilho, vimos sua ligação com as noções de ambigüidade e de contradição, provocadas muitas vezes pela homonímia<sup>42</sup> ou pela antonímia, quer se manifestem de forma lexical, sintática ou situacional, já que seus significados ultrapassam os limites da materialidade lingüística. Os textos interpretados, por veicularem discursos “proibidos”, devem ser vistos como inseridos num processo discursivo que, segundo Pêcheux (1969:77) “não tem, de direito, início: o discurso se

---

<sup>41</sup> Segundo Koch (1997:23), as inferências são estratégias cognitivas que “permitem estabelecer a ponte entre o material lingüístico presente na superfície textual e os conhecimentos prévios e / ou partilhados dos parceiros da comunicação”. Sendo assim, as inferências têm papel fundamental na recuperação, por parte do leitor / ouvinte, dos sentidos não explícitos do texto.

<sup>42</sup> Travaglia (1995) apresenta a seguinte classificação para *homonímia*: a) palavras idênticas; b) palavras-seqüência; c) duas seqüências homônimas; d) homônimos com mudança de classe; e) expressão idiomática X mesma seqüência não funcionando como expressão idiomática; f) homônimos com diferenças sintáticas e g) falsa homonímia.

conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, como ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido”. Assemelhando-nos a um “inspetor de qualidade” do texto de humor, buscaremos com afincos essas “deformações”, no propósito de melhor entender-lhes a função hilariante.

Os textos analisados exibem em comum o fato de serem forjados por um sujeito atuante (como sugere Possenti) que não consegue esconder sua posição frente à ideologia do poder, “deformando” com destreza seu discurso, através de estratégias lingüísticas diversificadas. Pode-se ver aí um sujeito que não quer deixar o discurso cair no “esquecimento”, elaborando um meio de dar forma e vida a uma memória discursiva coletiva.

Dentro dessa perspectiva pragmático-discursiva, nossa atenção se volta para o texto I, de Jô Soares, publicado na *Revista Veja*. Na certeza de que um texto, sobretudo de humor, exige que o leitor se aventure por suas linhas e entrelinhas, nos arriscamos a descrever tais aventuras.

Tratando-se de um texto narrativo em 3ª pessoa, como o leitor resolve as questões ligadas à enunciação? Estabelece que há uma pessoa empírica (Jô) que, em data anterior à leitura, emite por escrito o texto em foco. Por se tratar de um grande humorista, o texto cria expectativas quanto à sua qualidade, como um forte elemento de coerência ligado à sua contextualização. Benveniste (1966), ao analisar o que entende por “narrativa”, composta de enunciados “históricos”, isto é, desprovidos de marcas explícitas de primeira pessoa, ou de qualquer subjetividade enunciativa, mostra que, embora exista um autor, um produtor físico dos enunciados, o texto não indica o “locutor” que se responsabiliza por eles. Como visto, Ducrot (1987), por sua vez, faz a distinção entre o *falante*, autor efetivo, o *locutor*, responsável pelo enunciado, e o *enunciador*, compondo todos um “cenário” em que posições e pontos de vista diversos convidam o leitor a atuar com talento e sagacidade.

Por ser um texto de humor publicado na época do mandato de um presidente, não há como deixar de associar os nomes próprios de dois ex-presidentes, Collor e Itamar, aos próprios políticos. Além disso, como o *script* em causa é o de que uma pessoa que ocupa

um cargo político deve ser boa (enquanto pessoa política, é claro), a sua oposição óbvia é sua própria negação, isto é, a oposição do tipo bom / mau desempenho.

A análise mostra que, fora o título, poderíamos dividir esse texto em vários pequenos textos de humor, mais ou menos independentes. Essa relativa independência talvez se deva ao fato de esse texto ser, além de narrativo, muito mais descritivo. Assim, tais pequenos textos poderiam aparecer em qualquer ordem. Além disso, esses minitextos são mais ou menos engraçados, conforme o ouvinte / leitor consiga perceber a aproximação maior ou menor entre os *scripts* assessores e seu macroscript, como tentaremos demonstrar. Eis os minitextos:

(1) de *Finalmente a nem mesmo o presidente*

(2) de *Já tivemos a vice*

(3) de *A escolha a desforra*

(4) de *Em Araxá a sertaneja*

(5) de *Espero sinceramente a maratona*

(6) de *Ao ver a volupté*

(7) de *Sabendo ao final*

Nesse texto, a primeira coisa que chama a atenção é o título em francês “*L’année dernière à Araxá*”. O título normalmente é parte fundamental de um texto; no de humor, porém, parece atuar de maneira singular. Fazendo parte dos chamados fatores de contextualização, um título humorístico, segundo Koch e Travaglia (1990:68), ao invés de permitir ao interlocutor prever o assunto, pode despistá-lo intencionalmente. Mas seria este um exemplo de fator não-perspectivo ou não-prospectivo, isto é, que impediria de avançar “expectativas sobre o conteúdo – e também a forma – do texto: título, autor, início do texto.”? Cremos que não, pela ironia que envolve todo o texto, inclusive seu título: o locutor o enuncia em francês, levando implicitamente a entender (pelo menos em uma sociedade não muito desenvolvida) que se trata de assunto importante, de *status* e cultura, embora, por trás disso, deixe transparecer a opinião de um enunciador que quer dizer que todo o texto não passa de enganações e aparências, como veremos. Poder-se-ia sugerir a oposição de *scripts* como cultura e seu oposto, falsa cultura? É provável.

Na verdade, a ironia está atuando como forte elemento de coerência humorístico-textual, a partir de elementos coesivos que ajudam a tricotá-la. Brait (1996:65) considera

que “a ironia só pode ser detectada na medida em que dois enunciados forem tomados como uma unidade coerente, que tem alguns elementos de coesão instauradores dessa coerência.” Apoiando-se em Orechioni (1978), que se limita, porém, a trechos isolados, Brait alerta para a necessidade de ver a leitura irônica estender-se para o texto como um todo: o enunciador, “via narrador e demais artifícios possíveis para a construção de um texto irônico, estabelece a convivência com o destinatário, no sentido de ambigüizar o relato oficial<sup>43</sup> e abrir possibilidades, ainda que jocosamente colocadas, para novas leituras em torno do mesmo episódio.” (Brait, 1996:62) Em relação aos nossos textos, dispensamos o “ainda que” e frisamos o “jocosamente”.

Nessa ampliação de leituras, destaca-se o importante recurso da intertextualidade: tal título parodia o de um filme de Alain Resnais (*L'année dernière à Marienbad*), da época da “nouvelle vague”. É um filme bastante sofisticado, do ponto de vista das inovações técnicas, mas, ao mesmo tempo, é um filme que retrata a difícil relação do protagonista com sua memória afetiva, com sua existência, com o tempo e com o espaço. Infere-se, por conseqüência, a existência de um “jogo” do presente do presidente e da seqüência “o ano passado”: estaria ele fora da realidade ou, o que é pior, da realidade de um presidente? Essa relação de confronto entre uma personagem fictícia de outra época e outro espaço permite a convergência de dois protagonistas – o do filme e o presidente – e de formações discursivas diferentes. Emaranham-se as situações da realidade e da ficção, do tempo e do espaço, num debater sugestivo e direcionador de todo o texto. No decorrer da análise, buscaremos precisar como o autor, criativamente, vai amalgamando, através da escolha deliberada do título, o literário e o mundano, o culto e o inculto, a seriedade desejada e o humor. Cabe aqui a observação da análise de Brait (1996:136) sobre o título do livro *Madame Pommery*, de Hilário Tácito: “Da mesma forma que o leitor compartilha com o autor uma memória discursiva capaz de evocar obras literárias (...), ele também é capaz de ouvir a forte ressonância semântica de um título sintomaticamente francês e com um sabor brasileiro bem sinalizado”. A “deformação” desse título é testemunha não só de outras vozes, como da atuação consciente de um sujeito na tessitura de seu texto.

---

<sup>43</sup> Brait (1996) se refere a uma citação do texto *História do cerco de Lisboa* de José Saramago.

Em relação ao primeiro minitexto, outro intrigante fator de contextualização, mas aparentemente às avessas, é a primeira palavra: *Finalmente*. Se a leitura de um texto é “uma atividade de solução de problemas” (Koch e Travaglia, 1990:69 e Koch, 1993:72), como podemos começá-lo por um elemento de coesão que normalmente o encerraria? Esse texto não teria começo? Maingueneau (1993:179) dispensa o estudo do valor cronológico do conectivo “*finalment*”, privilegiando o argumentativo; tal valor se manifesta na medida em que, ao realizar a *conclusão* de um movimento enunciativo, *finalmente* serve para “*assegurar coerência ao final*, colocando os enunciados anteriores como coorientados em relação àqueles que devem servir de conclusão.” Estaria inserido num processo de “retrointerpretação” de um movimento discursivo com propósitos contraditórios, já que, ao mesmo tempo, legitima e resolve a contradição. Exemplo: “É voz corrente que a pobreza aumenta (P); constato que as praias estão sempre igualmente lotadas (Q). Finalmente, as coisas não estão tão mal assim (R).” (Maingueneau, 1993:180). Ao solucionar positivamente, neste caso, os dois propósitos argumentativos, *finalmente*, funcionando também como modalizador de avaliação, evidencia o domínio do locutor sobre seu próprio discurso.

Mas onde estaria a contradição argumentativa se *finalmente* introduz o texto? Concluimos que o advérbio *finalmente*, nesse enunciado, faz pressupor a seguinte situação prévia: quem trabalha muito precisa descansar (P)<sup>44</sup>; constato que o presidente trabalha muito e não tem descansado (Q). Finalmente o presidente Collor vai descansar (R). Nota-se que o início de nosso texto, através do uso de *finalmente*, assegura a homogeneidade de um movimento contraditório anterior, resolvido, aparentemente, de forma positiva. Dizemos aparentemente porque, na verdade, a ironia, sustentada pelo locutor através de um enunciador galhofeiro, deixa entrever justamente o inverso: quem não trabalha muito não precisa descansar (P); constato que o presidente não trabalha quase nada e gosta de descansar (Q). Finalmente o presidente Collor deveria trabalhar (R). É fácil perceber a oposição entre um discurso, que se instala irônica e deonticamente<sup>45</sup> à sombra aparente de

---

<sup>44</sup> P é, na verdade, um *topos*, o que garante seu valor argumentativo.

<sup>45</sup> O termo “deonticamente” nos remete à noção de modalidade, ou seja, atitude do locutor perante o enunciado que produz. Tal modalidade pode ser alética (refere-se ao eixo da existência); deôntica (refere-se

outro discurso, enunciado pelo locutor. Sendo assim, o advérbio *finalmente* pode ser reinterpretado argumentativamente por: “*costumeiramente*”, “*como sempre*”, “*não estranhe se*” etc. Dessa forma, nota-se a atuação de um sujeito-autor, no caso Jô, que, através de um texto humorístico, tem licença de usar máscaras, mas com estilo próprio, deixando transparecer outro discurso sob o discurso enunciado, imprimindo uma marca pessoal num já-dito.

Tal atitude irônica mantém-se para outros elementos, ou seja: “*mui querido*” permite a leitura de “*mui odiado*”; “*merecidas férias*” significa “*não merecidas*”; “*Como é dura a vida de um vice*” (referindo-se a Itamar) significa “*como é mole a vida de um vice*”; “*profundas reflexões*” significa “*superficiais reflexões*”; “*dinâmico chefe*” significa “*chefe inerte*” (mas dinâmico nos exercícios físicos, leitura detectável do resto do texto). Esse confronto de discursos inscrito por detrás de um jogo de palavras antônimas mostra que Jô sabe bem como manipular gatilhos.

No término desse primeiro minitexto, destacamos ainda o uso de *nem mesmo* (*ninguém é de ferro, nem mesmo o presidente*), cujo valor argumentativo se mede em escala (Ducrot, 1981 e Guimarães, 1995): se  $p$  e  $p'$ , numa ordem crescente de força, são argumentativa da conclusão  $r$ ,  $\sim p'$  (não- $p'$ ) e  $\sim p$  (não- $p$ ), nessa ordem crescente de força, são da escala da conclusão  $\sim r$  (não- $r$ ). Mas o interessante aqui é notar a paráfrase presente nessas expressões: “ninguém é de ferro, nem mesmo o presidente” é equivalente a “todos se cansam de trabalhar, até mesmo o presidente”, argumento mais forte para a mesma conclusão: as férias são merecidas. Já vimos que a leitura irônica impõe, retroativamente, uma segunda interpretação, o que seria classificável como um gatilho contraditório: o texto contém as pistas para a interpretação de que o presidente, na realidade, deveria trabalhar mais. E o par de antônimos construído nesse minitexto é presidente trabalhador / preguiçoso, ainda perpassados pelo *script* bom / mau. Há, mais uma vez, oposição entre o mundo irreal, que se instala irônica e deonticamente à sombra aparente do mundo real, enunciado pelo locutor.

---

ao eixo da conduta, ao que se deve fazer) e epistêmica (refere-se ao eixo da crença, ao conhecimento de um estado de coisa). A esse respeito, conferir Guimarães (1980) e Koch (1987).

No segundo minitexto, convém observarmos as letras maiúsculas, enfatizando expressões antônimas: PRESIDENTE EM EXERCÍCIO / PRESIDENTE EM REPOUSO. Quando uma pessoa ocupa determinado cargo em exercício, significa que provisoriamente, mas por direito, exerce esse cargo, substituindo outra pessoa que efetivamente o exerce. A palavra *exercício*, porém, por uma ambigüidade dita regular, é polissêmica de “*atividade física*”, “*ginástica*”. A diferença entre estar em exercício ou em repouso passa a ser tão sutil que praticamente se anula. Portanto, com o auxílio da ironia, aciona-se o gatilho da ambigüidade que nos faz passar de um mundo ideal, em que presidente deve mesmo repousar, quando cansado, para um mundo real – de repouso permanente – e este persiste, encoberto pelo outro (e aqui se explica melhor a ironia deôntica na escala argumentativa do *nem mesmo*, embora às avessas em relação ao mundo real / irreal.). O *script* que se delineia agora é o da oposição trabalho / lazer, sendo que esta oposição permite uma leitura retroativa sobre o primeiro minitexto, já que o recobre parcialmente, alterando o par de antônimos trabalhador / preguiçoso para trabalhador / ativo fisicamente; em outras palavras, em vez de trabalhar como um presidente deveria, aplica sua energia em freqüentes exercícios físicos.

E o que se espera de um presidente em exercício num país democrático? No mínimo (ou será no máximo?) que trabalhe segundo seus deveres (por exemplo, reuniões com Ministérios a fim de chegar a decisões de interesse nacional e/ou internacional etc.), sem privilégios pessoais ou fisiologismo. E de um presidente em repouso? Nada além do que faz a maioria dos mortais: explorar as formas de lazer (ou de prazer) que estiverem a seu alcance. Portanto, nada mais justo que um chefe de nação desfrute de um bom hotel. Aliás isso é também ironicamente salientado pela intertextualidade explícita da citação do “*L’invitation au voyage*” de Baudelaire (sexto minitexto), o que permite ao sujeito pôr-se a distância de seu próprio discurso, como postulam, embora com diferenças de foco, Authier-Revuz (1977) e Possenti (1999).

Nesse texto, portanto, embora trabalhe fundamentalmente com a oposição real / irreal, pode-se perceber a oposição dos *scripts* bom / mau (comum no humor político, como visto) ou a probabilidade (por enquanto) do par de *scripts* cultura / falsa cultura; além disso, sugerimos que esse texto seja orientado pelos macroscripts opostos: trabalho / exercício físico, ou melhor, competência / incompetência, já que se trata de um presidente que parece

se preocupar mais com o cultivo de seu físico do que com as necessidades da nação. Além disso, esta última oposição se sustenta, considerando que, na verdade, a postura irônica do locutor tem como alvo não só a figura de um presidente, mas a política como um todo. Temos um caso de transferência de ataque, já que a ironia amplia o alvo individual para o institucional.

No prosseguimento da análise dos demais minitextos, os *scripts* bom / mau emergem sobretudo na descrição do presidente, onde se acentuam suas tendências negativas, ou seja: “levado à força pelos pais” mostra sua teimosia; “desforra” mostra sua maldade e vingança (ambos no terceiro minitexto). No quarto minitexto, além da antonímia, já comentada, entre *profundas / superficiais reflexões*, surge por inferência a oposição entre *profundas reflexões / música sertaneja*, baseada no conhecimento de música sertaneja que, normalmente, não exige reflexão alguma (seria isso muito engraçado?). Sua mania de atleta é retomada em “transformando o repouso em maratona” (quinto minitexto). O texto parece alcançar um clímax de humor na última parte, que começa assim: *Sabendo que as férias são curtas, mas conhecendo sua capacidade extraordinária de devorar informações*, que poderia ser entendido como a menção de um dos poucos pontos positivos de sua personalidade, se não fosse a ironia. O elemento coesivo *mas*, se estivesse num texto comum, ou melhor, de comunicação *bona-fide*, apresentaria a seguinte orientação argumentativa e descrição polifônica (Guimarães, 1987:120): se  $X (A) \text{ mas } Y (B)$ <sup>46</sup>, então com  $X, \text{ mas } Y$ , estabelece-se como um começo sobre o qual se dirá algo,  $A \text{ r}$  (férias curtas  $\rightarrow$  pouca leitura). E aquilo que se diz a partir desse começo estabelecido é que  $B \rightarrow \sim r$  (capacidade extraordinária de leitura  $\rightarrow$  muita leitura) que predomina. Ou seja, o locutor estabelece com seu alocutário um começo (tema) e se opõe a ele em seguida. A perspectiva de  $E_1$  nega a perspectiva de  $E_0$ . Mas, por ser um texto irônico, isso ocorre inversamente, pois  $B$  significa  $\sim B$  (pouca capacidade de leitura) que leva à dúvida quanto a  $\sim r$ . O *script* da falsa cultura agora desponta com força, sustentado pelo macroscrip da competência / incompetência.

---

<sup>46</sup>  $X \text{ mas } Y$  distingue-se de  $A \text{ mas } B$ , pois o *mas* não opera necessariamente sobre todos os elementos contidos em  $X$  ou em  $Y$ , mas apenas sobre certos elementos semânticos  $A$  e  $B$ , os quais se juntam a outros para constituir  $X$  e  $Y$ . Para melhor esclarecimento, ver o próprio Guimarães (1987) e Koch (1987, p. 108). A noção de *orientação argumentativa* foi inicialmente abordada por Ducrot (1981) e Vogt (1977).

Referimo-nos acima ao clímax do humor porque, nesta parte, o recurso da intertextualidade, manifestando-se através da citação irônica, aparentemente disposta caoticamente, de vários títulos de livros, garante a manifestação hegemônica do macroscrip da incompetência na tessitura da própria coerência textual e humorística. Como veremos, é justamente a enumeração caótica e extensa desses títulos de autoria variada a responsável pela unidade significativa desse segmento do texto:

— *Como fazer amigos e influenciar pessoas* (Dole Carnegie) remete às influências e *lobbies* do presidente. Só para ilustrar, eis alguns fatos ocorridos em 1990, extraídos de Conti (1999): 3 de outubro: eleições para os governos estaduais, Câmara Federal, Senado e Assembléias Legislativas, nas quais vários candidatos foram financiados por Paulo César Farias (PC), tesoureiro da campanha de Collor; 19 de outubro: Luís Otávio da Motta Veiga sai da presidência da Petrobrás e denuncia as pressões de PC e do cunhado, diplomata e sociólogo Marcos Coimbra, para que ajudasse Wagner Canhedo (o qual comprara a Vasp com cheques de PC, no dia 4 de setembro). Portanto, um livro que deveria ter como objetivo primordial influenciar positivamente, isto é, em favor da sociedade, no sentido pessoal e profissional, tal livro passa a servir, ironicamente, a interesses pessoais e levianos de políticos – no caso o presidente – que só pensam em si mesmos. Num sentido amplo, um discurso de auto-ajuda deixa entrever, num diferente plano de leitura, a negatividade, pela compreensão estritamente egoísta dessa mesma auto-ajuda. Oferecem apoio a essa crítica tanto os títulos *Todos os homens do Presidente* (C. Bernstein & B. Woodward) e *O negociador* (Frederick Forsyth) como os provérbios “deformados” do texto VI: *Deus ajuda lobista que madruga; Quando a esmola é muita o lobby desconfia; Uma aliança só não faz verão.*

— *O empalhador de passarinho* (Mario de Andrade) utiliza o gatilho da ambigüidade em relação aos dois nomes polissêmicos: *empalhador*, que, literalmente, é a pessoa que enche de palha a pele de um animal morto, neste caso se metaforiza em aquele que impede um indivíduo de fazer alguma coisa. E quem é esse indivíduo, se o substantivo *empalhador* tem como escopo o segundo nome, *passarinho*, com o traço [+ave] ? Como essa interpretação não funciona, no caso, acabamos nos reportando – e eis aqui a memória

discursiva sendo ativada – ao nome próprio Passarinho (Jarbas Gonçalves Passarinho), senador que foi Ministro da Justiça de Collor após a demissão de José Bernardo Cabral, em 13 de outubro de 1990: “Nenhuma pessoa que ocupou cargos ministeriais em outros governos fará parte do meu governo”, avisava Collor antes de tomar posse. E colocou no Ministério da Justiça o senador Jarbas Passarinho, ministro da ditadura nos governos de Costa e Silva, Médici e Figueiredo.” (Conti, 1999:399). Não importam as razões, mas Passarinho também deixou esse ministério para Célio de Oliveira Borja, em 2 de fevereiro de 1992. Desse título se acaba inferindo, com a imposição irônica tanto do discurso quanto do destino, a atitude um tanto sem escrúpulo de um presidente democraticamente eleito, que forçou a saída de seu ministro, outrora a serviço da ditadura. Referências a “frituras” de ministros por presidentes há muitas, como as falas de José Sarney no texto VII de Veríssimo: “— Este [botão] aqui é para desintegrar o Maílson. Nunca usei, claro, mas estive perto de apertá-lo muitas vezes.” Ou ainda: “— Exatamente. Você pode apertar o botão à vontade, sabendo que ele [ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves] não aparecerá. Que inveja!” O título *Amor nos tempos do Cólera*, por sua vez, se remete à demissão (detectável pela ambiguidade da palavra *Cólera*, embora masculina) do ministro Cabral, traído por seus sentimentos de amor, tem a intertextualidade garantida pelo próprio título do livro em questão *Humor nos tempos de Collor*, haja vista a semelhança fonética entre *humor* e *amor*, de um lado, e *Collor* e *cólera*, de outro.

— *A construção da personagem* (Constantin Stanislavski), título que conduz, nesse contexto humorístico, à leitura do incessante esforço do presidente para construir uma imagem presidencial ideal (pelo menos para ele, evidentemente). Bem a propósito se destaca esta passagem de Conti (1999:336-7):

Vestindo uniformes e fazendo o que os militares faziam, ele os prestigiou. Usou um uniforme camuflado e co-pilotou um caça da FAB. Os gestos de apreço aos militares se confundiram com as atividades esportivas do presidente, para gáudio de fotógrafos e cinegrafistas. A imagem dele, tal como transmitida pela imprensa, não formava um todo coerente. O presidente juntava símbolos de juventude (foi fotografado de camiseta, tênis e abrigo), de esportista (corria, jogava futebol e vôlei), de religioso (aparecia contrito ao lado de Frei Damião), de ecologista (visitando a Amazônia), de playboy (pilotando motocicleta e jet-ski), de intelectual (carregando um livro de Norberto Bobbio), de soldado (uniformizado como Rambo) e de rico consumista (usando gravatas Hermès,

tomando uísque Logan e fumando charutos cubanos).”

Dessa maneira, novamente, o gatilho da ambigüidade trabalha a favor do humor, deixando entrever, por trás do sentido metalingüístico do título original, o sentido crítico que brota da interferência de séries, da confluência de diferentes campos discursivos e ideológicos: militarismo, juventude, esporte, religião, ecologia, intelectualidade e consumismo. Embora essa personagem forjada pareça incoerente no mundo real, como afirma Conti, passa a ter coerência no mundo fictício do humor, já que este permite visualizar um traço de sentido crítico, comum a todos esses campos discursivos: o exibicionismo ridículo (ou quem sabe até a insegurança) a construir uma personagem. O título *Em busca do tempo perdido* (Marcel Proust) também se relaciona significativamente com este: não é qualquer pessoa que consegue ser e fazer tanta coisa ao mesmo tempo, como a compensar o fato de não as ter feito antes. A relação de oposição entre os macroscrips da competência / incompetência – associados ao protagonista desse texto – descritível a partir de uma situação real a evocar uma situação irreal, tal relação demonstra quão frágil pode ser a delimitação entre os três tipos dessa variação, ou seja, ordinário / não ordinário, possível / impossível, normal / anormal, que neste caso se interpenetram, evidenciando o objetivo depreciativo do humor. Essa mesma descrição cabe ao texto VII (*O exame*), de Veríssimo (linhas 5 a 9).

— *A fogueira das vaidades* (Tom Wolfe) é um título em estreita relação significativa com o anterior, salvo o realce dado ao nome *vaidade*, que *Aurélio* define do seguinte modo: “1. Qualidade do que é vão, ilusório, instável ou pouco duradouro. 2. Desejo imoderado de atrair a admiração ou homenagens. 3. V. *vanglória* 4. Presunção, fatuidade. 5. Coisa fútil ou insignificante; frivolidade, futilidade, tolice.” O fato de o termo *vaidade* estar inserido no escopo da metáfora *fogueira*, formando assim um só sintagma, pode conduzir, por projeção semântica, às interpretações 1 e 4 (destacando o sinônimo *fatuidade*), pois *fogueira* remete a *ardor*, *ímpeto*, *entusiasmo*, *paixão*, normalmente efêmeros (veja-se a expressão “fogo de palha”, por exemplo). Se for essa a interpretação, desnuda um enunciador ao mesmo tempo criativo e crítico, a fazer uma leitura reveladora e profética dos acontecimentos da história brasileira: o *impeachment*. A essas revelações podemos anexar um outro título: *Se houver amanhã* (Sidney Sheldon). Mas tal sintagma

não exclui totalmente os sinônimos 2, 3 e 5, pois *fogueira* remete ainda a *exaltação*, termo que tanto pode ser interpretado num sentido positivo (*sobreexcitação do espírito; ação de levar ao mais alto grau de energia; ato ou efeito de sublimar, de tornar grandioso*), como negativo (*ato de vangloriar-se, jactar-se, ufanar-se em demasia ou sem razão*). Com certeza, o sentido negativo prevalece nessa ambigüidade, privilegiando o *script* da vaidade contra o da humildade, perpassados pelo macroscrip da incompetência (no sentido, como vimos, de deixar de fazer o que deveria, isto é, governar bem, para dedicar-se em excesso ao que não precisaria: esporte, vaidade, superstição, lobby etc.). O título *Levantado do chão* (José Saramago) tem íntima relação com esta análise.

— *O mago* (Paulo Coelho) e *Tenda dos milagres* (Jorge Amado) são dois títulos que, por um gatilho ambíguo, permitem uma leitura de crítica a uma determinada concepção de política, isto é, ao fato de os eleitores aguardarem soluções milagrosas, que na verdade não se concretizam. Em grande parte isso é assegurado pela idéia de que um mago, além de mágico, obviamente, tem alguns poderes de fazer milagre. E o *script* da competência / incompetência vai-se sustentando.

— *Viva o povo brasileiro* (João Ubaldo) junta a voz de seu autor, o eminente escritor baiano, cientista político e jornalista, à do povo que se manifestava maciçamente contra um (des)governo. Não se pode esquecer, é claro, da voz de Jô, bastante consciente do título escolhido: em 1987, esse livro fora escolhido como tema do samba-enredo da escola Império da Tijuca, o que demonstra, em parte, sua popularidade. É um título que expõe a expressão de um povo desiludido com a falta de uma política eficiente. O texto XIII (*ETvaldo já arrumou emprego de porta-jóia!*) de Simão tem seu início com idêntica função expositora, como veremos.

— *A cidade das redes* (Otto Friedrich): nesse título, a polissemia da palavra *rede* pode levar a várias interpretações, a saber: rede de pesca (lembrando que Collor era de Maceió, capital praiana); cilada, armadilha (remetendo aos esquemas de corrupção); o conjunto dos meios de comunicação (lembrando que a família Collor era dona de *A Gazeta de Alagoas*, tendo alguns privilégios na manipulação das notícias). Como se vê, qualquer uma dessas interpretações é interessante no seu efeito humorístico, reforçando mais uma vez o par de *scripts* bom / mau.

— *Cem anos de solidão* (Gabriel García Marquez), além de remeter a uma obra da literatura fantástica que trata do final de uma época de ditadura — e não devemos esquecer que Collor fora tachado de fascista por alguns jornalistas — apresenta um interessante efeito do humor que é sua relação com os constantes apelos de Collor para que não o deixassem só: em campanha e depois, quando o processo de *Impeachment* alcançava seu auge. Conti (1999:576) expõe que Collor, num protesto contra as denúncias de “um derrotado”, publicados na *Veja*, encerrou seu discurso repetindo seu *slogan* da campanha eleitoral: “Não me deixem só!”. Todo o texto IV registra esse fato, evidenciado sobretudo no último bilhete, endereçado a D. Leda: “Mamãe! Socorro! O sindicato do golpe quer me pegar!”

— *A comédia humana* (Balzac) é o último título sugerido e evidencia as constantes “encenações” do presidente. Se Raskin (1985) postula que, quando um grupo ou instituição política são atingidos, a piada é sobre um membro desse grupo ou instituição, neste caso se dá o inverso: várias citações de grupos (cidade, amigos, ministérios, magos, negociadores) remetem a diversos discursos e incidem sobretudo sobre uma única pessoa e um único discurso: Collor e seu (des)governo.

Semelhante análise pode ser feita do texto III de Jô, intitulado *Cinema*. A relação intertextual com vários títulos de filmes, também dispostos caoticamente (embora ordenados entre os dias da semana), tem um traço semântico em comum: família, sobretudo irmandade e, no final, filiação (“Domingo: encerramento do festival com Mamãezinha Querida”). O *script* da família feliz cede espaço ao da infeliz, ou melhor, desestruturada, devido à delação de Pedro; tudo isso habilmente permeado por vários discursos: valentia (“Segunda-feira: Todos os Irmãos Eram Valentes”), consangüinidade (“Terça-feira: Irmãos de Sangue”), desentendimento e delação (“Quarta-feira: Irmão Contra Irmão”), crime e impunidade (“Quinta-feira: Os Irmãos Karamazov”). Neste último caso, é bom lembrar que tal filme se baseia no romance homônimo de Dostoievski, cuja voz se expõe pela boca de Ivan, um dos irmãos Karamazov: “Se Deus não existe, tudo é permitido.” Os crimes mais hediondos seriam permitidos, já que não haveria vigilância divina nem castigo eterno. E isso não só se coaduna com a noção filosófica do *Carpe diem* que, segundo se pode inferir do título em questão, seria apreciada pelos irmãos Collor, mas ainda realça a questão da falta de ética e de amor fraterno, inclusive no sentido amplo deste termo. A voz de Dostoievski coincide neste instante com a voz denunciadora do enunciador, sustentada por

um locutor que, aparentemente apenas está sugerindo uma leitura interessante ao presidente.

Restam-nos os títulos *Gêmeos: Mórvida Semelhança* (Sexta-feira) e *Os Irmãos Cara de Pau* (Sábado), sendo que o primeiro invoca a antiga concepção de que gêmeos brigam, são competitivos, têm gênios opostos etc., embora semelhantes no físico (tema largamente aproveitado na literatura e, em particular, sabiamente, por Machado de Assis em *Isaú e Jacó*). Em relação ao segundo título, este é tradução “imperfeita” de *Blues Brothers*, comédia musical envolvendo dois irreverentes irmãos músicos, procurados constantemente pela polícia. A culminância do humor se produz com o último título, que faz referência direta a D. Leda: *Mamãezinha querida*, que é um filme baseado num livro, cujo título homônimo já é bastante irônico, pois mostra a difícil relação entre a atriz Johan Crawford e seus dois filhos adotivos, entre eles Christine, autora do livro. Todos esses discursos são assegurados pelo par de *scripts* opostos competência / incompetência. Encerrando a análise do texto III, caberia, para algumas nobres famílias brasileiras, mais um título, porém adaptado (ou parodiado): *Beleza (sul-) americana*. Haveria alguma graça? Com certeza não é qualquer um que tem o dom do humor.

Portanto, os vários elementos lexicais e coesivos, incluindo a enumeração caótica dos vários títulos de livros (no texto I) e de filmes (no texto III), nos fazem acionar os gatilhos que levam de um discurso a outro, e a aparente incoerência dessa situação vai-se sustentando numa coerência peculiar: os vários momentos de humor, mais ou menos dependentes, e sustentados por *scripts* que se interpenetram ou não, dependem todos de um macroscrip que lhes garante essa mesma coerência, sustentada sobretudo pela ironia. Mas, acima de tudo, o macroscrip garante o riso.

## 4 CAPÍTULO III - HUMOR POLÍTICO

*Quando ri, enquanto o vinho borbulha em sua garganta, o aldeão sente-se patrão, porque inverteu as relações de senhoria: mas este livro poderia ensinar aos doutos os artifícios argutos, e desde então ilustres, com que legitimar a inversão.*

*Umberto Eco (O nome da Rosa)*

### 4.1 Objetivos e temas do humor

“Apenas os chistes que têm um propósito correm o risco de encontrar pessoas que não querem ouvi-los”. Esse é o comentário de Freud (1905:109) a respeito da distinção, calcada sobretudo na reação do ouvinte-alvo, entre chiste tendencioso e chiste ingênuo, embora tal distinção não se tenha sustentado integralmente, como veremos no próximo capítulo (Dascal, 1985). Além disso, afirma não haver interinfluência entre chistes verbais e conceptuais, de um lado, e chistes inocentes e tendenciosos, de outro:

Algumas pessoas podem talvez receber a impressão de que os chistes inocentes são predominantemente verbais e que uma técnica mais complexa de chistes conceptuais é mais empregada para propósitos definidos. Mas há chistes inocentes que operam com jogo de palavras e semelhança fônica, como há chistes inocentes que empregam todos os métodos dos chistes conceptuais<sup>47</sup> (Freud, 1905:110).

---

<sup>47</sup> Entre tais métodos, estão a alusão, o deslocamento, o raciocínio falho, o absurdo e a representação indireta, que abarca a representação pelo oposto e a analogia. Para maiores esclarecimentos, ver Freud, (1905:64 e seguintes).

Essa possibilidade de relacionar indiferentemente técnicas, propósitos e conteúdo poderia constituir um argumento a favor da dificuldade de distinguir, com clareza, chiste inocente e chiste tendencioso.

Não se pode esquecer a importância atribuída por Freud à forma de expressão (Freud,1905:30). Tal tese é complementada por outra: o sentimento do prazer do ouvinte não decorre do propósito do chiste nem de seu conteúdo intelectual, mas da conexão entre o sentimento de prazer e a técnica do chiste (Freud,1905:114).

Apesar da relevância atribuída à forma no que diz respeito à elaboração do chiste, Freud elogia os chistes do Lichtenberg, particularmente bons “devido a seu conteúdo intelectual e à segurança com que ferem o alvo.” (Freud,1905:112). Exemplificando, temos:

É quase impossível atravessar uma multidão portando a tocha da verdade sem chauscar a barba de alguém. (Freud,1905:101)

Ou ainda:

Pode-se estar certo, aquele homem não foi um grande luminar [*Licht*], mas um grande candelabro [*Leuchter*] ... Era um professor de Filosofia. (Freud, 1905:102)

Nos dois casos, ocorre analogia. “A tocha da verdade” reduz-se a um clichê que é revigorado a partir do momento em que Lichtenberg lhe faz um acréscimo, inferindo disso uma consequência. No segundo caso, a modificação de *luminar* para *candelabro* renova a primeira analogia. Evidentemente a tradução fez perder um interessante trocadilho entre *Licht* e *Leuchter*.

Ainda merecem destaque duas observações. A primeira se refere ao efeito chistoso: os chistes inocentes têm, em geral, um efeito moderado, provocando um leve sorriso em seus ouvintes, talvez até, em parte, devido ao conteúdo intelectual. Os chistes tendenciosos, ao contrário, fazem o riso explodir. A partir dessa constatação, Freud (1905:116) levanta a seguinte suspeita: “Já que ambos os tipos podem ter a mesma técnica, podemos suspeitar de que os chistes tendenciosos, em virtude de seu propósito, devem ter fontes de prazer

disponíveis, às quais os chistes inocentes não teriam acesso”. Note-se a relevância do propósito no caso do chiste tendencioso.

A segunda observação se liga justamente aos propósitos dos chistes: os tendenciosos (e só eles, pois os inocentes teriam um objetivo em si mesmos), têm um propósito *hostil*, de agressividade, sátira ou defesa, ou um propósito *obsceno*, de desnudamento. A esses acrescenta ainda o que denomina humor *cínico* (blasfemo, crítico) e humor *cético*, que ataca não “uma pessoa ou uma instituição, mas a própria certeza de nosso conhecimento, uma de nossas capacidades especulativas” (Freud,1905:136).

Num outro momento (Freud,1905:155-6), admite que os chistes nunca deixam de ser tendenciosos, “mesmo se o pensamento neles contido é não tendencioso e apenas serve aos interesses intelectuais teóricos. Eles perseguem um segundo objetivo: promover o pensamento, aumentando-o e guardando-o da crítica.” Porém, seu humor nem sempre é crítico, pois muito freqüentemente os chistes veiculam discursos conservadores ou até reacionários, sobretudo no campo da sexualidade e do racismo; certamente isso não é totalmente válido para o humor político, como o próprio Freud entrevê e, em trabalhos mais recentes, se confirma (Raskin, 1985; Possenti, 1998a, entre outros).

Vários estudiosos já arriscaram considerações a respeito dos objetivos de humor, entre eles Travaglia (1989) que, ao propor as categorias do humor, ressalta a do *objetivo*, ou seja, o riso pelo riso, a liberação, a denúncia e a crítica social (política, de costumes, instituições, serviço, caráter ou tipo humano, governo). As duas primeiras subcategorias, isto é, a liberação e o riso pelo riso, foram exploradas por Freud, sendo que a última é difícil de se sustentar no chiste, como se viu. O próprio Travaglia admite isso (Travaglia, 1990:60).

Quanto à liberação, esta é intensamente abordada pelas correntes sócio-psicológicas do humor, sobretudo a partir de Freud (1905:170-1):

Devíamos dizer que o riso se dá quando uma cota de energia psíquica, usada anteriormente para a catarse de trajetos psíquicos particulares, torna-se inutilizável, de modo que essa (energia) pode encontrar descarga livre.

O humor de repressão ou supressão tem como forte adversária a sociedade atual, que impõe suas normas éticas e culturais de procedimento. O desempenho dos chistes em

relação a seus propósitos passa a ser a possibilidade de satisfazer um instinto (sexual ou hostil) reprimido por um obstáculo. Portanto, se não houvesse repressão social, haveria chistes? Sendo assim, a liberação não deve ser considerada como objetivo, mas como condição de prazer. Freud postula a diferença na despesa psíquica como a sua condição determinante: “(...) a origem do prazer cômico está na comparação da diferença entre duas despesas. O prazer cômico e o efeito pelo qual é conhecido – o riso – só se manifestam se essa diferença não é utilizável e, pois, capaz de descarga.” (Freud, 1905:246).

Resumindo, queremos frisar que o objetivo de crítica social nos interessa mais de perto, mas cremos difícil dissociá-lo do objetivo de denúncia e de correção, como o fez Travaglia, sobretudo por se tratar de textos de humor político. Continuaremos a demonstrar isso em nossos textos, sobretudo com base nas teorias, expostas no próximo item, sobre os vários tipos de crítica, abordados por Possenti (1998a), e na distinção entre chistes difamatórios e expositores, feita por Raskin (1985).

Outro aspecto que merece ser retomado é que, se a análise do humor político elaborada por Raskin (1985:226), como veremos, mais especificamente no caso em que se diminui uma figura política, leva-o a concluir que nunca se ataca tal figura em sua vida privada, já que o alvo da piada é um grupo, uma idéia política ou toda uma sociedade, isso não se verifica nos textos jornalísticos aqui analisados. Essa observação é valiosa, pois havia algumas ações típicas da vida privada que eram executadas por Collor em público para chamar a atenção de todos, o que não excluiu os humoristas: seu lado de atleta e outras formas de puro exibicionismo, por exemplo. Há várias passagens do livro de Conti que ilustram bem isso:

Collor foi alçado à caçamba de um caminhão transformado em palanque. Esgoelou: “Somos todos filhos da esperança”, e a multidão respondeu com berros e aplausos. Ele era o único de terno escuro. Empertigado em seu 1 metro e 84, parecia o mais alto de todos. O mais forte. O atleta. Talvez fosse o único no Palmares capaz de passar num teste para galã de telenovela. Era o branco num mar de morenos, o colonizador entre os nativos (...) Queria emocionar o povo e garantir imagens emocionadas na televisão. Imagens de campanha presidencial (...) Vibrava ao se sentir foco da atenção de milhares de pessoas. (Conti, 1999:14)

Em relação à vida conjugal, mostrava-se intransigente e voluntarioso: após algumas desavenças com sua segunda esposa, Rosane Malta, com quem não conversava havia dias, houve uma comemoração do aniversário de Collor no Planalto. Após seu discurso, Rosane foi cumprimentá-lo, mas ele a deixou com o braço parado no ar. “À noite, o frisson se espalhou pelo país quando o *Jornal Nacional* espalhou a cena (...) Chargistas, caricaturistas e humoristas se deliciaram.” (Conti, 1999:472)

Como visto anteriormente, o presidente juntava símbolos da juventude, além do que, era fácil perceber como sabia aproveitar-se de sua aparência para criar uma auto-imagem de força e invencibilidade. Era o poder do *marketing* a favor de uma imagem presidencial: de esportista, de religioso, de ecologista, de playboy, de intelectual, de soldado e de rico consumista.

Há várias passagens nos textos que demonstram a confluência desses diversos campos discursivos e ideológicos, permitindo visualizar um traço de sentido crítico, comum a todos esses discursos: o exibicionismo ridículo (ou quem sabe a insegurança disfarçada) a forjar uma personagem. Havia, de fato, uma superexposição, logo classificada pela imprensa como artificial, “produto de uma Central Collor de Produções” (Conti, 1999:337). Além disso, a amplitude de temas que caracteriza o texto de humor político tem como consequência vários picos de humor, como se deseja verificar através do *corpus*. Como exemplo de tudo isso, veja-se a ironia do trecho do texto I:

Espero sinceramente, para que o repouso seja completo, que o presidente não tenha levado para a renomada estância hidro-mineral seus famosos aparelhos de ginástica nem corra de camiseta diariamente, transformando seu descanso em maratona.

Ou ainda a citação, aparentemente caótica, nesse mesmo texto I, dos livros: *A construção do personagem* (Constantin Stanislavski), *A fogueira das vaidades* (Tom Wolfe), *Levantado do chão* (José Saramago), *Em busca do tempo perdido* (Marcel Proust), *Se houver um amanhã* (Sidney Sheldon), como algumas das sugestões de leitura para apenas um domingo do presidente em férias: não é qualquer pessoa que consegue ser e fazer tanta coisa ao mesmo tempo; será para compensar o fato de não as ter feito antes? Essa é uma das inferências possíveis, responsável pelo humor.

É interessante também o seguinte trecho, já comentado anteriormente, do texto VIII (*O quase*) de Veríssimo:

Collor lembra-se de todos os detalhes da visita. De como chegou ao palácio do Planalto discretamente, vestindo um macacão cor de abóbora, de ultraleve, com uma escolta de seguranças em asas-delta, e entrou pela porta dos fundos abanando para as câmaras.

Conti informa ainda (1999:337)

A espetacularização da presidência tinha duas cerimônias semanais. Na tarde de sexta-feira, Collor descia a rampa do Palácio do Planalto acompanhado de atletas, comediantes e atores. Na manhã de domingo, corria nas imediações da Casa da Dinda vestindo camisetas com mensagens antidrogas, ecológicas e pseudofilosóficas, como “O tempo é senhor da razão” [teria ele o dom da profecia?]. À noite, no *Fantástico*, e na primeira página dos jornais de segunda-feira, era infalível o registro de suas corridas.

Tal espetacularização faz Collor se assemelhar a um ator teatral, ou melhor, a um comediante, haja vista as poses e situações cômicas a que ficava constante e ironicamente suscetível<sup>48</sup>.

Outra categoria apontada por Travaglia é a do *assunto*: o humor pode ser negro (o que envolve, na verdade, vários assuntos), sexual, étnico e social (político, de costumes, instituições, serviço, caráter ou tipo humano, governo, classes e língua). Se o compararmos a Raskin (1985), veremos que este empreende sua análise, baseada em *scripts*, do que considera três categorias específicas de humor: sexual, étnico e político. Ao final de tal trabalho, Raskin ressalta a falta de ter lidado com outras categorias específicas de humor, a saber: *humor negro, humor de doença, humor de toilet, humor de escola e faculdade, humor de esporte*, etc. (Raskin, 1985:247). Poderíamos ampliar essa lista: *humor de igreja (de padre, de freira etc.), humor de criança etc.*

A esse respeito, Possenti (1998a:25-6) faz também uma lista de temas:

sexo, política, racismo (e variantes que cumprem um papel semelhante, como

---

<sup>48</sup> A esse respeito, ver as produtivas análises, feitas por Brait (1996), de várias manchetes e ilustrações da primeira página da *Folha de S. Paulo*.

etnia e regionalismo), canibalismo, instituições em geral (igreja, escola, casamento, maternidade, as próprias línguas), loucura, morte, desgraças, sofrimento, defeitos físicos (para o humor, são defeitos inclusive a velhice, a calvície, a obesidade, órgãos genitais pequenos ou grandes — órgãos pequenos são considerados defeitos nos machos, enquanto que órgãos grandes são vistos como defeitos nas fêmeas) etc.

Além disso, Possenti (1998a:26) afirma que as piadas funcionam, na maioria, baseadas em estereótipos, “seja porque veiculam uma visão simplificada dos problemas, seja porque assim se tornam mais facilmente compreensíveis por interlocutores não especializados”. Exemplificando: judeu só pensa em dinheiro, mulher inglesa é fria, português é burro, gaúcho e campineiro são efeminados, japonês tem pênis pequeno, nordestino/brasileiro é mais potente do que qualquer gringo machão, marido é traído e esposa é infiel, brasileiro/mineiro é mais esperto, político é corrupto etc.

Transportando tais conceitos para nossa análise, há um trecho de um dos textos de Millôr (texto XI, *Nohtas*) que demonstraria tanto o estereótipo do mineiro esperto, se não fosse seu efeito irônico, como o estereótipo da corrupção. A partir da questão “Quem tem medo de Itamar Franco?”, já que este assumiu a presidência justamente por ser o vice de Collor, elabora várias respostas, das quais selecionamos:

Comparado ao “atual” [Collor], eu já disse, nem mesmo ACM teve coragem de insinuar que Itamar é ladrão ou drogado. E quanto ao “ex”? Vocês se esquecem de que o país agüentou cinco com o *vice* Sir Ney e assim mesmo não faliu? Agora, comparem Itamar a Sir Ney. Itamar é mineiro, o que já é um mínimo de garantia cultural (Hélio Garcia e Newton Cardoso que me perdoem), não usa terno de oito botões e, suprema virtude, não escreveu o BREJAL DOS GUAJÁS. Não basta, pô?

Com certeza, o conhecimento partilhado entre o humorista e seus leitores é essencial para o entendimento dessa passagem: ACM, ou melhor, Antônio Carlos Magalhães, na época governador da Bahia, é conhecido como um político que costuma criticar outros políticos. O período *Nem mesmo ACM teve a coragem de insinuar que Itamar é ladrão ou drogado* é um argumento para conclusão de que Itamar está acima de qualquer suspeita e imune a críticas, ao contrário de Collor.

Em relação à questão seguinte (*E quanto ao ex?*), relacionada à comparação entre Itamar e o ex-presidente Sarney, a resposta significa que Itamar dificilmente (para não dizer nunca) levaria o país à falência, por pior que fosse seu governo: a palavra *agüentou* significa aqui “suportar”. Como só suportamos o que não é bom, podemos inferir o seguinte: um mal governo é agüentado pelo povo. Ora, Itamar faria um mau governo. Logo, Itamar seria agüentado pelo povo.

Na seqüência da comparação entre Itamar e Sarney, além do visível estereótipo oposto a mineiro esperto, qual seja, o do mineiro burro, sem um mínimo de garantia cultural, outras passagens interessantes produzem o efeito cômico: *Sir Ney*, com pronúncia inglesa a lembrar *Sarney*, por uma técnica de deslocamento de palavras com similaridade fônica, produz uma interessante quebra de expectativa e um estranhamento, pois todos sabemos que José Sarney, de tradicional família maranhense, foi vice e também acabou assumindo a presidência no lugar de Tancredo Neves; além disso, é um poeta e pertence à Academia Brasileira de Letras, o que bastaria para assegurar-lhe um mínimo de garantia cultural, mas é comparado a Itamar, o qual tem a “suprema virtude” de não ser o autor de *Brejal do Guajás*, e mesmo assim tem um mínimo de garantia cultural, ou nenhuma, como se viu. O que sobra para Sarney? Quanto a Hélio Garcia, este foi governador de Minas e demonstrou solidariedade a Collor após uma entrevista, publicada em uma *Veja* de maio de 1992, repleta de acusações de Pedro Collor contra o irmão. Newton Cardoso, por sua vez, foi também governador de Minas em 1986. Já que tanto Garcia quanto Cardoso, e especialmente este, eram considerados pouco inteligentes, o irônico pedido de perdão que lhes é feito realça a burrice de Itamar e, por conseqüência, ainda mais a de *Sir Ney*.

Em relação ao estereótipo de político ser corrupto, é desnecessário frisar a abundância nos textos. O texto V (*Glossário da CPI*), por exemplo, traz: “*Ouroguai* (subs. masc.) Parte do Uruguai especializada em vender ouro para os estrangeiros. Muito usada por viajantes brasileiros.” Um dos mecanismos usados para o efeito do humor nessa passagem é lingüístico, ou seja, demonstra, através da “habilidade de fundir, com surpreendente rapidez, várias idéias, de fato diversas umas das outras tanto em seu conteúdo interno, como no nexos com aquilo a que pertencem” (Fischer, apud Freud, 1905:23). Estamos, na verdade, diante do emprego da técnica freudiana descrita como

condensação com formação de palavra composta, ou ainda, generalizando, pode-se dizer que, sob essas palavras, se encontram outras (Starobinsky, 1971) ou outros discursos. Dessa técnica resulta um neologismo formado por justaposição a partir da substituição de parte do radical *Uru(guai)* pelo substantivo *ouro*. Novamente o leitor, para desfrutar integralmente desse humor, deve compartilhar com o autor os fatos que envolveram a chamada Operação Uruguai, justificada por uma reportagem do *Jornal do Brasil* em 28 de julho de 1992. Cláudio Vieira, chefe de gabinete pessoal de Collor, antes de um depoimento à CPI para esclarecer a origem de altas quantias depositadas na conta de Ana Acioli, secretária de Collor, reuniu-se com Lafayette Coutinho e Marcos Coimbra para discutir o que diria. Segundo Conti (1999:637),

Ele contou que no início de 1989 tomara emprestados 5 milhões de dólares no Uruguai para Collor, que com eles iniciara a campanha presidencial. A operação fora irregular, pois o empréstimo não tinha sido traduzido e consularizado, e nem ele, nem Collor o haviam posto em suas declarações de renda. Houve uma segunda reunião na casa de Marcos Coimbra, à qual compareceram o empresário Alcides Diniz (...) e o diretor do Departamento Jurídico de sua empresa, a ASD. Entre 1989 e 1990, Diniz fora o dono de uma empresa no Uruguai que fazia operações financeiras. Foi decidido no encontro que advogados do empresário prestariam assessoria jurídica a Cláudio Vieira para que ele conseguisse provar à CPI que o empréstimo uruguaio existira e fora legal.

Finalmente, no depoimento, Cláudio Vieira explicou que tomara emprestada aquela quantia da Alfa Trading, num contrato avalizado por Collor, Paulo Octávio e Luiz Estevão.

Em abril de 1989, ele sacou 3,75 milhões de dólares do empréstimo e os entregou ao doleiro Najun Turner, que comprou 300 quilos de ouro [lembrar-se de "*Ouroguai*"]. Quando Collor precisava de algum dinheiro, Turner vendia uma parte do metal e fazia depósitos nas contas de Ana Acioli. Vieira se disse 'transtornado' ao saber que os depósitos eram feitos com correntistas-fantasmas, e acrescentou que não tivera "condições psicológicas" para conversar com Najun Turner sobre o assunto. (Conti, 1999:639)

Nem é preciso dizer das gargalhadas que Vieira provocou nos parlamentares por conta de tantas contradições, sem nenhuma prova documental.<sup>49</sup>

A partir das informações sobre os acontecimentos e da análise do exemplo visto, fica fácil entender também a graça de outros trechos do mesmo texto V que também esbarram, de alguma forma, no estereótipo da corrupção, utilizando recursos variados de formação de palavras, a saber, a aglutinação:

- de *depoimento* (subs.) + *mento* (verbo *mentir*), gerando *depoiminto*. Exemplo: “Depoiminto – (subs. masc.) Depoimento feito à CPI e que não convence ninguém”;
- de *secretária* (subs.) + *otária* (adj.), gerando *secrotária*. Exemplo: “Secretária – (subs. fem.) Secretária otária, que não sabe de onde vem tanto dinheiro para sua conta bancária”;
- de *Ana* (nome próprio) + *assinar* (verbo), gerando *anassinar*. Exemplo: “Anassinar – (verbo) Assinar cheques com outros nomes.

Outro recurso de formação de palavras é o da justaposição, como em “Nominalmente – (adv.) Fazer cheque nominal com nome falso”, cujo nome composto *nominalmente* tem suas partes realçadas pela inserção do hífen a separar o que deveria ser um sufixo adverbial de modo, *-mente*, mas que deve ser interpretado como a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *mentir*: *mente*, isto é, alguém mente, oração cujo sujeito se torna bastante claro após os esclarecimentos históricos acima.

Mas há casos em que realmente se usou a formação de palavras por sufixação, como em “Vieirada – (subs. fem.) trapalhada, lorota.”, em que o sufixo *ada* (ação de) se junta ao radical *Vieira*.

Pode-se falar ainda do recurso da intertextualidade: “Estalo de Vieira II – A Missão – (expressão popular) Também conhecido como ‘Estalo de Cláudio’. Estalo cerebral que faz com que o indivíduo tenha sua capacidade intelectual reduzida. O oposto do estalo de Vieira do Padre Antonio Vieira.”

---

<sup>49</sup> O contrato original do empréstimo jamais foi apresentado à CPI. Num terceiro depoimento, foi apresentada uma cópia, encaminhada pelo *Estado de S. Paulo* ao Instituto Del Picchia para um exame grafotécnico, que constatou sua falsidade e elaboração em período posterior àquela data.

Outra técnica usada para esse mesmo tema da corrupção está presente no exemplo “Fã-tasma – (subs. masc.) Pessoa que gosta tanto de um presidente que deposita dinheiro anonimamente e em grandes quantidades na conta de sua secretária.” Trazemos para este caso uma análise, já empreendida por Possenti (1998a:94) a respeito não do item lexical *fã-tasma*, mas de outros que constam no dicionário etmoLÓGICO de Millôr, a qual segue o método por excelência da lingüística estrutural, a saber, a comutação, que consiste na localização de um elemento pertinente ou funcional e na sua substituição por outro elemento, mesmo que este seja vazio ou um morfema zero, após a aplicação eficaz desse método, isto é, aquela cujo resultado sejam unidades de sentido (lexical ou gramatical). Se tal método nos permite separar *Fã* como significativo, o mesmo não ocorre com *tasma*. Mas, para eficiência do humor, a palavra *Fã* basta, e a leitura concomitante de *fantasma* também é interessante, devido às várias denúncias de cheques-fantasma no governo Collor.

Análises semelhantes às feitas acima, que comprovam o funcionamento dos textos de humor com base em estereótipos, também são válidas para outros casos do mesmo texto V, bastando ver as definições de *Jardinda*, *Morcegar*, *Rosaneer*, *Rosinetar* etc. E com certeza não se esgotam nesse texto. Todos os mecanismos lexicais usados para criação dos hilariantes neologismos, eficazes pela própria constituição lingüística, não dispensam o conhecimento partilhado entre os interlocutores, como se tem constatado.

O que desejamos salientar por ora é que não consideramos todos os temas acima relacionados como *assunto*, como quer Travaglia, mas diferentes modalidades, ou subcategorias, dos dois propósitos básicos postulados por Freud, ou seja o sexual e o hostil. Humor negro, étnico e político, com todas as suas variações, são subcategorias ligadas ao objetivo de humor de crítica social. Como vimos acima, a sociedade é a grande adversária da humanidade na atualidade, seja em relação à repressão sexual ou aos impulsos todos de agressividade. E a filosofia do *Carpe diem* dorme, em estado latente ou inconsciente (como afirma Freud), em todos nós (mas nem por isso vamos desculpar as atitudes dos maus políticos).

Relacionada ainda à questão do tema de humor, há uma categoria abordada por Travaglia (1990:672): o humor quanto ao *grau de polidez*, que subdivide em *humor de salão* ou refinado, com linguagem mais nobre e indireta, pois atende “à norma social de não explicitação de certos fatos relativos sobretudo a sexo e preconceito”, e seu contrário, o

*humor sujo* ou pesado ou não refinado. Propõe ainda o *humor médio*, intermediário entre os dois (seria possível estabelecer com precisão esse nível?).

Como os textos aqui analisados foram publicados inicialmente por revistas e jornais, provavelmente os humoristas, habituados a esse tipo de texto, se policiaram na elaboração da linguagem de termos muito reles ou de temas muito preconceituosos, o que nos permite classificar tais textos na categoria de “humor de salão”. Disso se conclui que “a descarga das restrições sócio-pragmáticas”, sugerida por Dascal (1985) para o chiste cínico (como veremos no próximo capítulo), não é tão livre assim. Realmente as restrições sociais se impõem, já na soma de seus múltiplos discursos deônticos. E Dascal, como veremos, tem razão em propor que tudo se deve reduzir a uma questão de grau no que diz respeito à atuação mais ou menos restritiva da linguagem sobre os processos mentais.

Como Freud ainda se refere ao efeito moderado do chiste inocente e à explosão do riso no chiste tendencioso, queremos demonstrar a relatividade do efeito dessa explosão. Explicando melhor: se quisermos manter a categoria de grau de polidez proposta por Travaglia, não devemos relevar tanto a criação do chiste, isto é, o papel do emissor, pois, no caso do riso, tal papel é regulado pela audiência, como o próprio Freud frisou:

Podemos notar que os homens de uma classe mais alta são imediatamente levados, quando em companhia de moças de classe inferior, a reduzir seus chistes com caráter de *smut* ao nível de simples *smut* (Freud, 1905:121).

Freud (1905:172) aprofunda sua explicação com base na versão psicológica de descarga de energia:

Se verificarmos que o ouvinte de um chiste ri, mas que seu criador não pode rir, isto pode nos levar a dizer que no ouvinte uma despesa catártica foi suspensa e descarregada, enquanto na construção do chiste também encontramos obstáculos tanto à suspensão quanto à possibilidade da descarga.

Na verdade, o prazer do emissor é atingido por um desvio: através da impressão que lhe causa o seu ouvinte (Freud, 1905:180). Além disso, um chiste perde seu efeito de riso se requerer uma despesa ou trabalho intelectual; por isso “as alusões devem ser óbvias e as omissões facilmente preenchíveis” (Freud, 1905:174). E isso, evidentemente, para qualquer

chiste, já que estamos considerando que todos são tendenciosos. Acentuamos assim, na categoria “humor quanto ao grau de polidez”, o papel do ouvinte, sendo este o definidor, em primeira instância, do prazer do humor, um dos objetivos a que visa o chiste. Essa ênfase no alocutário terá chance de ser confirmada ainda em outras análises.

## 4.2 Humor político

Em relação ao instigante tópico do *humor político*, em primeiro lugar, teceremos comentários sobre a constância de alguns temas criticados e sobre as estratégias empregadas, seguindo os passos de Possenti (1998a) num estudo discursivo-pragmático — sendo que as análises de cunho pragmático se justificam pela necessidade de, muitas vezes, ter de recorrer a determinada situação histórica ou a características próprias de um político, supostamente reconhecidas pelos leitores/ouvintes, o que se coaduna perfeitamente com as análises de nossos textos. Retomaremos vários exemplos de Possenti, por sua clareza e adequação a nossos propósitos. Nossa convicção é a de que, embora haja elementos que são típicos de alguns governos ou de alguns governantes, a maioria dos elementos invocados em textos de humor político são constantes. Isso poderá ser, em parte, testado num segundo momento de nossa análise do tema do humor político, quando tomaremos por base Raskin (1985), que discrimina duas classes de piada política, a que agride e a que expõe, dependendo também do alvo a ser atingido.

Possenti (1998a:110 e seguintes) expõe basicamente os seguintes temas de crítica política:

- a) crítica à *classe dos políticos*, independentemente dos diversos regimes ou personalidades envolvidos. O exemplo escolhido evidencia a oposição de *scripts* vida longa / vida breve (morte desejada), comum nesse tipo de humor (como exemplo, ver o começo do texto XIII, *ETvaldo já arrumou emprego de porta-jóia!*, de Simão):

FHC vai consultar uma vidente. A bruxa lhe diz:

— Aqui vejo muito claro. Tu vais morrer num dia de festa pátria.

— Bom, mas que dia?

— Não sei, mas qualquer que seja o dia em que morras, vai ser uma verdadeira festa.

- b) crítica a *determinada concepção de política*. Para exemplificar, eis a piada de um bêbado num comício:

O candidato está fazendo um discurso e, lá pelas tantas, diz:  
— Se eu for eleito, prometo que haverá trabalho para todo mundo.  
O bêbado comenta:  
— Já começou a perseguição.

O que se pode deduzir deste caso é a concepção de que o “político é o responsável pela solução de nossos problemas, e não o representante de outros sujeitos, de um grupo ou classe.” (Possenti, 1998a:111). Em outras palavras, muitos eleitores esperam soluções milagrosas dos políticos por eles escolhidos.

- c) crítica a temas particularizados

- crítica à *ditadura*:

Um cachorro polonês e um tcheco encontram-se na divisa dos dois países, quando se dá o seguinte diálogo:  
— O que é que você veio fazer aqui?  
— Comer um pouco. E você?  
— Ladrar um pouco.

Neste caso, o par de *scripts* opostos censura / liberdade se sobrepõe até mesmo ao par abundância / penúria.

- crítica à *corrupção*, ou inscrição no topos “político é corrupto”. Diga-se, de passagem, que este será um dos temas mais explorados pelo *corpus*.

Dois turistas encontram um cemitério brasileiro (argentino etc.). Vêem uma lápide na qual se lê: ‘Aqui jaz um político e um homem honesto’. E um dos turistas comenta:  
— Que estranho. Os brasileiros (argentinos etc.) enterram duas pessoas no mesmo túmulo.

A ambigüidade dos predicados do morto é o mecanismo lingüístico usado.

- crítica à *mentira* (ou à verdade parcial ou distorcida: o texto IX, *Um alerta à Nação*, por exemplo, explora bastante este recurso)

Deus convocou Bill Clinton, Boris Ieltsin e FHC para anunciar-lhes que o mundo vai acabar. Clinton, em uma mensagem em cadeia nacional, anuncia a seu povo:

— Tenho de lhes dar uma notícia boa e outra ruim. A boa é que Deus existe, tal como supúnhamos. A ruim é que o mundo vai acabar.

Ieltsin diz a seu povo:

— Tenho de lhes dar duas más notícias: ao contrário do que nós pensávamos, Deus existe. E, além disso, o mundo vai acabar.

FHC, por sua vez, diz aos brasileiros:

— Tenho de lhes dar duas boas notícias: Deus existe... e todos os problemas do Brasil vão se resolver em poucos dias.

Não podemos deixar de retomar, como exemplo deste caso de crítica, os neologismos, formados por outros mecanismos, quer seja, o da composição (aglutinação ou justaposição) do texto V (*Glossário da CPI: Depoimento; Nominal-mente*).

- crítica à *presunção*: contra o político que “pensa que é Deus”:

FHC (ou Collor) pensa que é o momento de decidir onde será enterrado quando morrer. Telefona ao primeiro ministro de Israel. Após as saudações protocolares, FHC lhe diz:

— Mudando de assunto, quanto me cobrarias se escolhesse Jerusalém como minha última morada?

— O que te parece 500.000 dólares?

— Impossível. Tem de ser menos dinheiro, senão o povo me mata.

— Por menos dinheiro, nada feito. Pode esquecer de ser enterrado em Jerusalém.

— Mas, Primeiro Ministro, pense bem. Não acha que é muito dinheiro por três dias?

A interpretação desta piada reivindica o conhecimento partilhado da morte e posterior ressurreição de Cristo, decorridos três dias daquela.

- crítica à *burrice*, que pode se manifestar através de vários mecanismos: desconhecimento de uma figura popular (Itamar Franco foi objeto de uma charge que explorava seu encontro com o Presidente do BID, cujo nome é Iglésias, a quem teria dito que gostava de música romântica e possuía seus discos — confusão entre o economista e o cantor Julio Iglesias); tomada do nome próprio como se não o fosse (o presidente americano Truman e o presidente brasileiro teriam travado o seguinte diálogo numa visita daquele ao Brasil: “— How do you do, Dutra? ; — How tru you tru, Truman?”); exposição

da burrice dos políticos através da inteligência de outro (há anedotas americanas, por exemplo, que exploram a suposta burrice de Clinton – na verdade, por oposição à suposta inteligência excepcional de sua esposa Hillary).

Amplamente explorado no texto II (*A reunião*), visto no primeiro capítulo, tal tema aparece também nos casos recém-vistos, relacionados a Sarney e a Itamar (texto XI, *Nothas*) e a Cláudio Vieira, no caso do *Estalo de Vieira II – A missão* (Texto V, *Glossário da CPI*).

- Para encerrar, há piadas que exploram aspectos muito circunstanciais, incluindo às vezes tópicos característicos dos chistes obscenos:

— Sabés lo que dicen a Menen?

— No.

— OB: porque está en le mejor lugar, pero en el peor momento y sirve para todos los deportes.

Possenti (1998a:114) mostra que esta piada

envolve numerosos ingredientes: estar no melhor lugar retoma uma avaliação, supostamente compartilhada, sobre não haver nada melhor do que fazer sexo, pelo menos para o homem; retoma o tabu segundo o qual a menstruação é um empecilho para a atividade sexual; e supõe o conhecimento de um *slogan* publicitário do absorvente OB (serve para todos os esportes), além do conhecimento de que Menen, pelo menos no início de seu primeiro mandato, tentava aparecer com esportistas, comparecendo a eventos esportivos junto a atletas, vestindo uniformes e posando para fotos.

Relacionado a este caso, há coincidências no proceder de Menen e de Collor e na conseqüente exploração disso pelos humoristas, como se pode constatar sobretudo no texto VIII (*O quase*), analisado no quinto capítulo. A partir do exposto, conclui-se que os diversos temas criticados utilizam, para o efeito de humor, estratégias discursivo-pragmáticas tão variadas que desestimulam ainda mais qualquer tentativa de classificar os critérios responsáveis pelo humor.

### 4.3 Duas classes de piada política: difamatórias e expositoras

Baseando-nos ainda, e sobretudo, em Raskin (1985:222-46), que dedica um capítulo ao humor político, concordamos com o fato de haver duas classes básicas de piada política, conforme o alvo a que se dirijam. As *piadas difamatórias* (*denigration jokes*) atacam uma pessoa, um grupo, uma idéia ou uma sociedade inteira; as *piadas expositoras* (*exposure jokes*) visam a desmascarar um regime político, fazendo referência a eventos não amplamente publicados e normalmente suprimidos por tal regime.

#### 4.3.1 Piadas difamatórias

##### 4.3.1.1 De uma figura política

As piadas difamatórias de uma figura política são bastante comuns e se baseiam na simples oposição entre um *script* e sua negação. Mais precisamente, na oposição do tipo bom / mau, embora haja outras maneiras de mostrar que nem sempre uma pessoa com cargo político o ocupa como deve.

Resumindo, podemos lidar com as seguintes oposições de *script*:

- bom / mau;
- competência / incompetência;
- conhecimento / desconhecimento;
- honestidade / desonestidade (corrupção);
- não-sexo / sexo;
- vida longa / vida curta (morte desejada);
- pessoa conhecida / pessoa desconhecida.

Embora Raskin (1985:226) afirme que um líder político nunca é atacado como pessoa, mas somente como figura pública que, supostamente, não deve possuir o(s) traço(s) alegado(s), mas exatamente seus opostos, tal hipótese é difícil de se sustentar: temos a

convicção de que, se isso é verdadeiro, em parte, para piadas nas quais não ocorrem nomes próprios, não o é para “crônicas” humorísticas publicadas em periódicos ou na mídia em geral, que é o caso dos textos aqui estudados, pois todos eles citam nomes próprios, às vezes alterados (*Anassinari, Confarias*, no texto V, *Glossário da CPI*), mas nem por isso menos alusivos, os quais remetem às pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram do governo Collor. Freud (1905:110) endossa tal convicção: ao explicar a não necessária inter-influência entre chistes verbais e conceptuais, de um lado, e chistes inocentes e tendenciosos, de outro, alerta para o fato de que os chistes que “jogam com” nomes próprios têm freqüentemente um propósito “insultante e ferino”, embora sejam verbais. “Mas os chistes mais inocentes de todos são ainda os chistes verbais”, completa ele. Com certeza, não é o caso dos textos em questão.

Outra interessante observação de Freud (1905:125) diz respeito àquilo que denomina “rebelião contra a autoridade”: “A prevenção das invectivas ou das réplicas insultuosas por circunstâncias externas é um caso tão comum que os chistes tendenciosos são especialmente utilizados para possibilitar a agressividade ou a crítica contra pessoas em posições elevadas, que reivindicam o exercício da autoridade.” Sendo assim, um chiste considerado como um insulto, por exemplo, pode ser vingado. Um exemplo interessante é o seguinte:

Um Sereníssimo estava dando uma volta por sua província e notou na multidão um homem, extraordinariamente semelhante à sua própria nobre pessoa. Acenou, convocando-o, e perguntou-lhe: “Sua mãe esteve alguma vez a serviço do Palácio?” — “Não, Alteza.”, foi a réplica, “mas meu pai esteve.”

A utilização da chamada técnica da unificação para aceitar a alusão e devolvê-la ao agressor permite a chistes como esses serem descritos como “respostas prontas”: a defesa, ao se encontrar com a agressão, “vira a mesa”. (Freud, 1905:86).

Vários textos de nossa análise são para armar um contra-ataque, uma vingança contra uma política de governo precário e mesquinho. Diferentemente do exemplo de Freud, uma característica comum a esses textos é que o narrador/locutor ora simula acreditar que as acusações são falsas, porque assim o alegam os acusados, “pobres” vítimas de calúnia de pessoas, na maioria das vezes, interessadas em impedir-lhes o poder, ora o

locutor se acusa, ele mesmo, de caluniador, simulando desculpar os políticos de “falsas acusações”. Assim o discurso da acusação, em aparente repouso, carrega ainda mais força irônica em seu âmago, atrás de um discurso de dúvidas ou de desculpas. Basta lembrar a definição de ironia de Ducrot: o enunciador é responsável pelo ponto de vista indesejável, e não o locutor. Um bom exemplo do primeiro caso é o fragmento do texto IX (*Um alerta à Nação*) de Veríssimo: “Há uma conspiração em marcha, movida por advogados interessados em plantar notícias falsas, correr para os denunciados e dizer: ‘Processa, processa’, pegar os casos e ganhar polpudas somas e vice-versa”. O enunciado a seguir é uma ilustração do segundo caso, isto é, em que o locutor se arroga a pecha de caluniador, enunciado esse que se repete tão constantemente na organização do discurso de Simão, que chega a imprimir-lhe uma forte marca estilística: “Tá no ar e nas telas mais uma calúnia do Macaco Simão!” Sendo calúnias, evidentemente a acusação seria falsa, se não fosse pela ironia, entre outros efeitos de sentido pretendidos pelo locutor.

Abrindo um rápido parêntese para esclarecimento, interpretamos a noção de estilo baseados na noção de *escolha*, adotada sobretudo por Granger (1968) e retomada por Possenti (1993), segundo a qual o locutor, dependendo do efeito de sentido que pretende, escolhe o recurso da língua mais conveniente. “E nisto reside o estilo. No *como* o locutor constitui seu enunciado para obter o efeito que quer obter.” (Possenti, 1993:158) Apontando a semelhança desses efeitos com os perlocucionais, enumera várias conseqüências dessa escolha, entre as quais a rebeldia, a agressividade, a ironia, a comicidade e a repetitividade nos parecem provocar efeito de roldão, adequando-se com justeza à nossa análise. Sendo assim, os humoristas parecem “virar a mesa” por nós, eleitores, e por outros políticos. A revanche é mais impiedosa, porque se duplica, ou se multiplica ...

Não podemos deixar passar ainda o interessante caso de difamação de figura pública, inclusive com citação dos nomes das vítimas, através de um locutor que se identifica com seu alocutário como vítima a buscar apoio contra a calúnia de um perverso delocutário: é este outro bilhete<sup>50</sup> do “pobre” Collor a Brizola:

---

<sup>50</sup> Já citamos, no primeiro capítulo, o bilhete endereçado a Lula.

Leonel, quando xinguei sua mãe na época da campanha, foi pura explosão de momento. Não era mãe de verdade. Da mesma forma quando você me chamava de filhote da ditadura, nunca levei a sério. Obrigado pelo apoio. Venceremos esta orquestração do sindicato do golpe. (texto IV de Jô, *Bilhetinhos*).

Retomaremos essas questões envolvendo o “elenco polifônico” no quinto capítulo.

#### 4.3.1.2 De um grupo ou instituição políticos

Raskin (1985:227) afirma que, quando um grupo ou instituição política é difamada, a piada é normalmente sobre um membro ou membros desse grupo ou instituição. Porém, tal pessoa acaba sendo destituída de suas individualidades. A complexidade maior ou menor dessas piadas decorre do fato de sua mensagem variar conforme a natureza e o propósito dos grupos e instituições em causa. Dá como exemplo uma piada russa dos meados de 1890: “Como você reconhece um russo liberal? Muito facilmente. Ele tem um mordomo negro que pega seu sobretudo no *hall*.”

Neste caso, há basicamente dois temas sendo criticados: além da crítica à classe dos políticos como um todo, também se critica a falsidade das atitudes dos políticos diante de suas promessas, convenientemente de acordo com o dito de puro cinismo: “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.” Os russos liberais daquela época, por exemplo, não praticavam o que pregavam, sobretudo a igualdade e amor aos simples, oprimidos e desprivilegiados. São, pois, casos bastante alusivos, isto é, utilizam-se de associações e inferências.

Esse tipo de chiste é comum em nossos textos: no primeiro capítulo, vimos como o discurso “incorreto” de credices e superstições de ministros estendeu-se a todo o governo.

### 4.3.1.3 De uma idéia ou slogan políticos

Se no primeiro tipo de piada difamatória o alvo humano é tratado como uma pessoa não privada, pelo menos na opinião de Raskin, e, no segundo tipo, como alguém não individualizado, neste caso há uma despersonalização total do alvo da piada. Uma idéia abstrata, um credo, um mote ou slogan é que são difamados, embora a piada seja direcionada contra pessoas, cuja idéia ou slogan sejam difamados. Um exemplo de piada soviética dos anos 60: “No capitalismo, o homem explora o homem. No socialismo, acontece o inverso” (Raskin, 1985:229).

Uma das suas tendências é ridicularizar o patriotismo, o que acaba levando a difamar toda uma sociedade. O *corpus* em questão contém casos nos quais se verifica uma atitude um pouco diversa, pois se divulga a *falta de patriotismo* dos governantes, incitando-o, por sua vez nos eleitores: “O momento exige seriedade, empenho, fibra, desprendimento, espírito público, patriotismo, fé em Deus, Tostão e Rivelino. É isto ou é o caos.” (texto IX, *Um alerta à Nação*, de Veríssimo). Ou se realça a questão da *falta de ética*: “E o figurino dos Supremos? Toga, pigarro e óculos. E voto com bula. Eles votavam e o Miguel Reale traduzia! A vitória da Ética sobre a Étítica!” (texto XIII, *ETvaldo já arrumou emprego de porta-jóia!*, de Simão).

## 4.3.2 Piadas expositoras

### 4.3.2.1 De traços nacionais

Esse tipo de piada se aproxima do humor étnico, diferenciando-se dele somente pelo fato de que o *script* principal é: *o que o grupo nacional ou entidade nacional alvejados devem ser* e a negação desse *script*.

Os traços aludidos podem envolver vários *scripts*: a *irreverência* e desrespeito a autoridade dos americanos, a *praticidade / racionalidade* dos judeus, a *estupidez* dos tártaros e a *obediência cega / hipócrita* dos russos etc. Como exemplo do primeiro caso,

isto é, o desrespeito a autoridade dos americanos, há uma piada soviética da década de 50, citada por Raskin (1985:230):

Dois pilotos, um americano e outro britânico, estão atravessando o Atlântico e se aproximando das Ilhas Britânicas. “Acabamos de atravessar a costa britânica”, disse o britânico com orgulho. “Que se dane sua costa!”, responde o americano. “Estamos voando sobre Londres.”, diz o britânico alguns minutos depois. “Que se dane sua Londres!”, diz o americano. “E este é o Palácio de Buckingham. Nossa rainha mora aqui.” “Que se dane sua rainha!”, diz o americano. “Neste caso”, explode o britânico, “que se dane seu presidente!” “Dane-se nosso presidente!”, concorda o americano.

Acrescentamos aqui as piadas que envolvem os brasileiros como *povinho*, como exemplo (à medida que podemos recuperá-la da própria memória):

Na época em que Deus estava criando o mundo, um anjo observou: “Puxa Deus, não é justo que o Brasil seja tão privilegiado: país imenso, com clima tropical, sem neve, sem terremoto. Como pode?!” “É”, responde Deus, “mas você não imagina o *povinho* que vai habitar toda essa maravilha!”.

Se pensarmos no topos: “Cada povo tem o político que merece”, podemos associar, indiretamente, tal piada à crítica a determinada concepção de política, talvez atribuída a um povo, como sugere Possenti (1998a).

#### 4.3.2.2 De expressão política

Esse tipo de piada *expõe a natureza repressiva* de um regime, aludindo ao *script* reprimido de prisão e / ou terror, sustentando-se primeiro no *script* largamente publicado (e também aludido) do regime livre e popular, negando-o em seguida. O exemplo a seguir *expõe a natureza repressiva do fascismo*: “Esta é nossa bela liberdade no Fascismo - tudo o que não é proibido é compulsório.” (Larsen, 1980:54, apud Raskin, 1985:232).

Além disso, tais piadas podem *expor a falta de liberdade (freedom) política e de liberdade (liberties) civil*. Um exemplo vem da Alemanha Oriental da década de cinquenta:

“As bases da democracia socialista foram criadas quando Deus fez Eva e disse a Adão: ‘E agora escolha você mesmo uma mulher’.”

Soma-se a esses casos o *script* da liberdade / não liberdade de expressão. É interessante observar que esse *script* “incorporou a oposição padrão em que muitas piadas políticas são baseadas: uma pessoa deve dizer somente boas coisas sobre um regime opressivo e todas as suas manifestações e não a verdade sobre ele.” (Raskin, 1985:234).

Ao contrário, é curioso que alguns dos textos que analisamos aqui querem expor, ironicamente, é claro, como a liberdade de expressão pode chegar a ser maldosa num regime não-opressivo, já que pode até tentar difamar o “desditoso” governo e/ou políticos:

O revanchismo e o furor denunciativo, assim chamado pela insistência da imprensa em publicar furos, finalmente conseguiram seu intento nefando. Nada é mais sintomático do perigoso ponto a que chegamos que a frase do ex-secretário da Presidência da República Cláudio Vieira, recentemente reproduzida na televisão: “Fi-lo por meu alvedrio” (...) Estão contentes? Agora tudo pode acontecer. Até chamarem o presidente de cremnóbata periclíneo<sup>51</sup>. É preciso dar um basta a tudo isso (texto IX, *Um alerta à Nação*, de Veríssimo).

A frase recriminada “Fi-lo por meu alvedrio”, pronunciada num dos depoimentos de Vieira e habilmente aproveitada por Veríssimo, pode conduzir a análise por diferentes caminhos. Um deles é a questão da escolha estilística inadequada e por si só provocadora de riso. Possenti (1993: 207), a esse respeito, elucida:

(...) dada uma certa situação, e sabendo que tipo de comportamento se espera, o locutor rompe as regras e escolhe um estilo considerado inadequado (...), de fato, o criador do contexto, isto é, a situação se encontrará alterada *por causa* da forma como o locutor se expressou.

Dessa forma se entende também a graça (embora pouca) da expressão “cremnóbata periclíneo”.

---

<sup>51</sup> Recorrendo a um dicionário, esclarecemos: *cremnóbata* é sinônimo de *acrobata* e *periclíneo* é uma palavra ligada à morfologia vegetal: “Diz-se da parede celular que é paralela à superfície do órgão ao qual pertence.” Expressão metafórica propositadamente obscura, mas nem por isso menos hilariante, sugere, ao que parece, a capacidade incansável do presidente de busca de apoio.

Um outro possível modo de analisar essa passagem é ver que tema político é criticado. Sendo assim, se pode reportar a alguns dos temas particularizados sugeridos também por Possenti (1998a). Um deles é o da presunção: um político age por vontade própria porque, no fundo, pensa que é Deus e não deve satisfações a ninguém. Outro possível tema é o da mentira: falando desse modo, Vieira encobre a ação errada de outros possíveis envolvidos, inclusive o próprio Collor.

Uma outra característica específica é que, conforme o processo do *Impeachment* se aquecia através de manifestações variadas, nas ruas e na mídia, isso também tomava forma, em alguns textos, de libertação da nação da incompetência de um (des)governo: “Tá chegando o dia da alforria nacional! Um amigo meu disse que Collor só caía se um trio elétrico passasse por cima. Já passou, vocês não viram a manifestação em Recife?” (texto XIII, *ETvaldo já arrumou emprego de porta-jóia!*, de Simão). O jogo do *script* bom / mau se junta ao de vida longa / vida curta (morte desejada, que é a interpretação de “trio elétrico passar por cima”).

#### 4.3.2.3 De escassez

Decorrentes ainda de regimes políticos repressivos e hipoteticamente provedores das necessidades de sua população, tais piadas são baseadas no *script* da abundância e de sua realística negação. Vejamos um exemplo:

Alguns economistas eminentes da Alemanha Oriental são convidados pela África para modernizar a área do Saara. Nada muda no primeiro ano, nada muda no segundo. No terceiro ano, o Saara fica sem areia. (Larsen, 1980:85, apud Raskin, 1985:235).

No *corpus*, é constante o realce dos indevidos gastos e estranhas poupanças do governo, evidenciando o *script* da honestidade / desonestidade (corrupção), como se tem observado nas análises feitas. As necessidades da população, por sua vez, são conhecidas normalmente por inferência e, raras vezes, diretamente. A pauta irônica da reunião do texto II (*A reunião*), por exemplo, exposta no primeiro capítulo, é “não se pode gastar mais do que se arrecada”, como uma grande descoberta dos governantes.

Simão também usa desse mecanismo de apontar as riquezas e incoerências de um governo, que se propusera a combater os marajás e a ajudar os “descamisados”:

Astrid diz que já sabe por que elle caçava tanto marajá. Pra botar no jardim da Dinda<sup>52</sup>. Melhor que anão. À noite vira tudo cascata! E o Bira acha que a Casa da Doida deve ser aberta à visitação pública. Cobrando ingresso e venda revertida à LBA. Pra cobrir o prejuízo da outra! Um litro de leite por visitante! (texto XIII, *ETvaldo já arrumou emprego de porta-jóia!*).

Devem-se lembrar aqui as irregularidades, amplamente divulgadas pela mídia, cometidas por Rosane Color na presidência da LBA. O que se observa, nesse caso, é o contraste entre a opulência (para não dizer ostentação) de alguns políticos e a carência de uma instituição beneficente. Concluimos, pelo menos por ora, sobre esse tema da escassez, porém num regime político não repressivo e não diretamente provedor das necessidades do povo, que as piadas e textos de humor em geral sempre parecem fazer referência, explícita ou não, justamente a esse contraste entre a situação dos políticos ricos e a da população carente. Isso se observa também em várias charges jornalísticas, como as que anexamos, só para ilustrar (quem sabe para futuras análises), no final do apêndice.

#### 4.3.2.4 De situações políticas específicas

Piadas desse tipo são sempre alusivas : a alusão é normalmente um *script* enciclopédico particular, *evocando a situação comprometedor ou indesejável*. Aqui também pode haver combinações desse *script* básico com os vistos anteriormente (*script* difamador de um líder, de escassez, de repressão), resultando num uso alusivo da oposição *a vida é boa / a vida não é boa*, que caracteriza várias piadas políticas, como veremos. Exemplificando:

Nancy Reagan insistia na livre distribuição de manteiga excedente do governo aos verdadeiramente necessitados. Ela dizia: “Mesmo estas pobres pessoas

---

<sup>52</sup> Ver nota referente à Casa da Dinda, no primeiro capítulo.

devem ter algo para mergulhar suas caudas de lagosta.” (monólogo de Johnny Carson, NBC, fevereiro de 1982, apud Raskin, 1985:136).

Para entender esta piada, o ouvinte deve ter internalizada uma série de *scripts* correspondente ao conhecimento descrito a seguir:

- O governo está, realmente, distribuindo manteiga ao pobre;
- Os Reagans são freqüentemente descritos como ricos e amigos dos ricos;
- Caudas de lagostas são caras, e os pobres não as podem adquirir.

Além disso, não se pode deixar de lado a intertextualidade ligada à frase normalmente atribuída a Maria Antonieta (Viena 1755 – Paris 1793), esposa de Luís XVI, da França, dirigida ao povo que sofria de fome: “Na falta de pão, que comam brioches.”

Essas alusões, ligadas a uma época e local determinados, fariam um chiste falhar se desconhecidas pela audiência ou pelo leitor. Mais uma vez se justificam as informações sobre Collor e seu governo tanto para análise quanto para compreensão dos textos do *corpus*: o texto II (*A reunião*), do primeiro capítulo, por exemplo, testemunha isso, como se viu, pois vários *scripts* são aludidos em relação ao nosso conhecimento das atitudes dos ministros e práticas de seus ministérios.

Raskin conclui que, embora novas situações políticas introduzam novos *scripts* e criem novas piadas, seus tipos e princípios básicos permanecem os mesmos. Com certeza, essa afirmação se adaptará a nossa análise.

Finalizando esse assunto sobre piadas combinatórias, isto é, aquelas em que pode haver combinação do *script* básico de uma situação indesejável com outros *scripts*, como o da escassez, da repressão etc., Raskin (1985:237) observa que tais piadas “são intercambiáveis de país a país e de regime a regime, conforme as mesmas variedades de traços indesejáveis caracterizem o alvo.” É quase certo que o mesmo ocorre em relação aos textos longos de humor, como temos visto e continuaremos a ver.

Por enquanto, iludidos pela possibilidade de unidade discursiva, tentamos organizar o que possa ter ficado impreciso nesta última abordagem, antes de buscarmos a comprovação em mais um exemplo (texto XII, *Vade retro, PC*). Em primeiro lugar, com base em Freud, concluímos que, se a maioria dos chistes tem como objetivo a hostilidade e a crítica social, normalmente associados à denúncia e ao desejo de correção, os textos

longos de humor político apresentam-no de maneira inequívoca, singular e até irreverente, sustentados por estereótipos que lhes facilitam a compreensão. Além disso, a necessidade de atualização de fatos e feitos torna inevitável a aproximação entre o discursivo e o pragmático.

As abordagens de Possenti, de um lado, e a de Raskin, de outro, comprovam aquilo a que também aderimos a partir do que temos procurado demonstrar: embora algumas propostas de descrição do humor político apresentem características típicas de governos mais ou menos repressivos, como no caso de várias piadas soviéticas analisadas sobretudo por Raskin, ou de outras formas de governo, expondo, dessa forma, características lingüístico-pragmáticas bem marcantes, outras formas de descrição, sobretudo baseadas nos objetivos e temas do humor político, se mantêm constantes: crítica ao político corrupto, mentiroso, presunçoso, ditador, burro e peculiar e insolitamente, louco – no que diz respeito a Collor, pelo menos, como veremos, sobretudo no próximo capítulo.

Parece-nos que a distinção raskiniana de duas classes de piadas políticas, ou seja, a difamatória e a expositora, foi feita em função de um regime político repressivo, pois o segundo caso, como se viu, visa a desmascarar um regime político, fazendo referência a eventos não amplamente publicados e normalmente suprimidos. Sendo assim, expõe: a) *traços nacionais* não respeitados, aproximando-se do humor ético; b) *expressão política*, aludindo à repressão em geral, inclusive à de expressão; c) *escassez*, baseada no par de *scripts* opostos abundância / escassez, comum nesse tipo de regime. Através de alguns exemplos (e há outros pela frente), viu-se como os nossos casos são diferentes: o caso a) *dos traços nacionais*, que, por exemplo, mostra o brasileiro como povinho, é indiretamente uma justificativa dos políticos que o governam, e não a negação daquilo que um grupo ou entidade nacionais deveriam ser; no caso b) *de expressão política*, ocorre justamente o contrário do exposto acima, ou seja, a liberdade de expressão chega a ser maldosa em um regime não-opressivo (lembrar o “Fi-lo por meu alvedrio”, dito por Cláudio Vieira e tão explorado por jornalistas e humoristas); o caso c) *de escassez* se aproxima do tema de crítica à mentira e à corrupção, denunciando, e não só expondo (por que isso já era visível), o contraste dos ricos políticos com a população de miseráveis.

Creemos que apenas o último caso de piada política expositora pode se generalizar a vários regimes políticos, inclusive ao da época de Collor, já que expõe situações políticas

específicas (vimos que Possenti, 1998a, comenta isso como um dos temas criticados, ou seja, crítica a determinada concepção de política), que evocam o *script* de uma situação comprometedora ou indesejável, a combinar-se com outros *scripts* difamadores, para resultar na oposição a vida é boa / a vida não é boa. Como os exemplos vistos dizem respeito particularmente a um governo singular exercido por um presidente também singular, Collor, não é à toa que desde a loucura até a falta de patriotismo e ética têm sido alvejados, e mais, o patriotismo e a ética são incitados nos eleitores.

Em relação à classificação das piadas como difamatórias, a única coisa que se distingue dos textos longos, como já repetimos várias vezes, é que o político-alvo dos textos jornalísticos de humor é difamado não só como pessoa pública, como sugere Raskin, mas também como pessoa privada (e talvez tal distinção se origine também no fato de o privado, num regime socialista, não ter o mesmo peso que o público).

Os pares de macroscrip básicos continuam sendo os sugeridos por Raskin, quer seja, bom / mau, competência / incompetência, conhecimento / desconhecimento, honestidade / desonestidade (corrupção), pessoa conhecida / desconhecida. Em menor grau, vida longa / vida curta (morte desejada). Não encontramos alusões a sexo / não sexo.

Na verdade, todas as piadas e textos de humor que envolvem política desejam criticar, difamar seu alvo, seja por questões éticas ou morais, ou por vingança, ou por puro prazer, ou por quantas formas houver de classificar o humor.

#### **4.4 Uma prática do tema de crítica à mentira**

Outro texto ímpar em relação ao tema de crítica à mentira é o XII – *Vade Retro PC* (traduzido para o nível popular de linguagem, seria: “Volte para o inferno, PC”), sobretudo em relação ao último parágrafo. Após todas as acusações contra Collor e PC, apontadas pela CPI, aquele negou que estivesse mantendo contato com seu chefe de campanha. Esta afirmação foi certamente considerada mentirosa por todo o mundo. E é exposta de maneira engenhosa, neste trecho, que, neste sentido, pode ser considerada um exemplo típico de ironia, se esta for definida como o faz Ducrot, já visto: um locutor põe um enunciador em

cena, e os enunciados são atribuídos a ele; ou seja, o locutor não assume tais pontos de vista. Podem ser assim compreendidos enunciados como “uns jamais o viram” (são eles que o dizem...) outros o viram uma ou duas vezes (são eles que o dizem...) outros mal passaram por ele etc. São particularmente interessantes os depoimentos (e de fato fornecidos mais ou menos nestes termos, embora mais detalhadamente, à CPI) atribuídos pelo locutor ao *dr. Ermírio*, o do *dr. Odebrecht*, o da *dona Zélia*, que com ele tiveram (teriam tido...) negócios de monta, o que supõe alguma forma de contato. Mais interessante ainda, numa escala de possíveis mentiras, é a atribuição irônica de uma voz ao presidente Collor, que, embora PC tenha sido seu chefe de campanha, declara que nunca mais o viu depois da posse. Entra aqui o par de *scripts* opostos pessoa conhecida / desconhecida, ao lado do da honestidade / desonestidade, é claro, como responsáveis pela interpretação do humor. A palavra volta em seguida ao locutor, que, em tom exclamativo, explicita todo seu espanto em passagens como *Porém o mais estranho no PC só agora se desvenda*, ou ainda *Repito, que estranho esse PC!*. O jogo consiste no fato de que o locutor faz de conta que aceita a palavra de todos os implicados com PC de alguma forma, e passa a considerar, assim, que este é que é estranho. Os outros são apenas ingratos. É claro que, para apreender o efeito de humor, ou de ironia, o leitor deve dar-se conta de que provavelmente deve ler o texto assim: todos eles estão mentido, PC não é nada estranho (só o seria se eles tivessem dito a verdade e se o fim dos contatos tivesse dependido dele). Se bem que o final do texto é suficientemente explícito para nem cobrar do leitor espertezas excepcionais. Ao assumir que todas essas personagens, sobretudo Fernando Collor, são ingratas, o locutor deixa claro que não acreditou em nada do que elas declararam. Que, no fundo, estão todos abandonando PC a sua sorte. Concluindo, esse trecho pode ser lido, portanto, como uma crítica mordaz à mentira, tema comum no humor político, de acordo com Possenti (1998a). Por outro lado, também demonstra o papel relevante atribuído por Dascal (1985) às estratégias de indiretude do humor, como veremos no próximo capítulo.

## 5 CAPÍTULO IV – ALGUMAS TEORIAS DO HUMOR DESNUDAM A TENDENCIOSIDADE DO TEXTO DE HUMOR POLÍTICO

*Therefore, since brevity is the soul of wit  
And tediousness the limbs and outward  
flourisher  
I will be brief.*

*Shakespeare (Hamlet)*

### 5.1 Considerações iniciais

Seria possível distinguir chiste de cômico, noções tão controvertidas quanto vetustas? Repetimos que, embora responder a essa questão não seja nosso objetivo primeiro, a fascinação que decorre do contato com alguma literatura a respeito nos encoraja a arriscar, com abelhudice, alguns comentários, de forma a podermos, de certo modo, granjear um pouco mais de intimidade com o discurso de humor. Exporemos algumas teorias de humor, sobretudo de base psicológica, que tratam da questão da arte e do papel da consciência na produção do humor e do cômico, detendo-nos particularmente nesta última, na medida em que é a consciência um dos fatores da distinção entre cômico e chiste. Gradualmente, iremos relacionar as principais controvérsias advindas dessas mesmas teorias com a questão do objetivo do humor, enfocando sobretudo a tendenciosidade inevitável do chiste, que se concretiza no texto de humor, especialmente o político.

Em geral, consideram-se três termos<sup>53</sup> na comunicação cômica: um *sujeito*, o provocador da comicidade, o *objeto* cômico do qual se ri e o *espectador* ou público, isto é, aquele que ri. O fato cômico deve se basear no tipo de relação entre os termos, isto é, no

---

<sup>53</sup> Raskin (1987, p.56) mostra a complexidade do tema, ao resumir os fatores do ato de humor (HU): HU (S, H, ST, Eh, Ph, SI, Soh) = X onde S = *speaker* (falante); H = *hearer* (ouvinte); ST = *stimulus* (estímulo); E = *experience* (experiência); P = *psychology* (psicologia); SI = *situation* (situação); SO = *society* (sociedade); X pode ser F *funny* (engraçado) ou U *unfunny* (não engraçado).

No humor verbal, que lhe interessa particularmente, o estímulo é o texto, e uma piada verbal (*joke verbal: VJ*) bem sucedida pode ser formulada da seguinte maneira: VJ (S, H, T, Es, Eh, Es,h, Ps, Ph, SI, SOs,h) = F

seu uso. “A comicidade é produzida pelo jogo de intersecção entre tais pólos.” (Arêas 1990:25). Talvez pela tradição clássica (Platão, Aristóteles, Cícero), Bergson (1900:12-3) apóia sua teoria do “mecânico calcado no vivo” no *objeto*. Opõe a elasticidade, a flexibilidade viva à rigidez desajeitada, grotesca e conseqüentemente cômica do corpo: “atitudes, gestos e movimentos do corpo humano são risíveis na exata medida em que este corpo nos leva a pensar num simples mecanismo”, argumenta (Bergson, 1900:23) Porém esse filósofo recupera o lado útil e social<sup>54</sup> do cômico, e o riso passa a ser um *gesto social*, reprimindo as excentricidades, com um objetivo de aprimoramento: enquanto a rigidez do corpo, do espírito e do caráter é o cômico, sua correção é o riso<sup>55</sup>.

Portanto a causa real do riso, para Bergson, é o desvio da vida na direção do mecânico, sendo que o efeito desse desvio pode ser reforçado: “rimos já do desvio que se nos apresenta como simples fato. Mais risível será o desvio que vimos surgir e aumentar diante de nós, cuja origem conhecermos e cuja história pudermos reconstituir” (Bergson, 1900:16). No nosso entender, esse é um dos grandes motivos de o humor político ser tão interessante e Bergson parece abrir um segundo espaço para a infiltração do heterogêneo<sup>56</sup> em sua teoria: as condições de produção do discurso ajudam a tecer seu entendimento, sobretudo o humorístico. Bergson (1900:16) citou o caso de D. Quixote como um exemplo cômico do “mundo da lua”, explicável pela presença da pessoa num ambiente definido, mas imaginário: embora uma queda seja normalmente engraçada, tropeçar e cair por andar no mundo da lua é diferente de cair por falta de agilidade. “Quanta profundidade de cômico no que tem de romanesco e de espírito fantasioso!” Nesse sentido, pode-se ousar dizer que Collor foi *sui generis* como figura desviada: verdadeiro D. Quixote às avessas, pois enquanto este perseguia o sonho de cavaleiro de causa conhecida e positiva, Collor parecia

---

<sup>54</sup> Arêas critica Bergson por este não considerar que a “função útil” do riso varie conforme as diferentes sociedades, diferentemente de Bakhtin (A esse respeito, ver Arêas, 1990:27-8).

<sup>55</sup> Koestler (1964) critica a limitação da tese de Bergson em relação ao fato de o riso ser um ato de correção social, pois não a considera uma característica específica do riso, o que pouco contribui para sua explicação. Seu argumento é que as manifestações emotivas como fenômeno do comportamento em grupo se aplicam à histeria, ao pânico e até às ovações do teatro.

<sup>56</sup> A primeira brecha discursiva de Bergson é ocasionada pela noção de “interferência de séries”, a se associar à de “formação discursiva”, conforme visto no segundo capítulo.

perseguir o sonho da glória e da ambição vãs. De qualquer forma, “grandes desviados, com uma superioridade sobre os demais (...) porque suas desventuras estão também ligadas, bem ligadas pela lógica inexorável que a realidade aplica para corrigir o sonho — e porque provocam em torno de si, por efeitos capazes de se somarem sempre uns aos outros, um riso cada vez maior.” (Bergson, 1900:16).

De certa maneira, ainda como D. Quixote, Collor, nos textos em questão, passa também a ser uma personagem fictícia relacionada ao “vício cômico”, o qual

conserva a sua existência independente e simples; ele continua a ser o personagem central, invisível e presente, do qual são dependentes os personagens de carne e osso no palco (...) *a arte do autor cômico* consiste em nos dar a conhecer tão bem esse vício, e introduzir o espectador a tal ponto na sua intimidade, que acabamos por obter dele alguns fios dos bonecos que ele maneja, passamos então também a manejá-lo, e uma parte de nosso prazer advém disso. (Bergson, 1900:17 - o grifo é nosso).

Outro objetivo deste capítulo será mostrar, como o fez Possenti (1995 e 1999), a atuação dos nossos humoristas, verdadeiros “autores cômicos” na arte da tessitura dos textos.

Outra importante asserção bergsoniana (referida no segundo capítulo) é que na vida não há repetição, inversão ou interferência de séries (os três processos do mecânico), mas “se dá uma conquista progressiva do espaço espiritual, uma criação sem interrupção” (Arêas, 1990:27). Um exemplo de inversão seria: numa comédia de Labiche, certa personagem grita ao locatário de cima, que lhe suja a varanda: “Por que joga lixo na minha área?”, ao que o locatário responde: “Por que põe sua área debaixo do meu lixo?”. Já exemplos típicos de interferência são os trocadilhos e os jogos de palavras, estes um pouco mais sofisticados que aqueles, na concepção bergsoniana, já que tal jogo faz pensar num “desleixo da linguagem, que esqueceria por um momento a sua verdadeira missão, pretendendo por si ditar normas às coisas, em vez de sujeitar-se às normas delas. O jogo de palavras trai portanto um *desvio* momentâneo da linguagem e por isso, de resto, é que se torna engraçado.” (Bergson, 1900:65) Perguntamos a Bergson: seria desleixo ou estratégia da linguagem? Aliás, já observamos como a noção bergsoniana de interferência de séries se conecta às noções de FD e FI, sobretudo na explicação da ironia.

Após analisar vários tipos de mecânico (das situações, de palavras, de caráter), Bergson afirma que a comédia é intermediária entre a arte e a vida:

Ela escolhe, entre as singularidades, as que são suscetíveis de se reproduzir e que, por conseguinte, não estão indissolavelmente ligadas à individualidade da pessoa (...) ela cria obras que pertencerão sem dúvida à *arte* na medida em que tenham por *alvo consciente o agradar*, mas que contrastam com as demais obras de arte por seu caráter de *generalidade*, como também pela segunda *intenção inconsciente de corrigir e instruir*. (Bergson, 1900:88 - os grifos são nossos).

Dessas observações, restam alguns pontos a serem discutidos para enxergarmos uma linha pontilhada entre chiste e cômico. Retomando a passagem destacada do texto anterior, isto é, a comédia cria obras de arte que têm por “alvo consciente o agradar”, esbarramos em algumas questões que nos convém vasculhar.

## 5.2 O cômico e a arte

Em primeiro lugar, sobre a aproximação entre as noções de cômico e arte, citamos Koestler (1964), que investe, desde o título de seu livro, *O ato de criação*, na ligação das noções de humor e de arte com a de descoberta científica, compondo três domínios de criatividade. Baseia-se, conforme já visto, na noção de *matriz*, definida como “qualquer habilidade, hábito ou perícia, qualquer modelo de comportamento ordenado, governado por um ‘*código*’ de regras fixas.” (Koestler, 1964:38). O código, portanto, é um fator invariável, ao lado da variabilidade da matriz de pensamento. Numa interação de matrizes, a coalizão resultaria em humor, a confrontação em arte e a fusão em descoberta. Após discutir a “lógica do humor” e sua dinâmica emocional, no sentido catártico do termo, expande a fórmula que traduz o modelo subjacente às estórias engraçadas:

A bissociação inesperada de um evento mental com duas matrizes habitualmente incompatíveis resulta em uma transferência abrupta do fio do pensamento de *um contexto associativo a outro*. A mudança emotiva que a

narrativa carrega não pode ser então transferida devido à sua inércia maior e persistência; descartada pela razão, a tensão acha sua saída no riso . (Koestler, 1964:59).

Após analisar o que denomina “variedades de humor” (o jogo de palavras – *pun* - e a espirituosidade – *witticism* - , a relação entre o homem e o animal, a impessoalidade, a relação criança / adulto, a trivialidade e a exaltação, a caricatura e a sátira, o deslocamento, a coincidência, o nonsense, as cócegas, o palhaço, a originalidade, a ênfase, a economia etc.), acaba por concluir que a economia, no *humor* como na *arte*, significa antes implicitude<sup>57</sup> do que brevidade mecânica. Tal implicitude exige o empenho do ouvinte em repetir o processo de invenção da piada, em re-criá-lo em sua imaginação. Nas palavras e nos signos em geral, existe uma força evocativa a exigir um contínuo esforço para alcançar o pensamento. A economia, na verdade, significa deixar o espaço entre os signos e o pensamento somente “largo o suficiente para requerer um esforço significativo do receptor da mensagem; o artista subordina seus temas, transformando-os em cúmplices.” (Koestler, 1964:86) Nesse sentido, no nosso entender, o humorista é também, antes de mais nada, um artista-senhor das palavras-vassalos. Deve-se acrescentar que a ênfase e a implicitação são técnicas complementares. A primeira leva a audiência à aceitação; a segunda a atrai para a colaboração mental; “a primeira força, garganta abaixo, a oferta ao consumidor; a segunda o tenta, para abrir seu apetite.” (Koestler, 1964:86).

Ainda a respeito da citação de que a comédia tem por “alvo consciente o agradecer” e a “intenção inconsciente de corrigir e instruir”, uma segunda consideração deve ser feita, agora quanto à noção de *consciência*. Ao definir o “ato bissociativo” em humor ou em outros ramos de criatividade, Koestler (1964:93) diz que tal ato “depende, em diferentes graus, da ajuda da franja de consciência (*fringe-conscious*) ou de processos de inconsciência.”

Assim, cremos que são necessárias algumas considerações sobre o processo da consciência na distinção entre o chiste e o cômico.

---

<sup>57</sup> A esse respeito, ver Dascal (1985), neste capítulo.

## 5.3 O cômico e a consciência

### 5.3.1 Freud e o chiste tendencioso

Ao fazer a analogia das técnicas do sonho com as do chiste, Freud (1905:190) elabora a hipótese de que, se os chistes são formados na primeira pessoa, é porque “*um pensamento pré-consciente é abandonado por um momento à revisão do inconsciente e o resultado disso é imediatamente capturado pela percepção consciente.*” (os grifos são originais). Sobre as condições de descarga de energia catártica liberada no ouvinte, considerado como “terceira pessoa” (já que “segunda pessoa”, como se viu, seria o objeto do riso no cômico - V. Freud, 1905:167 e seguintes), é essencial que este esteja em acordo psíquico com a primeira pessoa quanto a possuir as mesmas inibições internas, superadas nesta última pela elaboração do chiste. Além disso, o fato de que “todo chiste requer seu próprio público” o leva a uma interessante comparação: “O chiste é assim um velhaco hipócrita, servidor, a um só tempo, de dois amos.” (Freud, 1905:179).

Embora mostre que tal hipótese provoca objeções, analisa as características básicas do chiste que se referem à sua formação no inconsciente: em primeiro lugar, aborda a noção de brevidade. Lipp (1898:90, apud Freud, 1905:26), por exemplo, afirma:

Um chiste diz o que tem a dizer, nem sempre em poucas palavras, mas sempre em palavras poucas *demais*, isto é, em palavras que são insuficientes do ponto de vista da estrita lógica ou dos modos usuais de pensamento e de expressão. Pode-se mesmo dizer tudo o que se tem a dizer nada dizendo.

Na verdade, tal brevidade é conseqüência do processo de condensação, técnica que emerge “automaticamente, sem qualquer intenção particular, durante os processos do pensamento no inconsciente.” (Freud, 1905:194). Nesse ponto, convém notar a relação da abordagem de Koestler, já comentada, com o processo automático e inconsciente da condensação, proposto por Freud, à medida que o primeiro, recorrendo à noção de interação de matrizes de *pensamento*, chega a ‘condensar’ humor, arte e ciência num ato único, o da

criação. Além disso, como a infância é a fonte do inconsciente, o pensamento, desejando elaborar um chiste, volta a essa fonte primária e essencial de prazer, em que os jogos com palavras e o *nonsense* eram corriqueiros. A técnica do deslocamento, que consiste nesse desvio do curso do pensamento, a fim de superar inibições, faz parte da criação e não da compreensão do chiste<sup>58</sup>.

Ao referir-se à técnica da representação pelo oposto, no entanto, mostra que esta, *incidentalmente*, é enlaçada pelo consciente. Refere-se, na verdade, à ironia, próxima do chiste e considerada uma subespécie do cômico, mostrando que ela não necessita ser remetida ao inconsciente. Isso tem a ver com sua hipótese de que “a característica peculiar dos chistes é sua relação com o inconsciente” (Freud, 1905:199), que é talvez a razão fundamental para distingui-los também do cômico.

Porém adverte que essa relação, sobretudo depreensível de alguns tipos de chistes tendenciosos, admite objeções. Sendo assim, se é válida para os chistes cínicos, nos quais “o propósito inconsciente draga o pensamento pré-consciente no inconsciente e lhe dá uma forma nova” (Freud, 1905:202), parece não se adequar a outros tipos de chistes tendenciosos, aos chistes inocentes e aos gracejos. Explicando melhor, os chistes cínicos são descritos por Freud (1905:130) como aqueles que atacam as instituições sociais, já que “as vontades e os desejos dos homens têm o direito de se tornarem aceitáveis ao lado de uma moralidade severa e cruel”: é a filosofia do *Carpe diem* a justificar a insuficiência das leis sociais na eterna tentativa de frear a natureza indomável do homem. Para ilustrar, emprestamos de Freud um relevante chiste:

Um indivíduo empobrecido tomou emprestados 25 florins de um próspero conhecido seu, após muitas declarações sobre suas necessitadas circunstâncias. Exatamente nesse mesmo dia seu benfeitor reencontrou-o, em um restaurante, com um prato de maionese de salmão à sua frente. O benfeitor repreendeu-o: “Como? Você me toma dinheiro emprestado e vem comer maionese de salmão em um restaurante? É nisso que você usou o meu dinheiro?” “Não o compreendo”, retrucou o objeto deste ataque; “se não tenho dinheiro, não posso comer maionese de salmão; se o tenho, não devo comer maionese de salmão.

---

<sup>58</sup> A esse respeito, ver as considerações de Possenti (1995) sobre a “subjetividade mostrada”, expostas no segundo capítulo.

Bem, quando vou então comer maionese de salmão?” (Freud, 1905:66-7)

Neste caso, em primeiro lugar, Freud analisa a réplica do pobre como a forma de um argumento lógico ou “chiste sofisticado de deslocamento”, desde que consideremos tal réplica como um desvio em relação ao sentido da reprovação (ou seja, seu benfeitor não lhe reprova o fato de estar comendo salmão no mesmo dia do empréstimo, mas lhe recorda que ele nunca se deveria ter permitido tal extravagância). Em segundo lugar, e se adequando ao objetivo de demonstrar a relação do chiste com o inconsciente, Freud (1905:129) comenta que o pensamento que realmente se deseja exprimir, mas que se cala, é “o homem está certo”, e isso revela nosso conflito íntimo entre o certo e o errado, ditados pelas instituições. A análise do humor político mostrará que não há chistes cínicos neste campo. Encontra-se o contrário: os textos analisados mostram que os humoristas é que conscientemente se esforçam por lembrar as “normas” políticas, há algum tempo esquecidas, de modo a alertar que muitos políticos também têm aderido à filosofia do *Carpe diem*, esquecendo-se de nós, pobres eleitores pobres... Como exemplo de crítica a políticos adeptos do *Carpe diem*, podem ser citados um trecho do texto de Simão (texto XIV *Elenco da Dinda é indiciado para o Oscar*), que os critica ironicamente, e textos de Conti, que narram cenas de puro cinismo.

Que escândalo! Hoje não teve nenhum escândalo! Eles não podem cortar os escândalos assim de repente. Pra gente não ter choque anafilático. E eu não vou ter saudade dos escândalos, vou ter saudade dos nomes dos proprietários dos escândalos: Rosinete, Eunícia, Onaireves, Roberto Jefferson, Clepto (sic) Falcão e Elísio Curvo. E Leopoldo com ph. Ph de phósphoro, farmácia, patafísica e pornographia.

Só para se referir a alguns fatos a partir de alguns desses nomes, comecemos por Cleto Falcão, um dos ricos amigos alagoanos de Collor, que o ajudou na campanha para presidência. A seu respeito, Conti (1999:487) expõe um episódio ocorrido num jantar na casa do então deputado Falcão, líder do PRN na Câmara. Dele participavam, além de vários políticos do alto escalão, o chefe da sucursal de *O Globo* em Brasília, Ali Kamel, que “constatou que o núcleo central do governo estava longe de ser integrado por gente bem formada, aguerrida, inteligente ou séria... Cleto Falcão lhe mostrou a casa e deu o preço, em

dólares, de cada móvel e enfeite. Jactou-se de ter cortado sessenta árvores do jardim de uma tacada só.”

Onaireves Moura apoiou Collor durante o processo de *Impeachment*. Num jantar oferecido a cerca de sessenta deputados e quatro senadores, segundo Conti (1999:662), Collor proferiu um discurso chamando Ulysses Guimarães de “esclerosado”, “senil” e “decrépito”; Sarney, de “ladrão da história”; Ibsen Pinheiro, o presidente da Câmara, de “canalha”, “golpista” e “bunda-mole”; os deputados do PMDB, de “cagões” e “bundões”. Tudo isso após um só copo de cerveja!

Rosinete Melanias, por sua vez, foi secretária de PC; em contato com a de Collor, Ana Acioli, Rosinete fazia parte do esquema de suprimento das despesas pessoais e familiares de Collor, através dos famosos cheques de correntistas inexistentes, os “fantasmas”. “Era um sistema eficaz, pois contava com a colaboração de alguns gerentes do Banco Rural, do BMC e do Bancesa”, revela Conti (1999:296).

Assim, não há chiste cínico de humor político, segundo a definição freudiana, porque todos, de alguma forma, estabelecem relação com a consciência, sendo então tendenciosos de outro tipo, como diria Freud. Se um de nossos desafios é confirmar tal hipótese, conforme se propôs, essa tarefa não será difícil em nossos textos, até porque, quem sabe, esses textos estejam no limite entre o cômico e o chiste.

Resta comentar algo sobre os outros dois casos de chiste sem relação com o inconsciente, isto é, os *inocentes* e os *gracejos*. Em relação aos primeiros, aguardaremos para ousadamente unir nossos comentários aos de Dascal (1985), logo a seguir. No que diz respeito aos *gracejos*, como Freud (1905:202-3) conclui que uma catarse inconsciente é mais favorável a selecionar o material verbal necessário para a produção de um chiste, acaba por supor que “uma intenção, permanentemente vigilante, de realizar uma produção de prazer verbal, capta a ocasião, oferecida no pré-consciente, de dragar no inconsciente o processo catártico”. Isso porque tais chistes derivam de uma “disposição eufórica” aparentemente caracterizada por uma inclinação a diminuir a catarse mental.

## 5.3.2 Uma concepção semântico-pragmática

### 5.3.2.1 A teoria de Dascal

Dascal (1985), comentando Freud, parte da premissa de que as piadas, ao contrário dos sonhos, são essencialmente sociais e, portanto, exigem o *reconhecimento*, por parte do ouvinte, da intenção do falante. Há, portanto, uma mediatização da *consciência*. “O reconhecimento dessas intenções, e o sucesso do processo de comunicação (verbal) dependem da sutil interação entre semântica e pragmática”. (Dascal, 1985:96) O fenômeno da compreensão se dá na soma de três significados básicos: o da sentença, o da enunciação e o do falante. Se o significado do falante for indireto, ou melhor, diferente do significado da enunciação, sendo este o ponto de partida para aquele, então temos a linguagem figurada, as implicaturas, enfim, as “implicitudes” de toda ordem (inferências, analogias etc.) com pistas no contexto para uma interpretação apropriada. E nesse sentido, a posição de Dascal se assemelha à de Koestler (1964), comentada há pouco.

No caso das piadas, a “indiretude” é bastante explorada, pois o material verbal dá margem a várias interpretações. Através de pistas, o efeito cômico se concretiza na interpretação que *deve* ser alcançada indiretamente, por mecanismos pragmáticos — o que dispensa frisar o papel fundamental do ouvinte. As piadas dependem da existência de dispositivos sócio-pragmáticos que possibilitem a indiretude: a parcimônia, a representação indireta, a inteligibilidade são alguns deles, amplamente explorados por Freud. Dascal exemplifica:

Imagine uma gorda senhora pisando o pé de A no ônibus. A diz: “Madame, a senhora certamente pesa mais de 100 quilos [adaptação de 200 *pounds*]”; e a senhora responde: “É verdade”, sem se mexer. (Dascal, 1985:98)

O ouvinte logo se dá conta de que a fala de A é um pedido indireto a ser atendido e não uma afirmação. Mas, contrariamente à sua expectativa, a senhora reage apenas ao sentido “literal” da frase, provocando o riso pelo inesperado. Bons exemplos de atos de fala

indiretos ou derivados, isto é, realizados através de formas próprias de outro tipo de ato e acionando o “conhecimento de mundo ou o traquejo social que vão nos permitir perceber a verdadeira força ilocucionária” (Koch, 1992:22), como já comentamos no primeiro capítulo, encontram-se no texto VII (*O exame*, de Jô), que analisaremos após a exposição dessa teoria.

Referindo-se ainda a um nível mais profundo de interpretação, facilmente associável a um discurso ideológico, Dascal (1985:99) o chama de “interpretação psicanalítica”, que revolve os motivos e desejos inconscientes. Sendo assim, endossa, em primeiro lugar, a importância atribuída por Freud à forma lingüística: “o nível lingüístico é o *veículo* através do qual os desejos mais profundos são expressos e preenchidos.” Em segundo lugar, Dascal endossa o “trabalho da piada” (*joke-work*) como uso criativo da linguagem e vai além, referindo-se à criatividade dos princípios sócio-pragmáticos do uso da linguagem. Aponta, entre os traços essenciais do uso da linguagem em piada, não tanto a ambigüidade, como fazem muitos autores (cf. Raskin, 1987:114), mas a indiretude ou implicitude, como se pode constatar no exemplo acima.

Isso mais uma vez o leva a evidenciar a importância da *conscientização*, que mantém ouvinte e falante atentos quanto à apropriada interpretação indireta da piada. Como a consciência está em plena atividade, o controle da censura sobre os desejos reprimidos se afrouxa, libertando de cuidados a expressão lingüística, o que caracteriza a piada no seu papel de provocar o riso: “associações podem ser construídas sobre base fônica pura; dispositivos sintáticos podem ser usados para propósitos que nada têm a ver com sua função semântica característica” (Dascal, 1985:101). Dascal argumenta que, se tal condição for a necessária para a produção do riso, poder-se-ia dizer que não há piada “inocente” ou “não tendenciosa”, como afirma Freud (1905:139): “No caso do chiste tendencioso, o prazer procede da satisfação de um propósito cuja satisfação, de outra forma, não seria levada a efeito.” Ainda que o obstáculo para a satisfação desse propósito seja externo, Freud suspeita que “a remoção de um obstáculo interno (isto é, da repressão) possa fazer uma contribuição incomparavelmente mais alta ao prazer” (Freud, 1905:140).

Dascal altera, em parte, essa interpretação, ao retomar a concepção freudiana de que as piadas inocentes, que “jogam com palavras” (Freud, 1905:141), podem ser interpretadas como tendenciosas de um tipo especial, a saber, piadas “cônicas” (Freud, 1905:129), cuja

agressividade é dirigida, como visto no item anterior, contra instituições morais, pessoas que as representam, dogmas morais ou religiosos etc. Um exemplo extraído do Freud é *Traduttore - Traditore!* [*Tradutor - traidor*] (Freud, 1905:48). Tais chistes são exemplos de como uma boa linguagem não deveria ser arbitrária, isto é, nela deveria haver similaridade entre som e sentido, reavivando as agradáveis, porque livres, expectativas decorrentes dos jogos de palavras da época infantil, latentes em todos nós. Como o prazer é derivado justamente da descoberta dessa similaridade, uma piada cínica, afirma agora Dascal (1985:100), é antiinstitucional, no sentido de que investe *contra a própria língua enquanto instituição*. Não só tal constatação o distancia um pouco de Freud, como a conclusão de que “a significação profunda de uma piada é o resultado de uma espécie de ‘interpretação’ alcançada somente por meio de análise” — de onde decorre efetivamente o prazer da piada, desde que falante e ouvinte não tenham ciência disso para “entendê-la”. Portanto, é no jogo sócio-pragmático, a exigir dos seus jogadores uma atenção especial em relação à liberdade na elaboração e conseqüente atenção na interpretação dos signos chistosos, que advém o prazer maior. O que ocorre, dessa forma, é a descarga das restrições sócio-pragmáticas.

Não se deve esquecer a relação dessas piadas com a filosofia do *Carpe diem*, comentada há pouco: como arbitrário significa que a relação entre o significante e o significado do signo é imotivada, pois o signo deriva de uma convenção social, isso acaba sendo, de certa forma, mais uma imposição da qual, por esse tipo de chiste, podemos nos libertar por momentos. Seria, por um lado, a oportunidade de dizermos as coisas como “queremos”, e não como elas devem ser ditas. Seria, por outro lado, a grande chance de nos aproximarmos de uma suposta naturalidade da relação som-sentido, unindo os homens numa linguagem ideal e única, velho sonho da humanidade. Se isso for verdade, reendossamos a afirmação de Dascal.

Após explicitar as diferenças entre o uso da linguagem do sonho e a da piada, Dascal (1985:104-5) conclui que, nos sonhos, o trabalho criativo, excluído por Freud, é realizado pelo inconsciente. Só a revisão secundária seria pré-consciente. “Palavras ou linguagem não têm parte constitutiva nos processos do pensamento do inconsciente (...). Nas piadas, por sua vez, a linguagem é usada criativamente porque, apesar de suas origens inconscientes, *a piada é, na verdade, criada pela consciência* (...) — o locus das intenções comunicativas” (os grifos são nossos). Acaba sugerindo que as diferentes atividades da

linguagem não sejam tão “severamente marcadas” (como quer Freud), conforme ela atue nos diferentes sistemas da mente, a saber, o *inconsciente*, o *pré-consciente* e o *consciente*. Tudo se reduziria a uma questão de grau: “em um dos extremos, processos de pensamento que são governados por regras, convergentes, sujeitas a restrições lingüísticas; em outro, processos de pensamento não sujeitos a ‘regras’ (...), que são divergentes e escapam a restrições lingüísticas”.

O que se nota, portanto, é que há uma importante distinção entre o aspecto privado do sonho, que não exige a interação verbal, e o aspecto público dos chistes, cuja existência só faz sentido pela competência comunicativa de um falante que saiba, queira e possa usar, judicial e criativamente, os mecanismos sócio-pragmáticos dos chistes; tal competência se estende ao ouvinte que, atento ao manejo desses mecanismos, possa alcançar a inteligibilidade desejada no processo consciente da comunicação chistosa. Em resumo, a hipótese de que não haveria chiste cínico de humor político, porque todos, de alguma forma, parecem estabelecer relação com a consciência, sendo tendenciosos, tal hipótese não se fundamenta mais, pois, a partir da concepção de Dascal, constata-se que o chiste cínico faz atuar a consciência, libertando o humorista do excesso de cuidado imposto à expressão lingüística, investindo-o e armando-nos contra a “manipulação” da língua institucional. Ao mesmo tempo, deve-se frisar, embora parecendo um paradoxo, a importância que tanto Freud quanto Dascal dão a esse mesmo “autoritário” nível lingüístico, o veículo concretizador de nossos desejos reprimidos — e tal paradoxo se desfaz no entendimento de que o humorista, como um verdadeiro poeta, trabalha carinhosa e criativamente sobre os signos, tendo por “alvo consciente o agradar”, como dissera Bergson. Arte e humor, podemos afirmar, têm pontos de intersecção.

### **5.3.2.2 Uma prática da teoria de Dascal**

Conforme planejado há pouco, é chegado o momento de mergulharmos, munidos dos “equipamentos” básicos sugeridos por Dascal, sobretudo a indiretude, no texto VII (*O exame*), de Jô Soares, que poderia ser considerado um texto que, de certa forma, além de explicitar vários dos procedimentos interpretativos que o leitor ou o analista de texto segue,

serve também como documento “histórico” para a compreensão do que houve no governo Collor e das razões de sua cassação.

O texto tem uma estrutura tal que lembra uma entrevista ou consulta médica, sendo que o médico, no caso, seria um psiquiatra, provavelmente, dada a natureza das perguntas que faz a seu paciente. Evidentemente, o *script* é muito específico, e isso porque o leitor é convidado a reconhecer ou a descobrir por que as perguntas são as que são. Além disso, logo se descobre que as perguntas são dirigidas de fato, ou de alguma forma, a um interlocutor ausente, uma espécie de verdadeiro destinatário do interrogatório. Nesse sentido, poder-se-ia até dizer que o texto é irônico.

Excetuando as questões ligadas às funções fáticas da linguagem, isto é, aquelas que relevam o próprio contato, como *Muito bem, Está pronto?*, ou ainda aquelas que servem para descrever as atitudes costumeiras de um médico como *fazer perguntas, tomar nota* etc., o que se nos afigura primordial é o questionamento em si e as suas conseqüentes respostas, sempre enfaticamente negativas, expressando a surpresa do paciente.

Como se disse, o leitor é convidado a colaborar fortemente com o texto. Sem isso, ele não funcionaria. A primeira razão pela qual o leitor é chamado a colaborar diz respeito ao próprio fato de o paciente se chamar Pedro. É de certa forma inútil a explicação inicial, que informa que Pedro é um paciente comum. Como se trata de um texto produzido nos tempos de Collor e está inserido num livro chamado HUMOR NOS TEMPOS DE COLLOR, será inevitável que o leitor informado associe o paciente Pedro ao irmão do presidente, Pedro Collor, e isso por uma razão específica. Quando Pedro denunciou falcatruas de seu irmão, o que deu de fato origem ao processo que culminou no impeachment, a matriarca dos Collor declarou que Pedrinho estava louco, não batia bem da cabeça. Pedro, como se sabe, porque a imprensa noticiou isso fartamente – até porque ao final dos exames tornou-se conhecida sua esposa Thereza, que depois disso passou a fazer muito sucesso – submeteu-se a exames psiquiátricos. Todos sabemos que, se os resultados dos exames indicassem, ainda que de forma não conclusiva, que Pedro não era normal, suas denúncias cairiam no vazio (Foucault, 1971)<sup>59</sup>. Um leitor normal, inserido na história da

---

<sup>59</sup> *A ordem do discurso* de Foucault é a tradução de uma aula inaugural pronunciada no Collège de France no dia 2 de dezembro de 1970. Segundo ele, um dos procedimentos de controle e de delimitação na produção do discurso é exercido do exterior e constitui os procedimentos de exclusão, entre os quais aponta a separação /

época, ou interessado nos acontecimentos que, por um lado, produziram um fato político inusitado e, por outro, este *corpus* (pelo que seremos eternamente gratos ao Fernandinho), associaria, assim, a personagem Pedro, do texto de Jô, ao Pedro Collor. Não seria inevitável que, por isso, seu irmão Collor fosse de alguma forma aludido durante toda a consulta, mas também se torna inevitável que o texto seja assim entendido, dado que todas as perguntas que foram feitas a Pedro e às quais ele responde negativamente poderiam ter sido feitas ao então presidente e este, se fosse veraz, responderia a elas positivamente. De onde decorreria que, pelo menos no sentido popular e corrente, ele seria considerado louco, e não Pedro, que foi acusado por sua própria mãe.

Assim como o fato de o paciente se chamar Pedro remete o texto de “ficção” para a realidade, assim também todas as perguntas feitas pelo psiquiatra acabam sendo assim interpretadas. Como veremos, todas elas, como se disse, poderiam ter sido feitas a seu irmão, e a todas elas ele deveria responder positivamente.

Em resumo, pode-se dizer que este texto só funciona se tiver um leitor cooperativo, mais ou menos a cada passo, a cada pergunta. Uma alternativa é analisar o processo de leitura com base em conceitos como memória discursiva ou intertextualidade, casos em que a leitura “individual” fica em segundo plano, ficando em primeiro o processo discursivo social e histórico. O que é aqui relevante é que fica claro que não se trata de decodificar, mas de colocar este texto, quase a cada trecho, em relações intertextuais ou em relação a conhecimentos partilhados.

Vejamos isso pergunta a pergunta: a primeira, (*o senhor já andou de avião de caça supersônico?*) funciona com base no fato – conhecido, transformado em notícia – de que o presidente Collor, em uma de suas exibições, andou em tal aeronave, acompanhado, evidentemente, de um piloto de verdade. O efeito, aqui, é de considerar que isso é “loucura”, embora não necessariamente em sentido médico. Assim, começa a ficar claro o projeto do texto: caracterizar o presidente como louco ou, pelo menos, como o louco da família Collor.

---

rejeição como, por exemplo, a divisão entre a razão e a loucura. Apesar de essas divisões organizarem-se em torno de contingências históricas, portanto modificáveis, Foucault acredita que sempre a fala do louco foi e será considerada nula.

A segunda pergunta vai na mesma direção: o paciente já teve vontade de pular de pára-quadras? Esse fato foi também lembrado no texto VIII (*O quase*) e, pelo que nos consta, ele efetivamente o fez. E esse mesmo tipo de loucura–imprudência se estende à sexta questão: *Já deu cavalo-de-pau em caminhão?* (Collor teria dado?) e à décima: *Gosta de andar de moto sem capacete a mais de 160 quilômetros por hora?*

A terceira é um pouco diferente. A conhecida história de “um tiro só” surgiu como evidente metáfora. Nas declarações de Collor, o tigre que seria morto com um tiro só é o tigre da inflação. De qualquer forma, mesmo isso poderia ser considerado um sintoma de loucura, talvez mais grave do que seria a bravata, se o alvo fosse mesmo um felino. O caso é certamente interessante, e até mereceria análise mais detalhada, porque se poderia dizer que o psiquiatra distorce a declaração. Ou seja: a pergunta não é retirada do mesmo tipo de “fato” discursivo que caracteriza a primeira, por exemplo.

Do mesmo tipo da anterior, em parte, e das outras, por outro lado, é a quarta questão: *Já pensou em congelar quase todo o dinheiro de um país achando que seria ótimo?* Sabe-se que o Plano Collor congelou os depósitos bancários de todos os brasileiros (focofocas sobre privilégios não vêm ao caso). Nesse sentido, trata-se de um fato, não de um sonho com cara de bravata, como no caso anterior. No entanto, é também um caso um pouco diferente, porque se, de fato, o plano existiu, por outro, era um “sonho” imaginar que ele acabaria com a inflação. De qualquer forma, de novo, e é isso que interessa, trata-se de uma loucura–utopia do irmão presidente, não de Pedro.

Relacionada, em certo sentido, a essa questão e ao mesmo tipo de loucura é a décima-primeira: *Já achou que salário mínimo pode ficar o mesmo durante quatro meses?* A realidade que está por trás dessa pergunta médica corrobora o fiasco do utópico Plano Collor de combate à inflação.

Quanto à questão seguinte (*Já andou de submarino fantasiado de marinheiro?*) e à oitava questão (*Já se vestiu de soldado pra ir acampar no meio do mato com a tropa?*), estas também se sustentam em fatos, bastante explorados pela mídia, relacionados, como visto no primeiro capítulo, às constantes tentativas de Collor de se aproximar das Forças Armadas. Mas como esse motivo não era conhecido de todos, podemos levantar várias hipóteses. Em primeiro lugar, o presidente queria inspecionar muito bem as tropas, sentindo seus problemas (ou alegrias) na própria pele (no sentido até literal, de “vestir” os

uniformes, ou “fantasiar-se” como eles – e é importante notar, para o efeito de humor, o termo pejorativo aqui empregado); se isso puder ser considerado como loucura, o seria pelo exagero, ou excesso de zelo (ou, quem sabe, pela falta de confiança nas pessoas incumbidas de administrar tais atividades?). Uma outra hipótese possível seria a de haver o simples e irresistível gosto pela aventura, o que remete, de certa forma, aos fatos relatados a partir das questões: segunda (pular de pára-quedas), sexta (dar cavalo-de-pau em caminhão) e décima (andar de moto, em alta velocidade, sem proteção); neste caso, vai-se confirmando um dos objetivos do texto: caracterizar Collor como o louco da família, agora no sentido de loucura-aventura. Uma terceira hipótese é de simplesmente criticar a falta de um presidente ter o que realmente fazer; em outras palavras, uma crítica a um mau governante, a partir do par de *scripts* competência / incompetência. Na verdade, esse é o macroscrip de esse texto e temos uma loucura a se estender a todo um governo: seria a loucura do / pelo poder? (Se Freud pudesse agora nos socorrer ...) Mas seja qual for o tipo de loucura, possível ou não de se classificar como médica, vamos deduzindo um dos objetivos do texto: mostrar que estávamos sendo governados por um presidente louco.

Por sua vez, a sétima questão: *Por acaso já achou que seria bom nomear um operário despreparado para ministro do Trabalho com a lógica irrefutável de que para o Trabalho, o bom é um trabalhador?* também faz sentido, se nos lembrarmos que o ministro do Trabalho da época de Collor foi Antônio Rogério Magri, ex-dirigente da Central Geral dos Trabalhadores. Evitando pensar em qualquer possível preconceito contra os trabalhadores, mesmo porque isso não seria nem um pouco engraçado, a referência a tal ministro só passa a ter graça se pensarmos em algumas trapalhadas em que se meteu: a mais séria foi revelada por uma fita, entregue à *Veja* pelo então chefe da Polícia Federal, Romeu Tuma; nela estava gravada uma conversa em que Magri admitia ter recebido 30 mil dólares (como já exposto no primeiro capítulo) para a construção de obras no Acre, realizadas pela empreiteira Norberto Odebrecht. Além dessa, há trapalhadas que pelo menos foram hilariantes: ao ser pego usando um carro oficial para transportar sua cadela, Orca, deu a desculpa de que cachorro também era gente. Outro grande feito, ou melhor, fala, foi ter inventado (e, como lingüista, ninguém aqui está para recriminá-lo, muito pelo contrário) o adjetivo “imexível” para referir-se ao Plano Collor. Para seu azar, o ministério não pôde permanecer “imexível” depois de tudo.

Quanto às questões nona (*Usa suas camisetas para escrever recados?*) e décima segunda (*Tem mania de ficar subindo e descendo rampa?*), ambas se baseiam nos hábitos diários do presidente Collor: no primeiro caso, aproveitando-se para mandar lições a seus possíveis inimigos através sobretudo de ditos populares (O tempo é o senhor do universo, etc.). Interessante é que tais atitudes lembram o ex-presidente Jânio Quadros, que por sinal utilizava um símbolo bastante sugestivo, a vassoura, e, sempre que podia, mandava recados a seus adversários. Coincidência ou não, Jânio Quadros também ficou conhecido por agir muitas vezes de forma pouco convencional para os paradigmas da época. No segundo caso, forjando uma imagem de poder e invencibilidade (embora muitas vezes interpretada como “querer aparecer”), ao valorizar em excesso o cerimonial de subida e descida da rampa do Palácio do Planalto.

Lembrando o texto I (*L'année dernière à Araxá*), em que o recurso da enumeração caótica serviu de sustentação da coerência, esse texto também dispõe desordenadamente questões que nos remetem a situações pouco normais vividas por Collor tanto no tempo de sua juventude quanto na época da presidência, o que pode levar a inferir que o presidente era, entre outras coisas, imaturo para governar. O passado e o presente mais uma vez se misturam.

Quanto à última pergunta, podemos dizer que ela necessariamente tinha de estar nesse lugar (escapando, portanto, à enumeração caótica) por dois motivos: primeiro a ênfase fática que lhe é dada: *PSIQUIATRA: Agora é a última questão. Preste bem atenção, por favor. PEDRO: Estou pronto, doutor.* Tal ênfase aguça a expectativa do leitor, culminando com um pico de humor. Em segundo lugar, por sua indiretude: *Se o senhor fosse político (e ele não era, mas Collor sim), entregaria dinheiro para administrar uma campanha na mão de PC Farias?* Nem é preciso mais mencionar esse fato e sua conseqüência: o famoso esquema da corrupção.

Dessa análise se conclui que o estereótipo lógico: “é louco quem faz loucuras” realmente conduz, por inferências, à loucura não de Pedro, como se disse, mas à loucura do próprio Collor. E o “gatilho” da indiretude provoca graça na medida em que, acionando-nos a memória discursiva e a intertextualidade, leva-nos a partilhar, conscientemente, dos “grandes feitos” desse homem público tão surpreendentemente incomum e criticado. E já que se fala em crítica, um tema marcante e ímpar relacionado a esse governo, o qual não

havia sido abordado nem por Possenti nem por Raskin, é justamente este: *crítica à loucura* de um governante, que passa então a fazer parte da lista de temas particularizados (corrupção, mentira, burrice, presunção etc.) sugerida por Possenti (1998a).

#### 5.4 A concepção de Eco: violação de regras sociais e intertextuais

Apoiando-se num outro ponto de vista, nem por isso menos interessante, Eco (1974) parte da concepção geral de que o trágico (e o dramático) é universal e o cômico é particular, pois “(...) está ligado ao tempo, à sociedade e à antropologia cultural.” (Eco, 1974:343). Para explicar tal desvio de universalidade, não é suficiente ater-nos a duas noções bastante divulgadas, a saber:

a) a concepção aristotélica da violação de regra moral ou religiosa que, no caso da tragédia, envolve a queda de uma personagem de condição nobre, nem bom nem mau, por cujo destino sentimos piedade, pois sua pena poderia nos atingir: sua punição representa a “purificação de seu pecado e de nossas tentações”; em relação à comédia, a violação da regra diz respeito a uma personagem inferior, “de caráter animalesco, em relação a quem experimentamos um sentimento de superioridade (...)” (Eco, 1974:344);

b) a reflexão sobre a incerteza de nossa impunidade e sobre o gosto da transgressão na violação da regra por uma pessoa tão diferente de nós: “e uma vez que ela paga por nós, podemos nos permitir o gozo vicário de uma transgressão que ofende uma regra que, no fundo, queríamos que fosse violada, mas sem risco algum.” (Eco, 1974:344).

Seu questionamento básico, que também muito nos atrai, é em relação à *consciência* que temos da violação da regra.

O autor mostra que “o trágico justifica a violação (em termos de destino, paixão ou outro), mas não elimina a regra”. Disso decorre sua universalidade: “explica *sempre* por que o ato trágico deve incutir-nos temor e piedade.” As obras cômicas, por sua vez, “dão a regra como suficientemente conhecida e não se preocupam em reiterá-la” (Eco, 1974:346).

Sua hipótese<sup>60</sup> é que “existe um artifício retórico que diz respeito às figuras de pensamento em que, dada uma seqüência de cenas, social ou intertextual, já conhecida pelo público, mostra-se sua variação sem entretanto torná-la discursivamente explícita.” (Eco, 1974:346-7). Demonstra-a através da ironia, como se viu.

As seqüências de cenas violadas pelo cômico podem ser de dois tipos:

a) *as cenas comuns*, ou melhor, as “regras pragmáticas de interação simbólica” que o corpo social assume como dadas (incluindo aqui as regras conversacionais de Grice). “O pastelão na cara suscita o riso porque se pressupõe que, numa festa, eles são comidos e não atirados na cara de alguém.” (Eco, 1974:347). Em relação às regras conversacionais, é “justamente porque são aceitas, mesmo que inconscientemente, que sua violação sem motivos se torna cômica.” E, nesse aspecto, Eco está de acordo com a descrição raskiniana de um dos componentes de uma piada, a saber: uma mudança de modo de comunicação *bona-fide* para o não-*bona-fide*. Para ilustrar, é interessante que se retome pequena parte da análise do texto II (*A reunião*) que, no seu final, nos surpreende com a pergunta do Ministro Calmon de Sá, que é banqueiro: “O que que é arrecadar?”. Se tal questionamento feriria, numa comunicação *bona-fide*, a regra da relevância conversacional, pois alteraria a pauta da reunião “Não se pode gastar mais do que se arrecada”, no jogo chistoso, por sua vez, isso se torna engraçado sobretudo pelo conhecimento prévio de Calmon ser um banqueiro, o que inevitavelmente faz supor seu conhecimento do assunto.

b) *as cenas intertextuais*. Eco ilustra este conceito com o seguinte texto:

Alguns anos atrás a revista *Mad* se havia especializado em historietas que tinham o título de “*Cenas que gostaríamos de ver*”. Por exemplo, um bando de foragidos do Oeste que amarra uma moça aos trilhos da estrada de ferro, na pradaria. Tomadas sucessivas com montagem à Griffith, o trem se aproximando, a moça que chora, a cavalgada dos mocinhos que chegam para socorrê-la, aceleração progressiva das tomadas alternadas e, no final, o trem que estraçalha a moça. Variações: o xerife que se apresenta ao duelo final de acordo com todas as regras do banguê-banguê e no fim é morto pelo bandido; o espadachim que penetra no castelo onde a bela é mantida prisioneira pelo malvado, atravessa o salão pendurando-se nos lustres e nos cortinados, bate-se com o malvado em duelo mirabolante e no fim é atingido e traspassado de lado

---

<sup>60</sup> Exposta, neste trabalho, a respeito do entendimento da noção de *ironia*.

a lado. Em todos esses casos, para fruir a violação é necessário que a regra do gênero já seja pressuposta e considerada inviolável. (Eco, 1974:348-9).

Após ilustrar sua hipótese, observa ainda que o cômico parece popular ou subversivo, porque “dá licença de violar a regra. Mas ele a dá justamente a quem introjetou de tal forma essa regra que passou a presumi-la como inviolável.” (Eco, 1974:349).

Nesse sentido, sua originalidade está na constatação de que o *cômico não é liberatório*: “É permitido rir justamente porque antes e depois do riso é certo que se vai chorar. O cômico não precisa da reiteração da regra, pois tem certeza de que ela é conhecida, aceita e não discutida, e assim permanecerá depois que a licença cômica tiver permitido brincar de violá-la, dentro de um dado espaço e pela interposição de uma máscara” (Eco, 1974:350). (Por extensão, permitimo-nos dizer que o carnaval pode então ser considerado um “alvará temporário do riso”). Portanto, segundo esse ponto de vista, não haveria descarga de energia catártica, pelo menos no que diz respeito ao cômico (e Freud que nos perdoe).

Antes de finalizar, Eco aborda a noção de *humor*, aproximando-a mais do trágico do que do cômico: “Enquanto o cômico é a percepção do oposto, o humorismo é o sentimento do oposto (...). Se o exemplo de cômico era uma velha caduca que se enfeitava toda como uma adolescente, o humorismo impunha que se perguntasse também por que a velha agia dessa maneira.” (Eco, 1974:350). Em outras palavras, o receptor deixa de se sentir superior a uma velha que age imprudentemente, mas passa a se identificar com ela. Tal distinção, além de não estar tão clara, levaria à dúvida de o texto de humor político acionar sentimentos do oposto. Sendo assim, de duas, uma: ou nossos textos seriam de comédia, mesmo porque Collor, muitas vezes, mais se assemelhasse a um palhaço<sup>61</sup> do que a um presidente, haja vista suas atitudes tão “mecânicas”, no sentido bergsoniano do termo, ou o humor não poderia ser crítico ou tendencioso, mas piedoso. Na verdade, nenhuma dessas

---

<sup>61</sup> Freud (1905:206 e seguintes) descreve os movimentos “extravagantes e inconvenientes” do palhaço como o “cômico dos movimentos” — fazendo-nos rir de uma “despesa grande demais”. É desse tipo de cômico que decorre “o cômico das formas corporais e dos traços faciais, considerados como resultantes de movimento exagerado ou inútil”. A imprensa da época explorou bastante isso, através de hilariantes fotos e caricaturas de Collor.

alternativas se encontra em nossos textos, de fino e irreverente humor crítico-tendencioso. Nós as expomos apenas por fidelidade ao texto de Eco.

No caso dos textos analisados, o trágico, portanto, é o contrário: o receptor, por observar o não cumprimento das devidas normas e obrigações dos políticos, passa a se sentir superior à “velha política” e a grande parte de seus representantes, que deveriam deixar de agir imprudentemente; isso ocorre porque os eleitores não conseguimos nos identificar com essa “velha”, que, infelizmente (que tragédia!) nos tem decepcionado. O papel dos humoristas, assim, é fundamental como tradutores de nossas certezas e decepções diante das nefastas e normalmente impunes atitudes presenciadas, ao lado de nossa impotência para resolver os problemas. Rimos de nossa tragédia: seria isso humor ou comédia? Que teoria do humor poderia realmente responder a isso?

Entre o humorismo e o trágico, Eco dá como diferença única o distanciamento metalingüístico do primeiro: “ (...) no humorismo, a descrição da regra deveria aparecer como *instância*, mesmo que oculta, da *enunciação*, a voz do autor que reflete as situações sociais nas quais a personagem deveria acreditar” (Eco, 1974:351). Há, portanto, um desdobramento da personagem em julgador e julgado, de tal forma que “o humorismo não seria, como o cômico, a vítima da regra que pressupõe, mas dela representaria a crítica *consciente e explícita*.” (Eco, 1974:352 - os grifos são nossos). E o casamento entre o humor e a ética se consolida sob as bênçãos e a autorização do hábil humorista, de uma só vez pastor e juiz. As testemunhas somos nós, felizes (ou infelizes?). Sem cinismo, às claras (pelo menos enquanto a censura o permite).

## 5.5 Chiste, cômico e humor

Após as observações feitas, resta-nos tentar relacioná-las, tendo em vista a análise de alguns textos. Resumindo, a teoria de Freud (1905:207 e seguintes) estabelece quatro diferenças básicas entre os chistes e o cômico, no que diz respeito:

a) *ao aspecto social*: “socialmente, o cômico se comporta diferentemente dos chistes”. Demanda duas pessoas, uma primeira que constata o cômico e uma segunda, em

quem se constata. Uma terceira pessoa, a quem se conta o cômico, não é indispensável, como no chiste, para a “contemplanção do processo de produção do prazer.” Além disso, a segunda pessoa pode estar ausente no chiste, exceto quando se trata de um chiste tendencioso;

b) *à elaboração*: “um chiste se faz, o cômico se constata — antes de tudo, nas pessoas; apenas por uma transferência subsequente, nas coisas, situações etc.” Em relação aos chistes, as fontes de prazer se localizam no próprio sujeito. Numa abordagem posterior, Freud (1927:189) avalia que o processo humorístico se realiza de duas maneiras: pode acontecer de uma pessoa isolada adotar a atitude humorística, ao passo que uma segunda pessoa pode representar o papel de espectador daquela de quem deriva o prazer. Retoma (e também o “re-retomamos”) o exemplo do comentário do criminoso levado à força numa segunda-feira: “Bem, a semana está começando otimamente.” Ou pode efetuar-se entre duas pessoas, uma das quais não toma parte alguma no processo humorístico, mas se torna objeto de contemplanção humorística da outra. Neste caso, por exemplo, um escritor ou narrador descreve o comportamento de pessoas reais ou imaginárias de modo humorístico. “Essas próprias pessoas não precisam demonstrar humor algum; a atitude humorística interessa apenas à pessoa que as está tomando como seu objeto e, tal como no primeiro exemplo, o leitor ou ouvinte partilha da fruição do humor” (Freud, 1927:189) Em resumo, quer a atitude humorística se dirija ao próprio eu, quer a outras pessoas, ocasiona uma cota de produção de prazer repartida entre a pessoa que a adota e o assistente não participante<sup>62</sup>.

c) *ao propósito*: “o chiste evitará as restrições e abrirá fontes de prazer que se tinham tomado inacessíveis.” Ao tratar do propósito hostil dos chistes, mostra que ele permite explorar o ridículo no inimigo, o que seria impossível de maneira aberta ou consciente. Ligada a esta noção, está a de co-autoria do ouvinte, como veremos no próximo capítulo; não devemos esquecer aqui os comentários feitos há pouco sobre chiste tendencioso.

---

<sup>62</sup> É fácil observar como o primeiro caso pode ser englobado pelo segundo: como o comentário do criminoso pode ser recriado por um piadista em forma de chiste previamente elaborado, o presidiário pode deixar de adotar uma atitude humorística para ser alvo dela. Aliás, o próprio recontar desse comentário já parece transformá-lo numa piada: o momento da enunciação se esvaiu, mas o enunciado, reformulado ou não, possibilita novas possibilidades discursivas.

d) *à condição de descarga de energia catártica*: “o cômico freqüentemente serve como fachada ao chiste, substituindo o prazer preliminar que, de outro modo, seria produzido pela técnica conhecida.” Em outras palavras, a fachada cômica não só facilita o automatismo do processo chistoso, prendendo a atenção, mas ainda facilita a descarga pelo chiste, remetendo-a a uma descarga do tipo cômico (Freud, 1905:176).

Mas a diferença não se esgota nesses quatro itens, nem é tão simples quanto eventualmente possa aparentar que é. O próprio Freud (1905:207) expressa tal dificuldade:

(...) os problemas do cômico têm-se comprovado tão complicados e tão infrutíferos têm sido os esforços dos filósofos em resolvê-los, que não podemos abrigar a prospectiva de que poderemos dominá-los em uma repentina e violenta investida, aproximando-nos deles a partir dos chistes.

No que diz respeito à primeira distinção, não há dúvida de que não se pode negar que a piada exija uma atitude essencialmente *social*: ninguém se contenta em fazer chiste para si mesmo. Nesse sentido, o próprio Freud apresenta um argumento relacionado ao riso: um fato cômico pode nos fazer rir gostosamente, sem negar a satisfação de contá-lo a mais alguém; porém “eu próprio não posso rir de um *chiste* que me tenha ocorrido, ou que tenha inventado, a despeito do inequívoco prazer que o chiste me dá.” (Freud, 1905:167). Em suma, somos tolhidos pela lei social de que “quem ri sozinho é bobo”, não só no caso do chiste, mas também em qualquer situação social. Bergson, como vimos, também salienta essa função social do cômico, vendo no riso um censor do caráter.

Em relação à questão b), da *elaboração*, a afirmação de que “*a joke is made, the comic is found*” nos remete à noção de *intencionalidade*, a respeito da qual Freud (1905:226) se posiciona, dizendo que o homem não se contentou em “desfrutar o cômico onde se deparava a sua experiência; procurou também produzi-lo intencionalmente”; portanto estudar os meios que servem para “*fazer cômicas as coisas*” ajuda a desvendar não só a natureza do cômico, mas também a do chiste, e Freud, como poucos, muito se empenhou nisso.

Essa questão da elaboração foi também amplamente discutida por Raskin, que retomaremos da forma mais sucinta possível. Com objetivo de apresentar uma taxionomia do humor, Raskin (1985:26-7) aponta algumas dicotomias conceptuais, quais sejam:

- a) *risível artificial / risível natural* (Viktoroff, 1953:60-1, apud Raskin, 1985);
- b) *risível estereotipado / risível espontâneo* (Viktoroff, 1953);
- c) *risível estático / risível dinâmico* (Viktoroff, 1953);
- d) *impressão intelectual / impressão ridícula* (Aubouin, 1948:15, apud Raskin, 1985);
- e) *espirituoso (witty) / cômico (comic)* (Bergson, 1889:128, apud Raskin, 1985);
- f) *criado pela linguagem / expresso pela linguagem* (Bergson, 1889:127, apud Raskin, 1985).

Os primeiros itens dos pares dicotômicos resumem as características do que Raskin denomina *humor intencional*, e os segundos itens resumem o *humor não-intencional*.<sup>63</sup> Simplificando, o segundo tipo “ocorre quando alguém diz alguma coisa (ou alguma coisa acontece) e o observador percebe isso como engraçado, usualmente de maneira inesperada pelo falante”. O primeiro [tipo] “ocorre quando o falante intenciona ser engraçado e realmente faz um esforço nesse sentido.” (Raskin, 1985:27). Buscaremos repensar tal distinção em relação à noção freudiana de consciência, crendo divisar assim uma solução, embora parcial, para a distinção entre o cômico e o chiste.

Retomando Dascal (1985) a respeito do uso da linguagem do sonho e da piada, vimos que conclui, em relação à segunda, que “ (...) a linguagem é usada criativamente porque, apesar de suas origens inconscientes, a piada é, na verdade, criada pela *consciência* (...) — o locus das *intenções* comunicativas” (os grifos são nossos).

Nesse sentido, veja-se a ligação disso com a noção vista acima de *humor intencional*, em contrapartida ao *não-intencional*, que abarca o próprio cômico. Acrescentamos à lista dicotômica a noção: *consciente / não consciente*. Bergson (1900:18) havia afirmado que o cômico é inconsciente, pois uma personagem só é cômica na proporção em que ignore isso: “Como se utilizasse ao inverso o anel de Gíges, ela se torna invisível a si mesmo ao tornar-se visível a todos.” Desse modo, quando Freud se desdobra em provar que o tipo de cômico mais próximo dos chistes é o ingênuo, por ser constatado e

---

<sup>63</sup> Fry aborda uma dicotomia semelhante entre “*piadas enlatadas (canned jokes)*” / “*piadas situacionais (situation jokes)*”: “Piadas enlatadas são definidas como aquelas que são *apresentadas* com relação pouco óbvia com a interação humana existente. Piadas de situação são indicadas como aquelas que são *espontâneas* e têm, em maior dimensão, sua origem no processo interpessoal (ou intrapessoal) existente”. (Fry, 1963:43, apud Raskin, 1987:27). É óbvio dizer que as segundas são mais interessantes para o riso.

não produzido como o chiste (Freud, 1905:208 e seguintes), está tentando aproximar duas noções (chiste e ingenuidade) que diríamos “inaproximáveis”, por sua própria natureza: não há chiste inocente, e cremos que nada mais há para se acrescentar a favor dessa assertiva.

Quanto à diferença entre chiste e cômico relacionada ao *propósito* (item c)), ousamos questionar o próprio Freud (1905:226). Ao distinguir o que denomina “cômico intencional”, não estaria sendo enredado no mesmo equívoco de aproximação inadequada de algumas noções? Buscando os meios que servem para fazer coisas cômicas, diz ser “possível produzirmos o cômico em relação a nós próprios a fim de divertir outras pessoas — por exemplo, fazendo-nos desajeitados ou estúpidos (...) sem nos tornarmos ridículos ou desprezíveis, podendo mesmo merecer em alguma circunstância, admiração.” Como o sentimento de superioridade não aparece na outra pessoa que sabe desse “fazer de conta”, Freud desvincula o cômico da relação com o sentimento de superioridade (ao contrário de Eco, como se viu). Também dissocia o cômico da realidade da situação cômica: ao “tornar outras pessoas cômicas, o principal meio é colocá-las em situações em que a pessoa se torna cômica em consequência da dependência humana a eventos externos, particularmente fatores sociais”. A própria agressividade que, muitas vezes, está por trás dessas situações forjadas, é beneficiada justamente porque não há associação entre o prazer cômico e a realidade da situação cômica e, portanto, todos estão expostos, sem qualquer defesa, a tornar-se cômicos (lembrar que Eco concebe o trágico como universal e o cômico, por sua vez, como particular). Sendo assim, questionamos a pertinência de afirmar a existência de intenção no cômico, a não ser em casos específicos.

Arêas (1990:29), por sua vez, aponta uma “troca recíproca” entre os processos cômicos e o chiste, também baseada em Freud. Na verdade essa autora mostra que há uma aproximação do prazer, devido a duas constantes:

- a) a poupança de energia psíquica;
- b) a relação com a vida infantil, do ponto de vista do poder e liberdade que têm as crianças de brincar com as palavras, sem preocupação maior com o sentido.

Em relação à infância, diz que esta “não tem peso de valor independente, é apenas o outro pólo do controle social, significando a disponibilidade crítica, a tensão para libertar-se do que a sociedade considera adulto, elevado, autorizado” (Arêas, 1990:30). Tal “troca

recíproca” entre os processos do chiste e do cômico acaba por explicar a sensação, comentada acima, de que os textos de humor estariam no limite desses mesmos processos.

Por sua vez Eco (1974) refere-se, como vimos, à noção de “cômico não liberatório”. Sendo assim, acrescentaríamos agora à nossa lista dicotômica a noção: *liberatório / não liberatório* conforme nos referimos ao humor *intencional / não intencional*.

Quanto a Freud (1905:227 e seguintes), este “elencas” os meios de tornar as coisas cômicas, ou seja, a *mímica*, a *caricatura*, a *paródia* e o *travestismo*, assim como sua contraparte prática, o *desmascaramento*; à exceção da mímica, os outros meios que “dirigem-se contra pessoas e objetos que reivindicam autoridade e respeito, que são, em algum sentido, ‘*sublimes*’” (ou eminentes) — exigindo acréscimos de despesa psíquica. Aproxima o desmascaramento do chiste (Freud, 1905:234), embora só acidentalmente, pois concomitantemente haveria o uso da técnica da representação pelo oposto. E nos voltamos assim à última diferença apontada entre chiste e cômico, a da condição de descarga da energia catártica. (item d)). No final deste capítulo, tentaremos aplicar essas noções a alguns textos que exploram a paródia e o desmascaramento.

Nas suas explanações, com certeza, Freud não poderia ter imaginado que a “licença cômica”, abordada por Eco (1974), iludiria as vítimas do cômico apenas temporariamente, num debater inútil, em busca de prazer efêmero. O riso é um corretivo social, mas com os dias contados - diria hoje Bergson, provavelmente.

Por sua vez, Eco (1974:350) também se esforça por ver as relações entre o cômico e o humor, que retomamos: “Enquanto o cômico é *percepção* do oposto, o humorismo é *sentimento* do oposto.” Na verdade, aproxima humor e tragédia, já que a única diferença entre eles seria a questão metalingüística que envolve somente o humor.

Sendo o humor o representante crítico, *consciente* e *explícito*, das regras que viola, colocamo-nos num impasse: sendo consciente, aproxima-se do chiste; sendo explícito, irmana-se ao cômico. Freud (1905:263) afirma: “no todo, o humor se aproxima mais do cômico do que dos chistes. Partilha com o primeiro sua localização psíquica no pré-consciente, enquanto os chistes (...) são formados de um compromisso entre o inconsciente e o pré-consciente.” Dando um passo além em suas considerações, como se viu, Freud (1927:194) chega mais tarde à seguinte conclusão: “Um chiste é, portanto, a contribuição feita ao cômico pelo inconsciente. Exatamente do mesmo modo, o humor seria a

contribuição feita ao cômico pela intervenção do superego.” Refere-se ainda à “dinâmica da atitude humorística”, entendida como a transferência de catarse do ego para o superego. Este passa a ver então aquele como algo minúsculo e de interesses triviais, enfim, algo fácil de ser reprimido e pressionado.

Explicando melhor: humor, chiste e cômico têm algo de liberador, mas somente o humor possui

qualquer coisa de grandeza e elevação (...). Essa grandeza reside claramente no triunfo do narcisismo, na afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do ego. O ego se recusa a ser afligido pelas provocações da realidade, a permitir que seja compelido a sofrer. Insiste em que não pode ser afetado pelos traumas do mundo externo; demonstra, na verdade, que esses traumas para ele não passam de ocasiões para obter prazer. Esse último aspecto constitui um elemento inteiramente essencial do humor (Freud, 1927:190)

Assemelhando-se a muitos teóricos, Raskin (1985) delinea o humor, por sua vez, como uma reflexão às vezes amarga e pessimista sobre a realidade, diferentemente do cômico. Observemos a piada que envolve *script* étnico, que dispensa comentários:

Há apenas um problema em se assistir a TV em cores gloriosas. Você muda o canal e o mundo é preto e branco! (Orben, 1978:50, apud Raskin, 1985:106)

O humor político, infelizmente, conduz-nos também a uma reflexão amarga e pessimista, pois, depois do riso, na maioria das vezes, temos vontade de chorar. E é nesse ponto que reside a força argumentativa desse tipo de humor: com facilidade ele nos convence, ou nos relembra, de algo que não podemos olvidar — a incompetência de muitos políticos e, conseqüentemente, nosso sofrimento e impotência diante dos fatos. Que infortúnio: o riso é realmente passageiro, mas, mesmo assim, ele vale muito a pena!

Uma última observação é pertinente: baseado em Freud, Raskin (1985:12) levanta seis fatores ou predisposições positivas ou negativas sobre o humor, que abreviamos através de suas expressões-chave:

- a) disposição eufórica (*cheerful mood*);
- b) expectativa;
- c) pessoa ocupada;

- d) atenção na comparação cômica (o tentar entender);
- e) liberação de afeto forte (contrário à “ausência de sentimento” de Bergson);
- f) circunstâncias agradáveis.

Somente a), b) e f) são fatores favoráveis ao humor.

Para resumir, retomamos as dicotomias, expostas por Raskin (1985), ligadas à distinção entre humor intencional e humor não-intencional, de (a) a (e), ampliando-a, porém, de acordo com outros teóricos (sobretudo Eco e Dascal), de (f) a (h):

humor intencional (chiste) / humor não-intencional (comédia)

- a) *risível artificial* / *risível natural*;
- b) *risível estereotipado* / *risível espontâneo*;
- c) *risível estático* / *risível dinâmico*;
- d) *impressão intelectual* / *impressão ridícula*;
- e) *espirituoso (witty)* / *cômico (comic)*;
- f) *criado pela linguagem* / *expresso pela linguagem*;
- g) *liberatório* / *não liberatório*;
- h) *consciente* / *inconsciente*.

Como se observa, o humor se envolve com polêmicas e antigas questões, suscitando as mais variadas teorias. Por enquanto, concluímos que o humor parece ser algo que existe em potencial no ser humano, amoldável às mais diversas condições e situações. Por mais que se busque defini-lo ou entendê-lo, será sempre algo mágico, inatingível, parte de nós que ora rejeitamos, ora tentamos agarrar (quem já não se envergonhou ao se deflagrar em risos em um velório, ou almejando, com toda força, vencer em si o mau humor?). Com Dascal, preferimos sugerir que as fronteiras entre os diferentes “sistemas” da mente: o consciente, o pré-consciente e o inconsciente, não sejam tão rígidas, conforme a linguagem atue sobre eles. “Pode ser que, vendo tais implicações, Freud se abstivesse de perseguir a questão da diferença no uso da linguagem em piadas e sonhos” (Dascal, 1985:105).

Bergson já predissera: “a comédia é intermediária entre a arte e a vida.” (1900:88). Criação e natureza, intenção e espontaneidade, sociedade e individualidade, estaticidade e dinamicidade, saber e estupidez, quem é capaz de definir seus limites? Freud tentou explicar ...

## 5.6 Uma prática da tendenciosidade do texto de humor político

A partir das várias considerações feitas até agora, muitas da ordem da Psicanálise e da Semântica-pragmática, chegamos à constatação de que os textos de humor que veiculam discursos polêmicos ou proibidos, como o político, assumem um caráter de finalidade e objetivo, a serem descritos a partir da noção de chiste cínico-tendencioso. Sendo assim, tais textos, ao liberar prazer pela descarga de energia catártica, também almejam um espaço de poder difamador-expositor, ou de crítica social, pois violam não só as regras institucionalizadas, inclusive a língua, como certas verdades pré-sacramentadas e seus múltiplos porta-vozes discursivos, mesmo que anônimos ou coletivos, como no caso dos provérbios.

Como, entre os textos que vamos analisar agora, a maioria explora amplamente os provérbios, porta-vozes anônimos de discursos deônticos, abordaremos também, entre outros recursos, o da paráfrase (no texto X, *Provérbios e proverbiações ...*) e o da paródia<sup>64</sup> (sobretudo no texto VI, *Provérbios do Planalto*), explícita ou implícita, caso este em que os provérbios, embora citados sem “deformações”, carregam o peso da ironia difamatória e a máscara da situação discursivo-comunicativa, que é essencialmente de humor. Com certeza, as manobras efetuadas sobre os provérbios já bastam para atestar a grã-finagem de tais textos e o esmero atuante de seus autores-humoristas que autenticam um nunca-antes-dito sobre um já-dito.

---

<sup>64</sup> Bakhtin (1993:108), referindo-se ao plurilingüismo no romance humorístico, afirma que a “ (...) linguagem comumente falada e escrita pela média de um dado ambiente, é tomada pelo autor precisamente como a *opinião corrente*, a atitude verbal para com seres e coisas, normal para um certo meio social, o *ponto de vista e o juízo correntes*. De uma forma ou de outra, o autor se afasta dessa linguagem comum, põe-se de lado e objetiviza-a, obrigando-a a que suas intenções se refranjam através do meio da opinião pública (...), encarnado em sua linguagem.

Essa atitude (...) não é imóvel, (...) o autor deforma parodicamente alguns momentos da 'linguagem comum', ou revela de maneira abrupta a sua inadequação ao objeto. Às vezes, ao contrário, como que se solidariza com ela, apenas mantendo uma distância mínima, e, de vez em quando, fazendo ressoar diretamente nela a sua própria 'verdade', isto é, confundindo inteiramente sua voz com a dela.”

Além disso, tais textos revelam, por baixo de diferentes tricotadas lingüístico-discursivas, as várias sobreposições-bissociações de pares de *scripts*-matrizes opostos, direcionados pela coerência de um par de macroscripts. Reveladores de vários discursos que se opõem, tais textos mais uma vez ratificam a confluência de formações ideológico-discursivas ou das várias interferências de séries.

Para explicar a noção de *paródia*, Freud (1905:228), inserido também na filosofia aristotélica da degradação cômica, nos auxilia, descrevendo-a como um recurso lingüístico-conceptual que realiza a degradação de algo eminente, destrói

a unidade existente entre o caráter de uma pessoa tal como a conhecemos, e seus discursos e atitudes, substituindo as figuras eminentes ou suas enunciações por outras, inferiores (...) O mesmo mecanismo é também usado o *desmascaramento*, que somente se aplica onde alguém se apropriou de dignidade e autoridade através de uma trapaça, sendo então despojados destas.

Através do texto IV, *Bilhetinhos*, de Jô, ilustramos alguns casos de paródia e desmascaramento que se revelam difamadores de figuras ou grupos políticos. Nesse texto, uma personagem, Collor, encaminha vários bilhetinhos a destinatários reconhecidos, personagens da vida política. Como visto anteriormente, todos esses bilhetes, além de alertar contra a atuação de um propalado “sindicato do golpe”, nome com o qual Collor designava todos os que supostamente desejavam depô-lo do poder, também acabam não só parodiando discursos e atitudes, como deixam cair as máscaras das trapaças que tentam manter no poder algumas autoridades políticas.

Ao Bornhausen

Jorge, fatos passados, alimentados que foram pela paixão de disputas eleitorais, não podem e não haverão de deslustrar sua impecável vida pública. Isso tudo é coisa do sindicato do golpe.

(...)

Ao Brizola

Leonel, quando xinguei sua mãe na época da campanha, foi pura explosão de momento. Não era mãe de verdade. Da mesma forma que quando você me chamava de filhote da ditadura, nunca levei a sério. Obrigado pelo apoio. Venceremos esta orquestração do sindicato do golpe.

A primeira coisa que nos chama a atenção é o acompanhamento dos fatos políticos pelos humoristas. Bornhausen, do PFL, que fora governador biônico de Santa Catarina na ditadura e ministro da Nova República, virou o articulador político do governo após uma queda geral do ministério, devido a denúncias de corrupção, em março de 1992. Tentou, de várias maneiras, impedir as denúncias de Pedro Collor na imprensa e lutou contra a formação da CPI. Já o político “mais aguerrido na defesa do presidente foi o governador do Rio de Janeiro”, Leonel Brizola (Conti, 1999:564), que aconselhava Collor a se demonstrar uma vítima de um problema familiar e não um presidente enfrentando uma crise.

Nos dois bilhetes, estão em antagonismo os *scripts* do comportamento adequado / inadequado de pessoas públicas, em particular no momento de campanha eleitoral, *scripts* esses perceptíveis por gatilhos lexicais e irônicos como *deslustrar*, *impecável (vida pública)*, *orquestração*, *sindicato do golpe*, etc. Em particular, no bilhete de Bornhausen, os discursos que espreitam o texto são disputa eleitoral séria / não séria, já os discursos sobre ditadura / democracia confluem em ambos. Há ainda o pressuposto que se aloja no adjetivo da expressão *fatos passados*: houve esses fatos, e não devem ter sido os melhores — é o que anuncia criticamente o enunciador por trás da voz do locutor. Além disso, o entendimento do efeito do humor só é possível pelo conhecimento, partilhado pelos interlocutores, da existência dos fatos. Também, por uma ambigüidade situacional, surge a seguinte implicatura: a paixão na hora da disputa eleitoral é justificativa para qualquer ato menos digno (para não dizer trapaça), justificativa essa que se estende, indiretamente, para Collor, através da voz denunciativa do enunciador.

No bilhete endereçado a Brizola, há uma crítica direta à mentira, que, aliás, deixa transparecer toda a verdade pela voz de um enunciador irônico: *não era mãe de verdade* pressupõe que houve insulto real e é isso que é revelado, mesmo que uma análise literal revelasse a possibilidade de existência de alguma mãe de mentira. Além disso, revela os *scripts* opostos de pessoa explosiva / com autodomínio em referência ao próprio Collor, através de um gatilho dicotômico: uma explosão de momento o fez xingar a mãe do outro, mas o fato de ele ter sido xingado (o que obviamente provocaria uma reação) não o abalou — *nunca levei a sério*, diz ele. Também algumas expressões, deve-se mencionar, marcavam o discurso de Brizola, usado contra Collor, seu adversário de campanha política para a presidência — *filhote da ditadura* é um recurso estilístico que se transforma num gatilho,

desmascarando políticos que falavam e agiam conforme as conveniências (Brizola, por exemplo, ora se afasta dos políticos, ora se aproxima deles, apoiando os que lhe convém); portanto falavam trapaceando, merecendo, conforme disse Freud, ser despojados de seus poderes. A culpa de todas as trapaças se desvia, ironicamente, para o *sindicato do golpe*, recurso estilístico amplamente usado por Collor, como se viu, em referência às forças que se lhe opunham.

Vale a pena dedicarmos uma atenção especial aos textos humorísticos que se aproveitam de provérbios.

Além dos pressupostos teóricos básicos, incluiremos aqui alguns estudos interessantes que, dentro da perspectiva da análise do discurso, abordam o provérbio, a saber Rocha (1993), Sant'Anna (1985) e mesmo Mainguenu (1993:101-2), em algumas passagens.

Possenti (1995) ressalta as estratégias do eu, como frisamos. Com referência à análise de textos que recorrem a provérbios, adverte que, embora o discurso do outro seja visível, também o é o trabalho do eu: "(...) a presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só." (Possenti, 1995: 48).

A respeito da noção de intertextualidade, Oliveira (1996), interessada na questão do "*assujeitamento no discurso proverbial*" toma por base as noções de *pré-construção*<sup>65</sup> e de *acúmulo*.<sup>66</sup> A noção de intertextualidade é tratada também por Sant'Anna (1985), que distingue a intertextualidade das diferenças, identificada com a paródia<sup>67</sup> e a ironia, e a intertextualidade da semelhança, identificada com a paráfrase.

---

<sup>65</sup> Henry (apud Pêcheux 1988:99) adota o termo *pré-construído* para designar o que "remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é 'construído' pelo enunciado."

<sup>66</sup> Foucault (1969:142-3) denomina "formas específicas de acúmulo" não a busca da origem dos enunciados, mas "a espessura do tempo em que subsistem, em que se conservaram, em que são reativados e utilizados." Para ele, dizer que os enunciados, portanto, são *remanentes* "não é dizer que eles permanecem no campo da memória ou que se pode reencontrar o que queriam dizer, mas sim que se conservaram graças a um certo número de suportes e de técnicas materiais (...), segundo certos tipos de instituições (...) e com certas modalidades estatutárias (que não são as mesmas quando se trata de um texto religioso, de um regulamento de direito ou de verdade científica)" (Oliveira, 1996).

<sup>67</sup> Shipley (apud Sant'Anna, 1985:12) discrimina três tipos básicos de paródia:

"a) verbal - com a alteração de uma ou outra palavra do texto;

b) formal - em que o estilo e os efeitos técnicos são usados como forma de zombaria;

c) temática - em que se faz a caricatura da forma e do espírito de um autor."

Em relação ao provérbio, Maingueneau comenta-o como um enunciado limite, já que

o 'locutor' autorizado que o valida, em lugar de ser reconhecido apenas por uma determinada coletividade, *tende a coincidir com o conjunto de falantes da língua*, estando aí incluído o indivíduo que o profere. Este último toma sua asserção como o eco, a retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio. Verdades imemoriais por definição, os provérbios (...) fazem parte do dicionário da língua. Não é possível, em sentido estrito, citar um provérbio, relatá-lo; pode-se apenas referi-lo a um Outro absoluto no qual estaríamos incluídos por direito. (Maingueneau (1993:101-2)

Possenti (1998b), por sua vez, questiona essa exclusividade do discurso do O/outro para essa concepção de discurso heterogêneo com base na AD da escola francesa. Sobretudo em relação a dados que utilizam provérbio, tal exclusividade correria o risco de unificar o sujeito, agora no O/outro. Na verdade, Possenti (1998b:787) quer “desvendar as pistas das manobras dos sujeitos” para “colocar bem” um provérbio, a partir de circunstâncias particulares de tempo, lugar e competição, o que o leva a demonstrar não só seus efeitos de sentido peculiares, mas também, inevitavelmente, a presença de um sujeito. Tais considerações são muito apropriadas para as análises que ora empreendemos.

Sem esse tipo de preocupação, Rocha (1993:71) simplesmente afirma que, para o caso da citação dos provérbios, temos os seguintes modos de dizer: “é como diz o outro, da moda do outro, como diz o povo, como diziam os antigos, como diz o ditado, como diz(ia) minha avó/mãe, como diz(ia) meu avô/pai, como dizem os chineses etc.”

Dentro do *corpus*, analisamos e procuramos comparar, na medida do possível, um texto de Jô (texto VI, *Provérbios do Planalto*), outro de Millôr (texto X, *Provérbios e proverbiações*) e o parágrafo final de um texto de José Simão (texto XIV, *Elenco da Dinda é indiciado para o Oscar*). Vamos considerar a ordem de apresentação dos provérbios no texto de Jô como uma numeração, embora esta não esteja explícita.

Estamos assumindo que esses exemplos constituem textos, baseados sobretudo na noção de texto, em sentido estrito, de Fávero e Koch (1983:25):

(...) o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza pela *coerência* e pela coesão, conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto.”

Citando Halliday e Hasan (1973, apud Favero e Koch, 1983:38), expõem que “o texto é unidade de língua em uso, unidade semântica (...) não de forma e sim de significado.” Ele não consiste numa simples soma de períodos ou de orações, mas é realizado por seu intermédio.

Em Jô, há referência aos nomes próprios Mello e Malta, nome de família da ex-primeira dama, o qual, por sinal, apresenta uma ambigüidade por significar também, como é sabido, bando de vagabundos ou súcia (mera coincidência?). O sexto provérbio *Os cães ladram e a malta passa* parodia o mesmo provérbio usado por José Simão, a saber: *A caravana passa e a primeira dama ladra*, com a peculiaridade de este último, em seguida, fazer referência ao nome de dona Rosane, numa alusão direta à ex-primeira dama: *E torno a repetir: dona Rosane, recolhe as carpas que o Itamar não tá pra peixe*. Observe-se também o nome do ex-vice presidente: a semelhança fônica da sílaba final das palavras *Itamar e mar* conduz ao provérbio conhecido (O mar não está pra peixe). Segundo Rocha (1993), as poucas vezes em que aparecem nomes próprios nos provérbios normais, esses são simbólicos e pouco interessa ao receptor identificar o objeto de referência, embora Searle já tenha observado que, na realidade, o provérbio leva “o alocutório a percorrer os indivíduos que possam vir a identificar-se” com tal nome. (apud Rocha, 1993:102). Há portanto uma referência geral e outra virtual e, no caso do humor em particular, a referência virtual, que conduz aos políticos é fundamental, já que muito interessa ao receptor identificá-la.

Em relação a Millôr, consideramos sobretudo os provérbios propriamente ditos e logo percebemos que este autor, embora não altere seus provérbios, como o faz Jô, os insere num contexto que é paródico em sua totalidade, como veremos.

Nossa primeira questão é: que fatores determinam a coerência desses textos?

Abordando primeiramente a noção de situacionalidade, temos um contexto sócio-político comum a ambos, embora cada um focalize um determinado tema: a corrupção dos

políticos, nos textos de Jô e de Simão, e a delação de Fernando por seu irmão Pedro, no texto de Millôr.

Já é sabido que a noção é a de contextualização, cujos fatores, como o título, por exemplo, “‘ancoram’ o texto em uma situação comunicativa determinada” (Koch e Travaglia, 1990:67-8). Nesse texto de Jô, é justamente o título que atua como forte elemento de coerência, permitindo prever “sobre o que” o texto fala. Para Halliday (apud Fávero e Koch, 1983:42), o título de um texto é um forte elemento de coesão lexical, fornecendo-lhe as palavras-chave.

A análise do texto de Jô faz perceber o esforço que ele requer do leitor. Sant’Anna (1985) já observara que a paródia depende do receptor; no nosso caso, este deve compartilhar com o autor o conhecimento dos provérbios originais, tornando-se portanto seu co-autor.

Cabe aqui uma observação de Rocha (1993:199): um provérbio plagiado, adaptado a uma situação de enunciação específica, deixa de ser provérbio. Como a referencialidade geral e a atemporalidade são características dos provérbios, ao passar do geral para o particular, “conserva-se a forma, alterando-se o conteúdo por meio da substituição de alguns elementos do léxico (...)”. Quase como a paródia, que altera um texto para desmoralizá-lo, opor-se a ele ou produzir humor, *détournement*, termo usado por Grésillon e Maingueneau (1984), designa a alteração, na forma e / ou no conteúdo, de provérbios, slogans ou frases feitas, tendo como objetivo normalmente a subversão; no caso do provérbio, a voz do enunciador genérico ON<sup>68</sup> se introduz, representando a sabedoria popular, à qual o locutor adere ou se opõe.

São justamente essas substituições ou *détournements* que fazem o leitor acionar vários gatilhos que o levam a rir. Algumas são determinadas por semelhanças fônicas:

*lago* por *longe* (3),

*vai e arruma* por *vai a Roma* (5),

*mellos* por *males* (7),

*pega* por *paga* (12),

---

<sup>68</sup> ON (originalmente um pronome francês) refere-se a um locutor indeterminado, supostamente universal, que em português traduz-se normal e razoavelmente por SE: *fala-SE*.

*malas* por *males* (13),  
*emenda* por *espera* (15),  
*malta* por *mata* (16).

Outras substituições são determinadas por rima:

*comissão* por *ocasião* (1),  
*coalizão* por *coração* (2),  
*impunidade* por *tempestade* (10),  
*licitação* por *presunção* (11),  
*corrupção* por *coração* (14).

Observemos que, no texto de Simão, temos *Itamar* por *mar*.

Os termos *comissão*, *coalizão* e *corrupção*, além de apresentarem rima e aliteração inicial ( na verdade, repetição de / ko /) em relação aos termos substituídos, denotam negativamente. Sobretudo esta última deve ser a mais forte razão de podermos (com a permissão de Jô) trocá-los indiferentemente, ou seja:

- (1') *A corrupção faz o ladrão,*
- (1'') *A coalizão faz o ladrão;*
- (2') *Quem vê cara não vê comissão,*
- (2'') *Quem vê cara não vê corrupção;*
- (14') *A comissão tem razões que a própria razão desconhece,*
- (14'') *A coalizão tem razões que a própria razão desconhece.*

E ainda há as substituições sem nenhum motivo fônico aparente, a não ser o de parodiar, escancarando o véu de uma triste situação:

- (4) *lobista* por *quem cedo,*
- (6) *malta* por *caravana.*
- (8) *lobby* por *santo,*
- (9) *está defasado* por *é barão,*
- (17) *aliança* por *andorinha.*

Sant'Anna (1985:29) diz que, do “lado da ideologia dominante, a paráfrase é uma continuidade. Do lado da contra-ideologia, a paródia é uma descontinuidade”. Algumas características formais que,

além do conteúdo, é claro, distinguem os provérbios dos demais enunciados genéricos: leis científicas, por exemplo, (...) rima, assonância, paralelismo, ritmo, estrutura bimembre, nem o componente metafórico (...) não são determinantes nem obrigatórios. (Rocha, 1993:168)

Ao descrever enunciativamente vários provérbios do português e do francês, Rocha conclui que a maioria não tem marcas de pessoa, substituídas muitas vezes por nomes de bicho (no *corpus*, os termos *cão*, *andorinha*), por pronomes (*quem*, *se*), por termos abstratos universais (*prazer*, *ira*, *males*, *bem*, *razão*), por classes ou tipos (*família*, *ladrão*, *barqueiro*, *gente*, *irmão*, *prostituta*, *rameira*, *geração*, *estado*, *caravana*) ou por nomes de coisas (*coração*, *panela*, *ninho*, *caldeirão*, *mancha*, *semente*).

Analisando também os dêiticos espaciais e temporais, conclui por uma referencialidade vazia, com possibilidade eterna de reutilização. Observe:

(12') *Aqui se faz aqui se paga;*

(5') *Quem tem boca vai a Roma;*

*De tal ninho tal passarinho.*

Roma, por exemplo, perde sua referencialidade específica e, metaforicamente, passa a significar qualquer lugar.

Embora um provérbio plagiado não deva ser considerado como provérbio, é importante assinalar que há algo comum e inegável, quer entre os textos, quer entre eles e os provérbios que, direta ou indiretamente, os compõem: o desejo de persuadir e de criticar (além do desejo de fazer rir, é claro), haja vista a tendenciosidade já embutida na modalidade deôntica inerente aos provérbios.

Com base em algumas observações de Rocha, constatamos, em primeiro lugar, que, embora a maioria dos provérbios apresente uma formulação impessoal, todos podem assumir uma personalidade. Temos, por exemplo:

(15') *Quem espera sempre alcança* com sua variação

(15'') *Espera e alcançarás.*

Dessa forma, “o modo verbal natural dos provérbios, do ponto de vista ideológico, é o imperativo; porém, do ponto de vista formal, é o presente do indicativo (*faz*, *vê*, *vai*, *madruga etc.*) que, além de assegurar a validade perene (...) confere-lhes a suavidade tão

necessária a quem deseja falar sem dizer.” (Rocha, 1993:150). Portanto, como é comum nos provérbios, há uma constante ambigüidade entre asserção e injunção, mesmo que o verbo esteja ausente, como em Millôr: *Família criada, paz arrasada* ou *De tal ninho tal passarinho*. Valem aqui as inferências do receptor, pois, se o provérbio é atemporal, ele o é independentemente de marcas dêiticas ou de tempo verbal, que se readaptam para denotar outros possíveis momentos de fala.

Em relação à situação de enunciação, portanto, é inegável que o provérbio, embora caracterizado por uma ausência de referência, já que aspira a uma generalidade, como vimos, remete a seres virtuais presentes no universo do discurso e exige a inferência do receptor.<sup>69</sup> “Por constituírem fórmulas fixas, os provérbios não são produzidos na instância de enunciação (...), isto é, eles não se situam no universo da enunciação, mas sim no universo do discurso” (Rocha, 1993:174). Sobre esse aspecto, já comentamos a opinião de Possenti (1998b:788), à qual aderimos. Para ele, repetimos, “tais discursos não ocorrem sem trabalho do sujeito, que manipula criativamente ao mesmo tempo variados aspectos lingüísticos, psíquicos, culturais e circunstanciais.”

Em segundo lugar, Rocha revela que o provérbio em discurso permite realizar o ideal da argumentação, pois tem a característica de ser irrefutável. Por ser polifônico, o argumentador não age como se quisesse forçar diretamente o comportamento de seu receptor. Nos nossos textos, a argumentação se apresenta mascarada pelo humor, que encontra na ironia seu principal mecanismo.

Em Jô, o título “Provérbios do Planalto”, além de dar coerência ao texto, aponta para uma realidade. Explicando melhor: que *script* se espera desse Planalto, ocupado por

---

<sup>69</sup> Tal argumento se apóia sobretudo no axioma da identificação proposto por Searle (apud Rocha, 1993:175), segundo o qual “se um falante faz referência a um objeto, é porque o identifica ou é capaz, se lhe for pedido, de *identificar este objeto* para o interlocutor, *excluindo todos os outros objetos*.”

Segundo Rocha (1993:175), o provérbio contraria esse axioma, já que “o objeto da referência deste provérbio é amplo, englobando o TU específico de uma enunciação particular, juntamente com todos os ‘TUs’ virtuais de todas as possíveis situações em que couber a reenunciação desse provérbio.” É isso que permite ao reenunciador de um provérbio fazer-se de desentendido, porque os provérbios não permitem respostas não ambíguas às perguntas: Quem?, O quê?, Qual?.

Ducrot (1972, apud Rocha, 1993:178) diz que “o emprego designativo só é característico dos nomes próprios e dos demonstrativos”. Os nomes próprios, porém, nunca aparecem com seus sentidos específicos nos provérbios, a não ser metaforicamente: “Morra Marta, morra farta.” Com certeza, não é o caso dos provérbios “deformados” que analisamos.

nossas autoridades políticas máximas? Veja-se que cada provérbio alterado alude a alguma ação que foi implementada no Planalto e que é contrária ao *script* do governante competente e honesto. Espera-se que nele não haja corrupção: *A corrupção tem razões que a própria razão desconhece* (corrupção no lugar de *coração*); emenda: *Quem emenda sempre alcança* (emenda no lugar de *espera*); malas: *Há malas que vêm para o bem* (malas no lugar de *males*); lobby e lobista: *Deus ajuda lobista que madruga* (lobista no lugar de *quem cedo*) e *Quando a esmola é muita, o lobby desconfia* (lobby no lugar de *santo*); comissão e ladrão : *A comissão faz o ladrão* (comissão no lugar de *ocasião*); coalizão fraudulenta: *Quem vê cara não vê coalizão* (coalizão no lugar de *coração*); lago artificial milionário: *Devagar se vai ao lago* (ao lago no lugar de *longe*); aliança espúria: *Uma aliança só não faz verão* (aliança no lugar de *andorinha*); impunidade: *Depois da impunidade vem a bonança* (impunidade no lugar de *tempestade*); e muito menos que haja Maltas e Mellos: *Os cães ladram e a Malta passa* (Malta no lugar de *caravana*), *Quando não malta esfola* (malta no lugar de *mata*), *Quem canta seus melos espanta* (melos no lugar de *males*).

Como vimos, o receptor, motivado pelas substituições, aciona os gatilhos que o levam ao provérbio original; este, por sua vez, habita um mundo de verdades autorizadas, ideais, irrefutáveis e sobretudo impositivas, pois por ele perpassa uma modalidade deôntica, já que conduz a ação baseada em princípios morais. Por conseqüência, provoca a adesão do alocutário ao propósito injuntivo básico do locutor. Esse mundo ideal, portanto, está encoberto pela indesejada revelação do mundo real, pois ambos são sustentados por discursos ideológicos de conduta que se opõem e se superpõem. Repetimos que uma das condições da ironia é que haja um distanciamento entre as palavras e o locutor. Mas o texto, referenciando de modo particular, não estaria colocando em cena um enunciador e abolindo a ironia? Pelo contrário: nesse mundo ideal e confiável, o receptor, através de uma ironia subliminar, encontra as pistas que o fazem voltar ao mundo real, mas agora fortalecido para dizer: “essa é a verdade que eu gostaria de ter dito”. Metáfora às avessas, as substituições, além de exigirem uma grande esperteza do leitor, o induzem ao papel de juiz irônico e nele provocam o riso.

O texto de Millôr, por sua vez, preservando um locutor irônico, observa já de início: “Não tenho nada com isso. Só pesquiso. Você decide!” Tal revelação faz com que o leitor

seja obrigado a fazer uma escolha de leitura, pois, visto que o provérbio permite uma dupla referencialidade, isto é, uma geral e outra virtual, ele opta, sem dúvida, pela segunda e aciona o gatilho que o leva a dizer: “ah, já sei quem é esse irmão, já sei de que família se trata”. Cúmplice de um locutor que se preserva, ele ri a cada nova revelação. Além disso, tal observação inicial, devido a sua ironia, acaba por inserir todo o texto dentro de um contexto paródico, já que distorce a realidade, deixando-o, de certa forma, livre para a interpretação, conforme a “disposição eufórica” do leitor; isso faz com que se dispense a paródia dos próprios ditos e provérbios.

Novamente a enumeração caótica serve como forte elemento de coerência de um texto, cujo tema é a crítica à família do presidente – e nisso também este texto é *sui generis* em relação às várias críticas até aqui analisadas, sobretudo a partir do terceiro capítulo.

Outra coisa relevante para o entendimento do humor é que, mais uma vez, o leitor deve conhecer os fatos aludidos, relacionados às questões familiares de Collor. Como já relatamos vários deles, sobretudo o da delação de Pedro contra o próprio irmão, fica evidente o porquê da escolha de alguns provérbios e proverbializações, como por exemplo:

- *A panela de toda família tem uma mancha negra;*
- *Toda família é um caldeirão.*

Um recurso humorístico também bastante usado nesse texto é o da paráfrase. A esse respeito, Maingueneau (1993:96), como já se viu no segundo capítulo, considera, com base sobretudo em Pêcheux, que a parafraseagem, em AD, é uma estratégia de enunciação do falante de apresentar um enunciador, cuja capacidade metalingüística de identificar termos instituídos pelo discurso e não pela língua em si, acaba por driblar as coerções de uma formação discursiva (e não, por exemplo, as ameaças potenciais para a face positiva ou negativa do ato comunicativo, como se possa pensar). Na verdade, a parafraseagem, para driblar a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso, “(...) abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva”.

Como neste texto encontramos “famílias parafrásicas” de provérbios, cada uma associada a condições de produção bem específicas da política da época, isso atesta sua polifonia, “desde que não seja entendida apenas como os vários sentidos de enunciados que ecoam outros” (Possenti, 1998b:786).

Sendo assim, a paráfrase de alguns provérbios e ditos é interessante, pois, além de canalizar todas as leituras possíveis para uma única, aquela pretendida pela enunciação humorística, atua na coerência do texto, reiterando o objetivo de crítica à família, como se constata em relação aos subtemas:

- a) herança genética
  - *De tal ninho tal passarinho;*
  - *De tal gente tal semente;*
  - *Quem sai aos seus não degenera.*
- b) desavença familiar
  - *Família criada, paz arrasada;*
  - *Toda família é um caldeirão;*
  - *Tanta est discordia fratrum* (Ovídio);
  - *A família é apenas uma congregação de maledicentes* (Pope);
  - *Prefiro a incineração ao enterro e qualquer um dos dois a um fim de semana com a família* (Woody Allen);
  - *A fraternidade é uma das belas invenções da hipocrisia social* (Flaubert).
- c) ódio entre irmãos consangüíneos
  - *Ira de irmãos, ira do demônio;*
  - *E eu sou o guarda do meu irmão?* (Caim, na *Gênese*);
- d) corrupção
  - *Irmão de barqueiro não paga passagem;*
  - *Família que não tem ladrão ou prostituta é família pobre;*
  - *Não há geração sem rameira nem ladrão*

Esse último subtema, aparentemente mais forte, no sentido ético, também o é no sentido crítico e deontológico.

Evidentemente tais provérbios e proverbiações exigem várias “sacadas” do leitor, entre elas: O termo *fraternidade*, em *A fraternidade é uma das belas invenções da hipocrisia social*, cuja referência deveria se estender à humanidade como um todo, acaba tendo sua amplitude de significação limitada àquela de irmãos consangüíneos; a citação bíblica da fala de Caim na *Gênese* exige o conhecimento do ódio nutrido por Caim a seu irmão Abel.

Também é um interessante exemplo de provérbio “bem colocado” numa situação específica, devido a uma manobra do locutor, o seguinte: *O irmão mais novo é o mais nobre*, acompanhado da explicação de que “Supunha-se o irmão mais novo mais nobre por ser filho de um nobre mais velho”. Como Pedro era mais novo do que Collor, as demais inferências são por conta do conhecimento partilhado dos interlocutores.

Apenas uma citação parece se referir à questão da administração do lar, ou seja, o fato de que uma só pessoa da família deve dar as ordens para que tudo caminhe bem: *No estado pode mandar mais de um. Na família não* (Aristóteles, *Ética*). No caso, com certeza, a referência é à dona Leda, que acabou perdendo completamente o controle dos próprios filhos, Pedro e Collor, embora fosse uma mulher acostumada a dar ordens, sobretudo após o falecimento do marido.

Como última observação, os textos VI e X, diferentemente da maioria dos analisados anteriormente, apresentam, em cada parágrafo, composto basicamente por um provérbio, plagiado ou não, uma espécie de minitexto, apoiando também o macroscrip básico da competência. Porém é difícil medir o grau de humor de cada um, provavelmente porque não haja provérbio melhor ou pior: todos são importantes, já que embasados em sabedoria e credíveis indiscutíveis. O texto III (*Cinema*), à exceção dos demais, se assemelha aos textos VI e X, à medida que cada citação de filme se basta para compor um minitexto. Além disso, o tema criticado é também a família, como se viu no segundo capítulo. Num aspecto, no entanto, todos os textos se assemelham: a ironia lhes garante a coerência, num exercício velado, mas fortemente crítico e tendencioso. Falando em crítica, o tema de crítica à família se acrescenta agora aos demais, comentados com ênfase no terceiro capítulo, com base em Raskin (1985) e Possenti (1998a). Além disso, o posicionamento *consciente* dos humoristas é inquestionável na escolha dos provérbios, caracterizando tais textos como de fino humor e, talvez também por isso, com o objetivo claro de fazer as máscaras caírem. E a voz dos autores se junta a outras vozes, sacramentadas ou galhofeiras.

Concluimos com Sant’Anna (1985:33): “E não estranha que as ideologias estéticas e políticas que controlam o cenário social considerem as paródias sempre como um discurso *in-desejável*.”

## 6 CAPÍTULO V – A CUMPLICIDADE DO ELENCO POLIFÔNICO NO TEXTO DE HUMOR POLÍTICO

*Jorge temia o segundo livro de Aristóteles porque este talvez ensinasse realmente a deformar o rosto de toda verdade, a fim de que não nos tornássemos escravos de nossos fantasmas. Talvez a tarefa de quem ama os homens seja fazer rir da verdade, fazer rir a verdade, porque a única verdade é aprendermos a nos libertar da paixão insana pela verdade.*

*Umberto Eco (O nome da Rosa)*

### 6.1 Considerações iniciais

No segundo capítulo, abordamos algumas noções discursivas, quer seja: a subjetividade, a formação discursiva, a formação ideológica, a heterogeneidade discursiva e constitutiva. Dependente delas, frisamos a noção de ironia, sobretudo no seu comprometimento com a noção enunciativa de polifonia.

Recorremos também a noções da Lingüística Textual, sobretudo à de coerência, definida como aquela que possibilita estabelecer relações sintáticas, semânticas e pragmáticas entre os elementos de um texto (Koch e Travaglia, 1990:40), “uma vez que a coerência é, basicamente, um princípio de interpretabilidade e compreensão do texto (...)”.

A proposta de um macroscrip a manter a coerência de mais de um minitexto de um texto humorístico tem-se sustentado nas análises dos textos vistos. Tal proposta, como foi vista, tomou seus fundamentos teóricos de Raskin (1985 e 1987), cuja semântica se enviesa ora nos conceitos sócio-cognitivos de *script*, bastante próximos da noção de campo lexical, ora num jogo pragmático: não só o texto deve ser intencionalmente chistoso, como também

os gatilhos da ambigüidade e da contradição (ou ainda da “indiretude”, seguindo Dascal, 1985) impõem aos leitores interpretações retroativas “não óbvias”. Sendo assim, locutor / leitor se envolvem num modo de comunicação não-*bona-fide* ou, quem sabe mais provavelmente, numa comunicação *bona-fide* com humor, sustentada nas regras conversacionais griceanas. A ambigüidade do gatilho, podendo ser também situacional, endossa mais uma vez as afirmações de Possenti (1998a:110):

Muito freqüentemente, as piadas políticas são transitórias, dado que exploram características específicas de determinados políticos ou das etapas da história pelas quais passa um país ou um governo. Até por isso, os exemplos fornecem o ensejo de explicar o quanto sua compreensão depende em parte de fatores de tipo pragmático, embora seu funcionamento seja tipicamente discursivo.

Além disso, o fato de alguns textos do *corpus* exigirem análises através de categorias semântico-argumentativas como a de *pressuposição*, a de escala argumentativa de elementos como *mas*, *nem mesmo*, *quase*, *apenas* e outros, provérbios e orações modalizadoras de caráter deôntico, dentre outras noções direcionadas por uma polifonia inevitável, tudo isso nos leva a duas conclusões imediatas: há a intenção consciente de atingir um alvo, seja ele pessoal e / ou institucional, e a “subjetividade mostrada” (Possenti, 1995) expõe a força sabiamente crítica, embora polida, do eu, mesmo que no discurso do outro. Aliás, ao objetivo “tendencioso” de crítica social anexam-se (se é que podem deles se apartar) os de denúncia e de correção, inequivocamente. E Bergson, há cem anos, já tinha toda a razão.

Antes de passar à análise de mais um texto, mais algumas noções carecem de breve esclarecimento.

## 6.2 Delimitando outras noções pragmático-discursivas

### 6.2.1 Pressuposição

Embora a história da noção de pressuposição seja longa, pois remonta a formulações da lógica medieval, passando pelos estudos semânticos de Frege (1892), privilegiamos aqui o tratamento que lhe dispensa Ducrot, que resgata o seu sentido, embora implícito, como fazendo parte da sentença, significando no próprio enunciado e nele atuando deontologicamente.

Partindo de um exemplo tradicional, “Pedro parou de fumar”, Ducrot (1987:216) diz que ele apresenta dois enunciadores, E1 e E2, o primeiro responsável pelo conteúdo pressuposto (“Pedro fumava anteriormente”) e o segundo pelo conteúdo posto (“Pedro não fuma atualmente”). E2 é assimilado ao “locutor”, o que permite realizar um ato de afirmação, e E1 se assimila a SE, a opinião pública. O locutor integrado a SE não é L, mas é a pessoa que ele constitui independentemente do ato de enunciação que está realizando. Dessa forma o pressuposto não é assumido, não é o objetivo reconhecido da enunciação, mas apenas uma crença representada no discurso.

Se o conceito de polifonia é relevante para nossa análise discursiva, o de pressuposição, como se nota, filia-se diretamente a ele, já que representa uma “metáfora teatral” que põe em cena vários enunciadores. Ao nos referirmos à situação de intertextualidade implícita, isto é, quando, no mesmo enunciado, há mais de um enunciador, nossa preocupação era salientar a noção de polifonia. Koch (1997:51) retoma Ducrot para mostrar que tal noção “permite explicar uma gama bastante ampla de fenômenos discursivos, que podem ser classificados segundo a atitude de *adesão ou não* (o grifo é nosso) do locutor à perspectiva polifônica introduzida.” A pressuposição se insere nos casos de adesão, isto é, quando o locutor é assimilado ao enunciador E1.

Os textos de humor político, fortemente críticos e argumentativos, usam amplamente esse recurso com efeitos de distribuição de responsabilidade, ou de sua

diluição por uma comunidade insatisfeita com seus políticos, sobretudo aqueles textos que recorrem aos provérbios, de forma parodiada ou não, como se viu no capítulo anterior.

Nossas crenças sobre o envolvimento entre pressuposição e ironia se sustentam em Bange (1978:68, apud Brait, 1996:70), o qual, com base em Ducrot, salienta que

A ironia reside na reprise, sob a forma de pressuposto, de asserções e de pressuposições do interlocutor ou de um terceiro (caráter citacional da ironia), reprise dissimulada que equivale a uma rejeição implícita do modelo do mundo instituído pela citação.

Tal abordagem alia, na verdade, ironia, pressuposição e humor, pois o locutor, interessado em parecer fazer parte do mundo do adversário, recorre ao procedimento de “fazer-de-conta”, podendo assim causar um efeito cômico no destinatário atento. Já esbarramos em casos de humor explicáveis por esse recurso, como por exemplo o texto IV (*Bilhetinhos*), em que a expressão *fatos passados* pressupõe que houve esses fatos (nada bons, por sinal, como se contata pelo contexto), conforme anuncia criticamente o enunciador. Tal recurso também aparece no texto VIII (*O quase*), a ser analisado neste capítulo.

### 6.2.2 Cumplicidade ou co-autoria

Enfatizamos que a coerência não é uma propriedade intrínseca do texto, mas é construída por alguém em determinada situação de comunicação (cf. Van Dijk, 1981; Koch & Travaglia, 1990), num ato de fala específico. Motsch & Pasch (apud Koch, 1993:71), por exemplo, mostram que o enunciatário deve compreender o objetivo do enunciador, aceitá-lo e mostrar a reação desejada. No caso do texto humorístico, o ouvinte atua de maneira singular em relação a outros textos, pois, entre os objetivos a ele propostos, estaria o próprio riso. Tal afirmação, porém, contrasta com a posição de Eco (1986:35 e seguintes) que, abordando a noção de construção de sentido e de estratégia textual, mostra a relevância da noção de “Leitor-Modelo”, que abarca “um conjunto de *condições de êxito*, textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas para que um texto seja plenamente atualizado no

seu conteúdo potencial.” Portanto, embora emitido para alguém, um texto não exige (ou não quer) que esse alguém exista concreta e empiricamente.

Talvez Bergson (1900:13) diga o mesmo que Eco, ao afirmar: “Por mais franco que se suponha o riso, ele oculta uma segunda intenção de acordo, diria eu quase de cumplicidade, com outros galhofeiros, reais ou imaginários”. Pelo menos em relação ao cúmplice imaginário, parece fácil percebermos a ligação dessa noção bergsoniana com a de “Leitor-Modelo” e com a de “formação imaginária” de Pêcheux, como veremos à frente. Aliás, mais uma vez abre-se uma brecha discursiva nas considerações desse filósofo.

Freud (1905:123), por sua vez, ao abordar o chiste hostil, que “evitará as restrições e abrirá fontes de prazer que se tinham tornado inacessíveis”<sup>70</sup> acrescenta que ele “submarará o ouvinte (...), fazendo com que ele se alinhe conosco sem uma investigação mais detida (...). Tal fato é revelado à perfeição na expressão corrente ‘*die Lacher auf seine Seite ziehen [trazer os que riem para nosso lado]*.’” É dispensável comentar a força argumentativa desse tipo de chiste e sua eficácia para quem se proponha a estudar o humor numa perspectiva discursiva. Nesse mesmo sentido, Koestler (1964:84) explica a ‘economia’, ou técnica da ‘implicação’, como “o uso de dicas em vez de declarações; ao invés de se mover calmamente, a narrativa salta, deixando brechas lógicas que o ouvinte tem de transpor pelo seu próprio esforço: ele é forçado a co-operar.” Quanto a Travaglia (1989:674), este explica a cumplicidade entre os mecanismos de humor, mas cremos que seja, antes, uma condição do mesmo.

É interessante observar ainda uma outra versão (senão a própria causa) de cumplicidade dada por Escarpit (1967, apud Travaglia, 1990:77), segundo o qual o humor apresenta duas etapas:

a) primeiro, a intelectual “crítica” que gera a angústia, a tensão nervosa; em outras palavras, é a etapa da negação ou do paradoxo irônico, em que a falsa ingenuidade do humorista reduz o mundo ao absurdo, distinguindo e fazendo distinguir o *sério* do *não sério*;

---

<sup>70</sup> Reboul (1975:61), comentando esse prazer do chiste (e comparando-o com o do slogan), afirma que “entender um chiste exige um esforço que é, sem dúvida, uma parte de seu encanto. A sensação agradável não procede da poupança, mas do fato de a energia mobilizada encontrar-se, graças à poupança, em disponibilidade” para poder descarregar.

b) segundo, a etapa afetiva (i. é, afeta mais a sensibilidade, mas não no sentido de Bergson, já vista), construtiva e equilibradora; é a fase da afirmação ou do “pulo humorístico”, em que o humorista inverte as perspectivas de um mundo cotidiano, descortinando a dependência do homem das evidências “estabelecidas” e, num ato de cumplicidade com essa mesma humanidade dependente, convida-a a “pular fora do absurdo”, em troca de um mundo melhor, mesmo que temporário: o mundo do riso; o engajamento é tanto maior quanto mais evidente seja o absurdo.

Detendo-nos sobretudo na etapa afetiva, queremos exacerbar, além da função argumentativa do humor, sobretudo político, a relevância, mais uma vez, das noções que vão diretamente ao encontro dos conceitos de formações discursivas, ideológicas e, neste caso, sobretudo imaginárias, relevando aqui a imagem do ouvinte. Explicando melhor: Pêcheux (1969) fez-nos ver que os protagonistas do discurso não constituem presenças físicas de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia”. Desse modo, temos, por exemplo, “o lugar” característico do juiz, o do réu, o do promotor etc. As relações entre esses lugares, definíveis objetivamente, acham-se representados no discurso pelas “formações imaginárias”, que designam o lugar – ou a imagem – que emissor e receptor atribuem a si mesmos e ao outro, possibilitando ao primeiro a manipulação de estratégias de discurso. Nesse sentido, o texto humorístico pode ser considerado um grande estrategista na representação do lugar característico do homem público, inúmeras vezes deslocado para lugares não muito convenientes, fato que é desaprovado também pelo seu leitor, atento ao entendimento dessa estratégia que o faz rir. Basta, por exemplo, lembrarmos o texto VII (*O exame*), em que Collor “toma o lugar” dos militares, quando deveria ocupar melhor o seu; ou o texto VIII (*O quase*), a ser analisado, que, embora num “deslocamento” diferente do anterior, mostra como Collor, e só ele, ao invés de procurar a solução para um iminente colapso do país, se salvaria, apertando um botão mágico, e deixando todos os seus leitores “a ver navios”. Eis uma fala de Sarney a Collor:

— Quando chegar o momento, quando tudo, mas tudo, der errado, quando o Brasil não tiver mais salvação, quando a crise chegar a um ponto absolutamente sem solução e quase mais nada estiver funcionando, basta apertar este botão e esta sala toda será expelida pelo teto do palácio, transformando-se num helicóptero que transportará o presidente para um lugar seguro. Mas atenção : só aperte este botão no momento certo.

### 6.2.3 Elenco polifônico: o locutor e o enunciador

Valemo-nos, neste momento, da abordagem de Kerbrat-Orecchione (1980b:35, apud Brandão, 1998:47-8) que parte da definição da “referência” como o “conjunto dos mecanismos que fazem corresponder a certas unidades lingüísticas, certos elementos da realidade extra-lingüística” e distingue três tipos de mecanismos referenciais:

- a) *referência absoluta*: quando, para denominar X, basta levar em consideração este objeto X, sem necessidade de nenhuma informação a mais. Ex.: uma moça loira;
- b) *referência relativa ao contexto lingüístico*: na escolha de um termo para designar X, o locutor toma Y como elemento de referência. Ex.: a irmã de Pedro – o significante irmã não está ligada de maneira absoluta ao objeto X, uma vez que este mesmo objeto pode ser denominado também de “esposa de Eduardo”, “prima de Roberto” etc., dependendo do elemento Y que foi selecionado como ponto de referência;
- c) *referência relativa a situação de comunicação ou “dêitica”*: enquanto, no caso anterior, a escolha do termo X não depende diretamente da situação de alocação, aqui “a escolha da unidade significante apropriada e sua interpretação referencial se fazem levando em conta dados particulares da situação de comunicação, isto é, do papel que X exerce (locutor, alocutário, delocutário) no processo de alocação”, podendo ser representado pelos pronomes pessoais eu/tu/ele (e respectivas variações). Deste tipo de referência participam os dêiticos (...), “um conjunto de signos ‘vazios’, não referenciais com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis e que se tornam ‘plenos’ assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso (...) O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso.” (Benveniste, 1966: 280)

Como não há mais dúvida de que os cruzamentos de discursos se concretizam na enunciação polifônica, vejamos o que caracteriza os dados em questão. Os casos mais

comuns aos chistes e aos textos de humor em geral são explicáveis pela relação de um locutor (L) que se dirige a um alocutário (A), numa cumplicidade de investida contra um delocutário (D), o alvo a ser atingido. Tal relação, inserida numa abordagem polifônica, sobretudo devido à ironia e à cumplicidade, faz com que a voz galhofeira e crítica do enunciador (E), de cuja perspectiva L fala, se some à voz cúmplice de A. Por se tratar, particularmente, de textos de humor político, entre cujos efeitos de sentido pretendidos está o deôntico, a voz de E e, por cadeia, a de A, passam também a se harmonizar com a voz genérica (SE) ditada por uma coletividade, cujos valores se respaldam nos códigos elementares de moral e ética. SE pode ser representada, a grosso modo, pelo raciocínio: se uma pessoa deve agir corretamente, imagine um político, representante do povo etc.

Esquemmatizando tal relação polifônica de harmonização, temos:

L (E) + A (eleitor) + SE vs. D

que se pode ler: o locutor (L) deixa ecoar a voz de um enunciador (E) que, por sua vez, se soma à de um alocutário (A) e à de uma voz genérica (SE), vozes essas que se rebelam contra um delocutário (D), em particular Collor e seu (des)governo. Não esquecer que quem movimenta todas essas vozes é um autor-humorista cheio de criatividade e, portanto, temos também a voz do eu da “subjetividade mostrada.”

É interessante observar também que tal harmonização de vozes nem sempre se apresenta na mesma proporção: algumas vezes a voz de E coincide mais explicitamente com a voz do alocutário, seu parceiro crítico; outras vezes com a voz de SE, de “autoridade absoluta”. Isto acontece sobretudo nos casos em que se lança mão dos provérbios, parodiados ou não. Já o primeiro caso ocorre, por exemplo, em várias passagens de Simão, entre elas (texto XIII, *ETvaldo já arrumou emprego de porta-jóia!*):

Enfim, anteontem foi o Dia D. Mas não o dia Delle! Enquanto a gente lançava foguete, elle lançava um programa de telefonia rural. Já imaginou o diálogo? Fernandinho: ‘A jega já pariu?’ E o ruralista: ‘E o Collor já caiu?’

A expressão *a gente* soma a voz do locutor à do enunciador e à do alocutário, no caso todos nós, eleitores, manifestando o desejo não mais controlável da queda do então presidente. Os motivos já não precisam mais ser lembrados.

Aliás, nesse mesmo sentido, um refrão conclusivo, característico dos textos de Simão, é: “Nóis sofre mas nóis goza. E gostoso.” (final do texto XI). Com facilidade, se observa o *nóis* inclusivo de locutor e enunciador.

Os dados analisados, porém, apresentam peculiaridades interessantes, parecendo provar a fluidez do limite entre o circunstancial e o perene para aqueles que se propõem a agarrar a efemeridade escorregadia da enunciação do discurso. Sendo assim, podemos descrever outros desdobramentos e investidas do elenco polifônico do texto longo de humor político.

O locutor pode se desdobrar em várias personagens, através de simulações de crença: a) na verdade de falsos depoimentos contra figuras políticas e b) na falsidade das verdadeiras acusações.

Em relação ao primeiro caso, temos o último parágrafo do texto XII (*Vade retro, PC*), analisado no terceiro capítulo, a respeito de tema de crítica à mentira. Tais acusações podem ser diretas ou indiretas, caso em que, ao se atacarem, embora explicitamente, outras figuras, nem sempre políticas (PC, secretários etc.), mas que se relacionam diretamente com elas, acaba-se atingindo-as em cheio. Recordando o texto acima, o locutor, referindo-se aos depoimentos para averiguar o esquema PC, põe em cena um enunciador genérico SE (são eles que o dizem) e os enunciados daquele passam a ser de responsabilidade deste: *uns jamais o viram, outros o viram uma ou duas vezes, outros mal passaram por ele, um o viu numa festa*. Além disso, L simula acreditar também no dr. Ermírio (*parece que o viu, mas não se lembra*), no dr. Odebrecht (*acha que ele é alto e louro – seu oposto, como se sabe*), na dona Zélia (*nem sabe se é careca*) e até, levando a uma culminância do humor, porque ataca em cheio o alvo, acredita no próprio presidente (*que entregou a ele toda sua campanha e parte fundamental de sua vida financeira, jamais o viu depois da posse*). Observar também o uso do discurso relatado, estratégia relevante da heterogeneidade mostrada, na medida em que, segundo Maingueneau (1993:86), se considere o grau de adesão do locutor ao que está dizendo, o qual com certeza, nestes casos, não é baixo, embora o locutor não se responsabilize por ele.

O leitor, como se viu, é conduzido a fazer uma leitura irônica, a partir sobretudo das exclamações do locutor, explícitas no final do texto, sobre a estranheza de PC e a ingratidão dos demais. Além disso, tal leitor assume o papel de co-autor do texto ao “sacar” como essa

mesma ironia inverte a relação polifônica apresentada de maneira simulada por L, que deixa agir um E, cúmplice desse mesmo leitor. E após tantas conversões, o jogo polifônico passa a se configurar no mesmo esquema inicialmente apresentado, isto é, L(E) + A(eleitor) + SE vs. D.

Em relação ao caso b), isto é, o da simulação de crença na *falsidade das verdadeiras acusações* (processo inverso ao anterior), temos vários trechos do texto IX (*Um alerta à Nação*), que retomamos.

O revanchismo e o furor denunciativo, assim chamado pela insistência da imprensa em publicar furos, finalmente conseguiram seu intento nefando. Nada é mais sintomático do perigoso ponto a que chegamos que a frase do ex-secretário da Presidência da república Cláudio Vieira recentemente reproduzida na televisão: “Fi-lo por meu alvedrio”. Como se sabe, “alvedrio” foi uma das cinco ou seis palavras que Aurélio Buarque de Holanda pediu para ser enterradas junto com ele, justamente para evitar sua propagação. Ele previu que, no momento em que fosse usada, o país teria chegado a uma situação insustentável. Agora está feito. Estão contentes? Agora tudo pode acontecer. (...) As coisas aos poucos estão ficando claras. Há uma conspiração em marcha, movida por advogados interessados em plantar notícias falsas, correr para os denunciados, dizer: “Processa, processa”, pegar os casos e ganhar polpudas somas e vice-versa. Alguém viu o dedo do reverendo Moon na trama mas depois se revelou que era apenas o dedão do Ney Maranhão espiando de dentro da sandália e falando “Uai”, retoricamente.

Num primeiro momento, L apresenta o revanchismo e o furor denunciativo da mídia contra Collor; num segundo momento, os vilões são os advogados. O que o leitor deve lembrar é que Collor, na iminência do *impeachment*, vivia alegando ser vítima de falsas denúncias. Sendo assim, L, embora aparente acreditar no pobre Collor, deixa atuar um E por trás de explicações tão pouco relevantes para as denúncias, que fazem não só com que se note a verdade das acusações, como aumentam sua força. Explicando: no caso do uso da função metalingüística da linguagem para esclarecer a frase de Vieira *Fi-lo por meu alvedrio*., L joga com uma provável brincadeira de Aurélio e sua conseqüência, com certeza falsa, de que “no momento em que fosse usada [a palavra *alvedrio*], o país teria chegado a uma situação insustentável” – e Aurélio estaria aqui também no papel de profeta. Introduz tal explicação, além disso, com um tom genérico, usando um “Como se sabe”, possível de se parafrasear por “Dizem, não sou eu que o faço”. E ainda remete explicitamente a um

alocutário caluniador, usando a forma punitiva “Estão contentes? Agora tudo pode acontecer.” Em suma, a culpa de tudo é deles: mídia, advogados, leitor, não de Collor.

A futilidade da explicação é óbvia, tanto nesse caso como no seguinte, quando o locutor se apóia, inicialmente, numa provável trama do reverendo coreano Sun Myung Moon, responsável religioso pelo chamado Movimento de Unificação e pela Federação das Famílias, o qual se considera, juntamente com sua esposa, o Verdadeiro Pai de toda a humanidade. Em 1982, Moon foi acusado de sonegação de impostos nos Estados Unidos e sentenciado a 18 meses de prisão. Sua relação com o Brasil é o projeto de construir um país bem no meio do Centro-Oeste, o que o fez adquirir extensas fazendas na região (e qualquer inferência a mais fica por conta do leitor). Num segundo momento da explicação, refere-se ao senador mineiro – e note-se a relativa graça de “falando ‘Uai’, retoricamente” – Ney Maranhão, um dos poucos governistas que aceitou ser entrevistado pela SBT numa época em que os repórteres Boris Casoy e Lilian Witte Fibe e o humorista Jô Soares, pessoas de destaque na época, faziam críticas a Collor. No final, o leitor consegue desfazer toda a trama polifônica, percebendo quem continua sendo o delocutário, embora apresentado como pobre vítima de falsas e interesseiras acusações.

Não muito distantes deste caso b) são os exemplos em que o próprio L se acusa de caluniador – o que indiretamente simula também desculpas e dúvidas quanto aos crimes. Como já mostrado no terceiro capítulo, os textos de Simão levam à frase “Tá no ar e nas telas mais uma calúnia do Macaco Simão!” a ser considerada como um posicionamento crítico de um L irônico. Observar, de passagem, que *mais uma* (calúnia) pressupõe a existência de outras, idéia que se mantém inalterada por E, sobretudo no seu intento argumentativo e deôntico. E novamente voltamos ao esquema de jogo polifônico: L (E) + A (eleitor) + SE vs D, muito bem jogado pelos sujeitos-autores.

Noutras vezes ainda, coincide a voz do locutor com a do próprio alvo, como no caso do texto IV (*Bilhetinhos*) em que a voz do locutor, coincidindo com a de Collor, ao pedir socorro a outros políticos e secretários (Bornhausen, Sarney, Maluf, Brizola, Acioli e Vieira, por exemplo) contra a sua iminente condenação, acaba por se trair e escancarar ainda mais seus próprios erros, colocando Collor na posição de réu.

Um exemplo: “Ao Vieira: Cláudio, só espero que você confirme tudo o que eu disse, em vez de ajudar o sindicato do golpe.” Cláudio Vieira, como se comentou

fartamente, trabalhou como secretário de Collor desde o governo de Alagoas e foi um dos principais acusados da participação na chamada “farsa uruguaia”. A voz do locutor, através da função expressiva da linguagem, quer seja, utilizando a primeira pessoa dos verbos (*espero* e *disse*) e o pronome dêitico (*eu*), se torna ambígua através da voz do próprio presidente, alvo principal a ser atingido; este denuncia seu secretário através de sua própria denúncia: “confirme tudo o que eu disse”, do que se inferem mais combinações e planos falsos, que como vimos, precederam os depoimentos do secretário à CPI. Neste caso, devido à ironia, ocorre um desdobramento da voz do locutor na voz de um enunciador que faz com que o leitor perceba que o locutor se identifica com o delocutário: ambos encenam o próprio Collor.

Outro trecho do mesmo texto IV (*Bilhetinhos*) é relevante para este caso:

Ao Sarney

José, quando chamei sua administração de corrupta, nos comícios e pela televisão, e falei que iria investigar o seu governo, a partir do primeiro dia do meu mandato, é claro que eram coisas ditas no calor da campanha. O resto faz parte do diabólico plano do sindicato do golpe.

Se Sarney pôde ser ameaçado pelo próprio Collor na época de sua campanha à presidência, tudo não passara de brincadeira. Agora Sarney não tem mais culpa, assim como ele, portanto devem se aliar contra o inimigo comum: o sindicato do golpe, que aqui podemos até considerar como o representante de um Sujeito universal, um juiz que coloca a corrupção em causa e a mentira em dúvida.

A conclusão de uma outra análise merece, neste instante, ser mencionada, por se adaptar, em parte (ou ao contrário) a este último caso, isto é, a coincidência da voz do locutor com a do delocutário. É a de Brandão (1998), embora a partir de dados bem diferentes, ou seja, textos de propaganda da Petrobrás. Como esta empresa é referida como delocutário, é marcada explicitamente pelo dêitico *ela*. Porém, existe um L<sub>1</sub>, responsável pela fala, mas monitorado por um L<sub>0</sub>, o autor empírico do enunciado, o qual encomendou a propaganda. Conseqüentemente, se L<sub>1</sub> enuncia por L<sub>0</sub>, a voz que delega e a voz delegada se identificam. Brandão (1998:52) diz que “ao identificarmos L<sub>1</sub> a L<sub>0</sub>, descobrimos, numa

relação metonímica, um novo nível de identificação, agora fora da instância do locutor:  $L_1 = L_0 = D$  (delocutário)” Chega à seguinte conclusão:

Portanto, a ambigüidade se instala também em relação ao delocutário que se manifesta:

- ora como a terceira pessoa, isto é, o objeto do discurso;
- ora como um porta-voz do próprio elemento referido ao se imiscuir na instância do locutor.

Essa forma de funcionamento discursivo do delocutário corrobora a colocação de Parret (1983) que inclui o *ele* na categoria de pessoa (eu-tu X ele), contrariamente ao que Benveniste (1966) cuja relação (eu-tu X ele), exclui o *ele*, tratando-o como “não-pessoa”. (Brandão, 1998:53)

Dissemos que a adaptação dessa conclusão é parcial porque, no caso da propaganda em questão, é o *ele* que aparece explícito, exercendo o papel de locutor, podendo nomear-se *eu*. No nosso caso, ocorre o contrário: o *eu*, embora explícito, exerce o papel de delocutário, devido à atuação de um enunciador maroto em cumplicidade com um esperto alocutário que “saca”, com facilidade, tal deslocamento de referência. Em outras palavras, a ambigüidade, agora em relação ao locutor, responsável pela fala do texto, se manifesta:

- ora como a primeira pessoa (nos verbos e pronomes);
- ora como a terceira pessoa, isto é, o objeto do discurso, conforme o ponto de vista assumido por um enunciador, cuja voz ecoa por trás da voz desse locutor.

Além disso, se podemos dizer que, do ponto de vista do locutor, as investidas são a um ouvinte conivente com elas, seu co-autor e colaborador, não se pode deixar de lado o caso em que, aproximando-se mais do cômico do que propriamente do chiste, o alocutário é também o delocutário, isto é, o objeto da hostilidade, seja como pessoa, ou como instituição política. Exemplos dessa coincidência entre alocutário e delocutário são passagens de textos de Simão: “E torno a repetir: dona Rosane, recolhe as carpas que o Itamar não tá pra peixe. Só pro alfaiate. Assinado José Simão, técnico da televisão colorida.” (texto XIV, *Elenco da Dinda é indiciado para o Oscar*). Ou a passagem do texto XIII (*ETvaldo já arrumou emprego de porta-jóia!*): “E caro ETvaldo, pode ir procurando um empreguinho novo: porta-toalha, porta-luvas e porta-jóias. E porta dos fundos!” Tal coincidência é efetivada pelo locutor através do uso dos vocativos: *dona Rosane*, no primeiro caso, e *caro ETvaldo*,

no segundo). Para lembrar, Etevaldo Dias foi o último *porta-voz* de Collor, e a polissemia da palavra *porta* é um interessante gatilho nesse trecho.

Nesse debater de vozes, distinguem-se também várias modalidades subjetivas, cujos discursos se caracterizam como do “bom sujeito” e do “mau sujeito”. O discurso dos bons sujeitos reflete o sujeito dito universal, pois faz coincidir a voz do enunciador com a da maioria dos eleitores. Já o discurso do mau sujeito se associa ao de uma minoria, ou seja, a dos políticos: “o sujeito da enunciação se volta contra o Sujeito universal por uma ‘tomada de posição’ que consiste em uma separação (colocar a distância, em dúvida, em questão, em causa...)” em relação ao que o Sujeito universal lhe dá a pensar. (Pêcheux, 1975:198) Portanto a voz dos eleitores coincide, como já se disse, com a voz do Sujeito universal, concretizada na voz da maioria dos locutores e enunciadores.

Concluimos que, se os textos de humor político revestem-se de um caráter deôntico, de imposições éticas, seja através dos vários recursos pragmáticos, como a polifonia, incluindo a ironia, a interdiscursividade, a pressuposição, a cumplicidade, seja através dos vários discursos, bons ou maus, que se deixam digladiar na arena das várias vozes, todas essas “armas” do texto humorístico se “amolam” ou “lubrificam”, tornando-se ainda mais eficazes na oficina da semântica argumentativa. Em quantos momentos recorreremos à descrição polifônica-argumentativa de operadores como *mas*, *nem mesmo*, *apenas*, entre outros, ou a índices de avaliação ou de modalidade? Para testar o que se disse, passemos à análise do texto *O quase* (texto VIII).

### **6.3 Uma prática do circunstancial e do perene no texto longo de humor político**

É incontestável, a esta altura, que algumas estratégias são constantemente empregadas no texto de humor político, objetivando sempre atingir um determinado alvo:

- a) noções pragmático-discursivas, sobretudo a polifonia, incluindo a ironia, a pressuposição, a intertextualidade, a paráfrase, o *détournement*, além de noções como a preservação da face, grau de polidez, co-autoria, cumplicidade, entre outros;

- b) noções cognitivas relacionadas às de coesão e coerência textuais, estudadas no âmbito da Lingüística Textual: a enumeração caótica, a relação título-topicalização, a noção de *script* e macroscript etc.

Todas essas noções podem ser revistas do ponto de vista retórico-argumentativo de denúncia, à medida que vários marcadores objetivam, tendenciosa e conscientemente, alcançar os políticos, desmascarando-lhes atitudes recriminadas pela maioria que somos nós, eleitores desiludidos.

Porém, repetimos, embora acreditemos que a opção exclusiva por um ou outro ponto de vista não signifique falha na análise, não temos mais como voltar atrás. Conclusão meio óbvia, portanto, é que, dependendo do texto analisado, podemos recorrer mais a um recurso do que a outro, mas, inevitavelmente, usaremos mais de um. É o que tentaremos provar ao analisar o texto VIII, *O quase*. Em primeiro lugar, dividimos o texto em nove minitextos, tentando mostrar como cada um deles, em maior ou menor grau, aciona os gatilhos provocadores do riso:

- (1) de *Sentado sozinho a para as câmaras*;
- (2) de *De como foi a muito superior*;
- (3) de *E dá certo? a recurso*;
- (4) de *Acho que a baixa*;
- (5) de *Sarney apontou a muitas vezes*;
- (6) de *Este aqui é a tintura de bigode*;
- (7) de *Ah, e este aqui a Que irveja!*;
- (8) de *Subitamente a momento certo*;
- (9) de *Agora Collor a está funcionando*.

Novamente, não há como deixar de associar os nomes próprios de dois ex-presidentes, Collor e Sarney, aos próprios políticos. Além disso, como o *script* em causa é que uma pessoa que ocupa um cargo político deve ser boa (enquanto pessoa política, é claro), a sua oposição é sua própria negação, isto é, a oposição do tipo bom / mau.

Baseamo-nos na hipótese de que o macroscript do texto é a competência, pois se trata de um presidente tomando decisões. Como esse texto é também bastante irônico, valerá a tentativa de perceber a relação entre tal macroscript e as artimanhas da ironia na tessitura da coerência do texto como um todo. Confira-se, a esse respeito, Brait (1996:62).

O título, intrigante por sua originalidade, também atua como elemento contextualizador de coerência, perceptível sobretudo no último minitexto, como se verá.

Iniciando a análise pelo minitexto nº 1 (de *Sentado a abanando para as câmaras*), percebemos que vários elementos lexicais convidam o leitor a partilhar seu conhecimento com o do locutor: *gabinete, Collor, Palácio do Planalto, reunião secreta, Sarney*, são termos que nos remetem a Brasília, capital.

Em seguida, o que chama a atenção para o humor é o advérbio *discretamente* (comentado já em outras passagens), contrastando propositada e ironicamente com *macacão cor de abóbora, ultraleve, escolta de seguranças em asas-delta, abanando para as câmaras*. O leitor esperto rapidamente aciona o gatilho que o leva ao *script* de pessoa discreta num mundo real. Porém, compelido a saltar para um mundo não ordinário, em que um enunciador galhofeiro quer fazê-lo aceitar uma discrição com visíveis ares de muita indiscrição, ou exibição, percebe quão tênue é a linha divisória desses mundos; volta ao mundo real e o sente comprometido com uma situação insólita, porém parecendo ser a verdadeira. E isso o faz rir.

Citaremos ainda os vários pares de *scripts*, detectáveis na seqüência dos demais minitextos. No 2º, esperteza / não esperteza; superioridade / não superioridade; é interessante notar o valor argumentativo do enunciado *Para eles não se sentirem muito superiores*, cuja pressuposição é a de que “eles se sentem superiores”.

No 3º minitexto, o par que funciona é: esperteza / não esperteza. No 4º, explora-se o nome pouco ilustre, para não dizer popular, *Tinoco*, o que permite associá-lo diretamente com a *cadeira baixa*; se um dos símbolos da nobreza é um trono, infere-se a noção de vassalagem a partir de *cadeira baixa* e, conseqüentemente, a evidência da oposição superioridade / inferioridade. No 5º minitexto, o poder e a perversidade de um presidente que intenciona “desintegrar” um de seus mais importantes ministros, realça o par de *scripts* bom / mau.

O 6º minitexto, além de contrapor-se novamente à noção raskiniana (Raskin, 1985) de que uma figura pública não é atacada enquanto figura privada, revela várias coisas. Do fato de Marly, sua esposa, ter de preparar a tintura de seu bigode em ocasiões determinadas, pode-se inferir que pintar o bigode, o que por si só torna a figura do Presidente mais ou menos ridícula, é no entanto uma decorrência de maus dias como presidente. A aparência

pessoal, portanto, serve de farsa para uma situação pública não controlável - e o leitor, ao perceber isso, mais uma vez se depara com a incompetência, ironicamente disfarçada. Ou seja: ao invés de resolver os problemas do país, ele pinta o bigode (resolvendo supostamente o dele). E Raskin acaba, em parte, tendo razão: o alvo é a questão pública, mas sem deixar de lado a privada.

O 7º minitexto tem relação com o 5º: um presidente, descontente com seu ministério, é obrigado a suportá-lo, ao invés de procurar ser honesto em seus relacionamentos que, de preferência devem visar ao bem-estar da nação. Além disso, ter inveja não é uma boa qualidade: bom / mau e honestidade / desonestidade são, pois, os *scripts* desnudados. O 8º minitexto se inicia pelo *script* da seriedade diante da importância de um botão vermelho, acionador de um dispositivo chamado inclusive de *PQP*, sigla bem conhecida, que dispensa comentários quanto à sua implicação, justamente de não seriedade.

Queremos também perscrutar o valor argumentativo de elementos coesivos como *quando* e *quase* e do modo verbal subjuntivo. O elemento coesivo *quando*, conjunção subordinativa, não articula “elementos com independência semântica enunciativa” e não afeta as relações de orientação argumentativa do discurso, como demonstra Guimarães (1987:93). Ao contrário, o modo subjuntivo do verbo que o acompanha (*quando chegar, quando der, quando tiver, quando estiver*), por depender do valor da oração principal, cujo sentido traduz incertezas do locutor (Guimarães, 1987:90), tal modo é testemunha da força polifônico-enunciativa da argumentação. Embora o locutor pareça não ter certeza de que o Brasil entrará em colapso total, a ironia, responsável, como dissemos, pela tessitura da coerência de todo o texto, conduz o leitor ao mundo possível das modalidades epistêmicas, referentes ao eixo da crença, habitado por um enunciador que diz: “eu sei que tal colapso vai ocorrer”. O leitor, inserido num modo de enunciação não-*bona-fide*, sabe a “verdade” do mundo humorístico e a transporta, deonticamente, para o mundo da “realidade possível”, que se torna a verdadeira, embora a solução não o agrade: o presidente, e só ele, será mágica e engenhosamente salvo. E a nação? Isso faz rir o leitor, mas, com certeza, para não chorar.

Quanto ao advérbio *quase* do enunciado (...) *e quase mais nada do país estiver funcionando*, retomado no último minitexto e ligado coerentemente ao título, devemos apontar-lhe a propriedade argumentativa. Ducrot (1987:174) assim a postula: para que um

enunciado, contendo a expressão *quase X*, sirva para argumentar a favor de uma conclusão *r*, “é necessário que o topos que fundamenta a argumentação implique que uma quantidade superior a *X* fornecerá razão melhor que *X* para se admitir *r*.” Em outras palavras, *quase*, descrito em outra ocasião (texto II, no primeiro capítulo), aponta para a afirmação da totalidade. Mais uma vez a ironia garante ao locutor que, embora afirmando *quase*, tal léxico faz o leitor acionar o gatilho que o leva a um mundo possível, onde percebe que nada mais no país está funcionando, verdade essa revelada por um enunciador irreverente. Como o locutor insiste no *quase*, até mesmo como condição de não funcionamento do botão vermelho, o leitor astuto volta ao mundo real e percebe por que o presidente deixou passar o momento certo de apertar o botão: na verdade, tal momento nunca existiu ou existirá - e isso é engraçado.

Voltando à nossa hipótese inicial, o par de macroscripts da competência / incompetência está presente em todos os minitextos, garantindo-lhes, com o auxílio da ironia, uma coerência ao mesmo tempo humorística e argumentativa: através de elementos lexicais e coesivos (*quase, quando, etc.*), o leitor vai acionando os gatilhos que o contactam com um enunciador sagaz e revelador das artimanhas fúteis e planos mesquinhos de presidentes que, competentes para aparentar, através desses planos, superioridade, honestidade, bondade e preservação da própria vida, não demonstram um mínimo de competência para governar.

Conforme o leitor consiga perceber a aproximação maior ou menor entre esses *scripts* “concorrentes” e o macroscrip, mais ri. Como se disse, talvez por isso um texto de humor mais longo tenha momentos de humor mais fortes, contrastando com outros de pouca graça.

Através de várias estratégias lingüísticas e discursivas, aliadas ao conhecimento partilhado entre os actantes, a irônica voz do locutor, juntando-se à do enunciador, encontra no alocutário atento e colaborador seu objetivo de crítica e desabafo, fortalecidos na voz coletiva da justiça e da ética.

Perenizam-se, portanto, as alusões às circunstâncias desagradáveis da história, embora se amoldando — e aqui fica o circunstancial — aos diferentes regimes políticos, fortalecendo-se diante dos mais repressivos ou dos mais insólitos — e este é o caso de Collor, criticado, entre outras coisas pela família, pela loucura e, ironia também do destino,

por ser o louco da família. Quanto aos meios de concretizar tudo isso em texto, embora tenhamos visto vários deles, sempre norteados pela ação consciente de um autor, certamente não esgotamos o assunto, e nem era essa a nossa presunção.

## 7 CONCLUSÃO

Chegamos até aqui com a nítida sensação de que mal começamos a caminhar. Inseridos no vasto campo da enunciação, apoiamos-nos sobretudo nos estudos da AD de origem francesa que, de início, preocupava-se quase exclusivamente com *corpora* políticos, aliando o interesse científico a uma vontade de militância. Analisar os processos de formação ideológica no discurso exige um trabalho de desmistificação, visando à transformação social, explica Maingueneau (1991) ao se referir à tendência dessa época inicial da AD.

Após quase quatro décadas, pode-se dizer que há hoje várias análises do discurso, atestando como desenvolver uma metodologia de abordagem do texto, com o objetivo de descrever os componentes diversos, tanto lingüísticos quanto socioideológicos, que se modificam conforme os momentos e os lugares da enunciação. Sendo assim, conceitos-chave como subjetividade, polifonia e argumentatividade vão sendo revistos e modificados. Além disso, o deslocamento do estudo do discurso político para as mais diversas formas de produção verbal (propaganda, slogan, provérbios, piadas, discursos e cartas em geral, livros didáticos etc.) obrigou, muitas vezes, a AD a recorrer a disciplinas afins, como a Pragmática e a Semântica, as teorias da comunicação em geral etc., cujas fronteiras se tornam às vezes difíceis de demarcar, como tivemos também ocasião de constatar.

Apesar de ver seu campo de atuação avolumar-se, a AD possui uma identidade própria, assentada na Lingüística e comprometida com o processo de enunciação.

Trabalhando textos de humor político, tentamos explicar como acontece o humor, isto é, buscamos saber de que forma se manejam os vários recursos desse tipo de texto para o agradável intento de fazer rir e, ao mesmo tempo, como reconstruímos seus processos histórico-discursivos de formação. No meio dessa empreitada, quisemos mais: descobrir como, de alguma forma, tais textos ecoaram em uníssono com as vozes dos manifestantes que, no dia 16 de agosto de 1992, saíram às ruas em todo o país usando roupas, tarjas e bandeiras negras, demonstrando seu descontentamento pelo (des)governo de Fernando

Collor. Não lhes podemos desprezar tal militância, sobretudo lembrando a afirmação de Moescheler (1985:46):

um discurso argumentativo não é um discurso que traz provas propriamente, nem um discurso que funciona sobre os princípios da dedução lógica (...) argumentar é fornecer razões para tal ou tal conclusão (...)

Podemos até concluir que resgatamos as sementes da tarefa da AD francesa, não só pelo *corpus* escolhido ser jornalístico e abordar política, embora, é claro, numa perspectiva bem diferente da inicial, que analisava discursos políticos de esquerda, mas também por seu caráter argumentativo. Sendo assim, tudo nos leva a crer que os textos longos de humor político da época de Collor também trabalham pela desmistificação e pela transformação social, conforme a afirmação de Maingueneau.

Além disso, o fato de a vida política de Collor ter sido atípica e marcada por tantos antagonismos foi um “prato cheio” para inspiração dos humoristas. Dessa forma, no primeiro capítulo deste trabalho, retomamos alguns fatos daquela época e chegamos à conclusão, após a análise de um texto, de que devemos agradecer (e só por isso) a Collor pela fartura e diversidade de textos de humor.

Prosseguindo pelo caminho, sentimos necessidade de expor uma série de teorias, nem todas de âmbito lingüístico, voltadas para o humor e seus mecanismos, a fim de podermos encontrar o ponto de onde poderíamos fazer a melhor leitura da prática discursiva escolhida, verificando seu efetivo funcionamento. Chegamos à conclusão de que não vale a pena classificar os variados mecanismos do humor, e especialmente o verbal, ao qual se somam o contextual e o cultural. Isso porque não há um mecanismo que possamos dizer que seja exclusivo de texto humorístico, um mecanismo que não se aplique a outros dados da linguagem. A diferença é que os bons chistes, por terem mais elaboração formal, exigem uma atenção maior do leitor-ouvinte; nesse sentido, porém, não diferem dos textos estéticos em geral.

De grande valia para nós foram as teorias de Raskin (1985 – 1987) e de Koestler (1964), entre as poucas que trabalham o texto longo de humor. Sobretudo o primeiro, inserido numa visão semântico-pragmática, nos permitiu lançar a hipótese principal deste trabalho, baseada num importante elemento cognitivo de coerência, o macroscrip, sobretudo o da incompetência do governo, com relevante papel, ao lado do recurso

polifônico da ironia, na coerência do texto longo de humor e em especial, para nós, o político.

Para desembocarmos no local seguro da prática dessa coerência, desviamos-nos um pouco pelo atalho de algumas resenhas, esclarecedoras de várias noções pragmático-discursivas, sobretudo a subjetividade, a interdiscursividade e a polifonia. Chegamos lá.

Após essa longa trajetória, o mapa do humor nos convidou a pousar num local agradável, de onde poderíamos avistar os objetivos e temas do humor e, sobretudo em relação a estes, rir bastante das críticas reveladas. Possenti (1998a) e Raskin (1985) foram nossos guias, mostrando, com destreza, vários casos. Possenti se referiu à crítica de temas particularizados, como a crítica à corrupção e à mentira, e foi justamente por tal ângulo que pudemos visualizar os temas principais dos textos analisados. Se Raskin, por sua vez, nos conduz pelo lado da piada política, classificável como difamatória, de agressão, e expositora, de exposição (e a redundância é inevitável), a última se justifica em função de um regime político repressivo. Sendo assim, cremos que apenas o último caso da expositora, isto é, a de crítica à escassez, se mantém para o caso de nossos textos, evocando o *script* de uma situação comprometedora ou indesejável. Em relação ao primeiro caso, isto é, de piadas difamatórias, concluímos que o político-alvo dos textos, por serem estes jornalísticos, é atingido também como pessoa privada, diferentemente da sugestão raskiniana. Pudemos ainda confirmar a necessidade de que todos os interessados nesse tipo de leitura, embalados necessariamente numa rede pragmática, compartilhem do devido conhecimento dos fatos relacionados aos políticos. E isso é uma necessidade universal do texto de humor.

Após agradável estada, descansados, resolvemos queimar um pouco as energias por algumas das inúmeras teorias que abordam noções relacionadas ao chiste e ao cômico, buscando expor de vez o cinismo e a tendenciosidade do texto de humor político. Detivemo-nos sobretudo nas teorias de base filosófica e psicológica, que de alguma forma tratam do papel da consciência na produção do humor: partimos de Bergson (1900), passando por Freud (1905) e chegando a Eco (1974) e a Dascal (1985), sendo que este último nos fez ver como o gatilho da indiretude exerce também papel fundamental na interpretação dos textos em questão, inclusive conduzindo-nos para a prática da ocorrência do tema de crítica à loucura, particular ao *corpus*. Analisando textos que usam amplamente

o recurso dos provérbios e proverbiações, pudemos avaliar melhor o posicionamento consciente e argumentativo dos humoristas na escolha exata desses recursos, corroborando também a hipótese da “subjetividade mostrada” de Possenti (1995). Além disso, a abordagem do tema de crítica à família de Collor revela-se como característica também particular dos textos, conferindo-lhes especial graça. Conseguimos nos divertir.

E fomos chegando ao fim da viagem, fazendo um vôo rápido e panorâmico pelas várias áreas, ou seja, a Lingüística Textual, a Semântica e a Pragmática, as quais, como dissemos no início, auxiliam a AD a apreender a linguagem enquanto discurso, a descobrir a instância que concretiza o contato entre o lingüístico, isto é, os sistemas de regras e categorias, e o não-lingüístico, lugar de investimentos sociais, históricos e psíquicos, através da “atividade de sujeitos interagindo em situações concretas” (Brandão, 1998:24). Auxiliados pela explicação de outras noções pragmático-discursivas, quer seja, a pressuposição e a cumplicidade, aterrissamos no amplo país chamado Polifonia, habitado por locutores (L) a conduzir as vozes dos enunciadores (E) críticos a se somar à dos alocutários (A) e à do sujeito coletivo (SE) contra um delocutário (D), sobretudo Collor e seu (des)governo. Embora L e E se revezem nos papéis, ora simulando maior cumplicidade com A, ora até com o próprio D, é justamente esse jogo de simulações e ambigüidades, dos quais A participa sempre com muita atenção, que aumenta a graça do humor e acaba fazendo o discurso humorístico assemelhar-se à execução de uma quadrilha, cujos pares, após constantes trocas, voltam à mesma posição: L(E) + A + SE vs D.

Mas, apesar de termos chegado ao fim deste trabalho, temos agora a certeza de estarmos só começando, haja vista a amplidão do campo da enunciação e do discurso, concretizado no instigante texto de humor, sobretudo político. Em alguns momentos, escorregamos até do campo psicológico para o psicanalítico, tentando investigar por que Collor teria sido criticado como o louco da família. Noutras, sentimo-nos juizes, podendo bater o martelo e dizer: “Este governo está condenado”, juntando a nossa voz de eleitor à de todos os eleitores. Queremos ir além, analisar mais, inclusive charges como as do apêndice. Por enquanto, paramos aqui, convictos de que a análise de textos de humor político de hoje mudaria somente os personagens. Porque, infelizmente, certas coisas são perenes. E se não o fossem, o humor político seria o que é?

## SUMMARY

This thesis includes itself within the realm of Discourse Analysis and works with long texts of political humor, published in newspapers and magazines during the memorable epoch of Fernando Collor de Mello's term in office. Being these texts part of the vast field of enunciation, it is inevitable that concepts such as subjectivity, interdiscursivity, and polyphony, including especially irony, be treated once more. Besides this, other categories such as semantic-pragmatic, in other words, script, coherence, and complicity are part of the analysis, considering the wide range construction of this type of text and the consequential abundance of effects of meaning, the description of which is our goal. There are various theories, linguistic and otherwise, that treat the analysis of political humor, with emphasis on jokes, but this study widens such analysis to include the long text, in an attempt to define the differences. Dealing with texts of political humor of such a unusual government, the theme of criticism is constant, although with its considerably particular characteristics, as here aimed to demonstrate. There being, this thesis is meant to be a contribution, even though partial, to linguistic and discursive analysis.

**KEY-WORDS:** Discourse, Enunciation, Argumentation, Subjectivity, Irony, Script, Polyphony, Interdiscursivity, Coherence, Complicity, Semantics, Pragmatics.

## 8 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARÊAS, V. (1990) *Iniciação à comédia* Rio de Janeiro, Zahar (Coleção Letras).
- AUSTIN, J. L. (1962) *How to do things with words*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- AUSTIN, J. L. (1970) *Quand dire c'est faire*. Paris, Seuil.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1977) "Paroles tenues à distance". In: CONEIN, B. et al. *Matérialités discursives*. Presses Universitaires de Lille. p. 127 – 142.
- \_\_\_\_\_ (1982) Hétérogénéité montrée et constitutive: elements pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, Paris, (26): 91-151.
- \_\_\_\_\_ (1990) Heterogeneidade(s) enunciativa(s) *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas (19): 25-42, jul/dez.
- BAKHTIN, Mikhail. (1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem; problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_ (1993) "O discurso no romance". In:-. *Questões de Literatura e de Estética; a teoria do romance*. 3. ed. São Paulo, Unesp. cap.2, p. 71-210.
- BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de Lingüística Geral I*, 2. ed. Campinas, Pontes, 1988.
- \_\_\_\_\_ (1970) "O aparelho formal da enunciação." In: *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989.
- BERGSON, Henri. (1900) *O riso; ensaio sobre significação do cômico*. 2.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- BRAIT, B. (1996) *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, Unicamp (Coleção Viagens da Voz)
- BRANDÃO, H. H. N. (1998) *Subjetividade, argumentação, polifonia; a propaganda da Petrobrás*. São Paulo, Unesp (Prismas).
- CAMARA JR, M. (1975) A acentuação e o vocábulo fonológico. In: *Estrutura da língua portuguesa*. Vozes, Rio de Janeiro.

- CONTI, M. S. (1999) *Notícias do planalto; a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das letras.
- COURTINE, J. J. (1981) Analyse du discours politique. *Langages* (62).
- DASCAL, M. (1985) Language use in jokes and dreams: sociopramatics vs psychopramatics, *Language & Communication*, 5 (2): 95-106.
- DUCROT, Oswald. (1981) "As escalas argumentativas". In:-. *Provar e dizer*. São Paulo, Global.
- \_\_\_\_\_ (1987) *O dizer e o dito*. Campinas, S. Paulo, Pontes.
- \_\_\_\_\_ (1988) "La polifonía en lingüísticas". *Polifonía y argumentación*. Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Analisis del discurso. Cali, Universidad del Valle, cap. 1. p. 15-23.
- \_\_\_\_\_ (1989) Argumentação e 'topoi' argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes (Linguagem / Crítica)
- ECO, Umberto. (1974) "O cômico e a regra". In:\_. *Viagem na irrealidade cotidiana*. São Paulo, Nova Fronteira, p. 343-53.
- \_\_\_\_\_ (1986) *Lector in fabula; a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo, Perspectiva.
- FÁVERO, L.L. & KOCH, I.G.V. (1983) *Lingüística textual; introdução*. São Paulo, Cortez (Série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino, 9)
- FOUCAULT, M (1969) *A arqueologia do saber* (Trad. De *L'Archéologue du savoir*, por Luiz Felipe B. Neves) 3.ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986.
- \_\_\_\_\_ (1971) *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard.
- FREGE, G. (1892) "Sobre o sentido e a referência" In:\_ *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.
- FREUD, Sigmund. (1901) *A psicopatologia da vida quotidiana*. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- \_\_\_\_\_ (1905) *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro, Imago, 1977.
- \_\_\_\_\_ (1927) O humor. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1977. vol 21 [1927-1931]. p.189-193.

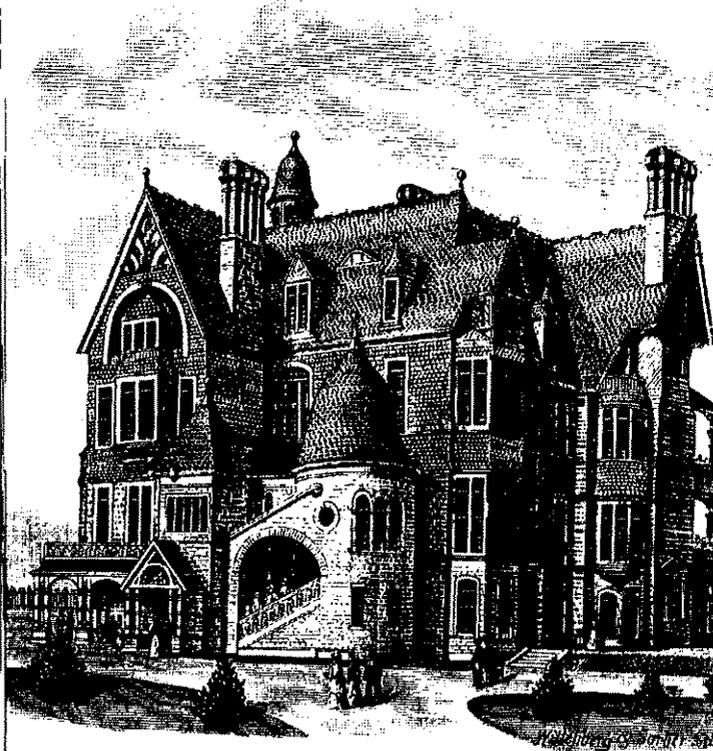
- FUCHS, C. & PÊCHEUX, M. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas In:- GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1993 (Coleção Repertórios) p. 163 - 252.
- GRANGER, G.G. (1968) *Filosofia do estilo*. São Paulo: Perspectiva-EDUSP, 1974 (trad. de *Essai d'une philosophie du style*)
- GRÉSILLON, A. & MAINGUENEAU, D. (1984) Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*. Paris: Larousse (73): 112-125.
- GRICE, H.P. "Logic and conversation". (1975) In: . COLE P. & J. L. MORGAN, eds., *Syntax and Semantics*. vol. 8, New York, Academic Press, p. 41-8.
- \_\_\_\_\_ (1978) Further notes on logic and conversation. In: COLE & MORGAN (eds.) *Syntax and Semantics 9: Pragmatics*. New York. Academic Press, p. 113-27.
- GUIMARÃES, E. (1980) *Modalidade e argumentação lingüística*. Tese de doutorado, São Paulo, USP.
- \_\_\_\_\_ (1987) *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas, Pontes.
- \_\_\_\_\_ (1995) *Os limites de sentido; um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, Pontes.
- HAROCHE, C, HENRY, P, PÊCHEUX, M. (1971) La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langage*, Paris: Larousse (24).
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. (1978) "Problèmes de l'ironie". *Linguistique et Sémiologie 2: L'ironie*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, p 10 - 36.
- \_\_\_\_\_ (1980a) L'ironie comme trope. *Poétique*; Paris, Seuil (41): 108-27.
- \_\_\_\_\_ (1980b) *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris, AColin.
- KOCH, I. G. V. (1987) *Argumentação e linguagem*. 2. ed. São Paulo, Cortez.
- \_\_\_\_\_ (1992) *A inter-ação pela linguagem*.. São Paulo, Contexto (Coleção repensando a língua portuguesa).
- \_\_\_\_\_ (1993) A atividade de produção textual. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, 24: 65-73, jan-/jun. 1993.
- \_\_\_\_\_ (1997) *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo, Contexto (Caminhos da Lingüística).

- KOCH, Ingedore G. V. & TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1990) *A coerência textual*. São Paulo, Contexto (Repensando a língua portuguesa).
- KOESTLER, A. (1964) *The act of creation*. Arkana.
- MAINGUENEAU, D. (1976) *Introduction aux méthodes de l'Analyse du Discours*. Paris, Hachette.
- \_\_\_\_\_ (1984) *Genèses du discours*. Bruxelles, Pierre Mardaga Editeur.
- \_\_\_\_\_ (1991) *L'analyse du discours en France*. Introduction aux lectures de l'archive. Paris, Hachette.
- \_\_\_\_\_ (1993) *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Campinas, Pontes, 198 p.
- MARCUSCHI, L. A. (1983) *Linguística do texto: o que é e como se faz*. Recife, UFPE, Série Debates 1.
- \_\_\_\_\_ (1986) *Análise da conversação*. São Paulo. Ática (Série Princípios, 82)
- MOESCHLER, J. (1985) *Argumentation et conversation*. Paris, Hatier.
- NASH, Walter. (1985) *The language of humour: style and technique in comic discourse*. London / New York, Longman (English language series. 16).
- OLIVEIRA, M. de L. (1996) O assujeitamento no discurso proverbial. *Delta*, São Paulo, 12, n. 2:207-20.
- ORLANDI, E. P. (1987) *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas, Pontes.
- PARRET, H. (1983) L'enonciation en tant que déictization et modalization. *Langages*, Paris: Larousse, n.70, p. 83-97.
- PÊCHEUX, M. (1969) Análise automática do discurso. In:- GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1993 (Coleção Repertórios) p. 61 – 161.
- \_\_\_\_\_ (1975) *Le vérités de la palice*. Paris, Maspero.
- \_\_\_\_\_ (1983) A análise do discurso: três épocas . In:- GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1993 (Coleção Repertórios) p. 311 – 19.

- \_\_\_\_\_ (1988) *Semântica e discurso; uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, UNICAMP (Coleção Repertórios).
- POSSENTI, Sírio. (1991) Pelo humor na lingüística. *Delta*, São Paulo, 7 (2) : 491-519.
- \_\_\_\_\_ (1993) *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes (Texto e Linguagem).
- \_\_\_\_\_ (1995) O "eu" no discurso do "outro" ou a subjetividade mostrada. *Alfa*, São Paulo, UNESP, (39): 45-55.
- \_\_\_\_\_ (1998a) *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas* Campinas, Mercado de Letras.
- \_\_\_\_\_ (1998b) Notas sobre provérbios e análise do discurso. In: *Anais de Seminários do GEL*. São José do Rio Preto, UNESP: 784-8.
- \_\_\_\_\_ (1999) O sujeito e a distância de si e do discurso. In: *Anais do seminário do GEL*. Bauru, Universidade do Sagrado Coração, v. 28, p. 156-161.
- PROPP, Vladimir. (1976) "Os instrumentos lingüísticos da comicidade". In: *Comicidade e riso*. São Paulo, Ática (Série Fundamentos, 84).
- RASKIN, V. (1985) *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht, Reidel.
- \_\_\_\_\_ (1987) Linguistic heuristics of humor: a script-based semantic approach. *International journal of the sociology of language*, 65 : 11-25.
- REBOUL, O. (1975) *O slogan*. São Paulo, Cultrix [s.d.].
- ROCHA, R. O. (1993) *O funcionamento dos provérbios: aspectos enunciativos em francês e português*. Tese (Doutoramento em língua e literatura francesa). São Paulo, USP.
- SAFOUAN, M. (1987) *O inconsciente e seu escriba*. Campinas, Papirus (Coleção Campo Freud - Lacan)
- SANT'ANNA, A. R. (1985) de. *Paródia, paráfrase e cia*. São Paulo, Ática (Série princípios, 1).
- SEARLE, J. R. (1976) "Metaphor". In: ORTONI, A. (ed.) *Metaphor and thought*. New York, Cambridge University Press, p. 92-123.
- SOARES, Jô (1992) *Humor nos tempos do Collor: Jô Soares, Veríssimo e Millôr Fernandes*. Porto Alegre, L&PM.
- SPERBER, Dan & WILSON, D. (1981) Irony and the use - mention destination. In: .

- COLE, Peter (ed.) *Radical Pragmatics*. New York, Academic Press.
- STAROBINSKY, J. (1971) *As palavras sob as palavras; os anagramas de Ferdinand de Saussure*. São Paulo, Perspectiva.
- TRAVAGLIA, Luiz C. (1989) Recursos lingüísticos e discursivos do humor: humor e classe social na televisão brasileira. In: *Anais do 36º Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo*. São Paulo, USP / GEL.
- \_\_\_\_\_ (1990) Uma introdução ao estudo do humor na lingüística. *Delta*, São Paulo 6 (1): 55-82.
- \_\_\_\_\_ (1995) Homonímia, mundos textuais e humor. *Organon*, vol. 9.
- VAN DIJK, Teun. (1981) *Studies in the pragmatics of discourse*. Berlin / New York, Mouton.
- VOGT, C. (1977) *O intervalo semântico*. São Paulo, Ática.

## L'année dernière à Araxá



**F**inalmente o presidente Collor, nosso mui querido chefe da nação, se recolheu a Araxá para o gozo de merecidas férias, que ninguém é de ferro, nem mesmo o presidente. Já tivemos várias vezes um PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, mas é a primeira vez que temos um PRESIDEN-

JÔ SOARES

TE EM REPOUSO. Conhecemos, isto sim, um vice em repouso que agora ficou em exercício. Como é dura a vida de um vice. A escolha do local de férias não poderia ter sido mais apropriada: Araxá, nossa Marienbad cabocla, onde o presidente ia quando criança, levado provavelmente à força por seus pais, já que em Araxá não há muita coisa para um menino irrequieto e cheio de energia fazer. Se o presidente tiver ido com seus filhos, fica claro o motivo da escolha: desforra. Em Araxá, o presidente pode se dedicar à leitura, com tempo para ouvir música e assistir a filmes em videoteipe. Talvez tenha ampliado até, inspirado em tão bucólica paisagem, que leva a profundas reflexões, suas preferências já manifestadas pela música sertaneja. Espero sinceramente, para que o repouso seja completo, que o presidente não tenha levado para a renomada estância hidromineral seus famosos aparelhos de ginástica nem corra de camiseta diariamente, transformando seu descanso em maratona.

Ao ver a fotografia do hotel que acolheu o nosso dinâmico chefe, não pude deixar de recordar o Baudelaire do "L'invitation au voyage":

... Là, tout n'est qu'ordre et beauté,  
Luxe, calme et volupté.

Sabendo que as férias são curtas, mas conhecendo a sua capacidade extraordinária de devorar informações, gostaria de sugerir alguns livros, que o presidente poderá ler ainda no domingo:

- COMO FAZER AMIGOS E INFLUENCIAR PESSOAS — Dale Carnegie
- O EMPALHADOR DE PASSARINHO — Mario de Andrade
- A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM — Constantin Stanislavski
- A FOGUEIRA DAS VAIDADES — Tom Wolfe

EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO — Marcel Proust  
O MAGO — Paulo Coelho  
TODOS OS HOMENS DO PRESIDENTE — C. Bernstein  
& B. Woodward  
CEM ANOS DE SOLIDÃO — Gabriel García Márquez  
O NEGOCIADOR — Frederick Forsyth  
SE HOVER AMANHÃ — Sidney Sheldon  
VIVA O POVO BRASILEIRO — João Ubaldo Ribeiro  
LEVANTADO DO CHÃO — José Saramago  
A CIDADE DAS REDES — Otto Friedrich  
TENDA DOS MILAGRES — Jorge Amado  
OS COMEDIANTES — Graham Greene  
AMOR NOS TEMPOS DO CÓLERA — Gabriel García  
Márquez

E no vôo de volta, para passar o tempo, A COMÉ-  
DIA HUMANA, de Balzac.

---

## A reunião

(Cenário: sala de conferências)

**N**ão podemos deixar de admirar o autocontrole do presidente Collor. Num momento em que enfrenta uma crise familiar das mais sérias, devido às acusações feitas por seu irmão, Pedro Mello, ao seu amigo PC Farias, conseguiu fazer uma reunião com todo o ministério, para debater e procurar resolver os problemas do país. Antes da reunião, chegou a uma conclusão altamente esclarecedora: *não se pode gastar mais do que se arrecada*. Fico pensando num retiro imaginário de fim de semana, onde um presidente imaginário tentaria passar esta descoberta de conseqüências inimagináveis para os seus imaginários ministros.



**PRESIDENTE:** Eu gostaria de informar aos senhores ministros que, depois de meditar atentamente, descobri a solução para os problemas que afligem o país. Sei que pode parecer absurdo, mas todos os meus estudos levam à conclusão de que não se pode gastar mais do que se arrecada.

**MARCÍLIO:** (com pertinácia jesuítica) Meu Deus! Então é isso?!

**PRESIDENTE:** Tenho quase certeza.

**PRATINI:** Sabe que é bem possível? Da última vez que eu fui ministro, parece que já havia um problema semelhante.

**FIÚZA:** Mas aí fica muito difícil governar.

**MELLÃO:** Também acho,

JÔ SOARES

mas deve haver alguma verdade no que o presidente descobriu. Por exemplo: já notei que um trabalhador que ganha um salário mínimo jamais vai poder comprar um automóvel que custe mais do que isso.

**PRESIDENTE:** Foi o que eu pensei.

**GOLDEMBERG:** Eu não quero tirar o mérito da descoberta do presidente, mas algo parecido já tinha me ocorrido.

**STEPHANES:** Como assim?

**GOLDEMBERG:** Eu lembro perfeitamente que meus filhos nunca conseguiram gastar mais do que eu lhes dava como mesada. Sempre achei isso muito curioso. E olha que eu corrigia suas mesadas de quatro em quatro meses.

**MARCÍLIO:** (com humildade franciscana) Pode ser, mas, sem querer contrariar o presidente, tudo isso não passa do plano das conjectu-

ras. Se observarmos os governos anteriores, percebemos facilmente que nenhum seguiu essa regra.

**PRESIDENTE:** Mas, então, por que é que a inflação é tão difícil de debelar?

**MARCÍLIO:** (com sabedoria beneditina) Bom, isso é mais fácil de explicar. Como eu já disse, a inflação tem um ciclo de sete anos. Qualquer um que tenha acesso à cabala, ou um mínimo de conhecimentos astrológicos, sabe disso.



**MELLÃO:** Mas a inflação no Brasil não começou nos anos 50?

**MARCÍLIO:** (com paciência vicentina) Começou, mas de sete em sete anos. Estamos

no penúltimo decanato desses últimos sete anos. Assim que a órbita de Júpiter entrar na casa de Plutão, a inflação acaba.

CAMARGO: Isso eu posso entender. Meu guru acha que o número 7 para mim também é importantíssimo. Me lembro também que, quando eu era criança, participei de uma prova de atletismo no colégio, no sétimo ano, no dia 7 do sétimo mês.

MARCÍLIO: *(com curiosidade dominicana)* E ganhou?

CAMARGO: Cheguei em sétimo.

CABRERA: Sete anos de pastor...

PRESIDENTE: *(interrompendo)* Minha gente, tudo isso é muito interessante, mas seria melhor voltarmos à temática anterior. Que tal experimentarmos, durante algum tempo, gastar menos do que arrecadamos?

FIÚZA: Eu não me responsabilizo.

MARCÍLIO: *(com objetividade paulínea)* Podemos fazer isso, mas não em todos os ministérios ao mesmo tempo. Seria muito arriscado. Sobre tudo este ano, que a economia vai crescer de 2% a 3%.

MELLÃO: Quem disse?

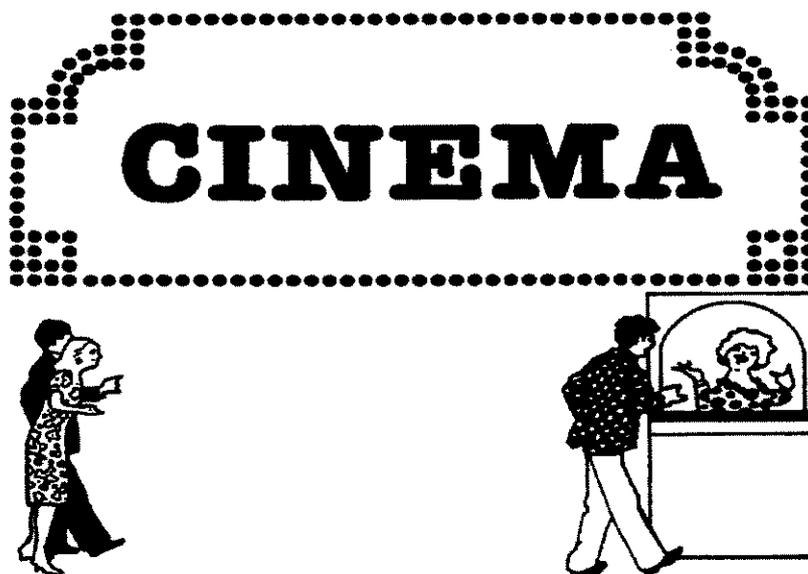
MARCÍLIO: *(com determinismo agostiniano)* O ciclo. Acontece de quinze em quinze anos.

CALMON: Se vocês quiserem, como experiência, só durante algum tempo eu posso tentar aplicar esta regra de não gastar mais do que arrecadar, no meu ministério. Antes, porém, queria que o presidente explicasse uma coisa.

PRESIDENTE: Pois não, Angelo.

CALMON: O que que é arrecadar?

### 9.3 Texto III – Cinema (Jô Soares)



*De vez em quando, alguém na rua me passa  
um papel com uma idéia. Outro dia, na rádio,  
um rapaz chamado Duncam me entregou  
um bilhete com a seguinte sugestão:*

## **Cinema do Planalto**

### ***Festival Semana da Fraternidade***

**2ª Feira:** Todos os Irmãos Eram Valentes

**3ª Feira:** Irmãos de Sangue

**4ª Feira:** Irmão Contra Irmão

**5ª Feira:** Os Irmãos Karamazov

**6ª Feira:** Gêmeos: Mórbida Semelhança

**Sábado:** Os Irmãos Cara-de-Pau

**Domingo:** encerramento do festival com Mamãezinha Querida



## Bilhetinhos

### Ao Bornhausen

Jorge, fatos passados, alimentados que foram pela paixão de disputas eleitorais, não podem e não haverão de deslustrar sua impecável vida pública. Isso tudo é coisa do sindicato do golpe.

### Ao Sarney

José, quando chamei sua administração de corrupta, nos comícios e pela televisão, e falei que iria investigar o seu governo, a partir do primeiro dia do meu mandato, é claro que eram coisas ditas no calor da campanha. O resto faz parte do diabólico plano do sindicato do golpe.

### Ao Maluf

Paulo, quando, em campanha, me perguntavam por que eu tinha votado em



você no colégio eleitoral e não no Tancredo e eu respondia que era apenas por fidelidade ao partido, é óbvio que o fazia só por causa das eleições. É até capaz que esse fato ainda seja aproveitado pelo sindicato do golpe.

### Ao Brizola

Leonel, quando xinguei sua mãe na época da campanha, foi pura explosão de momento. Não era mãe de verdade. Da mesma forma que quando você me chamava de filhote da ditadura, nunca levei a sério. Obrigado pelo apoio. Vencemos esta orquestração do sindicato do golpe.

### Ao Luís Inácio

Lula, é claro que aquele negócio de utilizar o depoimento da Miriam Cordeiro foi só uma estratégia aplicada no auge do calor da campanha. Se alguém insistir nesse assunto, é obra do sindicato do golpe.

### A Acioli

Ana, fique firme. Não se preocupe que esse negócio de ficar averiguando contas bancárias é coisa típica do sindicato do golpe.



---

**Ao Vieira**

Cláudio, só espero que você confirme tudo o que eu disse, em vez de ajudar o sindicato do golpe.



**A Dona Leda**

Mamãe! Socorro! O sindicato do golpe quer me pegar!

## Glossário da CPI

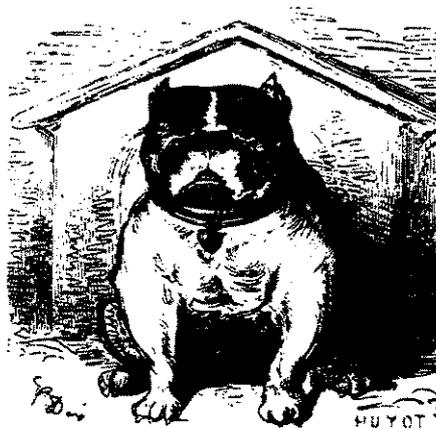
**Anassinar** — (verbo) Assinar cheques com outros nomes.

**Confarias** — (subs. fem) Uma confraria de Farias.

**Depoiminto** — (subs. masc.) Depoimento feito à CPI e que não convence ninguém.



**Dindamarca** — (subs. fem.) Reino imaginário, onde estranhos fenômenos acontecem e existe sempre um odor de impurezas no ar. “Há algo de podre no reino da Dindamarca.” (Hamlet, sem quebrar ovos.)



**Estalo de Vieira II – A Missão** — (expressão popular) Também conhecido como “Estalo de Cláudio”. Estalo cerebral que faz com que o indivíduo tenha sua capacidade intelectual reduzida. O oposto do estalo de Vieira do Padre Antonio Vieira.

**Fã-tasma** — (subs. masc.) Pessoa que gosta tanto de um presidente que deposita dinheiro anonimamente e em grandes quantidades na conta da sua secretária.

**Jardinda** — (subs. masc.)  
Jardim de 1 milhão de dólares.

**Mellar** — (verbo) Estragar  
negócios do próprio irmão.

**Mês-truação** — (subs. fem.)  
Capacidade que uma secretária tem de ficar menstruada no dia do mês que mais lhe convier.

**Morcegar** — (verbo) Andar  
no avião do PC Farias.



**Nominal-mente** — (adv.)  
Fazer cheque nominal com nome falso.

**Ouroguai** — (subs. masc.)  
Parte do Uruguai especializada em vender ouro para os

estrangeiros. Muito usada por viajantes brasileiros.

**Pecefaria** — (subs. fem.) O mesmo que patifaria, negócio escuso.

**Peceria** — (subs. fem.) Parceria ilícita.

**Rosanejar** — (verbo) Gastar, dilapidar, estourar a mesada.

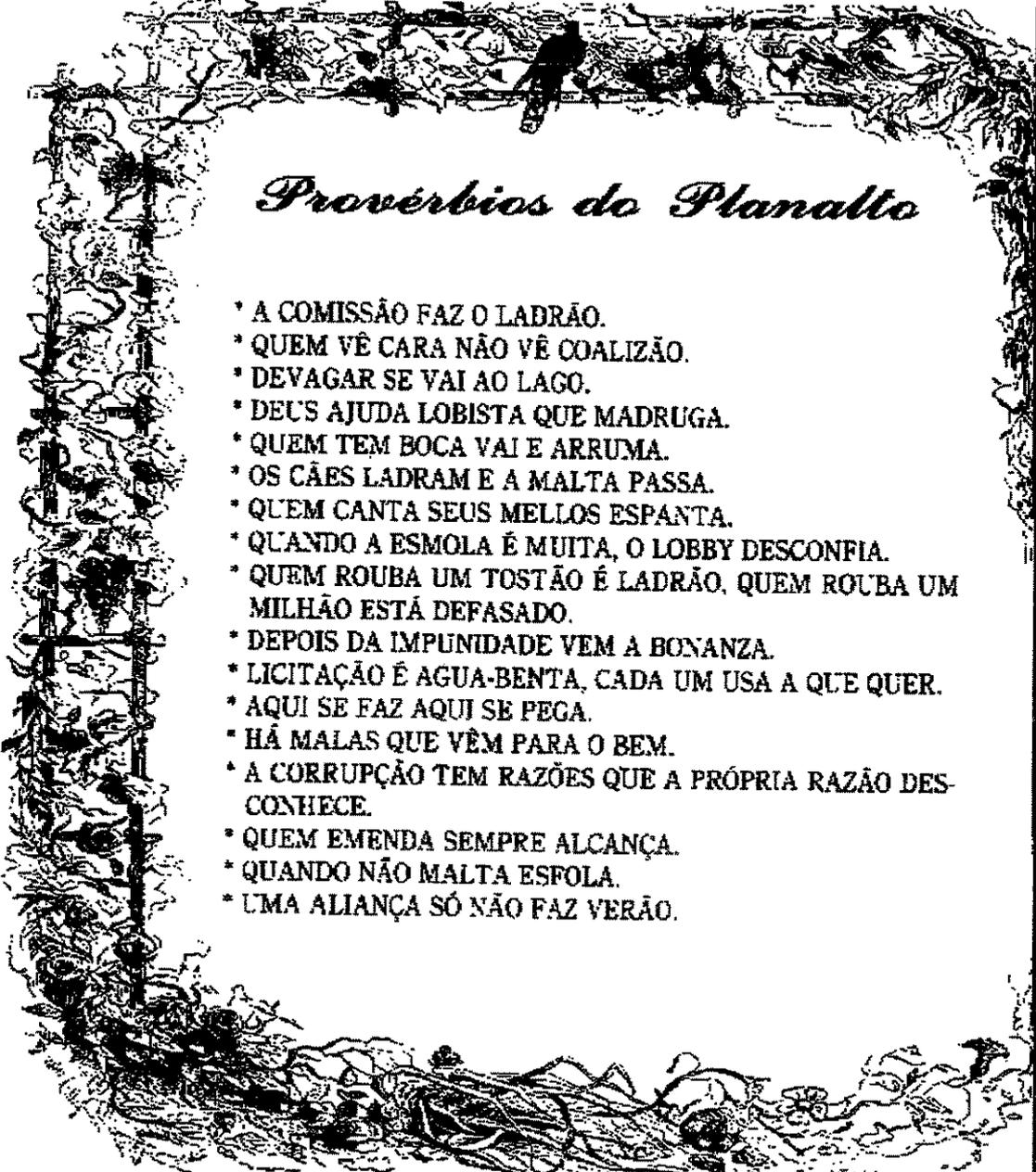


**Rosinetar** — (verbo) Hábito compulsivo de assinar vários cheques com o nome dos outros.

**Secretária** — (subs. fem.) Secretária otária, que não sabe de onde vem tanto dinheiro para sua conta bancária.

**Vieirada** — (subs. fem.) Trapalhada, lorota.

## 9.6 Texto VI – Provérbios do Planalto (Jô Soares)



### *Provérbios do Planalto*

- \* A COMISSÃO FAZ O LADRÃO.
- \* QUEM VÊ CARA NÃO VÊ COALIZÃO.
- \* DEVAGAR SE VAI AO LAGO.
- \* DEUS AJUDA LOBISTA QUE MADRUGA.
- \* QUEM TEM BOCA VAI E ARRUMA.
- \* OS CÃES LADRAM E A MALTA PASSA.
- \* QUEM CANTA SEUS MELLOS ESPANTA.
- \* QUANDO A ESMOLA É MUITA, O LOBBY DESCONFIA.
- \* QUEM ROUBA UM TOSTÃO É LADRÃO, QUEM ROUBA UM MILHÃO ESTÁ DEFASADO.
- \* DEPOIS DA IMPUNIDADE VEM A BONANZA.
- \* LICITAÇÃO É AGUA-BENTA, CADA UM USA A QUE QUER.
- \* AQUI SE FAZ AQUI SE PEGA.
- \* HÁ MALAS QUE VÊM PARA O BEM.
- \* A CORRUPÇÃO TEM RAZÕES QUE A PRÓPRIA RAZÃO DES-  
CONHECE.
- \* QUEM EMENDA SEMPRE ALCANÇA.
- \* QUANDO NÃO MALTA ESPOLA.
- \* UMA ALIANÇA SÓ NÃO FAZ VERÃO.

# O Exame



(Cenário: sala de clínica psiquiátrica. Pedro, um paciente comum, está sentado em frente ao médico psiquiatra, fazendo um exame de sanidade mental.)

**PSIQUIATRA:** Muito bem, este teste de sanidade mental que nós vamos realizar é muito simples. Eu vou lhe fazer uma série de perguntas e o senhor só tem de responder. Está pronto?

**PEDRO:** Estou, doutor.

**PSIQUIATRA:** (Tomando notas) Então, aqui vai a primeira pergunta: o senhor já andou de avião de caça supersônico?

**PEDRO:** Nunca, doutor.

**PSIQUIATRA:** Já teve, algum dia, uma vontade irresistível de pular de pára-quadras?

JÔ SOARES

**PEDRO:** Eu, não, senhor.

**PSIQUIATRA:** O senhor, alguma vez, achou que era possível matar um tigre com um tiro só?

**PEDRO:** Não, doutor.

**PSIQUIATRA:** Já pensou em congelar quase todo o dinheiro de um país achando que seria ótimo?

**PEDRO:** Jamais, doutor.

**PSIQUIATRA:** Já andou de submarino fantasiado de marinheiro?

**PEDRO:** O que é isso, doutor!

**PSIQUIATRA:** Já deu cavalo-de-pau em caminhão?

**PEDRO:** Eu??!!

**PSIQUIATRA:** Por acaso já achou que seria bom nomear um operário despreparado para ministro do Trabalho com a lógica irrefutável de que para o Trabalho, o bom é um trabalhador?

**PEDRO:** Espera aí, doutor! Está me estranhando? Claro que não!

**PSIQUIATRA:** Já se vestiu de soldado pra ir acampar no meio do mato com a tropa?

**PEDRO:** Nunca!!!

**PSIQUIATRA:** Usa suas camisetas pra escrever recados?

**PEDRO:** É claro que não, doutor!

**PSIQUIATRA:** Gosta de andar de moto sem capacete a mais de 160 quilômetros por hora?

**PEDRO:** A 160 quilômetros por hora, nem com capacete. O senhor está pensando o quê?

**PSIQUIATRA:** Por favor, responda apenas ao teste. Já achou que um salário mínimo pode ficar o mesmo durante quatro meses?

**PEDRO:** É claro que não, não é, doutor?

**PSIQUIATRA:** Tem mania de ficar subindo e descendo rampa?

**PEDRO:** Não senhor, doutor. Não gosto nem de ladeira.

**PSIQUIATRA:** Agora é a última pergunta. Preste bem atenção, por favor.

**PEDRO:** Estou pronto, doutor.

**PSIQUIATRA:** Se o senhor fosse político, entregaria dinheiro para administrar uma campanha na mão do PC Farias?

**PEDRO:** Não, doutor!

**PSIQUIATRA:** Muito obrigado.

**PEDRO:** E então, doutor?! Como foi o meu teste?

**PSIQUIATRA:** Olha, eu não quero me precipitar, mas eu tenho a impressão que o senhor passou.

## O quase

Sentado sozinho no seu gabinete, Collor olha para o botão vermelho. Retrocede no tempo, em pensamento. Lembra a primeira vez em que entrou no Palácio do Planalto. Já estava eleito, mas ainda não tomara posse. Ia ter uma reunião secreta com Sarney.

Collor lembra-se de todos os detalhes da visita. De como chegou ao Palácio do Planalto discretamente, vestindo um macacão cor de abóbora, de ultraleve, com uma escolta de seguranças em asas-deltas, e entrou pela porta dos fundos abanando para as câmaras. De como foi levado diretamente ao gabinete do Sarney. O presidente estava sentado à cabeceira de sua mesa de trabalho. Disse para Collor dispensar seus acompanhantes. Precisavam ter uma conversa a sós.

— Senta aí — disse Sarney, indicando uma cadeira.

Collor sentou. Sua cadeira, lentamente, começou a baixar.

— O que é isso?! — disse Collor, quando notou que seu queixo quase encostava na mesa.

— Eu controlo a altura da cadeira com um botão aqui em baixo. É para quando recebo a visita do general Pires Gonçalves ou do Roberto Marinho. Para eles não se sentirem muito superiores.

— E dá certo?

— Não. O Gonçalves é tão alto que não faz efeito e o Roberto Marinho traz dois catálogos telefônicos. E o Antônio Carlos Magalhães traz a sua própria cadeira. Mas é sempre bom saber que

LUIS FERNANDO VERISSIMO

existe o recurso.

— Acho que não terei esse problema com o meu ministro do Exército...

— Sei. Você escolheu o Tinoco. O nome já é uma cadeira baixa.

Sarney apontou para uma fileira de botões em cima da mesa e foi descrevendo para o que servia cada um.

— Este aqui é para desintegrar o Mallson. Nunca usei, claro, mas estive perto de apertá-lo muitas vezes. Este aqui é para avisar a Marly que tive um dia terrível e que é para ela preparar minha tintura de bigode. Ah, e este aqui vai lhe dar muita alegria. É para chamar o Roberto Cardoso Alves.

— Mas o Roberto Cardoso Alves não será meu ministro.

— Exatamente. Você pode apertar o botão à vontade, sabendo que ele não aparecerá. Que inveja!

Subitamente, Sarney ficou sério. Apontou para um botão vermelho, maior que os outros.

— Preste atenção — disse. — Este botão é importantíssimo. Ele aciona um dispositivo que nós chamamos de *Último Cartucho* ou *Juízo Final* ou ainda *PQP!*

— Do que se trata?

— Quando chegar o momento, quando tudo, mas tudo, der errado, quando o Brasil não tiver mais salvação, quando a crise chegar a um ponto absolutamente sem solução e quase mais nada no país estiver funcionando, basta apertar este botão e esta sala toda será expelida pelo teto do palácio, transformando-se num helicóptero que transportará o presidente para um lugar seguro. Mas atenção: só aperte este botão no momento certo.

Agora Collor olha para o botão vermelho e se pergunta se chegou o momento. Decide que sim. Tudo deu errado. A crise não tem solução. Ele aperta o botão vermelho. Nada acontece. Collor lembra a frase de Sarney sobre o momento certo: “Quando quase nada mais no país estiver funcionando...” Descobre que deixou passar o momento certo. No governo Sarney faltava o quase. Agora não falta mais nada.

Nem o botão vermelho está funcionando.

LUIS FERNANDO VERISSIMO

## Um alerta à Nação

O revanchismo e o furor denunciativo, assim chamado pela insistência da imprensa em publicar furos, finalmente conseguiram seu intento nefando. Nada é mais sintomático do perigoso ponto a que chegamos que a frase do ex-secretário da Presidência da República Cláudio Vieira, recentemente reproduzida na televisão: "Fi-lo por meu alvedrio". Como se sabe, "alvedrio" foi uma das cinco ou seis palavras que Aurélio Buarque de Holanda pediu para ser enterradas junto com ele, justamente para evitar sua propagação. Ele previu que, no momento em que fosse usada, o país teria chegado a uma situação insustentável. Agora está feito. Estão contentes? Agora tudo pode acontecer. Até chamarem o presidente de cremnóbata periclíneo. É preciso dar um basta a tudo isto.

As coisas aos poucos vão ficando claras. Há uma conspiração em marcha, movida por advogados interessados em plantar notícias falsas, correr para os denunciados, dizer "Processa, processa", pegar os casos e ganhar polpudas somas e vice-versa. Alguém viu o dedo do reverendo Moon na trama mas depois se revelou que era apenas o dedão do Ney Maranhão espiando de dentro da sandália e falando "Uai", retoricamente. E como se explica um eclipse do sol justamente quando faltou luz em Brasília, e a nota pouco convincente do PC Farias alegando que não tinha nada a ver com aquilo? As coincidências se avolumam e, como se isso não bastasse, a Maria Thereza nunca mais apareceu com aquele taieuzinho. O presidente

foi esquiar em Las Leñas e um ajudante ia atrás apagando seus rastros na neve apressadamente antes que a imprensa visse. Quer dizer, onde estamos? Para onde vamos? Quem providenciará os talões para a gasolina? Qual o significado desse surto de fertilidade que retirou a Zélia e a Ana Acioly de cena justamente quando as instituições estão em jogo? A crise latente e elas aí, lactentes. Que futuro espera essas crianças num mundo em que a mãe do presidente da República cobra um aluguel tão alto do filho que ele é obrigado a fazer bico? E a alegação do Magri de que quem ficou com os 30 mil dólares não foi ele, foi outro Magri, o sem bigode? E o boato de que Alagoas mandaria um porta-aviões para o lago de Brasília, mas só para proteger seus efetivos no caso de uma retirada? Quem é, afinal, o agente do Collor em quem ele tanto fala nos discursos e quanto ela está levando nisso? A Nação precisa fazer uma reflexão profunda, olhar bem dentro de seu eu mais íntimo e se descobrir alguma coisa como uma aposta no jogo do bicho feita pela dona Rosane e paga pela Brasil-Jet deve levar correndo para a CPI depois de chegar se não está premiada. Não é hora para tergiversação, mesmo se soubéssemos o que significa. E muito menos para especular se o bigode do Ricardo Fiúza é dele mesmo ou é um leasing da OAS. O momento exige seriedade, empenho, fibra, desprendimento, espírito público, patriotismo, fé em Deus, Tostão e Rivelino. É isto, ou é o caos.

Como diz o PC: "Compra-se a lei!"

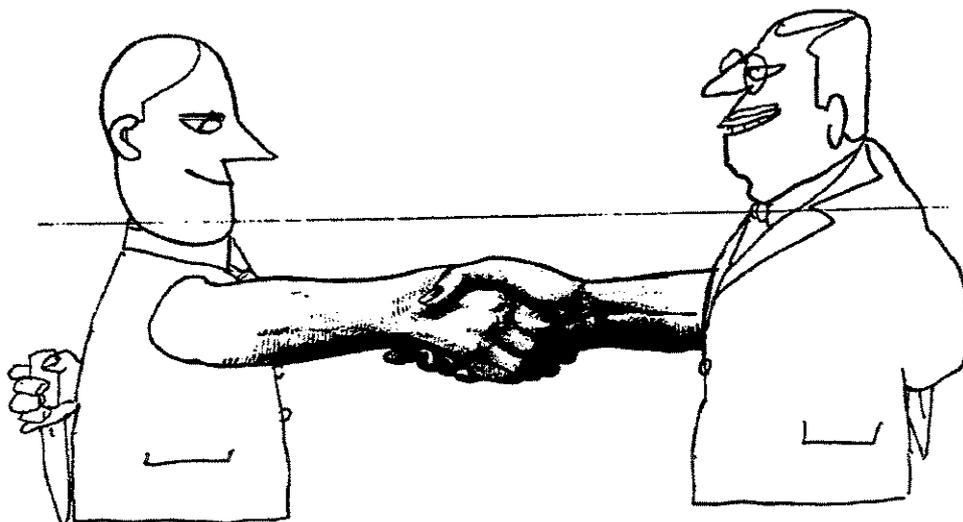


MILLÔR

27/5/92

## PROVÉRBIOS E PROVERBIAÇÕES...

(Não tenho nada com isso. Só pesquisa. Você decide!)



"Irmão de barqueiro não paga passagem."  
— *Adagiário Brasileiro*.

Leonardo Mota.

"Família criada, paz arrasada." — Idem.

"Família que não tem ladrão ou prostituta é família pobre." — *The Oxford Dictionary of English Proverbs*.

"O irmão mais moço é mais nobre." (\*) — Idem.

"A panela de toda família tem uma mancha negra." — Provérbio chinês.

"Toda família é um caldeirão." — Idem.

"No estado pode mandar mais de um. Na família não." — Aristóteles. *Ética*.

"A fraternidade é uma das mais belas invenções da hipocrisia social." — Flaubert.

"Prefiro a incineração ao enterro e qualquer um dos dois a um fim de semana com a fa-

mília." — Woody Allen.

"De tal ninho tal passarinho." — *Lugares-Comuns Portugueses*.

"De tal gente tal semente." — Idem.

"Ira de irmãos, ira do demônio." — Idem.

"Não há geração sem rameira nem ladrão." — Idem.

"Quem sai aos seus não degenera." — Dito luso-brasileiro.

"*Tanta est discordia fratrum.*" — Ovídio.

"A família é apenas uma congregação de maledicentes." — Pope.

"E EU SOU O GUARDA DO MEU IRMÃO?" — CAIM. *Gênese*.

(\*)Supunha-se o irmão mais novo mais nobre por ser filho de um nobre mais velho.

MILLÔR

1/7/92

## NOHTAS

Sempre ouvi falar na lei da selva. Genérica. Modo de dizer. Mas não sabia que o Brasil tinha uma Lei da Selva, escrita e promulgada. Veio a público agora, com o caso PC silvícola.

\* \* \*

Que os antropólogos me esclareçam; pelas convenções antropológicas esse rapaz não devia se chamar Paulinho Caiapó? A mudança de nome para Paiakan será mesmo para evitar a sigla maldita, PC? Mas não estará caindo em outra, PP?

Aliás, neste fim de governo parece mesmo que não há sigla ou letras que escapem. Sobretudo aquelas que Collor mais teme, A, B e C.

\* \* \*

Falar em sigla, me telefonam esclarecendo o que significa o O. A. S. da empresa ultimamente tão envolvida em envoltimentos. Quer dizer *Obras Arranjadas pelo Sogro*. No caso, o ilibado e credibilíssimo ACM.

\* \* \*

Quem tem medo de Itamar Franco? Está bem, digamos que ele não é o *condottieri* dos nossos sonhos. Não é nenhum Lincoln, não tem a efígie de um Bolívar, não nem mesmo essa figura varonil, sábia e demo-

crática, *sans peur e sans reproche*, Leonel de Moura Brizola. Nem paralela à aurifulgente estampa de Orestes Carvalho (Quércia). Mas, modestos brasileiros médios, temos que compará-lo é com “o atual” e com o “ex” Supremo Mandatário.

Comparado ao “atual”, eu já disse, nem mesmo ACM teve coragem de insinuar que Itamar é ladrão ou drogado. E quanto ao “ex”? Você se esquecem que o país agüentou cinco anos com o vice Sir Ney e assim mesmo não faliu? Agora, comparem Itamar a Sir Ney. Itamar é mineiro, o que já é um mínimo de garantia cultural (Hélio Garcia e Newton Cardoso que me perdoem), não usa terno de oito botões e, suprema virtude, não escreveu o BREJAL DOS GUAJAS. Não basta, pô?

E nunca esquecer: teve 35 milhões de votos!

\* \* \*

A oposição agora só fala em cadeia. O presidente desconversa, desconversa, mas também só fala em cadeia. Embora de televisão.

\* \* \*

Célio Borja acha que o Presidente botou os pingos nos iis. Coitado do Collor!, está precisando é de alguém que coloque iis nos pingos dele.

Millôr Fernandes, satisfação absoluta ou o seu dinheiro de volta.

MILLÔR

23/7/92

## Vade retro, PC

Que espantoso esse personagem! Eu seria um homem estressado com um só dia de sua labuta. E olhem que sempre trabalhei muito, às vezes excessivamente. Me boquiabre o esforço incessante de PC para obter mais e mais — 10 milhões hoje, mais 20 amanhã, até atingir, no exiguo prazo de dois anos, um bilhão e meio. Estou falando de dólares. Camargo Correia, Ermírio de Moraes e o doutor Marinho, pra chegar perto disso, gastaram 50 ou 60 anos de trabalho e de expertise (viram com que finura evitei o esperteza?). Eu, menos experto-esperto do que todos eles, em 54 anos de trabalho — com a sorte de emplacar grandes sucessos numa das fontes mais generosas do trabalho intelectual, o teatro — tendo hoje um patrimônio de aproximadamente um milhão (de cruzeiros!) mensais de aposentadorias e, também aproximadamente, um milhão (de dólares) em bens. E olhem que, só com isso, possuo tudo que é invejável — apartamento na V. Souto, estúdio na

General Osório, e este poderoso PC (!) 486 que vos fala. E chega, e basta, e não preciso mais.

Toda fortuna, a partir de meia dúzia de milhões de dólares, ultrapassa qualquer ambição pessoal, mesmo a mais desmedida, e entra na perigosa e doentia área do poder. E aí o céu, e a neurose, são os limites.

Porém o mais estranho no PC só agora se desvenda. Lidando em tantas áreas, fazendo, desfazendo, ordenando, comandando, comprando e vendendo bens e almas, ele era absolutamente desconhecido ou... invisível. De todos os interrogados na CPI, uns jamais o viram, outros o viram uma ou duas vezes, outros mal passaram por ele, um o viu numa festa, o dr. Ermírio parece que o viu mas não se lembra, o dr. Odebrecht acha que ele é alto e louro, dona Zélia nem sabe se é careca. E o próprio presidente, que entregou a ele toda a sua campanha e parte fundamental de sua vida financeira, jamais o viu depois que tomou posse. Repito, que estranho esse PC! E constato — que ingratos todos, sobretudo esse Fernando!

A ENGROSSAR  
E ENTRA  
PRA ETÁ!

NÃO PUDEO DIZER NADA, NÃO. MAS, SE A COISA CONTINUAR, A ENGROSSAR  
DESSE JEITO, O COLLOR É BASTANTE HOMEM PRA FICAR POR LÁ.



4-4 Sexta-Feira, 25 de setembro de 1992

# ETvaldo já arrum

*Dizem que o juiz que mais ficou contente co*

**JOSÉ SIMÃO**

Da Equipe de Articulistas

*Bom-dia, flor do dia! Tá chegando o dia da alforria nacional! Um amigo meu disse que o Collor só caía se um trio elétrico passasse por cima. Já passou, vocês não viram a manifestação em Recife? Com frevo e tudo. Dona Rosane, rápido, recolhe as carpas que o Itamar não tá pra peixe! Só tá pro alfaiate! E caro ETvaldo, pode ir procurando um empreguinho novo: porta-toalha, porta-luvas e porta-jóias. E porta dos fundos! E a Astrid diz que já sabe por que elle caçava tanto marajá. Pra botar no jardim da Dinda. Melhor que anão. À noite vira tudo cascata! E o Bira acha que a Casa da Doida deve ser aberta à visitação pública. Cobrando ingresso e renda revertida à LBA. Pra cobrir o prejuízo da outra! Um litro de leite por visitante!*

*E o figurino dos Supremos? Toga, pigarro e óculos. E voto com bula. Eles votavam e o Miguel Reale traduzia! A vitória da Ética sobre o Étítica! E depois da transmissão ao vivo da Bandeirantes ninguém me venha dizer que não entende de Direito Constitucional. E a nova estrela da emissora, o Francisco Pinheiro, disse: "Os juízes não têm tempo estipulado." Já percebi! Tava*

*pior que aquele que na concentração do Anhangabaú inventou de ler um poema do Pablo Neruda. Inteiro. E em espanhol. E depois gritou Fuera Collor! Rarará. E depois de gritar Fora Collor a gente vai gritar o quê? Fora Cló! Rarará. Depois da militância vem a implicância. Tá no ar e nas telas mais uma calúnia do Macaco Simão! Ao vivo do Bunker da Dinda.*

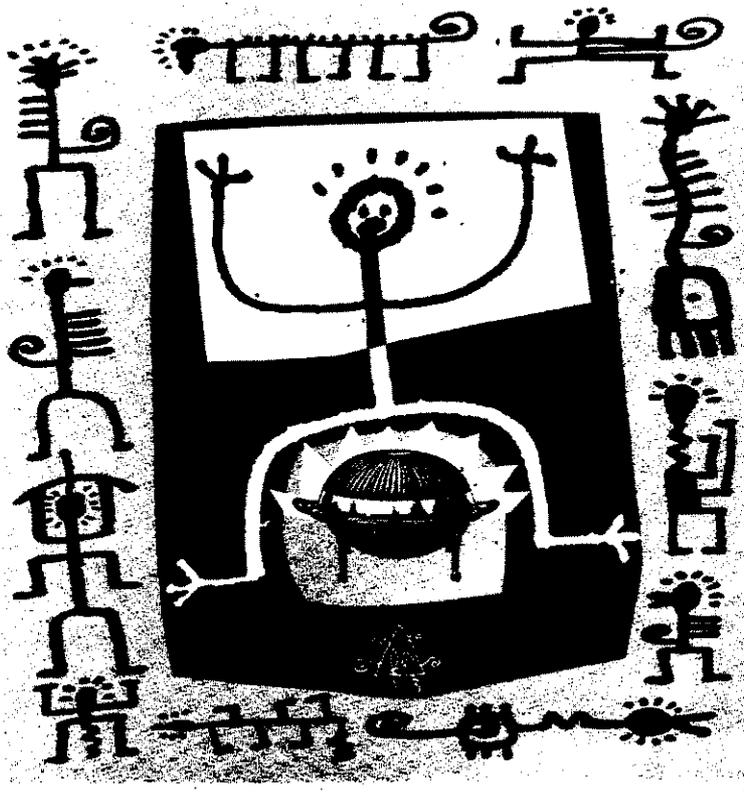
*Impressionante. Quanto mais a votação do Supremo avançava, mais os boletins sobre a saúde da dona Leda ficavam otimistas. Então o hospital não é Pró-Cardíaco. É Pró-Impeachment!*

*Enfim, anteontem foi o Dia D. Mas não o Dia Delle! Enquanto a gente lançava foguete elle lançava um programa de telefonia rural. Já imaginou o diálogo? Fernandinho: "A Jega já pariu?" E o ruralista: "E o Collor já caiu?" Rarará. Pena que o telefone não funcionou, a TV não sintonizou e dos 160 da bancada ruralista só compareceram cinco! Igualzinho ao dia do impeachment! E o ministro Cabrera quer lançar uma "vacina contra a tristeza". Fácil! Chama o Itamar! Que ele já gravou sua marchinha pro Carnaval de 93: "Eu tô de olho é no bunker della". Rarará. Nós sofre mas nós goza. E gostoso. Quem fica parado é poste!*

TELEVISÃO

# Encontrei emprego de porta-jóia!

*Com o resultado da votação do Supremo foi o Juiz de Fora! Rarará!*



4-4 Sábado, 26 de setembro de 1992

# Elenco da Dinda

## Nando, Lafa, Vieira e Jefferson, o Lobo M

**JOSÉ SIMÃO**

Da Equipe de Articulistas

Bom-dia, flor do dia! Sorria periferia. Hoje não tem coluna. É que o Gastone Righi passou aqui em casa e fugiu com os originais pro dentista. Aliás, de originais os governistas não têm nada. Já imaginou os cérebros da tropa de choque? Todos têm dois neurônios na cabeça. Sendo que um anula o outro! E o Waly Salomão me contou que a Rosane logo após a votação do voto aberto pediu pra aquele mordomo maravilhoso servir pro presidente um delicioso supremo de frango!

Que escândalo! Hoje não teve nenhum escândalo. Eles não podem cortar os escândalos assim de repente. Pra gente não ter um choque anafilático. E eu não vou ter saudade dos escândalos, vou ter saudade dos nomes dos proprietários dos escândalos: Rosinete, Eunícia, Onaireves, Roberto Jefferson, Clepto Falcão e Elísio Curvo. E Leopoldo com ph. Ph de phósphoro, pharmácia, pataphísica e pornographia.

E eu não vou ter saudade do caro Etevaldo. Vou ter saudade é da cara do Etevaldo. Da cara e do carma do Etevaldo. Carma de paspalho. Não é maravilhoso?

Do Lafa não vou sentir saudade, vou sentir tanzo. Saudade d'África. Mas sabe de quem eu vou morrer de saudade? Do fofinho do Roberto Jefferson. Rarará. Nando, Lafa, Vieira e Jefferson, o lobo mau e os três fofinhos! Rarará. Nós sofre mais nós goza. Tá no ar e nas telas mais uma calúnia do Macaco Simão. Direto do bunker da Dinda.

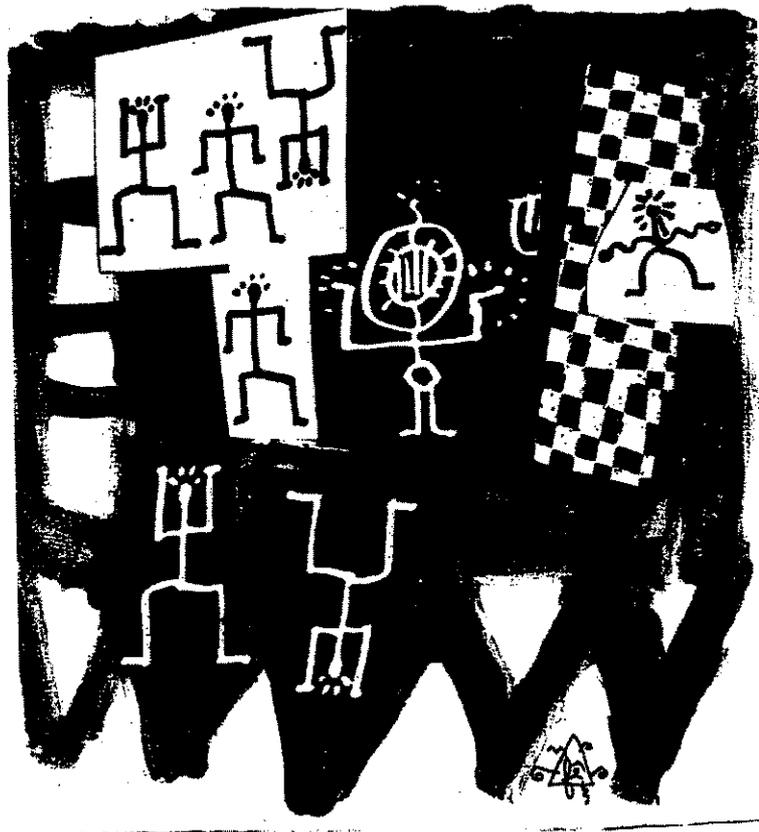
Acho que o único que não vai desaparecer é o Fiúza. Ele dá um toque de rinsagem à la Sarney naqueles fios de bigode. E continua. E assim caminha a humanidade. Pra trás. Aliás, pra frente Brasil, que eu vou ter saudade do elenco todo. Esse elenco hilário, esse monstruário de cinismo que invadiu as telas. Deviam ser todos indiciados. Para o Oscar. O Oscar do Escândalo! Ou melhor, o Oscar Brega. O único problema é que eles iam derreter o Oscar no Uruguai.

E vou ter muita saudade das manchetes do "Casseta e Planeta". Principalmente aquela da semana passada: "A caravana passa e a primeira-dama ladra"! Rarará. E torno a repetir: dona Rosane, recolhe as carpas que o Itamar não tá pra peixe. Só tá pro alfaiate. Assinado José Simão, técnico de televisão colorida. No bom sentido, é claro. Quem fica parado é poste.

TELEVISÃO

# é indiciado para o Oscar

*Paulinho e os Três Fofinhos: os Disneys da Dinda; rarárá; uns meigos*



9.15 Charges Jornalísticas

1 ■ 2 opinião domingo, 12 de setembro de 1999

FOLHA DE S. PAULO



# SINTONIA COM A REALIDADE



## Um Punhado de Miseráveis a cada Esquina.

QUANDO VEJO ESSA MULTIDÃO DE CRIANÇAS FAMINTAS E DESAMPARADAS SE ARRASTANDO PELAS RUAS, AVENIDAS E VIADUTOS DA CIDADE, PENSO QUE, COM A GRANA QUE TENHO, EU PODERIA...

COMPRAR UM HELICÓPTERO!

